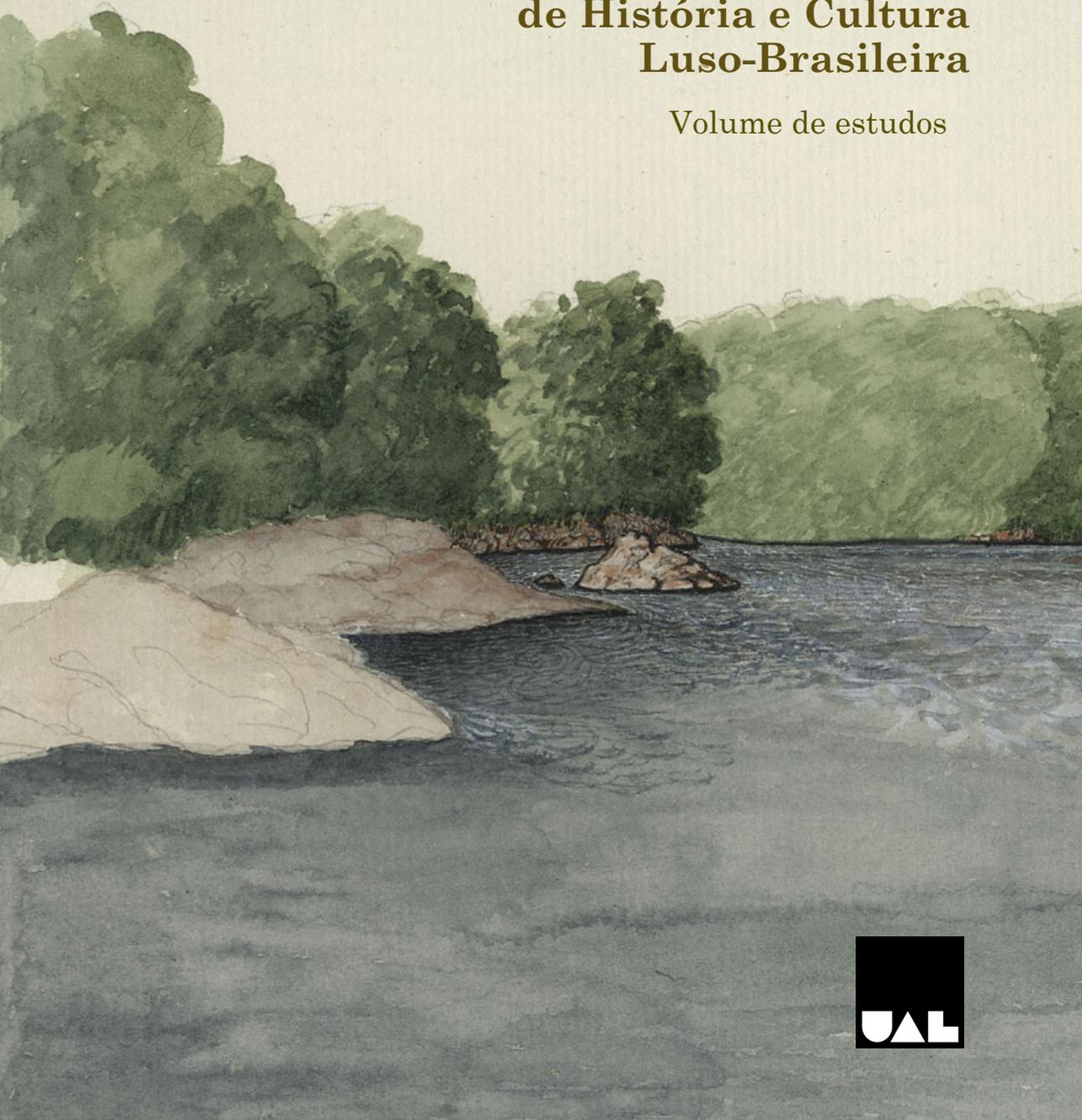


Roberta Stumpf | Aline Gallasch-Hall de Beuvink
Coordenadoras

I Encontro Internacional
de Jovens Investigadores
de História e Cultura
Luso-Brasileira

Volume de estudos



Roberta Stumpf | Aline Gallasch-Hall de Beuvink
Coordenadoras

I Encontro Internacional
de Jovens Investigadores
**de História e Cultura
Luso-Brasileira**

Volume de estudos



Ficha técnica

Título

I Encontro Internacional de Jovens Investigadores de História e Cultura Luso-Brasileira.
Volume de estudos.

Coordenadoras

Roberta Stumpf e Aline Gallasch-Hall de Beuvink

Autores

Alec Ichiro Ito, Ana Beatriz Vargem Pinheiro, Anny Barcelos Mazioli, António Luciano Moraes de Melo e Filho, Arlindo José Reis de Souza, Camila Lordy Costa, Clotildes Avellar Teixeira, Edwar de Alencar Castelo Branco, Ellen Lima, Felipe William dos Santos Silva, Fernando Santa Clara, Guilherme Oliveira da Silva, Janaina Ferreira dos Santos Silva, Jeissyane Furtado da Silva, Josiane Nunes Machado Sampaio, Karine de Fátima Mazarão, Leandro da Silva, Lucas de Lima Silva, Maria de Jesus Daiane Rufino Leal, Maria Schtine Viana, Natália Cristina de Aquino Gomes, Nicoli Braga Macêdo, Otávio Vítor Vieira Ribeiro, Rafael Franzese Salmim, Raimundo César Vaz Neto, Sabrinne Cordeiro Barbosa da Silva, Thaís R. S. de Sant'Ana, Vitória Ribeiro

Edição

Universidade Autónoma de Lisboa

Coordenação editorial

Raquel Medina Cabeças

Capa

Vista do Rio Vaupés, o qual desagua no Rio Negro, Joaquim José Codina, aguarela, 46,5 x 34,5 cm, séc. XVII., Biblioteca Nacional (Brasil), mss1309084, disponível em: <https://www.brasilianai-conografica.art.br/obras/17490/vista-do-rio-vaupes-o-qual-desagoa-no-rio-negro>

ISBN 978-989-9002-24-1

DOI <https://doi.org/10.26619/978-989-9002-24-1>

Registo CIP

I Encontro internacional de jovens investigadores de história e cultura Luso-Brasileira: volume de estudos [Recurso eletrónico]. - Lisboa: Universidade Autónoma de Lisboa, 2023. - 377 p.

I - STUMPF, Roberta

II - BEUVINK, Aline Gallash-Hall de

E-ISBN 978-989-9002-24-1

DOI <https://doi.org/10.26619/978-989-9002-24-1>

CDU 930.85

946.9

981

Esta publicação obedece aos critérios de acesso aberto, sem prejuízo do copyright pertencer ao autor e a publicação à Universidade Autónoma de Lisboa. Todas as ligações electrónicas foram revistas à data de 11 de abril de 2023 e estão devidamente apresentadas nas referências de cada capítulo.

A Cooperativa de Ensino Universitário, entidade instituidora da Universidade Autónoma de Lisboa, promove a produção científica em vários segmentos culturais, valorizando a relação entre a comunidade académica e a sociedade. Desta forma, apoia a edição desta publicação, contribuindo para a divulgação do conhecimento.

Introdução: Palavras sem fuso-horário <i>Roberta Stumpf e Aline Gallasch-Hall de Bewoink</i>	8
O retrato colonizado: a imagem do indígena brasileiro feita pelo colonizador português <i>Ellen Lima</i>	13
Tabusseram: uma aldeia Tupi colonial no Brasil Ibérico setentrional (1593-1645) <i>Lucas de Lima Silva</i>	26
“Não se pode fazer guerra sem a gente preta”: o envio do Terço dos Henriques de Pernambuco para Angola (século XVII) <i>Guilherme Oliveira da Silva</i>	41
As relações de gênero no Brasil colonial: uma análise sobre as feminilidades e masculinidades na capitania de São Vicente nos séculos XVI e XVII <i>Karine de Fátima Mazarão</i>	55
Notas sobre os governadores e o governo da capitania de Mato Grosso: nomeações, administrações e promoções (1751-1772) <i>Otávio Vítor Vieira Ribeiro</i>	68
Sistema donatário e elite fidalga portuguesa: conflito pelas capitanias de São Vicente e Santo Amaro (1679-1724) <i>Rafael Franzese Salmim</i>	84
De posição secundária a problema historiográfico: o diretório na capitania do Maranhão (1757-1774) <i>Felipe William dos Santos Silva</i>	98
“Entre o ‘nascido nobre’ e o ‘tornado nobre’: diálogos sobre a nobreza no século XVIII português” <i>Ana Beatriz Vargem Pinheiro</i>	110

As “paixões da alma” e o regime de viver: emoções e doenças em tratados médicos <i>Anny Barcelos Mazzioli</i>	120
Discussões sobre o tempo a partir da história regional brasileira: o empenho por uma consciência histórica, a disparidade entre passado e futuro, e a apropriação da retórica da modernidade pelos intelectuais em Goiás (séculos XIX e XX) <i>Janaina Ferreira dos Santos da Silva</i>	135
Os orientes de Freyre: tópica orientalista e lusotropicalismo <i>Arlindo José Reis de Souza</i>	149
Medievalismos na literatura de cordel brasileira: Leandro Gomes de Barros <i>Sabrinne Cordeiro Barbosa da Silva</i>	166
Controlo colonial e empoderamento social no romantismo brasileiro: a mulher escrava nos contos de Maria Firmina dos Reis e Machado de Assis <i>Jeissyane Furtado da Silva</i>	180
Territorialidades e linguagem em corpo de baile, de João Guimarães Rosa <i>Maria Schtine Viana</i>	193
Verde-amarelismo, antropofagia e polémicas: contradições e embates de Torquato Neto na coluna “Música Popular Brasileira” <i>Maria de Jesus Daiane Rufino Leal e Edwar de Alencar Castelo Branco</i>	206
Convivência e afastamento entre as cantoras brasileiras Dalva de Oliveira e Ângela Maria, através da <i>Revista do Rádio</i> <i>Raimundo César Vaz Neto</i>	220
Coleção <i>Taba</i> , história e música brasileira afetos: valores e memória no uso da MPB para o público infantil na década de 1980 <i>Camila Lordy Costa</i>	233
Fazer-se acreditar por constitucional: os dramas liberais e a cena teatral transatlân- tica luso-brasileira entre 1820 e 1840. <i>Josiane Nunes Machado Sampaio</i>	248

De Reino a Império – alimentação sob a pena e os pincéis de Debret (1816-1831) <i>Fernando Santa Clara</i>	264
Uma singularidade plural: Margarida Lopes de Almeida (1896-1983) <i>Nicoli Braga Macêdo</i>	278
Apontamentos luso-brasileiros, a partir de Mário Navarro da Costa e Rodolfo Pinto do Couto: produção artística e articulações entre Portugal e Brasil <i>Natália Cristina de Aquino Gomes</i>	291
Imaginando a nação luso-brasileira na Exposição Internacional do Centenário de 1922 no Rio de Janeiro <i>Thaís R. S. de Sant’Ana</i>	304
Representação de Portugal na exposição “Sala Mostra Portuguesa” do Museu Dom José, Sobral, Ceará, Brasil (2000). <i>António Luciano Morais Melo Filho</i>	317
A cultura açórico-catarinense e seus reflexos na arquitetura: uma análise histórico-cultural da Ilha de Santa Catarina <i>Leandro da Silva e Clotildes Avellar Teixeira</i>	332
“Contra aquelles que tudo nos querem arrancar”: a construção de um projeto de cidade na imprensa <i>Vitória Ribeiro</i>	349
Revisitando a categoria colonial para o Atlântico português dos séculos XVI, XVII e XVIII <i>Alec Ichiro Ito</i>	363

Introdução
Palavras sem fuso-horário

Roberta Stumpf
Aline Gallasch-Hall de Beuvink

Fundada em 2015 pelo Professor Doutor Miguel Figueira de Faria, então Diretor do Departamento de História, Artes e Humanidades, a Cátedra de História e Cultura Luso-Brasileira da Universidade Autónoma de Lisboa tem cumprido a missão para a qual esteve destinada: ser um espaço académico em Portugal para a promoção dos estudos luso-brasileiros e de intercâmbio de docentes e discentes dos dois países.

Para tanto, contou com o apoio de diferentes instituições brasileiras, nomeadamente, a Cátedra Jaime Cortesão, da Universidade de São Paulo, cuja contribuição, com destaque para o papel da Professora Doutora Vera Amaral Ferlini, foi fundamental para estabelecer um intercâmbio importante de professores, investigadores e alunos de licenciatura.

Nestes 8 anos de existência, estudiosos de várias instituições nacionais e internacionais foram convidados para apresentar e debater suas investigações, contribuindo para a difusão do conhecimento nas áreas de história e cultura do Brasil e de Portugal. Difícil elencar os nomes de tantos historiadores, historiadores da arte, arquitetos, urbanistas, arqueólogos, musicólogos, entre outros, cujas contribuições de excelente qualidade foram fundamentais para que a Cátedra ganhasse cada vez mais projeção dentro e fora de Portugal¹. Neste percurso não nos podemos esquecer dos contributos dos membros das Comissões, organizadora e científica, que permitiram concretizar, e constantemente repensar, as formas de alcançar os objetivos para ela definidos.

Também para nós a pandemia da COVID em 2020/2021 teve um efeito paradoxal. Primeiramente, interrompeu os trabalhos para depois, com a introdução das ferramentas online, dar à Cátedra uma projeção ainda maior. Desde então, as sessões com nossos convidados têm contado com uma assistência notável, sobretudo de professores e pesquisadores das instituições de ensino superior luso-brasileiras que conosco compartilharam as comunicações de nossos convidados. Nossas sessões se tornaram mais dinâmicas e nossos objetivos mais plausíveis.

¹ Cátedra de História e Cultura Luso-Brasileira, disponível em: <https://autonoma.pt/conteudo-dep/catedra-historia-luso-brasileira/>

Este entusiasmo alavancou novas idéias e projetos, dentre os quais o I Encontro internacional de Jovens Investigadores de História e Cultura Luso-Brasileira que se realizou a 27 e 28 de Maio de 2022 na Universidade Autónoma de Lisboa, nas modalidades presencial e virtual. Este encontro já tinha sido pensando no ano lectivo 2019/2020 mas a pandemia acabou por adiar a sua concretização. Uma vez abertas as inscrições, recebemos muitas candidaturas de mestrandos e doutorandos desejosos de partilhar e debater seus trabalhos de pesquisa. As propostas foram maioritariamente acolhidas dada a sua grande qualidade, independentemente da etapa na qual os proponentes estavam em suas investigações. O número nos surpreendeu, verdadeiramente. Foram aceitas cerca de 70 inscrições de alunos dos 2º e 3º ciclos de Universidades situadas em Portugal e no Brasil², e em menor número na Espanha, Itália, Inglaterra e Estados Unidos³.

As comunicações foram agrupadas de acordo com eixos temáticos bastante diversos dentro das duas áreas de nossa eleição: história e cultura luso-brasileiras. Da história das mulheres à história administrativa. Da cultura sonora à arte escultórica. Dos saberes oficiais à história indígena. Ou ainda, das pesquisas que se socorrem da prosopografia àquelas que se centram na teoria literária. São estes só alguns exemplos que permitem ter uma idéia da heterogeneidade das investigações que estão sendo realizadas pelos jovens investigadores na atualidade.

2 Em Portugal as universidades: de Lisboa; Nova de Lisboa; Autónoma de Lisboa; do Minho e de Évora. No Brasil as universidades: Federal do Acre; Federal do Pará; Federal do Piauí; Federal Rural do Pernambuco; Federal da Bahia; Federal do Espírito Santo; Federal de Juiz de Fora; Federal de Minas Gerais; Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais; Federal de Ouro Preto; Federal Rural do Rio de Janeiro; Federal Fluminense; Estadual do Rio de Janeiro; Federal de Santa Catarina; de São Paulo; Estadual de São Paulo; Federal de São Paulo; Estadual Paulista; de Campinas; Federal do Rio Grande do Sul; Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul e a LaSalle.

3 Universidad de Salamanca, Università degli Studi della Tuscia, King's College London e University of Houston-Clear Lake.

Para que pudéssemos contemplar um número tão elevado de comunicações selecionadas por uma Comissão científica de inestimável contributo⁴, optamos por realizar sessões simultâneas durante o Encontro, 12 na totalidade, coordenadas por professores do Departamento de História, Artes e Humanidades da UAL ou de outras instituições portuguesas, brasileiras e espanholas. A presença física dos coordenadores das Mesas, a quem muito agradecemos, e dos investigadores que estavam ou vieram a Portugal, foi essencial para dar «corpo» ao evento na medida em que não recorremos apenas à modalidade virtual. Os que podiam estar em Lisboa desfrutaram do convívio promovido, mas os que estavam longe não ficaram isolados. Nos dias atuais ninguém mais acredita que a participação virtual seja desvantajosa e este Encontro comprovou exatamente isso. Estivemos dois dias reunidos, com nossos diferentes sotaques e fusos horários, dialogando e trocando idéias como estava previsto.

Se a distância não se constituiu como um problema, tivemos que contornar a diferença de 4 horas que em maio separam o tempo dos relógios de Portugal e do Brasil, onde estavam grande parte dos participantes. À nossa convidada, Professora Doutora Iris Kantor, da Universidade de São Paulo, fizemos a proposta «inusitada» de proferir a palestra de «abertura» ao final do primeiro dia do evento. Valeu a pena. Muitos foram aqueles que puderam ouvir as excelentes reflexões de uma grande conhecedora da historiografia luso-brasileira⁵.

Com a publicação deste livro nos sentimos orgulhosos por dar a conhecer a qualidade de algumas das comunicações apresentadas no evento

4 Miguel Figueira de Faria (UAL), Roberta Stumpf (UAL), Aline Gallasch-Hall de Beuvink (UAL), Vera Ferlini (Cátedra Jaime Cortesão/Universidade de São Paulo), José Damião Rodrigues (Centro de História-Universidade de Lisboa), Renata Araújo (CHAM - Universidade Nova de Lisboa), Regina Célia Lima Xavier (Universidade Federal do Rio Grande do Sul), Fabricio Lyrio Santos (Universidade do Recôncavo Baiano), Sébastien Rozeaux (Université Toulouse II - Jean Jaurès).

5 A Palestra intitulava-se: “A investigação de História e Cultura Luso-Brasileira em Brasil e Portugal”.

mas também por estarmos a inaugurar, através deste livro, uma coleção de ebooks concebida para divulgar, para um público ainda mais amplo, os trabalhos que virão a se realizar no âmbito da Cátedra de História e Cultura Luso-Brasileira.

Os textos aqui reunidos foram enviados pelos palestrantes que quiseram partilhar também por escrito parte do trabalho que estão desenvolvendo enquanto alunos de mestrado e doutoramento. Estão, como já frisamos, em estágios diferentes de seus percursos académicos. Diferentemente do que outrora se recomendava, hoje se aconselha a divulgação das pesquisas antes de serem concluídas formalmente, o que nos permite crer que estamos contribuindo também para responder a esta demanda atual, com o rigor que sabemos ser necessário. Todos os textos publicados neste livro passaram pelo escrutínio dos membros da direção da Cátedra e da editora desta publicação, a quem também queremos agradecer.

Por fim, queremos manifestar um reconhecimento especial aos funcionários da Universidade Autónoma de Lisboa que garantiram a perfeita comunicação entre pessoas que, mesmo distantes, estavam conectadas e finalmente, aos nossos alunos de doutoramento⁶ que se envolveram com empenho na organização de um Encontro que não imaginávamos que ganharia tamanha dimensão e importância.

Ficam os votos de que os leitores aprendam com os autores desta coletânea e que estes avancem com sucesso nesta empreitada. Caso não a tenham finalizado em 2024, fica o nosso convite para que participem do II Encontro da Cátedra, juntamente com outros mestrandos e doutorandos que a nós quiserem se somar pela primeira vez.

Lisboa, 14 de Março de 2023

Roberta Stumpf

Aline Gallasch-Hall de Beuvink

⁶ Andréa Imaginário, Juliano Gomes, Nicoli Braga Macêdo, Rudney Castro e Sabrinne Cordeiro.

O retrato colonizado: a imagem do indígena brasileiro feita pelo colonizador português

Ellen Lima¹

Resumo

O processo da colonização imprimiu no imaginário da literatura e das artes um repertório de “retratos” do que seria o sujeito indígena. Essa imagética, seja visual ou textual, foi homogeneizada e cristalizada no imaginário ocidental. Os dois objetos que trataremos nesse trabalho, *A carta de Pero Vaz de Caminha* e *Adoração dos três reis magos* (1501-1506) de Vasco Fernandes, serão pensados como os primeiros “retratos”, literário e visual, do sujeito indígena brasileiro, numa dimensão crítica-colonial da imagem, como hipótese de uma representação que preconiza a desidentificação da humanidade do colonizador em relação ao colonizado, o retrato como a retirada da humanidade e das subjetividades do sujeito colonizado.

Palavras-chave: Retrato; Crítica; Indígenas; Colonização; *A carta de Pero Vaz de Caminha*, *A adoração dos três reis magos*.

Abstract

The colonization process imprinted a repertoire of “portraits” of what the indigenous subject would be in the imagination of literature and the arts. This imagery, whether visual or textual, has been homogenized and crystallized in the Western imagination. The two objects that we will deal with in this work “*A carta de Pero Vaz de Caminha*” and “*Adoração dos três reis magos*” (1501-1506), will be thought of here as the first literary and visual “portraits” of the Brazilian indigenous subject, in a critical-colonial dimension of the image as a hypothesis of a representation that advocates the deidentification of humanity from the colonizer in relation to the colonized, the portrait as the withdrawal of humanity and the subjectivities of the colonized subject.

Keywords: Portrait; Criticism; Indigenous; Colonization; *A carta de Pero Vaz de Caminha*, *A adoração dos três reis magos*.

Introdução

Representar um indivíduo, ou um grupo, pela observação ou por recursos como a memória ou imaginação, é uma antiga e extensa tradição verificada na História da Arte. Embora retratar seja uma prática que ocorreu em diferentes tempos e culturas, o retrato como gênero afirma-se na arte a partir do século XVI, movimentado principalmente pelos anseios das Cortes e das burguesias na projeção das suas imagens. Essas representações possuem espaço cativo na História e na Crítica da Arte ocidental, pois são iconografia conhecida e frequentemente estudada que registra a evocação do poder e da glória de uma sociedade autocentrada na ilusão da sua superioridade material, moral e humana. Entretanto, para essas sociedades, retratar aqueles que estavam submetidos ao poder colonial foi crucial no suporte das narrativas de supremacia e poder sobre o “outro”. É sobre esse tipo de representações que nos propomos a teorizar aqui os retratos realizados do sujeito colonizado, pensados a partir do olhar do colonizador. Das representações (ou idealizações) feitas para informar o achamento do “outro”, dos povos “encontrados” nos períodos das expansões coloniais, mais precisamente, os indígenas brasileiros.

Antes de mais, enuncio a localização da voz deste texto. É escrito por um corpo indígena que interroga a produção e circulação de imagens que produziram e continuam a reproduzir discursos que não reduzem apenas a diversidade, subjetividade, mas, sobretudo, a complexidade dos contextos históricos, políticos e socioculturais dos povos originários através do tempo, como poderosas ferramentas de alienação e negação de sua existência, autonomia e agenciamento no presente. Imagens binárias, míticas ou estereotipadas foram criadas e difundidas séculos a fio, de acordo com as narrativas de poder de cada época. Dito isto, neste trabalho não se propõe fazer uma análise formalista, mas, antes de tudo, uma crítica de um ideal colonialista de representação que foi, e ainda é, exaustivamente replicado e raramente questionado com cuidado. Fosse em perspectiva histórica ou estética, pensar

a imagem do sujeito indígena não estava no cerne das questões levantadas. Na narrativa ocidental da imagem, o retrato do subalternizado não parece algo tão relevante a ser pensado, ao menos que tenha *status* etnográfico, algo que ainda precisa ser “catalogado”. Por isso, pensar a imagem do colonizado realizado pelo colonizador pode revelar aspetos a serem considerados sobre o retrato no exercício deste tipo de análise crítica em que o presente trabalho se baseia.

O processo da colonização imprimiu no imaginário da literatura e das artes um repertório de “retratos” do que seria o sujeito indígena. Essa imagética, seja visual ou textual, foi homogeneizada e cristalizada no imaginário ocidental e criou estereótipos e estigmas que encontramos até aos dias hoje, e que não correspondem à diversidade real das populações originárias do Brasil, que atualmente estão requerendo e assumindo o direito de produzir a sua própria imagem. Para a tarefa de pensar estes retratos que foram endereçados à Corte, tanto no campo literário, quanto visual, acreditamos que é preciso localizar essas análises nas dimensões históricas, culturais e ideológicas. Como dito, estamos a falar da construção de imagens idealizadas por uma cultura autocentrada, onde aquilo que não se enquadrava no seu repertório normativo, foi essencialmente relegado à posição de “outro”.

Em “poder do retrato”, o historiador Édouard Pommier afirma que o retrato surge como uma forma de reconhecimento, de modo que se assemelha intencionalmente às imagens parecidas com personagens da história. No entanto, sublinha que “O acto de reconhecer não é incompatível com a preocupação de idealização, que tende a dar uma imagem harmoniosa da pessoa representada, temperando o realismo que a identificação implica” (Pommier, 2007, p. 176). Se a idealização é uma preocupação para “temperar” a identificação, devemos aqui questionar se ela também não serviria para o seu oposto: a não identificação, a dissolução de semelhanças com o interlocutor da imagem, sobretudo quando aplicado à imagem do “outro”. E ainda, em que medida essa idealização, que se estende ao longo dos séculos, corroborou implícita ou explicitamente com o projeto de poder e

dominação colonial. São questões a que este texto não tem a ambição de responder, mas de cooperar no exercício de revisitar com atenção as narrativas visuais coloniais sobre os povos originários. Para pensarmos a questão de como a idealização (e seu equivalente pejorativo, o estereótipo) foi historicamente parte das estruturas de poder colonial, devemos referir a tese do crítico cultural Edward Said, “Orientalismo”, onde, em linhas gerais, o autor expõe como a invenção do Oriente pelo Ocidente foi por muito tempo uma estratégia de dominação imperialista que, por aspirações políticas e ideológicas, criou representações mistificadas e estereotipadas desses povos.

O próprio termo “índio”, largamente conhecido, e que foi por muito tempo adotado para denominar as populações autóctones das Américas, é, segundo o historiador Yobenj Aucardo Chicangana Bayona, fruto de um equívoco de Cristóvão Colombo, que, achando que havia chegado às Índias, se referiu aos habitantes da ilha de Guanahari nas Bahamas como “índios”. Ele também observa como alguns elementos dessa primeira carta (1492) escrita por um europeu sobre as Américas estarão presentes nas futuras representações do “índio”. As observações de Bayona juntamente com a ideia de uma invenção ontológica do ocidente por Said, fornecem-nos pistas de que alguns esses retratos, por mais “científicos” que se reivindicassem na sua época, foram parte de um emaranhado de invenção e idealização coloniais.

O antropólogo João Pacheco de Oliveira (2016) observa a necessidade de conhecer e aprofundar o contexto da presença indígena em cada período de produção dessas imagens, para sair da armadilha do argumento indigenista de polarização entre os discursos de extermínio e proteção, que teve como consequência o regime de tutela desses povos. Assumindo que as descrições indígenas foram sofrendo variações de acordo com o período histórico, o antropólogo sugere a ligação de cada período com um regime específico de produção de alteridades. Dessa forma, ele destaca cinco “regimes de memória”² que, resumidamente abrangem: 1) O Primeiro Regime de Memória, que devido ao contexto de constante disputa da costa do país

2 Conceito desenvolvido por Johannes Fabian.

e da necessidade de criar alianças com esses povos, a representação era feita de forma simpática e positiva; 2) O Segundo Regime de Memória, apresenta uma mudança de postura da Coroa Portuguesa e a intenção de transformar os antigos e supostos aliados, em vassallos do rei. Procedeu uma separação e punição rigorosa aos que não aceitavam tal postura e, nesse momento, a separação entre o “índio colonial” e o “índio bravo” justifica perseguições e genocídios nomeados por “guerra justa”; 3) O Terceiro Regime de Memória, que se populariza na literatura indianista e nas artes românticas, transformando o indígena num personagem altamente idealizado e trágico, sempre remetido ao passado; 4) O Quarto Regime de Memória, seria o indigenismo republicano, que retoma a postura do indianismo do século XIX, mas atualiza e localiza a sua presença nas regiões mais remotas do país, “numa espécie de coração ou núcleo da nacionalidade, no meio das florestas intocadas, que reproduzem a natureza do País antes do descobrimento” (p. 19); 5) e por fim, o Quinto Regime de Memória, em que os próprios povos indígenas, através dos seus movimentos e organizações, constroem na contemporaneidade as suas imagens, procurando expressar a sua atualidade. Devido ao contexto histórico da produção das duas obras que são objetos deste trabalho, nos deteremos ao primeiro regime, ou seja, no contexto dos primeiros contatos entre ambos os mundos.

O primeiro retrato do indígena brasileiro, a carta

A *Carta de Caminha* é o primeiro documento que apresenta um retrato literário das populações originárias no Brasil. Apesar do carácter “científico”, de uma descrição detalhista e aparentemente “realista”, o texto é carregado de construções ideológicas de uma época e de uma sociedade de estrutura cultural autocentrada que, conseqüentemente, não é possível desassociar os retratos dessas construções. As primeiras menções aos indígenas na carta tratam de fazer o seu retrato físico, o autor propõe-se a fazer uma descrição acurada, uma “mimese” descritiva do que havia visto:

“A feição deles é serem pardos, um tanto avermelhados, de bons rostos e bons narizes, bem feitos (...). Ambos traziam o beijo de baixo furado e metido nele um osso verdadeiro, de comprimento de uma mão travessa, e da grossura de um fuso de algodão, agudo na ponta como um furador. Metem-nos pela parte de dentro do beijo; e a parte que lhes fica entre o beijo e os dentes é feita a modo de roque de xadrez. E trazem-no ali encaixado de sorte que não os magoa, nem lhes põe estorvo no falar, nem no comer e beber. Os cabelos deles são corredios. E andavam tosquiados, de tosquia alta antes do que sobre-pente, de boa grandeza, rapados todavia por cima das orelhas” (Caminha, 2020, p. 3).

A força da descrição desse retrato parece estar no estranhamento e na perplexidade do escrivão, guiado maioritariamente pelo distanciamento da sua identificação humana em relação aos indígenas, pela diferença. A descrição desses sujeitos originários feitas ao rei D. Manuel I, aproximam-se do relato de um elemento acessório às belas paisagens encontradas nessa “vossa terra nova”, facto que explicita a negação das complexidades e diversidades étnicas e culturais desses povos. Trata-se de um retrato de um “outro”, menos humano, uma vez que é possível encontrar a expressão “gente bestial” e, em outra passagem, a comparação com aves e “animais monteses”, no que se refeririam a seus hábitos de asseio. Apenas eventualmente esse retrato é atravessado por alguma aproximação entre as suas humanidades.

O retrato é construído pela marcação de muitas fronteiras, mas pela dissolução de uma em particular. As fronteiras, segundo o sociólogo Boaventura de Sousa Santos (2009), são mais que linhas divisórias geopolíticas, são muros de separação entre a *humanidade* e a *sub-humanidade*. São sempre instrumentos e expressões do poder de quem as define. A carta é marcada por linhas muito bem delimitadas, a escrita deixa clara as fronteiras entre as humanidades dos portugueses em relação aos indígenas. Essas fronteiras, no entanto, são inesperadamente dissolvidas no momento em que Caminha descreve as mulheres indígenas em comparação às mulheres

européias. “E uma daquelas moças era toda tingida de baixo a cima, daquela tintura e certo era tão bem feita e tão redonda, e sua vergonha tão graciosa que a muitas mulheres de nossa terra, vendo-lhe tais feições envergonhara, por não terem as suas como ela” (Caminha, 2020, p. 5). É curioso pensar que um traço humano, fora do contexto da paisagem, ou de uma referência animalesca, fora percebido na mulher indígena. Curioso, mas não surpreendente se pensarmos o que representava a figura da mulher no século XVI, que, mesmo com a renovação intelectual do Renascimento europeu em curso, foi mantida sob vigilância, tutela e total submissão, em outras palavras: a mulher como a subcategoria do ser humano.

A comparação do ponto de vista do homem ocidental colonizador, aqui só é possível quando é de um ser “menor”, em relação a outro ser “menor ainda”. Essa suposta descrição anatômica da mulher feita por Caminha, que a princípio pode, para um leitor desavisado, compreender um elogio, chama muito à atenção porque é evidente que não há nenhuma outra passagem que descreva os corpos indígenas masculinos. Dessa forma, o retrato da mulher indígena aproxima-se da humanidade da mulher europeia, porque as suas existências parecem compreender outro tipo de humanidade.

A nudez é um tema recorrente no documento que demonstra, além do estranhamento e da incredulidade do escrivão, a relação que faz o europeu da nudez com a vergonha. As análises sobre esse aspecto da carta consideram sempre a narrativa religiosa do paraíso, a expulsão e a consciência da nudez ou das “vergonhas” após o pecado. Essa ideia parece colaborar na construção de uma “aura de inocência” para esse retrato endereçado ao rei. Entretanto, é pertinente considerar que na enunciação: “Nem estimam de cobrir ou de mostrar suas vergonhas; e nisso têm tanta inocência como em mostrar o rosto” (Caminha, 2020, p. 3). Não há necessariamente uma percepção efetiva da humanidade dos indígenas para lhes atribuir algo tão nobre como uma “aura” ou qualquer coisa transcendente. Além disso, o filósofo e ensaísta italiano Giorgio Agamben (2009), ao analisar as conclusões de teólogos sobre a nudez de Adão e Eva, constata que alguns desses pesquisadores

acreditam que a percepção da nudez não teria relação com não se perceberem nus, mas por, antes da “queda”, estarem cobertos por uma “veste de graça”. O desnudamento descrito na narrativa do Génesis tem, portanto, uma conotação profundamente negativa, já que é a punição pelo pecado a perda dessa “veste da graça”, o que conduz o autor a concluir que o problema da nudez é o problema da perda da graça divina. Caminha deixa claro que reconhece naqueles corpos nus “suas vergonhas”. Pela lógica, se há vergonhas, não há a “graça” que refere Agamben ao pensar a teologia das vestes. A “inocência”, a que tanto se refere o escrivão, parece-se muito menos com um elogio cristão e mais com a descrição do costume de um povo “menor” que precisará de ser “civilizado”, mais um argumento para tutelar os indígenas (prática comum ao colonialismo com os povos originários) o que, para nós, desmonta a ideia romântica de que o retrato conota uma “aura de inocência”, mas sim, uma certa animalização e subjugo dos indígenas em relação ao Homem Moderno. Uma vez que a carta termina com Caminha dizendo ao rei que o melhor fruto que se pode tirar daquela terra era “salvar aquela gente”, nesse sentido, a tão recorrente dita “aura” nesse escrito parece revelar um retrato pintado com um contorno que não atribui a esses indivíduos uma luminosidade divina, mas o contorno colorido da queda, do selvagem e do pecado.

Dito isso, por mais que *Carta de Caminha* seja um marco na literatura de viagens da Idade Moderna e o seu autor entendido como exemplo de um homem mais atento e interessado ao “outro”, parece-nos ingênuo não admitir que esse “outro” é dado (e retratado) como inferior em relação à humanidade do colonizador. A insistência de leituras românticas desse primeiro retrato, considerado por alguns historiadores como a “certidão de nascimento” da história brasileira, não passa da reprodução do equívoco, ou de uma tentativa de continuidade do silenciamento de vozes dissonantes, o que contribui para a ideia da colonização como necessária e pacífica. A descrição, como dito, é muito menos apresentada no campo de uma identificação humana, mas muito mais como uma diferenciação bastante enfática entre o colonizador e o colonizado.

O primeiro retrato pictórico: *Adoração dos três reis magos*

Logo após a invasão dos portugueses às terras que viriam a ser o que o hoje chamamos de Brasil, algumas pinturas com representações desses povos ocorreram em Portugal. Essas representações localizam-se no primeiro regime de memória descrito por Pacheco (2016) e uma das principais motivações para tais imagens, consideradas positivas pelo autor, foi o facto de, neste período, a costa do país estar em constante disputa entre portugueses e franceses, além de uma pequena presença espanhola. A necessidade de transformar esses povos em aliados para garantir o projeto de expansão territorial, foi um dos principais motivos para uma atmosfera de simpatia na imagem do indígena. A primeira dessas imagens pictóricas seria a pintura a óleo sobre madeira de carvalho *Adoração dos três reis magos* (1501-1506) de Vasco Fernandes, onde um indígena (supostamente da etnia Tupinambá) é representado numa cena bíblica, onde ele está no lugar onde tradicionalmente estaria o rei mago negro Baltazar. Tratarei aqui essa representação como o primeiro retrato pictórico, apoiada nas considerações de Pommier no campo da identificação e do reconhecimento. Considerando também que essa figura na pintura expressa uma intenção clara de reconhecimento e domínio sobre o habitante do “novo mundo”, os símbolos que lhes são atribuídos - como o ouro oferecido ao menino Jesus em estado bruto -, remontam novamente ao retrato do indígena passivo e servil. O discurso visual nessa imagem materializa o ideal e a confiança colonizatória. Na imagem, está o retrato idealizado do indígena brasileiro, dessa vez não nu, mas vestido com adornos brilhantes. Basta uma superficial análise para perceber que os únicos atributos que de facto denotam a aparência indígena são a cor da pele e o cocar de penas, como analisa a historiadora Maria Aparecida Ribeiro (2021).

Se nos detivermos nas feições do “índio-mago” da *Adoração*, veremos que se assemelham às do rei que o sucede. Apenas a sua cor é a dos índios. O cabelo, apesar de cortado rente, aproxima-se mais do de São José, um judeu, ou do ulótrico próprio dos africanos, que do lisótrico dos ameríndios

e dos indianos. A sua roupa tem qualquer coisa de oriental na leveza do tecido, nos colares brilhantes, nas pulseiras de ouro que lhe adornam as mãos e os pés, enfeites que os índios brasileiros não usavam (Ribeiro, 2021, p. 299).

Essa análise corrobora a questão levantada nesse trabalho: os retratos feitos dos colonizados estão no campo da subtração. Se na obra de Caminha, a humanidade dos indígenas é retirada, aqui a imagem do indígena na sua representação natural não é tolerável, o que conduz a uma outra subtração, a da subjetividade para a “invenção” do “outro”.

Para além da propaganda das conquistas manuelinas, como dito, este quadro denota não só a intolerância da imagem do indígena pela sociedade colonial, mas sobretudo a sua idealização e invenção para atender os seus interesses. No capítulo “O retrato mítico do colonizado”, do seu livro *Retrato do colonizado precedido pelo retrato do colonizado* (2007), Albert Memmi aponta que o colonizador manda e impõe uma imagem do colonizado e que pouco lhe importa o que o sujeito colonizado seja. Esse processo de desumanização (que é próprio do mecanismo de assimilação) passa por diversas etapas, uma delas é a negação. Nesse retrato, a negação da figura indígena é clara e não nos parece que a escolha de o colocar nessa imagem fosse um elogio. O que fica claro é o entusiasmo do colonizador, da negação do que Memmi vai apontar como epítome de seu apagamento enquanto indivíduo: a sua liberdade. Apesar de ser uma alegoria, o indígena é nessa imagem cristão, não há escolha para os habitantes do novo mundo no projeto colonialista. Na recusa desse destino, a imagem dos indígenas *servis e gentis* vai sofrer uma mutação para o retrato de “selvagens e canibais”, imagens essas que vão corroborar para a justificativa da “guerra justa”, em outras palavras, o genocídio em massa de populações indígenas que se recusam a serem vassalos do rei. Aqui se encerrará a suposta “simpatia” desses primeiros retratos.

Considerações finais

Ao propor uma reflexão sobre estas duas primeiras imagens (literária e pictórica) feitas do indígena brasileiro, como um primeiro retrato dos povos originários idealizados pelo colonizador, verificamos primeiramente que essas representações não são dissociáveis do pensamento cultural de uma época e que os retratados são inscritos no campo do imaginário do “outro”. Esse imaginário é essencialmente orientado pela diferença e, por mais analítico e descritivo que um retrato se possa reivindicar (como no caso de Caminha), está impregnado de idealizações do “outro”. O retrato, como observa o filósofo José Gil (2005), não pode ser uma representação mimética, mas a “representação de uma representação”, pois “a própria percepção do modelo supõe essa reduplicação”. No caso das pinturas feitas do colonizado pelo pensamento colonizador, considero que essa reduplicação tenha ainda mais um ramo: a invenção do outro. Essa invenção colonial do retrato do sujeito indígena parece, ao contrário de acrescentar à sombra um contorno de vida ou evocar uma presença, como descreve o mito da origem do retrato de Plínio, ou como desenvolvem os teóricos desse campo, que justamente os retira. O colonizador “tira” o retrato do colonizado. A expressão é muito apropriada e simbólica no que tange as análises feitas neste trabalho: os dois retratos aqui analisados evidenciam sempre a subtração de alguma característica que concede o *status* de indivíduo ao indígena brasileiro. Em Caminha, a humanidade é sempre subtraída em relação à humanidade do Homem Moderno; em Vasco Fernandes, a subjetividade é subtraída quando os únicos sinais na imagem que denotam a aparência de um indígena são um cocar e a cor da pele. Ao observar essas imagens, ficamos reincidentemente a questionar-nos se aqui um “retrato” não é justamente o contrário do mito de Plínio que, nas palavras de José Gil, “suspende o tempo, torna presente a ausência” e consiste na insistência de prolongar a imagem para além da morte. Concluo que é justamente o avesso disso: o colonizador coloniza também a imagem, inventa o outro, retira a sua alma, contorno, desumaniza, apaga, torna ausente a consciência da presença, da vida e das particularidades e subjetividades desses povos.

Referências bibliográficas

- Agamben, G. (2009) *Nudez*. Relógio D'Água.
- Caminha, P. (s.d.). *A carta de Pero Vaz de Caminha*. Acervo digital da Biblioteca Nacional. http://objdigital.bn.br/Acervo_Digital/livros_eletronicos/carta.pdf.
- Castro, E. (1992). O mármore e a murta: sobre a inconstância da alma selvagem. In *A inconstância da alma selvagem – e outros ensaios de antropologia*. Cosac & Naify.
- Chicangana-Bayona, Y. (2006). Do Apolo de Belvedere ao guerreiro tupi-nambá: etnografia e convenções renascentistas. *História*, v. 25, n. 2.
- Gil, José (2005). *Sem Título - Escritos sobre Arte e Artistas*. Relógio D'Água.
- Memmi, A. (2007). *Retrato do colonizado precedido pelo retrato do colonizador*. Civilização Brasileira.
- Oliveira, J. (2016). *O nascimento do Brasil e outros ensaios : “pacificação”, regime tutelar e formação de alteridades*. Contra Capa.
- Pommier, E. (2007). *Comment l'art devint l'Art dans l'Italie de la Renaissance*. Gallimard.
- Ribeiro, M. (2021). *Penas de Índio: A Representação do “Brasileiro” na Arte*. Universidade Católica Portuguesa. <http://hdl.handle.net/10316.2/23898>.
- Said, E. (1990). *Orientalismo: o Oriente como invenção do Ocidente*. Companhia das Letras.
- Santos, B. (1993). Modernidade, identidade e a cultura de fronteira. *Tempo Social*, 5(1/2), 31-52. <https://doi.org/10.1590/ts.v5i1/2.84940>.

**Tabusseram: uma aldeia Tupi colonial
no Brasil Ibérico setentrional (1593-1645)¹**

Lucas de Lima Silva²

Resumo

Este capítulo representa um primeiro esforço para identificar a continuidade cronológica da aldeia indígena de Tabusseram e das suas lideranças. Com isso, procuramos demonstrar que este agrupamento de pessoas, apesar de continuamente exposto a forças centrífugas, alheias às dinâmicas das sociedades Tupi, obteve algum sucesso em preservar os seus interesses locais, ainda que comprometendo-se com a expansão de poderes coloniais Europeus.

Palavras-chave: Aldeamento; Colonização; História indígena; História social.

Abstract

This chapter is a first step in identifying the chronological continuity of the indigenous village of Tabusseram and its leadership. We seek to demonstrate that this group of people, despite being continuously exposed to centrifugal forces, unrelated to the dynamics of Tupi societies, had some success in preserving their local agency, despite committing to the expansion of European colonial powers.

Keywords: Village; Colonization; Indigenous history; Social history.

1 O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001.

2 O autor agradece às Comissões Organizadora e Científica do I Encontro Internacional de Jovens Investigadores de História e Cultura Luso-Brasileira, bem como à coordenadora da Mesa Redonda “Protagonismos”, Prof^a Dr^a Benita Langavant, pela oportunidade de apresentar oralmente e publicar o presente capítulo. Este texto vem sendo maturado publicamente desde 14 de setembro de 2021, quando o autor apresentou o trabalho “Tabusseram, notas sobre a agência indígena em aldeamentos coloniais nas Capitâneas do Norte (1617-1654)”, no VIII Encontro Internacional de História Colonial. Agradeço aos colegas que fizeram parte do Simpósio “Indígenas e africanos no Atlântico Sul” e contribuíram para o aperfeiçoamento da pesquisa, em particular à Prof^a Dr^a Crislayne Alfagali, coordenadora do Simpósio. Também sou especialmente grato ao Prof. Dr. Bruno Miranda, pela cuidadosa e paciente orientação desta pesquisa.

Introdução: a nova história indígena

A renovação teórico-metodológica ocorrida nos estudos acadêmicos que abordam as histórias das diversas sociedades ameríndias no Brasil, especialmente nos campos da História e da Antropologia, tem produzido, nos últimos 30 anos (Almeida, 2013, p. 9), análises originais que demonstram efetivamente a influência da ação propositada dos Povos Indígenas nos mais variados processos e contextos históricos (Miranda & Dantas, 2021). O principal fator que motivou esta renovação consistiu na mudança do entendimento acadêmico sobre a Cultura humana e os seus processos de transformação (Miranda & Dantas, 2021, p. 26). Pode-se perceber que uma das ferramentas argumentativas mais contundentemente empregadas pelos historiadores e antropólogos para embasar estas análises, têm sido a demonstração da continuidade sociocultural dos grupos indígenas (Almeida, 2010) ao longo do tempo e do espaço (Monteiro, 1994). Assim, o interesse deste capítulo, em investigar a continuidade do agrupamento indígena denominado Tabusseram³, ou Nossa Senhora da Assunção, e da rede de lideranças ameríndias que tinha a aldeia como base, se vincula aos conceitos e métodos mobilizados por essa “Nova História Indígena” (Monteiro, 1995, p. 223).

Cabe ressaltar que a Nova História Indígena não nega o impacto – não raro negativo – que o contato com o Velho Mundo legou às diversas sociedades ameríndias (Almeida, 2013; Monteiro, 1994), mas ressalta que essas foram capazes de formular ativamente estratégias, obtendo algum sucesso na manutenção e expansão de interesses próprios, ainda que isso significasse um envolvimento direto com grupos, agentes, dinâmicas e sistemas não-indígenas (Almeida, 2013, pp. 68-82 e 91-108).

³ “Tabusseram” foi a grafia padronizada que adotamos circunstancialmente para representar o nome da aldeia ao longo do texto, de maneira uniforme. Todavia, as diversas fontes consultadas para a realização deste trabalho apresentam alguma variação na escrita do nome da aldeia, como se verá adiante. A possível identificação, em pesquisas futuras, do significado da palavra poderá corrigir a grafia atualmente adotada, aproximando-a às convenções Linguísticas mais recentes para o idioma tupi.

Deste envolvimento, certamente resultaram transformações complexas nas dinâmicas internas das sociedades ameríndias, podendo-se dizer que até mesmo a própria noção de “aldeia” ou “aldeamento” colonial seja uma delas (Petroni, 1995, pp. 103-105). Todavia, como a mencionada mudança no entendimento da Cultura humana tem demonstrado, essas transformações devem sempre ser devidamente contextualizadas em relação às sociedades colonial ou nacional circundantes, que também passaram por inúmeras transformações socioculturais ao longo do tempo (Almeida, 2010), mas que frequentemente mantiveram uma percepção diferencial de si próprias em relação às alteridades indígenas (Oliveira, 2016, pp. 26-40). Por fim, cabe arrematar, dado o escopo exigido para este capítulo, que são estes direcionamentos teórico-conceituais aqui explicitados que norteiam a análise abaixo, o que lembraremos ao leitor pontualmente.

Por uma história das aldeias e dos indígenas coloniais

Outro objetivo central deste capítulo é evidenciar a própria aldeia enquanto possível objeto de pesquisa histórica. Alguns historiadores já notaram a repetida ocorrência nominal de Tabusseram em *corpora* documentais do seu interesse, sem terem, todavia, feito leituras amplas que conectassem propriamente fontes e processos diversos. O historiador jesuíta, Padre Serafim Leite, escreveu no Tomo 5 da sua monumental *História da Companhia de Jesus no Brasil*, maioritariamente a partir da documentação do *Archivum Romanum Societatis Iesu*, em Roma, breves históricos de diversas aldeias geridas ou frequentadas pelos inacianos. Porém, apesar de dispor da riquíssima documentação jesuítica, Leite parece não associar diretamente os registros para as aldeias de Tabusseram e de Assunção (Leite, 1945, pp. 336-338 e 340-341). Outro historiador religioso, desta vez franciscano, Frei Venâncio Willeke, também comentou pontualmente sobre o histórico de uma aldeia de Assunção na Capitania da Paraíba (Willeke, 1978, pp. 47-48), que acreditamos ser a mesma aldeia de Tabusseram, embora ainda não tenhamos identificado o

uso do nome indígena entre os frades da Ordem Seráfica nos documentos consultados até agora. Mais recentemente, o historiador da cartografia Levy Pereira, para o seu projeto de georreferenciamento de um mapa holandês, identificou a associação nominal entre um aldeamento do período da dominação neerlandesa no Brasil, “Tapucarama”, e uma das aldeias arroladas na “resenha” dos “índios de guerra” mobilizados por Jerônimo de Albuquerque, na Jornada do Maranhão, “Tambaçuramá” (Pereira, 2018). Os três historiadores, todavia, mantiveram-se limitados aos *corpora* documentais vinculados aos seus interesses de pesquisa mais imediatos e não dedicaram muitos esforços analíticos a Tabusseram. Ainda, dada a sua formação e motivação religiosa (Neotti, 1978; Ruckstadter & Skalinski, 2017; Willeke, 1978, pp. 13-14), Willeke e Leite estão mais interessados na história da obra missionária, do que necessariamente nas aldeias e nos índios coloniais *per se*. Logo, para além destas identificações anteriores em fontes históricas da aldeia, pouco se pode extrair sobre a História Indígena de Tabusseram, enquanto não levarmos em conta os seus principais agentes: os povos indígenas. Ao atentar para as ações dos agentes ameríndios, como preconiza a Nova História Indígena, pode-se vislumbrar um contexto histórico anteriormente opaco, ampliando conexões entre fontes e reconstituindo cenários históricos de modo mais complexo.

Tabusseram, ou Nossa Senhora da Assunção: um problema metodológico

Primeiramente, contudo, cabe perguntar se é possível estabelecer a continuidade sociocultural do agrupamento indígena de Tabusseram, dado o conhecido empecilho que pesquisadores dedicados à História Indígena enfrentam: a escassez de fontes históricas produzidas primariamente pelos grupos e indivíduos que são o objeto de estudo (Almeida, 2013, p. 38). As fontes históricas disponíveis são maioritariamente orientadas pelas visões etnocêntricas de missionários, colonos e funcionários régios europeus, que estão interessados, apenas instrumentalmente, no modo de vida dos habitan-

tes originários do Brasil (Galindo, 2017, p. 26). Todavia, através de análises comparativas e uso de fontes diversificadas (Almeida, 2013, p. 38; Galindo, 2017, p. 26) pode-se chegar a denominadores comuns, que fornecem indícios interessantes e permitem ao historiador filtrar os interesses imediatos que motivaram o registro histórico realizado por estes agentes europeus variados. Assim, a tipologia dos documentos mobilizados neste breve capítulo também é naturalmente variegada. Lançamos mão a fontes burocrático-administrativas e narrativas, ibéricas e norte-europeias, temporais e religiosas, num esforço de tentar recompor a trajetória da aldeia e a rede de agentes indígenas que nela atuou.

De fato, a variação principia já pelo(s) próprio(s) nome(s) da aldeia: Tabusseram e/ou Nossa Senhora da Assunção; sendo dois os registos históricos que nos informam a dupla nomenclatura, tupi e portuguesa, da aldeia. O primeiro está na Carta Ânua que a Província do Brasil da Companhia de Jesus enviou ao Geral da mesma Companhia em 1626, referente às atividades missionárias da Província para os anos de 1624 e 1625. O redator da Carta, padre António Vieira, informa que os indígenas da “aldeia de Nossa Senhora da Assumpção, em Tubueramá” (Morais, 1860, p. 118), em alguma data não especificada dentro do período retratado na Ânua, peticionaram ao Colégio de Olinda o recebimento de um padre da Companhia, fixo na sua aldeia. Quase dez anos depois, já durante a invasão da Companhia Holandesa das Índias Ocidentais (WIC) às Capitâneas do Norte, outro padre jesuíta relatará aos neerlandeses a ocorrência de uma aldeia intitulada “Tabuçurama, ou Nossa Senhora da Assumpção” (Laet, 1919-1920, p. 90). Apesar de não proverem muitas informações sobre as atividades missionárias anteriores na aldeia – que já se desenrolavam há pelo menos três décadas, desde 1593 (Willeke, 1978, p. 47) –, os registos da dupla nomenclatura da aldeia feitos pelos padres jesuítas, foram essenciais para auxiliar na identificação de Tabusseram/Assunção em outras fontes, visto que se notou ser mais comum a ocorrência de apenas um dos dois nomes, provavelmente devido às motivações ou limitações de seus produtores. A este registo bilingue,

devemos certamente o esforço dos padres jesuítas no Brasil em compreender as dinâmicas culturais e linguísticas dos grupos Tupi com quem travaram contato nos dois primeiros séculos do Brasil Colonial (Almeida, 2013, p. 38; Castro, 2002, pp. 183-264). Como foi ressaltado acima, todavia, apenas a identificação nominal da aldeia nas fontes históricas se mostra insuficiente para a escrita da História Indígena. De facto, a incorporação dos agentes ameríndios é imprescindível tanto para que as relações recíprocas entre Tabusseram e o mundo colonial em formação sejam plenamente compreendidas, quanto para que a continuidade da aldeia seja de fato estabelecida. Desta feita, o primeiro agente indígena que seguramente identificamos conectado a Tabusseram é o indivíduo que, assim como a aldeia, possui dois nomes: Jaguarari, ou Simão Soares.

Simão Soares Jaguarari e a aldeia na Baía da Traição, Capitania da Paraíba (1593-1625)

No seu relato sobre os primeiros anos da segunda invasão holandesa ao Brasil, Duarte de Albuquerque Coelho, o Marquês de Basto, narra o que ocorreu a um certo índio que “Chamava-se entre nós Simão Soares, e entre os seus Jaguarari”, líder indígena que “Era dos mais principais, e tio de Antônio Felipe Camarão” (Coelho, 1982, p. 176). Segundo Coelho, Jaguarari foi preso injustamente pelos portugueses, por sua mulher e filho se terem bandeado para o lado dos holandeses quando da arribada da esquadra de Boudewijn Hendricksz à Baía da Traição, na Capitania da Paraíba, em junho de 1625. Essa esquadra havia desistido de retomar Salvador aos ibéricos, que haviam capitulado a guarnição holandesa aí presente, encerrando o primeiro episódio da invasão neerlandesa ao Brasil (Boxer, 1961, pp. 35-37). Coelho transcreve um discurso supostamente proferido por Jaguarari, após este ter sido abandonado para morrer pelo capitão do Forte dos Reis Magos, onde se encontrava preso. À priori, o relato de Albuquerque Coelho, que é a principal fonte biográfica que dispomos para o Simão Soares (Monserrat *et al.*, 2020, para. 5) não menciona em momento algum a sua vinculação a Tabus-

-seram. Todavia, através do cruzamento amplo de fontes, a relação pode ser estabelecida.

A edição francesa do *Nieuwe Wereldt ofte Beschryvinghe van West-Indien*, escrita pelo Diretor da Companhia Holandesa das Índias Ocidentais e intelectual humanista Johannes de Laet (1640), apresenta um relato sobre o mesmo episódio da estadia da esquadra neerlandesa na Baía da Traição, com teor um pouco diferente da de Coelho. Nele somos informados da existência de uma aldeia chamada de “Taboussoram”⁴, cujo “le Capitaine desquels se nommoit Yayuararii” fugiu com o grupo “vers les Tapuyas”, isto é, para o interior do território, com medo das represálias portuguesas, após terem ajudado os neerlandeses de Boudewijn Hendricksz (Laet, 1640, p. 540). Neste relato neerlandês, Jaguarari, estabelecido como o capitão de Tabusseram, já não figura tanto como o leal vassalo do texto do Marquês de Basto⁵. Porém, embora a representação elogiosa de Jaguarari no texto de Albuquerque Coelho seja suspeita, o cotejamento com outras fontes pode matizar a sua análise. Exemplo é que, num momento do seu suposto discurso transcrito no *Memórias Diárias da Guerra do Brasil*, Simão Soares afirma ter tomado parte na Conquista do Maranhão, episódio que já vimos ter envolvido uma aldeia de “Tambaçuramá”, conforme ocorre no manuscrito sobre a Jornada, atribuído a Diogo de Campos Moreno (Moreno, 2011, p. 45). Adicionalmente, apesar de Moreno não localizar geograficamente esta aldeia de “Tambaçuramá”,

4 Tomamos conhecimento desta citação a “Taboussoram” através da valorosa obra do historiador canadense John Hemming, *Ouro Vermelho*, o que o põe entre os historiadores que, de algum modo, também tocaram na história da aldeia (Hemming, 2007, p. 421).

5 Luís da Câmara Cascudo já tinha notado com desconfiança que o texto de Coelho “Pode ser «estória» para animar os indígenas”, apesar de não duvidar da existência do personagem histórico de Jaguarari, uma vez que esteve ciente de mercê régia recebida por este (Cascudo, 1984, p. 90). Endossamos a suspeição de Cascudo, acrescentando que a representação de Jaguarari no relato do Marquês de Basto também pode ser entendida como uma crítica aos colonos que “faltaram ali à sua obrigação” (Coelho, 1982, p. 176). Assim, esta suposta lealdade incontestada de Simão Soares à Monarquia Hispânica teria o objetivo moral de demonstrar que mesmo um índio que fora injustamente preso e torturado durante oito anos pelos portugueses, soube manter-se fiel a El-Rei. Porém, apesar da provável ocorrência de teor moral no relato de Coelho, certas informações sobre o Jaguarari ali presentes são corroboradas através da comparação com outras fontes, como será exposto.

ou nomear os 70 indígenas que dela serviram na Jornada do Maranhão, Frei Vicente do Salvador, frade franciscano que sabidamente serviu nas missões indígenas da Paraíba (Willeke, 1978, pp. 43, 48) afirma que os 200 “índios de peleja” escolhidos por Jerônimo de Albuquerque para tomar parte na conquista do Maranhão provieram todos das “aldeias da Paraíba” (Salvador, 1982, p. 338), o que fortalece a hipótese de que esta “Tambaçuramá” é mesmo a aldeia de Tabusseram, comandada por Jaguarari e localizada nos arredores da Baía da Traição, Capitania da Paraíba. Um outro registo histórico que provavelmente também se refere ao aprisionamento de Jaguarari mencionado por Coelho, está na já citada Carta Ânua de 1626. Nela, António Vieira – apesar de afirmar que nenhuma aldeia sob a administração da Companhia de Jesus desertou aos neerlandeses (Vieira, 2003, p. 115), o que reputamos suspeito⁶ – menciona que duas lideranças indígenas, infelizmente anónimas, foram aprisionadas no Forte dos Reis Magos, por terem auxiliado as razias da esquadra holandesa na Baía da Traição⁷.

Tabusseram: polo de uma rede de lideranças indígenas

O episódio da esquadra holandesa na Baía da Traição em 1625 evidencia um factor interessante sobre Tabusseram e a agência das suas lideran-

6 A afirmação de Vieira vai de encontro às informações que dispomos sobre a defecção de Jaguarari e Tabusseram para a esquadra holandesa e dos registos históricos dispostos por Serafim Leite, que coloca a aldeia sob a órbita jesuítica à época da investida neerlandesa na Baía da Traição, utilizando-se inclusive da Carta Ânua de 1626 (Leite, 1945, pp. 336-338). O próprio Vieira chegou a apontar que parte dos indígenas que cooperaram com os holandeses intentaram fugir para a serra da Copaoba, no interior do território, assemelhando-se à fuga do Yayuararii “vers les Tapuias” no texto de Johannes de Laet (Vieira, 2003, p. 115). Como Juliana Fujimoto sabidamente destacou em seu artigo *Atuação dos Aldeamentos Missionários Jesuíticos durante a Invasão Holandesa da Bahia (1624-1625)*, o texto de Vieira está imbuído numa visão de mundo profundamente religiosa (2011, para. 11). Assim, supomos que esta pode ter sido uma omissão proposital da parte da Província Inaciana, que ordenou a redação da Carta Ânua, diminuindo a importância da deserção, de modo a não abalar a fé no empreendimento missionário.

7 Ruth Monserrat, Cândida Barros e Bartira Barbosa também notaram no seu artigo sobre um pós-escrito de 1645, cuja autoria atribuíram a Jaguarari, que o relato de Vieira é uma possível referência à prisão de Simão Soares, relatada em maiores detalhes por Albuquerque Coelho (Monserrat *et al.*, 2020, para. 10).

ças. Apesar da sua participação anterior na Jornada do Maranhão a serviço da Coroa Portuguesa, é patente que ao menos uma parte dos ameríndios vinculada à aldeia não estava satisfeita com o jugo Ibérico (Laet, 1908, p. 96), que era recente na Paraíba (Meuwese, 2003, pp. 28-29 e 82-83). Ainda, o levante de Tabusseram deixou indícios nas fontes históricas da existência de uma rede de lideranças indígenas (Monserrat *et al.*, 2020), que tem na aldeia e em Jaguarari um dos seus tentáculos. Esta rede, porém, será tensionada quando da prevista expedição punitiva portuguesa contra os ameríndios que se aliaram aos holandeses em 1625. António Vieira aponta a divisão interna entre lideranças indígenas neste evento: “não obstante serem estes e os nossos da mesma nação, e muitos de estreito parentesco, porque o capitão da aldeia de S. Miguel, de três tios, que tinha da parte contrária, deixou dois mortos. Tanto estimaram a fidelidade que a antepuseram o próprio sangue” (Vieira, 2003, p. 115). Embora Jaguarari não tenha logrado escapar à revanche dos colonos portugueses e seus aliados, outros membros desta rede de lideranças indígenas negociaram com os neerlandeses para embarcarem nos navios da WIC (Laet, 1908, p. 97). Esses mesmos ameríndios retornarão às Capitânicas do Norte durante a segunda ofensiva da Companhia das Índias Ocidentais contra o Brasil (Mello, 1947, p. 233), e as suas ações tornarão a evidenciar a existência anterior de uma rede de relações entre lideranças indígenas nas Capitânicas do Norte (Hulsman, 2006, pp. 41-42). Não é nenhuma surpresa que entre aqueles, também encontraremos um outro agente indígena de Tabusseram, o que infelizmente não poderemos tratar aqui, dado o breve teor deste capítulo, cabendo apenas a menção para trabalhos futuros.

O “Mossocata” e migração para a Capitania de Itamaracá durante a Segunda Invasão Neerlandesa ao Brasil (1625-1645)

Em 1630, um brabantino de nome Adriaen Verdonck, residente no Brasil desde pelo menos 1618 (Mello, 2004, p. 33), informará em relatório à administração da Conquista neerlandesa que diversas aldeias na Baía da

Traição estavam sendo “queimadas pelos portugueses” e os seus habitantes “mortos ou escravizados”, como parte da repressão desencadeada contra os índios que se aliaram aos holandeses em 1625 (Verdonck, 2004, p. 44). Contudo, este evento não fez cessar a existência de Tabusseram, ou ao menos de parte desta. Em verdade, esta continuidade pode fornecer indícios ao pesquisador atento aos padrões socioculturais Tupi sobre a persistência de tais elementos entre os aldeamentos coloniais indígenas. Um relatório da Administração Superior da Conquista holandesa menciona, entre os acontecimentos de agosto de 1633, a iniciativa tomada por uma liderança indígena – “Sarapu Krierassu, que era Mossocata ou Senhor de uma aldeia chamada Tahusseray, situada na região do norte” –, em se mudar para Itamaracá, junto com “cerca de 20” indígenas (Documentos Holandeses, 1945, p. 152). A menção específica à posição de “Mossocata”, bem como o pequeno número de indivíduos que se mudou junto com o líder indígena podem ser representativos de dinâmicas socioculturais parcamente entendidas pelos neerlandeses. De facto, de acordo com o *Dicionário de Tupi Antigo* de Eduardo de Almeida Navarro (2013), uma das acepções do termo “mosakara” é a de “homem importante de uma aldeia, nobre” (Navarro, 2013, p. 314). Ainda, de acordo com o trabalho etnográfico de fôlego empreendido por Florestan Fernandes acerca da *Organização social dos Tupinambá*, nota-se a existência entre os Tupi coloniais da figura do “chefe de maloca”, liderança – *grosso modo* –, menos influente do que o “chefe do grupo local”, isto é, a aldeia (Fernandes, 1963, pp. 59, 289, 292, 340 e 346). Outro indício interessante está num mapa da Ilha de Itamaracá holandês manuscrito, datado aproximadamente de 1633, o mesmo ano da migração de Tabusseram. Neste mapa figura uma “Huus van Brisiliaenens Major”, o que pode ser traduzido como “Casa do Principal dos Brasilianos⁸” (Nederland Nationaal Archief, 1633, 4. VEL 2158). A menção específica a uma “huus”/“casa”, e não a uma “dorp” ou “aldeia”, como se

8 “Brazilianen” e as suas variações gráficas era o termo empregado pelos neerlandeses para se referirem aos indígenas Tupi, vinculados aos aldeamentos coloniais, em oposição aos Tapuias, tidos como “muito mais ferozes” (Boxer, 1961, pp. 25-26) que os primeiros (Hulsman, 2006, pp. 41-42).

costuma observar na documentação neerlandesa do período, pode significar que esta seja a maloca do “Mossocata”, que migrou para Itamaracá chefiando apenas uma parcela do grupo local de Tabusseram. Esta interpretação documental, por sua vez, põe em evidência a continuidade de um padrão sociopolítico Tupi, dada a caracterização de Florestan Fernandes sobre a maloca como a “menor unidade territorial” e “autêntica ‘comunidade efetiva de vida’” Tupinambá (Fernandes, 1963, pp. 59 e 69), em oposição aos esforços de agentes transformadores europeus, como os jesuítas, que se empenharam em abolir esse aspecto do *modus vivendi* Tupi (Dean, 1984, p. 20).

Considerações Finais

Neste capítulo procuramos evidenciar a possibilidade de se escrever uma História Indígena dos aldeamentos coloniais no Brasil, a partir da inserção do interesse e agência dos povos autóctones nas suas relações tanto com o mundo colonial português, em formação, quanto com os projetos coloniais de outros povos europeus, a quem os ameríndios poderiam recorrer na busca de certo grau de autonomia ou independência (Meuwese, 2003, pp. 149-216). De facto, pode-se afirmar que um dos melhores legados da Nova História Indígena tem sido não apenas a reescrita da História desses povos, mas a complexificação e melhoria das histórias regionais e nacionais (Almeida, 2010, pp. 159-160). À guisa de exemplo, o evento da migração de Tabusseram em 1633, deve ser comparada aos próprios sucessos dos neerlandeses na concretização de sua política indigenista no Brasil. Enquanto o Sarapu Krierassu entendera a oportunidade que a estadia da Companhia holandesa representava para si e para a sua rede de aliados, a Administração Superior da Conquista neerlandesa ainda cambaleava nas suas tentativas de atrair os indígenas das aldeias coloniais, tendo criado cargo dedicado ao contato próximo com estes apenas em 1635 (Meuwese, 2003, pp. 226-227).

Referências bibliográficas

- Almeida, M. R. C. (2010). *Os índios na história do Brasil*. FGV.
- Almeida, M. R. C. (2013). *Metamorfoses Indígenas: Identidade e cultura nas aldeias coloniais do Rio de Janeiro*. FGV.
- Boxer, C. R. (1961). *Os Holandeses no Brasil (1624-1654)*. Companhia Editora Nacional.
- Cascudo, L. C. (1984). *História do Rio Grande do Norte*. Fundação José Augusto.
- Castro, E. B. V. (2002). *A inconstância da alma selvagem e outros ensaios de antropologia*. Cosac Naify.
- Coelho, D. A. (1982) *Memórias diárias da Guerra do Brasil; 1630-1638*. Fundação de Cultura Cidade do Recife.
- Dean, W. (1984). "Indigenous populations of the São Paulo-Rio de Janeiro coast: trade, aldeamento, slavery and extinction". *Revista de História*, 117, pp. 3-25, disponível em: <https://doi.org/10.11606/issn.2316-9141.v0i117p3-25>.
- Documentos Holandeses* (1945). Serviço de Documentação do Ministério da Educação e Saúde.
- Fernandes, F. (1963). *Organização Social dos Tupinambá*. Difusão Européia do Livro.
- Fujimoto, J. (2011). "Atuação dos Aldeamentos Missionários Jesuíticos durante a Invasão Holandesa da Bahia (1624-1625)". In M. M. Ferreira (ed.), *Anais do XXVI Simpósio Nacional de História*. ANPUH-SP.
- Galindo, M. (2017). *O Governo das Almas: a expansão colonial no país dos Tapuias (1651-1798)*. HUCITEC Editora.
- Hemming, J. (2007). *Ouro Vermelho: A conquista dos índios brasileiros*. Editora da Universidade de São Paulo.
- Hulsman, L. (2006). "Índios do Brasil na República dos Países Baixos: As representações de Antônio Paraupaba para os Estados Gerais em 1654 e 1656". *Revista de História*, 154, pp. 37-69, disponível em: <https://doi.org/10.11606/issn.2316-9141.v0i154p37-69>.
- Laet, J. (1640). *L'Histoire du Nouveau Monde ou Description des Indes Occidentales, Contenant dix-huit Livres*. Chez Bonaventure & Abraham Elseviers.

Laet, J. (1908). "História ou Annaes dos feitos da Companhia Privilegiada das Índias Occidentaes desde o seu começo até o fim do anno de 1636". *Annaes da Bibliotheca Nacional do Rio de Janeiro*, 30, pp. 2-165.

Laet, J. (1919-1920). "História ou Annaes dos feitos da Companhia Privilegiada das Índias Occidentaes desde o seu começo até o fim do anno de 1636". *Annaes da Bibliotheca Nacional do Rio de Janeiro*, 41-42, pp. 3-222.

Leite, S. (1945). *História da Companhia de Jesus no Brasil*. Instituto Nacional do Livro/Livraria Portugalia, Vol. V.

Mello, J. A. G. (1947). *Tempo dos Flamengos: Influência da Ocupação Holandesa na Vida e na Cultura do Norte do Brasil*. Livraria José Olympio.

Mello, J. A. G. (2004). "Introdução. Memória oferecida ao Conselho Político de Pernambuco por Adriaen Verdonck em 1630". In J. A. G. Mello (ed.), *Fontes para a História do Brasil Holandês*. CEPE, Vol. 1, 2 ed., pp. 33-34.

Meuwese, M. P. (2003). '*For the peace and well-being of the country*': *intercultural mediators and Dutch-Indian relations in New Netherland and Dutch Brazil, 1600-1664*. Doctoral dissertation, University of Notre Dame. CurateND.

Miranda, B. R. F. & Dantas, M. A. (2021). "A Government of Indigenous Peoples: Administration, Land, and Work in the State of Brazil during the Portuguese Empire (1548-1822)". *e-Journal of Portuguese History*, 19(2), pp. 24-50, disponível em: <https://doi.org/10.26300/5bt0-4s02>.

Monteiro, J. M. (1994). "A Dança dos Números: A População Indígena do Brasil desde 1500". *Tempo e presença*, 273, pp. 17-18.

Monteiro, J. M. (1995). "O desafio da história indígena no Brasil". In A. L. Silva & L. D. B. Grupioni (eds.), *A Temática Indígena escola: novos subsídios para professores de 1º e 2º Graus*. MEC/MARI/UNESCO, pp. 221-236.

Monserrat, R., Barros, C. & Barbosa, B. F. (2020). "Um escrito tupi do capitão Simão Soares Parayba (1645)". *Corpus*, 10(2), disponível em: <https://doi.org/10.4000/corpusarchivos.4218>.

Morais, A. J. M. (1860). *Corographia Historica, Chronographica, Genealogica, Nobiliaria e Politica do Imperio do Brasil*. Typographia Brasileira - Edictor J. J. do Patrocinio, Vol. 4.

Moreno, D. C. (2011) *Jornada do Maranhão. Por ordem de Sua Majestade feita o ano de 1614*. Edições do Senado Federal.

Navarro, E. A. (2013). *Dicionário de Tupi Antigo: a língua indígena clássica do Brasil*. Global

Nederland Nationaal Archief, Inventaris vand e verzameling buitenlandse kaarten Leupe, 1584-1865, 4. VEL, Inv. nr. 2158, *Afbeelding van de stad Nostre Signora de Conception*. 1633. Manuscript.

Neotti, C. (1978). "Prefácio". In V. Willeke, *Missões Franciscanas no Brasil*. Vozes. 2nd ed., pp. 9-12.

Oliveira, J. P. (2016). *O nascimento do Brasil e outros ensaios: "pacificação", regime tutelar e formação de alteridades*. Contra Capa.

Pereira, L. (2018, March 28). *Tapiirema (aldeia de índios)* BiblioAtlas - Biblioteca de Referências do Atlas Digital da América Lusa, disponível em: [http://lhs.unb.br/atlas/Tapiirema_\(aldeia_de_%C3%ADndios\)](http://lhs.unb.br/atlas/Tapiirema_(aldeia_de_%C3%ADndios)).

Petrone, P. (1995) *Aldeamentos Paulistas*. Editora da Universidade de São Paulo.

Ruckstadter, F. M. M. & Skalinski Junior, O. (2017). "Os textos do Pe. Serafim Leite (S.J.) na Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro: um projeto formativo centrado na ideia de nação católica#. *Práxis Educativa*, 12(1), 64-82, disponível em: <https://doi.org/10.5212/PraxEduc.v.12i1.0004>.

Salvador, V. (1982). *História do Brasil: 1500-1627*. Editora Itatiaia/Editora da Universidade de São Paulo

Verdonck, A. (2004). "Memória oferecida ao Senhor Presidente e mais Senhores do Conselho desta cidade de Pernambuco, sobre a situação, lugares, aldeias e comércio da mesma cidade, bem como de Itamaracá, Paraíba e Rio Grande". In J. A. G. Mello (ed.), *Fontes para a História do Brasil Holandês*. CEPE, Vol. 1, pp. 35-46.

Vieira, A. (2003). *Cartas do Brasil*. Hedra.

Willeke, V. (1978). *Missões Franciscanas no Brasil*. Vozes.

**“Não se pode fazer guerra sem a gente preta”: o envio
do Terço dos Henriques de Pernambuco para Angola
(século XVII)**

Guilherme Oliveira da Silva¹

Resumo

No século XVII o Terço dos Henriques, constituído por africanos e crioulos livres de Pernambuco, foi enviado para lutar ao lado dos “infieis” soldados ambundos em Angola. A transposição dos Henriques do Brasil para Angola permite analisar as alianças entre portugueses e militares negros nos dois lados do Atlântico e as tensões originadas dessas alianças, atravessadas por fidelidades e interesses distintos.

Palavras-chave: História Militar africana; África Central; século XVII; Guerras angolanas; Guerra preta.

Abstract

In the 17th century, the Henrique’s Troop, constituted by free blacks of Pernambuco, was send to fight alongside the “infidels” soldiers in Angola. The transposition of Henrique’s from Brazil to Angola allow us to analyze the alliances between Portuguese and black soldiers on both sides of the Atlantic and the tensions arising from these alliances, crossed by different loyalties and interests.

Keywords: African Military History; Central Africa; seventeenth century; Angolan Wars; Black War.

1 Graduado em História e mestrando em História Social da África pela Universidade Estadual de Campinas - UNICAMP. Bolsista pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo - FAPESP, processo nº 2020/09313-5.

Introdução

Um dos maiores desafios enfrentados pela Coroa portuguesa na colonização de territórios na América e na África foi a precariedade das suas forças militares. Apesar da centralização de poder e da reformulação do exército após as guerras travadas contra Marrocos, Portugal nunca foi uma grande potência militar, se a compararmos com outras nações europeias no mesmo período (Cruz & Rodrigues, 2018). A sociedade lusitana não era culturalmente militarizada, sendo difícil arregimentar gente para as tropas e evitar a deserção de soldados em Portugal e nas colônias (Moreira & Loureiro, 2021). A Coroa não dispunha de recursos para investir em tecnologias bélicas e os exércitos lusitanos eram essencialmente constituídos por infantaria e cavalaria (Cardoso, 2011) e a sua atuação na Europa, foi sempre mais defensiva que ofensiva (Cruz & Rodrigues, 2018).

Nas áreas coloniais, no entanto, as guerras tiveram mais importância e os conflitos eram mais frequentes. Ainda assim, os recursos materiais e os soldados enviados para além-mar eram sempre insuficientes. Como solução para a fraca estrutura militar da Coroa e para obter o êxito que desejavam, os portugueses realizaram alianças com forças nativas (Ferreira, 2007). Essa inserção de indivíduos e grupos não oficiais nas estruturas militares dos portugueses, ocorreu em diversos territórios no processo de colonização ao longo do século XVII. Na África Central, Angola² contou com o apoio de exércitos abundos, chamados pelos portugueses de “guerra preta”³. Na América, houve tropas compostas por indígenas e por negros e pardos livres, estruturadas durante as guerras de expulsão dos holandeses das capitânicas do norte do Estado do Brasil (Bebiano, 2004; Raminelli, 2015).

2 Com o intuito de não incorrer em anacronismos, consideramos que, no século XVII, Angola não se refere a um Estado fixo definido, mas a territórios sob jurisdição e influência portuguesa, englobando a cidade de Luanda e os presídios ao longo dos rios Cuanza, Bengo, Lucala e seus arredores.

3 Em linhas gerais, “guerra preta” era a expressão utilizada para nomear as tropas africanas que se aliavam aos portugueses e, em alguns momentos, toda e qualquer tropa centro-africana. Para acompanhar as definições e discussões da historiografia sobre a “guerra preta”, ver Thornton, 1999; Silva, 2002 e Mattos, 2008.

A “guerra preta” nos dois lados do Atlântico

Os portugueses precisavam combater, simultaneamente, inimigos internos e externos nos territórios coloniais. Em Angola, os principais adversários eram os líderes dos Estados locais, como os manis do Congo e alguns sobas e ngolas do Dongo. Na América, os principais inimigos eram alguns grupos indígenas contrários à presença de portugueses no território. Externamente, tanto no Brasil como em Angola, a ameaça vinha especialmente dos holandeses, que durante e após a União Ibérica tentavam apropriar-se dos territórios dos portugueses e espanhóis, rivalizando na produção e venda de cana-de-açúcar e no tráfico de escravos. Os portugueses viviam uma situação de extrema vulnerabilidade, podendo ser atacados no litoral e no interior de regiões em que eram minoria (Mello, 2007).

Além de as tropas portuguesas serem menores que as locais, as tecnologias militares europeias do século XVII não eram significativamente superiores às centro-africanas e indígenas, principalmente quando operavam num território distinto do europeu. As táticas de guerra também diferiam, fazendo com que as estruturas militares europeias se tornassem menos eficazes no contexto americano ou africano (Hespanha, 2004). Enquanto na Europa as guerras eram conduzidas em campo aberto, de forma estática e coreografada, na América e na África as batalhas eram mais dinâmicas e envolviam o contato corpo-a-corpo (Thornton, 1988). O que fez a diferença para as vitórias militares portuguesas em Angola foi a presença de militares abundos e imbangalas combatendo ao lado das tropas lusas (Thornton, 1988).

Uma das principais formas de articulação militar entre os portugueses e os grupos centro-africanos, que resultava no “grosso” dos soldados locais que lutavam aliados aos portugueses, era a relação de vassalagem. Misturando elementos europeus e centro-africanos, é realizado geralmente depois de derrotas militares, o ritual de vassalagem era responsável por tor-

nar os sobas e ngolas do Dongo súditos do rei de Portugal. Os líderes políticos ambundos avassalados, além de abrirem os territórios para o comércio de escravos e se converterem ao cristianismo, eram obrigados a dar apoio militar aos portugueses (Heintze, 2007).

Na África Central, o soberano do Dongo legitimava seu poder político, militar e religioso por meio do recebimento de tributos (Carvalho, 2015). Parte desses tributos consistia no envio de soldados para compor as tropas do ngola quando esse decidisse declarar guerra contra algum inimigo. Com o passar do tempo, os portugueses utilizaram a linguagem política da vassalagem europeia e apropriaram-se do sistema de arrecadação tributária ambunda. O pagamento de tributos por parte dos líderes locais ambundos foi um instrumento de enriquecimento dos portugueses e de formação de exércitos centro-africanos a serviço de Portugal em Angola (“O extenso relatório do governador a seus filhos”, Heintze, 1985). A vassalagem, portanto, serviu para legitimar o poder da Coroa e garantir apoio militar nas conquistas portuguesas nesta região (“Sobre os rendimentos da Coroa em Angola”, Heintze, 1985).

Na prática, toda a vez que os portugueses declaravam guerra contra algum inimigo em território centro-africano, os sobas vassalos eram obrigados a enviar certa quantidade de soldados para lutar em nome dos lusos, como faziam antes com o ngola. As batalhas geralmente contavam com cerca de 300 soldados portugueses e 10 mil, ou mais, soldados ambundos. Apesar de muitas fontes exagerarem nos números, certamente as tropas locais eram muito mais numerosas e formaram a base da colonização portuguesa em Angola, ao garantir a expansão territorial e a continuidade do tráfico de escravos no decorrer do século XVII.

Entretanto, as lideranças políticas e militares ambundas que se articularam com os portugueses não o fizeram por lealdade à Coroa ou pela defesa dos interesses coloniais. Enquanto muitos sobas foram submetidos a vassalagem à força, outros optaram pela articulação com os lusos por enxergarem nessa aliança a possibilidade de ampliar ou legitimar os seus próprios

poderes. Ao longo do século XVII, alguns militares ambundos conquistaram centenas de escravos para si e procuraram uma inserção nos circuitos de mercês da sociedade portuguesa (“Mercê do Hábito de Cristo a um quilamba angolano”, Brásio, 1953). Muitos sobas contrários ao soberano do Dongo também enxergaram nos portugueses a oportunidade de alianças políticas mais vantajosas, que os tornassem mais fortes diante de seus rivais.

Ainda que esses militares garantissem o avanço do domínio colonial, eles também eram uma ameaça aos portugueses, pois nem sempre os seus interesses estavam alinhados com os desejos da Coroa. Em diversas ocasiões esses soldados negavam-se a lutar ao lado dos portugueses ou fugiam do campo de batalha quando julgavam que a situação era desfavorável (“Carta do governador de Angola a el-rei de Portugal”, Brásio, 1953). A conjuntura agravou-se quando os holandeses invadiram e ocuparam Luanda em 1640, expulsando os portugueses da cidade e limitando-os ao interior do território. Mais do que nunca, os lusos passaram a depender do apoio dos chefes políticos e militares locais para sobreviver, o que por vezes não se efetivava.

A colaboração das tropas ambundas que decidiram continuar ao lado dos portugueses durante a ocupação holandesa foi tão fundamental para a vitória dos lusos, que abriu caminho para uma longa lista de comandantes centro-africanos pedir mercês, honras e hábitos militares para a Coroa (“Mercê do Hábito de Cristo a um quilamba angolano”, Brásio, 1953). Do outro lado do Atlântico, os portugueses vivenciavam experiências semelhantes. As possessões coloniais na Bahia e em Pernambuco, fracamente protegidas, foram ocupadas pelos holandeses entre 1624-1625 e 1630-1654, e faltavam armas e soldados para retomar o território. Em Pernambuco, foi graças ao apoio militar proporcionado por grupos indígenas e africanos que os holandeses foram derrotados e expulsos da colônia. Os indígenas eram imprescindíveis para os portugueses, pois detinham o conhecimento político e geográfico do território. O principal aliado indígena dos lusos foi o potiguar Felipe Camarão, responsável por reunir centenas de potiguares e combater os holandeses ao lado dos lusos (Raminelli, 2015).

Em 1633, um negro forro chamado Henrique Dias apresentou-se com um pequeno grupo de africanos e crioulos forros para o general Matias de Albuquerque, oferecendo seus serviços para combater voluntariamente os holandeses⁴ (Mello, 1988). A situação era crítica e todo o apoio era bem-vindo. Embora a atuação dos militares indígenas de Felipe Camarão e a dos africanos e crioulos dos Henriques se aproximem daquela das tropas abundas em Angola, a análise aqui realizada privilegia, sobretudo, a relação entre os abundos e o Terço de Henrique Dias.

Nos primeiros anos, o pequeno grupo de forros do Terço dos Henriques foi ampliado com escravizados que eram enviados pelos senhores de engenho ou que fugiam das fazendas e se alistavam voluntariamente. No fim dos conflitos, esses escravos conquistaram a alforria, como reconhecimento dos seus serviços para a Coroa. Em 1633, a tropa de negros que se voluntariou não passava de 50 pessoas; em 1636 o Terço dos Henriques possuía cerca de 80 homens e, em 1652, somava cerca de 400, totalizando 13% dos efetivos militares de Pernambuco (Mello, 2007).

Por proporcionar o fim do cativo e uma ocupação fora das fazendas de cana-de-açúcar, o Terço dos Henriques tornou-se um mecanismo de ascensão social para as pessoas negras em Pernambuco no século XVII (Silva, 2003). Assim, como os militares abundos se articulavam com os portugueses por interesses pessoais de enriquecimento e ampliação de poderes, os negros de Pernambuco liderados por Henrique Dias, dentro de suas especificidades, também procuraram formas de obter vantagens na articulação com os lusos. Não era a lealdade ou fidelidade à Coroa portuguesa que motivava a atuação dos Henriques, mas sim a oportunidade de viver fora da escravidão e obter cargos e outros benefícios. A contribuição efetiva desses soldados nas batalhas contra os holandeses, no entanto, podia ser avaliada de outro modo pelas autoridades coloniais em Pernambuco e Lisboa.

⁴ Os documentos não apontam se Henrique Dias nasceu livre ou se conquistou a alforria em algum momento de sua vida, mas quando se apresentou para lutar ao lado dos portugueses já era um homem livre (Mello, 1988).

A atuação do Terço dos Henriques foi tão eficaz no combate aos holandeses que, após algumas vitórias entre 1633 e 1636, Dias recebeu o título de fidalgo e de governador dos crioulos, negros e mulatos. Foi ainda condecorado com uma das medalhas mais prestigiosas da Coroa portuguesa, a Cruz da Ordem de Cristo, além de receber soldo mensal (Cotta, 2010). D. João IV ainda tentou conceder-lhe um hábito militar da Ordem de Cristo, Avis ou Santiago, passando por cima das “provanças” da Mesa de Consciência e Ordens, que exigia a pureza e a nobreza de sangue para conceder os títulos de cavaleiro para qualquer soldado (Costa, 1983; Olival, 2006; Dutra, 2011). No século XVII, tais requisitos não estavam diretamente relacionados com a origem africana, mas com a condição de escravo, servo ou nobre dos ancestrais do indivíduo. Assim, mesmo sendo negro, se um africano provasse ser de origem nobre (preenchendo o ponto de vista europeu de nobreza), poderia conseguir um hábito militar, como ocorreu com as lideranças do Congo (Souza, 2020). Era possível, em determinados contextos, que indivíduos de origem africana pertencessem a espaços destinados a uma elite militar portuguesa.

Apesar de a concessão do hábito lhe ter sido negada pela Mesa de Consciência e Ordens por falta de qualidades de nobreza, Henrique Dias e outros comandantes de seu terço continuaram recebendo soldo da Coroa e a atuação dos militares negros tornou-se cada vez mais preciosa para Portugal. Tamanha foi a eficácia deles na defesa de Pernambuco, que os Henriques foram enviados para atuar em outras regiões. Na perspectiva dos portugueses, Henrique Dias e o seu terço, assim como os indígenas de Felipe Camarão, representavam a personificação daquilo que era ideal para os planos coloniais na América e na África: tropas locais com conhecimentos de geografia e de táticas de guerra locais, mas que atuassem com total fidelidade aos interesses da Coroa.

Esse ideal, no entanto, nem sempre foi possível de ser concretizado. Na mesma época em que Henrique Dias e Camarão combatiam os holandeses em Pernambuco, o comandante das tropas abundas de Angola, Fran-

cisco da Mata Falcão, foi preso por suspeita de aliança com os inimigos dos lusos. Um de seus antecessores, António Dias Mussungu, também foi preso e enviado a Madrid, pois a sua permanência em Angola foi considerada um risco para a soberania portuguesa.

Diante de alianças tão instáveis e conflituosas com os militares centro-africanos, alguns portugueses perceberam que, se desejavam ter um Henrique Dias na África Central, teriam que transportar o próprio governador dos negros de Pernambuco para lá. Foi o que sugeriu António Teixeira de Mendonça, militar português que atuou na expulsão dos holandeses em Luanda. Em carta endereçada a D. João IV em 1644, Mendonça recomendou que Henrique Dias e seu terço fossem enviados para servir em Angola. Como incentivo, sugeriu que o rei deveria conceder um hábito de Santiago para Dias e nomeá-lo capitão-mor de todas as tropas abundas da colônia africana, “que era o mesmo cargo que tinha no Brasil” (“Consulta do Conselho Ultramarino”, Brásio, 1953). Na mesma carta, Mendonça também recomendou a entrega de hábitos militares para alguns comandantes abundos e imbangalas, como reconhecimento dos serviços prestados a Coroa (“Consulta do Conselho Ultramarino”, Brásio, 1953).

A ideia de enviar os Henriques para África Central foi levada adiante. Em abril de 1645 foram enviados 100 soldados do Terço dos Henriques para Angola, sem, entretanto, incluir o seu comandante (“Carta de António Teixeira de Mendonça a el-rei D. João IV”, Brásio, 1953). Provavelmente Dias nunca foi para Angola, pois a sua presença na colônia americana era imprescindível para a expulsão holandesa (Mattos, 2008). Os Henriques integravam um socorro que partiu da Bahia, reunindo militares negros, luso-brasileiros e portugueses. As tropas desembarcaram no Porto de Quicombo, próximo à Benguela, e pretendiam reunir-se aos portugueses que estavam ilhados no presídio de Massangano. A expedição tornou-se desastrosa, pois a maioria das tropas morreu de doenças e num ataque de imbangalas. De 107 portugueses e luso-brasileiros que tentaram chegar a Massangano na companhia do sargento-mor Domingos Lopes de Siqueira, apenas seis sobreviveram (“Carta de

Antônio Teixeira de Mendonça a el-rei D. João IV”, Brásio, 1953). De 260 soldados enviados, sobraram menos de 90. No mês seguinte, partiu um segundo socorro, agora do Rio de Janeiro, liderado por Francisco de Sotomaior. Neste grupo, além de portugueses, luso-brasileiros e militares negros, foram também enviados algumas dezenas de soldados indígenas, reforçando a importância que os grupos nativos sob o comando de Camarão tinham para os planos coloniais (Alencastro, 2009). Muitos soldados que partiram do Rio também foram mortos por tropas centro-africanas e por doenças.

Os massacres, entretanto, não impediram que houvesse uma participação dos Henriques em Angola. Um dos sobreviventes do Terço que havia saído da Bahia, foi o comandante crioulo Paulo Pereira.

Em Pernambuco, Pereira tinha atuado como alferes e ajudante no Terço de Henrique Dias, tendo demonstrado o seu valor em várias ocasiões, até alcançar o cargo de capitão de uma companhia do terço. Em 1645, Paulo Pereira foi enviado a Angola com o título de capitão de infantaria, sendo, portanto, responsável pelo comando dos 100 soldados que compunham a sua companhia. Também recebeu o cargo de sargento-mor de toda a “gente preta” de Angola (“Relação da viagem que fizeram...”. *Arquivos de Angola*, 1943). Entre 1645 e 1648, Pereira atuou como capitão dos crioulos, tendo combatido Jinga, o Congo e os holandeses, ao lado das tropas abundas aliadas aos portugueses (Cadornega, 1972). Em 1646, o militar participou da batalha de Sengas de Cavanga, quando o quilombo que Jinga instalou próximo ao Congo foi derrotado e destruído (Cadornega, 1972). Pereira nunca mais retornou ao Brasil.

Com a expulsão dos holandeses de Luanda, em 1648, ampliaram-se os esforços da Coroa para proteger, conquistar e colonizar Benguela. Diversos casais luso-brasileiros e portugueses foram enviados para povoar a região, assim como foram enviados militares e administradores fiscais para proteger Benguela de ameaças internas e externas (Cândido, 2013). Nesse contexto, em outubro de 1648, Salvador de Sá nomeou Paulo Pereira como sargento-mor das tropas abundas de Benguela, pagando-lhe inclusive sol-

do por seus serviços (“Patente de sargento-mor reformado...”, *Arquivos de Angola*, 1943).

Outra participação significativa do terço dos Henriques em Angola ocorreu em 1665. No contexto da Guerra da Restauração, o Congo tornou-se o principal inimigo centro-africano dos portugueses e um socorro de 650 soldados foi enviado de Pernambuco, Bahia e Lisboa para combater o Estado bacongo e, entre eles, estavam os soldados de Henrique Dias. Não dispomos da informação de quantos Henriques lutaram em Ambuíla, mas estima-se que havia algumas dezenas deles, liderados pelo capitão-mor Manoel Soares. Os negros enviados do Brasil combateram na vanguarda junto às tropas ambundas, sob comando de Simão de Matos. Matos e Soares foram responsáveis por derrotar o exército do Congo, proporcionando uma das maiores vitórias alcançadas pelos portugueses na África Central do XVII (“Relação da mais gloriosa e admirável victoria que alcançarão as armas de EIRey D. Affonso...”, Brásio, 1953).

Há diversas questões a serem analisadas na transposição dos Henriques de Pernambuco para Angola e nos conflitos envolvendo as tropas ambundas e os portugueses. A primeira constatação é a de que, em ambos os lados do Atlântico, o terço dos Henriques foi de extrema importância para a colonização portuguesa. Uma segunda observação, das mais importantes, é revelada pela carta de António Teixeira de Mendonça e pela própria atuação de Paulo Pereira e Manoel Soares na África Central: havia grande proximidade entre os militares ambundos e os militares negros do Brasil. No século XVII, a colonização no continente americano envolveu a escravização de um enorme contingente de centro-africanos: nesse período, cerca de 90% dos indivíduos escravizados na América era proveniente da África Central, sobretudo ambundos⁵ (Heywood & Thornton, 2007). Mesmo que o terço dos Henriques, em sua formação inicial abarcasse angolas, minas, ardas e crioulos, a identidade ambunda devia ser predominante entre os soldados (Mattos, 2008). É provável que o próprio Henrique Dias e outros

5 É o que Linda M. Heywood e John K. Thornton (2007) chamam de “onda angolana”.

comandantes compartilhassem ancestrais centro-africanos. Afinal, se Mendonça identificou ser possível levar Henrique Dias para servir de capitão-mor da “gente preta” em Angola e Paulo Pereira serviu de sargento-mor em Benguela por anos, presumivelmente eles possuíam conhecimento de quimbundo e das táticas de guerra centro-africanas, duas habilidades essenciais para comandar as tropas ambundas. A despeito da aproximação e inserção dos Henriques na esfera política e militar portuguesa, havia referências centro-africanas no terço de homens negros criado em Pernambuco que possibilitou que transitassem entre a América e a África. Outra questão relevante a ser mencionada é que Portugal era dependente dos não europeus para criar, consolidar e manter o seu império ultramarino (Raminelli, 2007). Não fosse pelas tropas ambundas em Angola e pelo apoio de negros e indígenas no Brasil, os exércitos lusitanos não teriam conseguido preservar suas colônias por falta de recursos, pessoas e armas. Isso, contudo, não deve ser analisado como resultante da lealdade de indígenas, africanos e crioulos na defesa dos interesses coloniais, mas sim como parte de uma complexa rede de disputas por poder. A colonização foi atravessada por interesses diversos, que incluíam negociações entre os poderes políticos e sociais portugueses, e os africanos e crioulos. As batalhas travadas em Pernambuco e em Angola eram movidas por interesses distintos que se articulavam e conflitavam entre si. O esforço realizado por Henrique Dias e o seu terço para expulsar os holandeses e combater inimigos internos dos portugueses, derivava de interesses do grupo em manter a liberdade e, possivelmente, conquistar títulos militares importantes na sociedade colonial. Esses indivíduos souberam utilizar brechas criadas pela vulnerabilidade militar portuguesa em proveito próprio.

Na África Central, a articulação entre ambundos e portugueses também pode ser analisada na ótica da defesa de interesses individuais. Diante de um processo cada vez mais intenso e violento de escravização de pessoas, aliar-se aos portugueses tornou-se um mecanismo de defesa, proteção e de enriquecimento.

Considerações finais

A criação de tropas compostas por homens negros não deve ser vista como uma sinalização de harmonia interétnica ou como algo que alterou a ordem da sociedade escravista. Ao contrário, a Coroa sempre tentou controlar as atividades das milícias dos homens de cor (Mello, 2007). Os militares abundos de Angola estavam num território onde eram maioria e dominavam os conhecimentos de geografia, língua e táticas de guerra nativas. Por isso, era muito mais difícil para os portugueses obterem controle sobre essas tropas. Na América, ocorria o contrário. Ali, as tropas de africanos e crioulos eram minoria num território dominado por povos indígenas. Em linhas gerais, a conjuntura centro-africana proporcionava mais possibilidades para os exércitos abundos entrarem em conflito com os interesses dos portugueses do que o contexto americano. Não cabe, portanto, classificar os soldados Henriques como negros leais à Coroa e os abundos como rebeldes. Cada circunstância gerou mecanismos distintos de acordos, negociações e conflitos, envolvendo indivíduos de origem africana que enxergaram na articulação com os portugueses formas e estratégias diversas de obter vantagens.

Referências bibliográficas

Alencastro, L. F. de. (2009) “História Geral das Guerras Sul-Atlânticas: o episódio de Palmares”. In F. Gomes (Org.), *Mocambos de Palmares. História, historiografia e fontes (séculos XVI – XIX)*. 7 Letras/FAPERJ.

Brásio, P. A. (1953). *Monumenta Missionária Africana vols. I ao XIII*. Agência Geral do Ultramar.

Bebiano, R. (2004). “A guerra: o seu imaginário e a sua deontologia”. In A. M. Hespanha (Coord.) *Nova História Militar de Portugal*. Lisboa: Círculo de Leitores.

Cadornega, A. de O. (1972) *História Geral das Guerras Angolanas*. Tomos I & II. Agência Geral das Colónias.

Cândido, M. P. (2013). *An African Slaving Port and the Atlantic World: Benguela and Its Hinterland*. Cambridge: Cambridge University Press.

Cardoso, M. L. (2011, April). “Aulas públicas militares na América Portuguesa antes do Período Pombalino”. *Revista Brasileira de História Militar*, 2 (4), 24, pp. 49-73.

Carvalho, F. M. de. (2015). *Sobas e os Homens do Rei. Relações de Poder e Escravidão em Angola. Séculos XVII e XVIII*. Edufal.

Costa. P. F. A. (1983). *Anais Pernambucanos*. Governo do Estado de Pernambuco, vol. III.

**As relações de género no Brasil colonial: uma análise
sobre as feminilidades e masculinidades na capitania
de São Vicente nos séculos XVI e XVII¹**

Karine de Fátima Mazarão²

Resumo

Procura-se através deste trabalho, investigar as noções de feminilidades presentes na colónia, manifestadas através das mulheres indígenas e das primeiras colonizadoras portuguesas, bem como analisar as noções de masculinidades, sobretudo a ideia de masculinidade hegemónica e subalterna. A abordagem teórica se pauta no conceito de género como categoria analítica, de Joan Scott, mas também nas teorias dos estudiosos do Projeto Modernidade/Colonialidade/Decolonialidade como: colonialidade de género, do poder, do ser e do saber; utiliza também ideia de dominação masculina e violência simbólica de Pierre Bourdieu e masculinidade hegemónica da socióloga Raewyn Connell.

Palavras-chave: Feminilidades, Masculinidades, Masculinidade hegemónica, Colonialidade, Brasil Colónia, Relações de Género.

Abstract

Through this work, we seek to investigate the notions of femininity present in the colony, manifested through indigenous women and the first Portuguese colonizers, and to analyze the notions of masculinities, especially the idea of hegemonic and subaltern masculinity. The theoretical approach is based on the concept of gender as an analytical category, by Joan Scott, but also on the theories of the Modernity/Coloniality/Decoloniality Project scholars, such as: gender coloniality, coloniality of power, being and knowledge; it also uses Pierre Bourdieu's idea of male domination and symbolic violence and sociologist Raewyn Connell's hegemonic masculinity.

Keywords: Femininities, masculinities, Hegemonic masculinity, coloniality, Brazil Colony, Gender Relations.

1 This paper had the support of CHAM (NOVA FCSH / UAc), through the strategic project sponsored by FCT (UI/BD/151196/2021).

2 CHAM FCSH-NOVA.

Este trabalho que tem como base o projeto de pesquisa desenvolvido no âmbito do doutoramento em História e na investigação realizada no Centro de Humanidades da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa (CHAM - FCSH - NOVA), estuda as relações de género estabelecidas entre os povos colonizados e os colonizadores, na região da Capitania de São Vicente, durante os séculos XVI e XVII. Através da análise documental esperamos interpretar e identificar o modo como os ideais femininos e masculinos aparecem nas fontes, de acordo com as instituições sociais da época, determinando as hierarquias de género e dominação no contexto de formação da sociedade colonial. A motivação inicial pelo desenvolvimento desta temática, partiu da pesquisa realizada para a dissertação de mestrado em Ensino de História (2020), na qual analisamos a representatividade feminina em livros didáticos de História do sétimo ano do Ensino Fundamental do Brasil, nas temáticas de História da África, História Indígena e Brasil Colonial.

Identificamos na pesquisa a ausência das mulheres nestas temáticas, ou quando presentes, eram abordadas como exceções históricas, mulheres de grandes feitos, ou citadas como apêndice, não estando integradas no conteúdo, ou vistas como sujeitas da história. Também se observou a manutenção da imagem masculina como seres humanos universais e protagonistas históricos, em que certas figuras masculinas apareciam com grande destaque em torno de ideais heróicos manifestados na imagem do navegador, do conquistador, desbravador, senhor de engenho, patriarca e do bandeirante. A partir desta constatação, concluímos que era importante ampliar os estudos sobre as mulheres neste período e, sobretudo, compreender como se davam as interações entre elas e os homens, para então podermos avaliar como se deu a construção histórica dos papéis de género desempenhados pelas mulheres e homens, colonizadores e colonizados.

Ao realizar um estudo sobre as mulheres no contexto do Brasil Colonial, inevitavelmente falamos sobre os homens, pois estamos num período

em que as instituições são essencialmente masculinizadas e sobre este aspeto o historiador Mário Martins Viana Júnior aponta:

A lógica que se apresenta na história de ocupação e colonização dessas capitânias constituiu-se ainda como masculina porque também propiciou a propagação de uma série de elementos e de dispositivos, construídos e mantidos por homens e para homens de gerações distintas, e que tinham o intuito de fomentar um sistema de reconhecimento, identificação e legitimação de poder existente entre eles (Vieira Júnior, 2013, p. 22).

Ou seja, quando analisamos as fontes produzidas no contexto colonial, devemos levar em consideração que estas foram produzidas por homens, para a criação e manutenção de poder para os homens, nos quais as mulheres não eram consideradas. No contexto colonial, ainda observamos o agravamento desta constatação, pois a condição subalterna também se estendia aos homens indígenas, gerando uma hierarquia dentro do género masculino. Os dispositivos de poder desenvolvidos neste período serviram para estabelecer relações de dominação de género entre homens europeus e indígenas, homens europeus e mulheres indígenas, e posteriormente entre mulheres europeias e indígenas.

Para pensarmos a relação de dominação de género entre os homens indígenas e colonizadores, recorreremos a teoria da masculinidade hegemónica, conceito que advém dos estudos de género, definido pela antropóloga Raewyn Connell como o conjunto de práticas que legitimam o papel dominante dos homens em relação às mulheres e outros modelos de masculinidades subordinadas. Neste sentido, consideramos que para além de um sistema colonial de dominação económica e social, também houve a colonização do género, e a partir da imposição de novas relações de género, é que se estabeleceu hierarquias generificadas, primeiramente entre os homens colonizadores em relação aos homens indígenas, e posteriormente em relação às mulheres. Defendemos a ideia de que para se compreender o processo de

dominação colonial ocorrida no Brasil, é necessário levar em consideração as novas estruturas de gênero que foram impostas pelo colonizador.

No desenvolvimento do projeto de pesquisa, levantamos as seguintes problemáticas para dar início ao debate: Qual era o ideal de feminilidade imposto pelas instituições coloniais? De que maneira as mulheres indígenas não correspondiam ao ideal de feminilidade colonial? Como as mulheres portuguesas eram apresentadas como projetos de mulher e família cristã? De que maneira a masculinidade hegemônica era imposta ao homem colonizado? Como a masculinidade e a feminilidade hegemônicas interferiram nas dinâmicas sociais dos povos colonizados do Brasil e na formação da sociedade colonial?

Estas problemáticas são pontos iniciais de discussão, pois o projeto encontra-se na fase inicial de investigação, no contexto de levantamento de fontes e construção de fundamentação teórica.

Referindo as fontes, estamos a analisar as Atas da Câmara da Vila de São Paulo, que oferece relatos ou citações referentes às mulheres indígenas ou outras mulheres que habitavam a região, e as relações com os homens. Também procuramos identificar eventos que envolvam a relação entre homens europeus e indígenas, nomeadamente as guerras de apresamento e conflitos que envolviam o território da região; Cartas dos Jesuítas, que eventualmente descrevam as relações entre homens portugueses e mulheres indígenas, procurando um viés interpretativo sobre as relações maritais, de concubinato e descrições acerca da sexualidade indígena; Cartas, informações, fragmentos históricos e sermões de José de Anchieta (1534-1594); Cartas e relatos de viajantes como Pero Vaz de Caminha, Américo Vespúcio, Antônio Pigafetta, Pero Correia e Hans Staden; Tratado Descritivo do Brasil de 1587 de Gabriel Soares de Souza; Tratado da Terra e Gente do Brasil (1583-1601) de Fernão Cardim.

A abordagem teórica em relação à interpretação das fontes, de momento, está pautada em três eixos: gênero como categoria analítica, pensamento desenvolvido pela historiadora Joan Scott; dominação masculina e

violência simbólica, conceitos do sociólogo Pierre Bourdieu; e teorias advindas dos estudos decoloniais, nomeadamente a abordagem de María Lugones sobre género e colonialidade.

A construção de uma análise documental que priorize as relações de género como relações de poder e como dispositivo de dominação masculino em detrimento do feminino, permite compreender padrões de controlo e subordinação historicamente inscritos nas sociedades, através de mecanismos pensados e desenvolvidos para que estas relações de poder se mantivessem intactas. Neste sentido, a ideia de dominação masculina está relacionada à violência simbólica perpetrada por estes dispositivos de dominação, sobre estes conceitos Bourdieu aponta:

[...] sempre vi na dominação masculina, e no modo como é imposta e vivenciada, o exemplo por excelência desta submissão paradoxal, resultante daquilo que eu chamo de violência simbólica, violência suave, insensível, invisível a suas próprias vítimas, que se exerce essencialmente pelas vias puramente simbólicas da comunicação e do conhecimento, ou, mais precisamente, do desconhecimento, do reconhecimento ou, em última instância, do sentimento (Bourdieu, 2012, p. 08).

A forma como a violência simbólica ocorre no processo de dominação dos colonizados, está explicitada na documentação oficial, na imposição religiosa e nas novas configurações de relações de género. Também se podem observar as estruturas de dominação da masculinidade hegemónica sobre as masculinidades subalternas, e a dominação masculina em detrimento das mulheres no contexto da formação da sociedade colonial:

A força da ordem masculina se evidencia no fato de que ela dispensa justificação: a visão androcêntrica impõe-se como neutra e não tem necessidade de se enunciar em discursos que visem a legitimá-la. A ordem social funciona como uma imensa máquina simbólica que tende a ratificar a dominação masculina sobre a qual se alicerça: é a divisão social do trabalho, distribuição bastante estrita das atividades atribuídas a cada um dos dois

sexos, de seu local, seu momento, seus instrumentos; é a estrutura do espaço, opondo o lugar de assembléia ou de mercado, reservados aos homens, e a casa, reservada às mulheres (Bourdieu, 2012, p. 18).

Questionar estes papéis que estão “naturalmente” colocados para a condição binária homem/mulher, é o ponto de partida para uma interpretação mais profunda da formação da sociedade colonial baseada na diferença entre os sexos. As relações de gênero identificadas como modos de fazer política e de determinar relações de poder, são categorias urgentes para análise histórica, uma vez que compreendemos *gênero* como condição de vida pública, e não só privada, do âmbito familiar, ou apenas associado à condição da mulher.

A partir dos estudos decoloniais, apoiamo-nos no conceito de colonialidade de gênero defendida pela filósofa argentina María Lugones. De acordo com a teoria de Lugones a colonialidade do gênero determinou as relações de poder que foram impostas às mulheres indígenas e africanas. O conceito de hierarquização de gênero é imposto pelos colonizadores, pois em diversas sociedades originais da América e África não havia diferença social entre os gêneros masculino e feminino. Parte do projeto de dominação colonial tem a ver com a imposição dessa categorização de gênero, enquanto uma organização hierárquica, na qual o homem é superior à mulher, neste ponto o indígena e o africano do sexo masculino se tornaram aliados do homem europeu na opressão e dominação das mulheres, possibilitando a dominação colonial e instituindo novas formas de relação de poder³.

O recorte temporal é pensado a partir da necessidade de compreensão das relações de gênero nos primeiros dois séculos de colonização e da carência de produção historiográfica sobre esta temática e respectivo período. Optamos por não determinar os anos finais das análises, mas consideramos um marco inicial as datas dos primeiros relatos de viajantes acerca do Brasil, ainda no início do século XVI, deixando as primeiras décadas do século

³ Para maior aprofundamento do tema ver Lugones (2020; 2014).

XVIII como possibilidades temporais. Assim, nos pautamos na atribuição temporal definida por Fernand Braudel de História de *longa duração* e na definição de *estrutura* proposta pelo historiador francês:

Para nós, historiadores, uma estrutura é, sem dúvida, um conjunto, uma arquitetura, mas é mais ainda uma realidade que o tempo usa mal e veicula demoradamente. Certas estruturas, por viverem muito tempo, tornam-se elementos estáveis de uma infinidade de gerações: embaraçam a história, incomodam-na, e assim comandam seu fluxo. Outras estão mais prontas a serem destruídas. Mas todas são, por sua vez, sustentáculos e obstáculos (Braudel, 1965, p. 268).

Pensar a estrutura da sociedade colonial é a maneira pela qual conseguimos observar como se davam as relações de poder e dominação entre os gêneros de colonizadores e colonizados. Analisando o modo como as construções de ideais masculinos e femininos interfeririam na formação da sociedade e, posteriormente, se cristalizaram como padrões rígidos que permaneceram intactos. Sobre esta abordagem, o pesquisador da Universidade de São Paulo, Mário César Lugarinho, aponta:

O colonialismo, de forma geral, apagou as culturas dominadas, submetendo-as ao sistema cultural do dominador. O processo de submissão de populações, e aí é englobada tanto a população catequizada (ameríndios), quanto a escravizada (africanos e ameríndios), era baseado numa concepção de humanidade e masculinidade próprias que estabeleciam o homem europeu como superior porque dotado de humanidade e, também, de masculinidade, enquanto a população submetida, se não era dotada de humanidade, era desprovida de “autêntica” masculinidade e, por isso, considerada feminilizada ou infantilizada, o que justificava a sua submissão (Lugarinho, 2013, pp. 18-19).

Sem correremos o risco de sermos reducionistas, ao pensar a condição do homem colonizado como “feminilizado ou infantilizado”, interpretamos este processo de dominação como uma condição de hierarquia de gênero, quando o masculino colonizador, domina e coloniza o masculino do colonizado, estabelecendo, assim também, relações de gênero e poder. Joan Scott observou que há uma conexão entre os regimes autoritários e o controle das mulheres, e neste sentido, estendemos a compreensão desta conexão com a dominação masculina colonial em detrimento da dominação de outros homens, uma vez que segundo a autora, “os governantes emergentes legitimaram a dominação, a força, a autoridade central e o poder dominante como masculinos (os inimigos, os forasteiros, os subversivos) e a fraqueza como femininos” (Scott, 1995, p. 91). Quando pensamos a dominação e o estabelecimento das relações de poder a partir da interpretação de gênero, devemos analisar também a estrutura hierárquica colocada pela masculinidade hegemónica em detrimento de outras masculinidades marginalizadas.

É deste modo que pensamos a importância da análise das relações de gênero, como instrumentos de dominação e relação de poder entre o colonizador e os povos colonizados no Brasil. Pois, “as relações de poder entre nações e a posição dos sujeitos coloniais têm sido compreendidas (e então legitimadas) em termos as relações entre homem e mulher” (Scott, 1995, p. 92), mantendo um conceito generificado de alta política, em que a oposição homem/mulher deva parecer fixa e correta, uma oposição binária, em que as relações de gênero fazem parte do próprio conceito do que é o poder (Scott, 1995, p. 92).

Como instrumento de dominação e relações de poder, o gênero é também interpretado como modo de construção política. Procurar as noções de construção social em torno dos conceitos de feminilidade e masculinidade em instituições políticas, como é o caso da análise das Atas das Câmaras, é utilizar o gênero como categoria de análise política e social. Neste sentido, Scott aponta:

O gênero, então, fornece um meio de decodificar o significado e de compreender as complexas conexões entre várias formas de interação humana. Quando os/as historiadores/as buscam encontrar as maneiras pelas quais o conceito de gênero legitima e constrói as relações sociais, eles/elas começam a compreender a natureza recíproca do gênero e da sociedade e as formas particulares e contextualmente específicas pelas quais a política constrói o gênero e o gênero constrói a política (SCOTT, 1995, p.89).

Através desta interpretação, podemos identificar o uso da categoria gênero na formação social e política colonial, quando as mulheres europeias são utilizadas como projetos de esposas e famílias cristãs a favor do Estado e da Igreja. Num contexto em que os homens europeus se uniam às mulheres indígenas em relações não oficiais perante a Igreja Católica, as primeiras mulheres europeias colonizadoras exerceram um papel social e político.

Deste modo, espera-se ao longo do desenvolvimento da investigação a construção de um panorama geral dos papéis de gênero atribuídos às mulheres indígenas, europeias, aos homens indígenas e europeus, presentes nas fontes produzidas no período, que forneçam interpretações importantes acerca da formação da sociedade da época com base nos ideais femininos e masculinos.

Referências bibliográficas

Bourdieu, P. (2012). *A dominação masculina*. Bertrand Brasil.

Braudel, F. (1965). *História e Ciências Sociais: a longa duração*. *Revista de História*, [S. l.], v. 30, n. 62, p. 261-294. <https://www.revistas.usp.br/revhistoria/article/view/123422>.

Connell, R. W. & Messerschmidt, J. W. (2013). Masculinidade hegemônica: repensando o conceito. *Estudos Feministas*, Florianópolis, 21(1): 424. <https://www.scielo.br/j/ref/a/cPBKdXV63L75GrVvH39NC/?lang=pt>.

Fernandes, J. A. (2016). *De cunhã a mameluca: a mulher tupinambá e o nascimento do Brasil*. 2. ed. – João Pessoa-PB: Editora da UFPB.

Garcia, E.F. (2019). Las categorías de la conquista: las mujeres nativas en el vocabulario del siglo XVI (São Vicente, Brasil). *Nuevo Mundo Mundos Nuevos*. <http://journals.openedition.org/nuevomundo/75613>.

Garcia, E.F. (2018). *Mulheres Brasilis*: as índias e a conquista do Brasil (século XVI). In: REGO, André de Almeida; APOLINÁRIO, Juciane Ricarte (org.). *Novas histórias dos povos indígenas no Brasil: territorialidades da escrita interdisciplinar indígena e não-indígena*. Saggá Editora.

Garcia, E.F. (2015). Sexo y Esclavitud en la cuenca del Río de la Plata: Asunción y São Vicente a mediados del siglo XVI. *Americania*. *Revista de Estudios Latinoamericanos*. Nueva Época (Sevilla), n. 2, p. 39-73. <https://www.upo.es/revistas/index.php/americania/article/view/1498>.

Lugarinho, M. C. (2013). Masculinidade e colonialismo: em direção ao “homem novo” (subsídios para o estudos de gênero e para os estudos pós-coloniais no contexto de língua portuguesa). *Revista do Núcleo de Estudos de Literatura Portuguesa e Africana da UFF*, Vol. 5, nº 10. <https://periodicos.uff.br/revistaabril/article/view/29682>

Lugones, M. (2020). Colonialidade e Gênero. In Hollanda, Heloisa Buarque de (org.). *Pensamentos feminista hoje: perspectivas decoloniais*. Bazar do Tempo.

Lugones, M. (2014). Rumo a um feminismo descolonial. *Estudos Feministas*, vol. 22 (n.3): 935-952. <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/36755/28577>.

Pedro, J. M. (2011). Relações de gênero como categoria transversal na historiografia contemporânea. *Topoi*, vol. 12, no. 22. http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-01882007000200015&script=sci_abstract&tlng=pt.

Scott, J. (1995). Gênero: uma categoria útil de análise histórica. *Educação e Realidade*, Porto Alegre, v. 20, n. 2, 71-99.

Soihet, R. & Pedro, J. M. (2007). A emergência da pesquisa da história das mulheres e das relações de gênero. *Rev. Bras. Hist.*, vol.27, n. 54, http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S010201882007000200015&script=sci_abstract&tlng=pt.

Viana Júnior, M. M. (2013). *Masculinidades compósitas nas capitânias do Norte da América Portuguesa (séculos XVI e XVII)*. Tese Doutorado em História Cultural Programa de Pós-Graduação em História Cultural pela Universidade Federal de Santa Catarina. <https://repositorio.ufsc.br/bitstdle/123456789/107558/319120>.

Heintze, B. (1985) *Fontes para História de Angola no séc. XVII: Memórias, relações e outros manuscritos da colectânea documental de Fernão de Sousa (1622-1635)*. Franz Steiner Verlag Wiesbaden.

Hespanha, A. M. (2004). *Nova História Militar de Portugal*. Círculo de Leitores.

Heywood, L. M. Thornton, J. K. (2007). *Central Africans, Atlantic Creoles, and the Foundation of the Americas, 1585-1660*. Cambridge University Press.

Mattos, H. (2008, January). “‘Black Troops’ and Hierarchies of Color in the Portuguese Atlantic World: The Case of Henrique Dias and His Black Regiment”. *Luso-Brazilian Review*, 45 (01), 24, pp. 6 – 29.

Mello, E. C. de. (2007). *Olinda Restaurada – Guerra e açúcar no Nordeste, 1630 – 1654*. 34.

Mello, J. A. G. de. (1988). *Henrique Dias: Governador dos crioulos, negros e mulatos do Brasil*. Massangana.

Moreira, L. G. S. & Loureiro, M. J. G. (2012). “A Nova história militar e a América portuguesa: balanço historiográfico”. In P. Possamai (org.), *Conquistar e defender: Portugal, Países Baixos e Brasil. Estudos de história militar na Idade Moderna*. Oikos.

Moreno, H. B. (2000). “O princípio da Época Moderna”. In J. Tengarinha (org.), *História de Portugal*. EDUSC.

Olival, F. (2006). “An Elite? The Meaning of Knighthood in the Portuguese Military Orders of the Seventeenth and Eighteenth Centuries”. *Mediterranean Studies*, 15, pp. 117-126, disponível em: <https://www.jstor.org/stable/41166995>.

Raminelli, R. (2015). *Nobrezas Do Novo Mundo Brasil e Ultramar Hispânico Séculos XVII*. FGV.

Silva, A. C. (2002). *A Manilha e o Libambo, A África e a Escravidão de 1500 a 1700*. Nova Fronteira.

Silva, K. V. P. (2003). ‘Nas Solidões Vastas e Assustadoras’- Os pobres do açúcar e a conquista do sertão de Pernambuco nos séculos XVII e XVIII. Tese de Doutorado, UFPE. <https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/7334>.

Sousa, B. V. e. (2009). “A monarquia entre a guerra civil e a consolidação (século XIII)”. In R. Ramos (coord.), N. G. Monteiro & B. V. Sousa, *História de Portugal. A esfera dos livros*.

Souza, M. de M. e. (2020). Cavaleiro da Ordem de Cristo: um título conguês. *Reflexos*, N° 5, 5, pp. 01-25. <https://revues.univ-tlse2.fr:443/reflexos/index.php?id=755>.

Thornton, J. K. (1988, April). "The Art of War in Angola, 1575 - 1680". *Comparative Studies in Society and History*, 30(2), 28, pp. 360-378.

Thornton, J. K. (1999). *War on the Savannah: West Central Africa*, in: *Warfare in Atlantic Africa 1500-1800*. Millersville University.

**Notas sobre os governadores e o governo da capitania
de Mato Grosso: nomeações, administrações
e promoções (1751-1772)**

Otávio Vítor Vieira Ribeiro¹

Resumo

Este capítulo tem por objetivo apresentar traços da governabilidade da capitania de Mato Grosso, entre 1751 e 1772. Serão abordadas as nomeações, as administrações e as promoções de seus três primeiros governadores e capitães-generais: D. António Rolim de Moura (1751-1764); João Pedro da Câmara (1765-1768) e Luís Pinto de Sousa Coutinho (1769-1772).

Palavras-chave: Capitania de Mato Grosso, Governadores, Nomeações, Promoções.

Abstract

This chapter aims to present traces of the governance of the captaincy of Mato Grosso, between 1751 and 1772. Will be addressed the appointments, administrations and promotions of its first three governors and captain generals: D. António Rolim de Moura (1751-1764); João Pedro da Câmara (1765-1768) e Luís Pinto de Sousa Coutinho (1769-1772).

Keywords: Captaincy of Mato Grosso, Governments, Appointments, Promotions.

Introdução

Em 1749, a rainha D. Mariana Vitória repassava ao primeiro governador e capitão-general da capitania de Mato Grosso, D. António Rolim de Moura (1751-1764), as instruções a serem implementadas na sua administração. Ao definir a nascente repartição como a “chave e o propugnáculo do sertão do Brasil pela parte do Peru”, estas instruções delinearão a governabilidade no centro da América portuguesa no século XVIII: a consolidação da sua fronteira com os domínios espanhóis (*Instrução aos governadores e capitães-generais*, 2001, pp. 10-11).

Considerando-se isto, este capítulo trata de apresentar os traços que conformaram a governabilidade na capitania de Mato Grosso, entre 1751 e 1772. Deste modo, procuramos evidenciar como a consolidação da fronteira no centro da América portuguesa condicionou as seleções, as promoções e as práticas governativas dos seus governadores e capitães-generais.

Partimos da análise das trajetórias destes oficiais. Por “trajetória” compreendemos a articulação contextualizada entre a “história de vida” (nascimento, nome, família, formação) e a “obra” (ações) dos governadores e capitães-generais nomeados para a capitania de Mato Grosso, na segunda metade do século XVIII (Bourdieu, 1996, pp. 183-191).

A documentação analisada é composta por decretos régios, habilitações às Ordens Militares e correspondências oficiais. Estes documentos foram organizados em quadros e tabelas, e encontram-se digitalizados para consulta nos fundos Avulsos das capitanias da Bahia e de Mato Grosso, no Arquivo Histórico Ultramarino (AHU); Habilitações para as Ordens Militares, no Arquivo Nacional da Torre do Tombo (ANTT); e na obra *A Amazônia na era pombalina*, de Marcos Carneiro de Mendonça (2005).

Antes de tratarmos das nomeações, das administrações e das promoções dos governadores e capitães-generais da capitania de Mato Grosso, façamos uma breve incursão sobre a sua configuração administrativa na segunda metade do século XVIII.

A capitania de Mato Grosso

A capitania de Mato Grosso (1748) constituiu-se numa unidade administrativa situada no centro da América portuguesa e limítrofe com os domínios espanhóis (missões jesuíticas de Moxos e Chiquitos e Província do Paraguai). Esta comportava dois distritos: Vila Real do Senhor Bom Jesus do Cuiabá (1727), no rio Paraguai, e Vila Bela da Santíssima Trindade (1752), no rio Guaporé, sendo esta última, a sua capital. Os seus administradores ostentavam a patente de governadores e capitães-generais e estavam subordinados à jurisdição dos governadores e capitães-generais da capitania do Rio de Janeiro desde a sua fundação (Jesus, 2012, p. 94).

Nomeações

A fronteira em aberto com os domínios espanhóis no centro da América portuguesa, demandou a nomeação de oficiais com experiência militar para a administração da capitania de Mato Grosso. Este perfil corrobora a definição proposta por Caio Prado Júnior, para quem os governadores ultramarinos eram “figuras híbridas”, por “reunirem as funções do governador das Armas das províncias metropolitanas”, sendo o “modelo mais aproximado que se tinha dele no Reino” (Prado Júnior, 2004, pp. 299-300).

Este paralelo concretiza-se na associação entre as esferas militares e administrativas na governação das províncias da Corte, levadas a cabo pelos governadores das Armas, destacadamente, a partir das Guerras de Restauração (1641-1668) no Reino de Portugal (Costa, 2013, pp. 200-204). Por conta disto, o governador ultramarino foi, “acima de tudo, [um] militar” (Prado Júnior, 2004, pp. 299-300).

O cargo de governador das conquistas caracterizava-se pela articulação entre os desígnios da monarquia lusa e o “governo diário dos territórios”. O seu provimento baseava-se numa “relação de fidelidade e confiança” entre o rei e o súdito. A “instabilidade estrutural” e a heterogeneidade

político-administrativa das conquistas portuguesas demandaram a seleção de oficiais com “perfil político e social” condizente e adequado à realidade colonial (Curvelo, 2019, pp. 59-60; Russel-Wood, 1998, pp. 23-27).

A fidalguia e a experiência militar conformaram o perfil dos governadores e capitães-generais da capitania de Mato Grosso. Estes oficiais eram oriundos de famílias tituladas do Reino de Portugal com destacada formação/atuação na carreira das armas, entretanto, não tinham vivência administrativa no Real Serviço (Cunha, 2005, p. 74; Monteiro, 2005, pp. 103-105; Raminelli, 2013, pp. 101-102).

A exemplo disso, D. António Rolim de Moura, nascido em 1709, provinha da vila de Moura, no baixo Alentejo, sendo o sexto entre os quinze filhos de Nuno de Mendonça (IV conde de Vale dos Reis) e Leonor Maria Antónia de Noronha (filha do I marquês de Angeja, D. Pedro de Noronha). Aos 39 anos de idade, D. António foi nomeado o primeiro governador e capitão-general da capitania de Mato Grosso (1748)² (AHU – Mato Grosso-Avulsos, cx. 4, d. 237).

Neste contexto, Rolim de Moura já gozava de um hábito da Ordem de Santiago da Espada (1732); acumulava as patentes de soldado do regimento de cavalaria de Alcântara (1726) e de capitão de infantaria no regimento do conde de Cocolim (1735); e os cargos de Veador da Casa da Rainha D. Mariana de Áustria (1744) e de Tesoureiro do Hospital de Lisboa (1745) (Canova, 2011, p. 62). Após mais de uma década à frente do governo de Mato Grosso, D. António foi sucedido por seu sobrinho, João Pedro da Câmara (1765-1768), nomeado em 30 de junho de 1763 (AHU – Mato Grosso-Avulsos, cx. 12, d. 695). Segundo Arthur Reis, João Pedro da Câmara era descendente dos “descobridores da Madeira e Ilhas Desertas” (Reis, 2002, pp. 28-29).

Natural da freguesia de Santa Engrácia (Lisboa), João Pedro da Câmara nasceu em 1731. Era filho legítimo de Luís Gonçalves da Câmara (Senhor

² Entre a criação da capitania de Mato Grosso (1748) e a tomada de posse de seu governo por D. António Rolim de Moura (1751) sucederam-se três anos. Nesse intervalo, a sua administração ficou a cargo do governador e capitão-general da capitania do Rio de Janeiro, Gomes Freire de Andrada, conde de Bobadela (1733-1763).

das Ilhas Desertas e dos Morgados de Taipa, Regalados, Comendador das Comendas e Santa Maria de Cazevel, São Tiago de Caldelas no Arcebispado de Braga, Santo André de Vila Boa) e de D. Isabel Libânia de Mendonça (irmã de D. António Rolim de Moura) (ANTT, Habilitações para a Ordem de Cristo, mç. 8, n. 9).

Assim como seu tio, João Pedro da Câmara gozava de um hábito, sendo cavaleiro da Ordem de Cristo (1759). A sua carreira militar foi construída nas fileiras do Exército do Reino, sendo tenente-coronel de dragões no regimento de Penamacor, com destacada atuação na defesa das fronteiras do Reino durante a Guerra Fantástica (1762-1763) (AHM, DIV 1/2 - Portugal e Campanhas na Europa, cx. 2, 2 fls.).

Já o seu sucessor, Luís Pinto de Sousa Coutinho (1769-1772), era natural de Santiago de Leomil (distrito de Viseu), tendo nascido em 27 de novembro de 1735. Era filho segundo de Alexandre Luís Pinto de Sousa (fidalgo cavaleiro da Casa Real, Terratenente e 10º Senhor do Morgado de Balsemão) e de D. Josefa Maria Madalena Pereira Coutinho de Vilhena, naturais das freguesias de Tões e de Santiago de Leomil, com residência em Balsemão (ANTT, Habilitações para a Ordem de Cristo, Letra L, mç. 8, d. 16).

Luís Pinto de Sousa Coutinho possuía morgadios e ostentava o hábito de cavaleiro da Ordem de São João de Malta, quando de sua nomeação para o governo da capitania de Mato Grosso, em 14 de agosto de 1767 (AHU - Mato Grosso-Avulsos, cx. 13, d. 801). Somava-se a isto, a sua habilitação à cavaleiro da Ordem de Cristo, antes de seu embarque para a capitania de Mato Grosso (ANTT, Habilitações para a Ordem de Cristo, Letra L, mç. 8, d. 16).

A formação acadêmica em Matemática pela Universidade de Coimbra (décadas de 1750 e 1760) e as carreiras literária e diplomática são elementos de distinção na trajetória de Luís Pinto de Sousa Coutinho (Topa, 2000; Boralho, 2008; Gouveia, 2011). A ciência, a literatura e a diplomacia complementaram-se pela sua atuação no campo de batalha. Assim como João Pedro da Câmara, Sousa Coutinho também atuou na Guerra Fantástica (1762-1763), fornecendo cavalos e provisões para as tropas e servindo como capitão no

regimento de cavalaria de Almeida (1762). Posteriormente, foi promovido à patente de tenente-coronel no regimento de artilharia do Porto (1765) (Rodrigues Costa, 2012, pp. 131-132; Furtado & Monteiro, 2019, p. 8). Como se evidencia, a nomeação dos governadores e capitães-generais da capitania de Mato Grosso encerrou-se no topo da aristocracia régia e nos quadros superiores do Exército português. A manutenção da posse da fronteira com os domínios espanhóis e a integração político-administrativa com o Reino concorreram para a sua política de conquista em meados do século XVIII (Cruz, 2015, p. 694; Ribeiro, 2020, pp. 377-378; Raminelli, 2021, pp. 10-13).

Administrações

As instruções (1749) repassadas pela rainha D. Mariana de Áustria a D. António Rolim de Moura pautavam-se em quatro diretrizes: 1) defesa, povoamento e ocupação da fronteira com os domínios espanhóis (missões jesuíticas de Moxos e Chiquitos e Província do Paraguai); 2) dinamização de atividades económicas (mineração, pesca, agricultura, pecuária etc.); 3) civilização dos índios (*Diretório dos Índios*, 1757-1798); 4) estreitamento das relações político-administrativas entre a capitania de Mato Grosso e o Estado do Grão-Pará (rota Madeira-Mamoré-Guaporé) (*Instruções aos capitães-generais*, 2001, p. 11-20).

A demarcação da fronteira entre os domínios luso e espanhol, prevista na assinatura do Tratado de Madrid (1750), acirrou as campanhas militares e a manutenção da posse territorial no centro da América portuguesa. As *partidas*, como se definiam a atuação das comissões que atuaram nos extremos norte (Francisco Xavier de Mendonça Furtado, 1751-1759 e D. José de Iturriaga) e sul (Gomes Freire de Andrada, 1733-1763 e Gaspar Tello y Espinosa, marquês de Valdelirios) da América, não chegaram a termo em seus trabalhos, mantendo-se a indefinição entre as fronteiras ibéricas permanentes por toda a segunda metade do século XVIII (Tratado de El Pardo, 1761 e Tratado

de Santo Ildefonso, 1777) e princípios do século XIX (Tratado de Badajoz, 1801) (Magalhães, 1998, pp. 34-42; Cortesão, 1965, pp. 303-310).

D. António Rolim de Moura (1751-1764) atuou intensivamente nas demarcações de limites entre o Mato Grosso e o Grão-Pará, através da sua comunicação epistolar (1754 a 1759) e da substituição de seu interlocutor, o governador e capitão-general do Estado do Grão-Pará, Francisco Xavier de Mendonça Furtado (1751-1759), na condução das *partidas* do Norte, a partir de 1759 (Mendonça, 2005).

A sua administração foi marcada pela concessão de sesmarias a colonos; a edificação de destacamentos militares (Sítio das Pedras, 1757 e Nossa Senhora da Conceição, 1760) no rio Guaporé; a fundação da vila-capital de Mato Grosso, Vila Bela da Santíssima Trindade (1752); e a importação de mão de obra africana dos portos de Belém, via Madeira-Mamoré-Guaporé (doravante monções do norte); e do Rio de Janeiro e de Salvador, via Paraguai-Paraná-Tietê (doravante monções) (Canova, 2011, pp. 63-68; Melgaço, 1949, pp. 254-257).

A instabilidade territorial voltou as atenções do seu sucessor, o governador e capitão-general João Pedro da Câmara (1765-1768), para a defesa e a constituição de um corredor de abastecimento na capitania de Mato Grosso. A reestruturação do fortim de Nossa Senhora da Conceição (Forte Bragança, 1769) articulou o controlo sobre a navegação pelas monções do norte, ao atuar como um entreposto de apoio à circulação de bens, de pessoas e de armas e na defesa de Vila Bela da Santíssima Trindade contra as campanhas militares espanholas na década de 1760 (Ribeiro, 2021, pp. 103-110; Castilho Pereira, 2017, pp. 98-106).

O estabelecimento de povoações civis, previstas no Diretório dos Índios (1757-1798), pouco avançou durante a sua administração, concentrando-se nos rios Barbados, Jauru e Mamoré por onde se dava o circuito da comunicação com o Estado do Grão-Pará. O recrutamento compulsório de indígenas engrossou as fileiras dos destacamentos militares; a produtividade das povoações civis e a condução de canoas de transporte pelas monções

do norte. Quanto ao tráfico negreiro, vivenciou-se um decréscimo conjunto nos fluxos de importação dos portos de Belém, do Rio de Janeiro e de Salvador (Blau, 2007, pp. 96-97; Marques, 2011, pp. 54-55).

Segundo Renata Araújo, no final da década de 1760, configurou-se um “clima de paz virtual” na capitania de Mato Grosso, caracterizado pelo arrefecimento dos conflitos territoriais com os espanhóis (Araújo, 2000, p. 128). Este cenário permitiu a Luís Pinto de Sousa Coutinho (1769-1772), ao suceder a João Pedro da Câmara no governo de Mato Grosso, explorar as potencialidades geopolíticas e naturais das bacias amazônica e paraguaia.

Em sua jornada pelas monções do norte para a tomada de posse do governo de Mato Grosso, Sousa Coutinho mapeou a fauna, a flora e a hidrografia amazônica (AHU – Mato Grosso-Avulsos, cx. 13, d. 801, 817, 820, 829; cx. 14, 848). Estes levantamentos serviram de base para a urbanização dos rios Madeira (Lugar de Balsemão, 1769) e Guaporé (Lugar de Leomil, 1760 e Lugar de Lamego, 1769); a estruturação de frentes de defesa e de comunicação entre o Estado do Grão-Pará e a capitania de Mato Grosso (Real Forte Príncipe da Beira, 1776); a militarização dos rios Aguapeí e Alegre e a retomada do fluxo do tráfico negreiro, destacadamente, com os portos de Salvador e do Rio de Janeiro (Rodrigues, 2020, pp. 119-132; Rodrigues, 2015, p. 175).

Na região sul da capitania de Mato Grosso, Luís Pinto de Sousa Coutinho intentou delinear os limites territoriais, reordenar as jurisdições e reavivar as relações comerciais entre as capitanias de Mato Grosso, de São Paulo e de Goiás, a partir da militarização (Forte de Nossa Senhora dos Prazeres, 1767) e do comércio monçoeiro (provisões, canoas de transporte, índios, africanos) no rio Paraguai (Melgaço, 1949, p. 270; Corrêa Filho, 1969, pp. 189-190).

Em suma, a administração da capitania de Mato Grosso articulou-se pela militarização e o controle sobre a navegação das bacias amazônica e paraguaia. A sua apropriação, enquanto limite natural entre os domínios ibéricos, tensionou a consolidação da fronteira no centro da América meridional (Tratado de Madrid, 1750).

Apesar das suas contingências militares, materiais e administrativas – comuns em toda a América portuguesa – a capitania de Mato Grosso conformou-se em uma via de promoção nobiliárquica para os seus governadores e capitães-generais durante a segunda metade do século XVIII (Santos, 2008, p. 26).

Promoções

A manutenção do estatuto nobiliárquico e a dilatação patrimonial das Casas tituladas do Reino foi subvencionada pela *ideologia* da prestação de serviços à Coroa portuguesa. A liberalidade régia (*justiça distributiva*) configurou o sistema de remunerações e a tessitura de relações de interdependência política entre vassalos e a monarquia portuguesa no período moderno (Monteiro, 2011, pp. 133-134; Olival, 2001, pp. 30-31).

Diante disso, as nomeações para cargos de maior prestígio na administração ultramarina e régia, a concessão de títulos de nobreza e de senhoresios e as promoções na carreira das armas configuraram as remunerações concedidas pela Coroa portuguesa aos oficiais egressos da administração da capitania de Mato Grosso.

Quanto à circularidade administrativa, D. António Rolim de Moura foi único, entre os três oficiais aqui analisados, a ser nomeado para cargos em outras capitanias da América portuguesa antes de retornar ao Reino. Entre estas, destacamos as suas nomeações para os governos das “cabeças” do Estado do Brasil: capitania da Bahia (1763-1765) e capitania do Rio de Janeiro (1767-1769), sendo esta última, sede do Governo-geral da América lusa, a partir de 1763 (AHU – Bahia-Avulsos, cx. 151, d. 11535; cx. 155, d. 11831).

No Reino, D. António Rolim de Moura exerceu o cargo de Presidente do Conselho da Fazenda (1770). Na carreira militar foi promovido à patente de tenente-general dos Exércitos e acumulou os cargos de Conselheiro do Conselho de Guerra e o de governador das Armas da Corte e Estremadura (1779-1782) (ANTT, Manuscritos da Livraria, n. 1140, d. 166).

O seu sobrinho, João Pedro da Câmara, desde a sua nomeação para o governo de Mato Grosso, foi favorecido pelo parentesco com D. António Rolim de Moura e a sua inserção em redes de clientela pela via do casamento no Reino (Cunha & Monteiro, 2010, pp. 51-52). Ao retornar ao Reino, passou a residir em Benfica, onde em 25 de agosto de 1770, contraiu matrimônio com D. Maria Francisca de Mendonça Corte Real, filha legítima de João Pedro de Mendonça Corte Real e de D. Domingas Bárbara de Saldanha, respectivamente, irmão mais novo e cunhada do ex-Secretário de Estado da Marinha e Ultramar, Diogo de Mendonça Corte Real (1750-1756) (ANTT, Conselho da Fazenda, Letra M, mc. 25, ns. 10 e 12).

Em 13 de julho de 1772, João Pedro da Câmara reivindicou junto ao rei D. José I (1750-1777), uma lista das ações implementadas em sua administração na capitania de Mato Grosso (AHU - Mato Grosso-Avulsos, cx. 16, d. 980). No entanto, ao que indica a documentação a que tivemos acesso, somente em 1795, João Pedro da Câmara conseguiu a sua almejada remuneração, ao ser nomeado pelo Príncipe regente D. João (1796-1815) para ocupar o "lugar ordinário de conselheiro de capa e espada do Conselho Ultramarino", cargo que exerceu até vir a falecer em 16 de fevereiro de 1807 (AHU - Conselho Ultramarino, cx. 10, d. 953).

Por conseguinte, Luís Pinto de Sousa Coutinho trilhou outros caminhos ao ascender na carreira diplomática, científica e militar. De volta ao Reino, Sousa Coutinho atuou como ministro plenipotenciário na corte londrina (1772-1774) e se tornou sócio da Royal Society (Borrvalho, 2008, pp. 51-56; Rodrigues Costa, 2012, p. 139). Em Lisboa, exerceu o cargo de Secretário dos Negócios Estrangeiros e da Guerra (1788-1803); incentivou o desenvolvimento da ciência; a reestruturação do ensino militar português (Academia Real de Fortificação e Desenho, 1790); foi promovido à patente de marechal de campo do Exército; e mediou as negociações diplomáticas que resultaram na assinatura do Tratado de Badajoz (1801) (ANTT, Condes de Linhares, mc. 28, d. 18).

No que diz respeito à concessão de honrarias e de propriedades, somente D. António Rolim de Moura e Luís Pinto de Sousa Coutinho receberam títulos nobiliárquicos e senhorios. D. António Rolim de Moura recebeu de D. José I (1750-1777), o título de conde de Azambuja (1763) e foi condecorado com a medalha de Samora da Ordem de Santiago (Melgaço, 1949, p. 257).

Já Luís Pinto de Sousa Coutinho, durante a regência do príncipe D. João (1796-1815), recebeu os títulos de 1º visconde de Balsemão (1801) e de cavaleiro do Tosão de Ouro e grã-cruz da Ordem de São Bento de Avis (1801) (Gouveia, 2011, pp. 209-210 e Topa, 2000, p. 14). Além disso, tornou-se comendador e alcaide-mor da vila do Carmo e Senhor dos Ferreiros e Fendais do Reino (ANTT, Casa de Lafões, NP 24, n. 123).

Sendo assim, pode-se afirmar que o usufruto de remunerações pelos serviços prestados à Coroa portuguesa dependeu, de um lado, da boa condução da governança na capitania de Mato Grosso e da inserção de seus governadores e capitães-generais em redes de clientela no Reino. A conjugação destes fatores, favoreceram as suas nomeações para cargos mais destacados no Real Serviço em ambos os lados do Atlântico e estreitaram os seus laços de vassalagem com a monarquia portuguesa.

Considerações finais

A posse da fronteira no centro da América portuguesa informou as nomeações, as administrações e as promoções dos governadores e capitães-generais da capitania de Mato Grosso durante a segunda metade do século XVIII. Ao cotejarmos elementos de suas trajetórias, pudemos evidenciar o compartilhamento de características comuns que estavam diretamente vinculadas à reprodução do *ethos* da aristocracia de corte portuguesa no período moderno: graça régia e prestação de serviços (Monteiro, 1998, pp. 383-402).

A experiência militar acumulada no Real Serviço, a inserção em redes de clientela e a alta extração social conformaram os seus perfis e o atendi-

mento das demandas imperiais em uma região de fronteira com os domínios espanhóis. O cultivo dessas redes asseguraram o aditamento social de suas Casas no Reino (mercês e honrarias) e a sua promoção no Real Serviço (nomeações tanto para outras capitanias com maior prestígio social – a exemplo do Governo-Geral do Estado do Brasil -, quanto para as Secretarias do Reino) durante a segunda metade do século XVIII.

Referências bibliográficas

Araújo, R. M. D. (2000). *A urbanização do Mato Grosso no século XVIII: discurso e método*. Doctoral dissertation, Tese de doutoramento em História da Arte, FCSH, UNL.

Borrvalho, M. L. (2008). *“Por acaso hum viajante”: a Vida e a Obra de Catarina de Lencastre, 1.a Viscondessa de Balsemão (1749-1824)*. Imprensa Nacional.

Blau, A. R. (2007). *O ouro vermelho e a política de povoamento na capitania de Mato Grosso (1752-1798)*. Doctoral dissertation, Dissertação de mestrado em História, ICHS, UFMT.

Bourdieu, P. (1996). A ilusão biográfica. In M. de M. Ferreira e J. Amado (Orgs.), *Usos e abusos da História Oral* (pp. 183-191).

Curvelo, A. A. S. de C. (2019). *Governar Pernambuco e as “capitanias anexas”: O Perfil de Recrutamento, a Comunicação Política e as Jurisdições dos Governadores da Capitania de Pernambuco (c. 1654-c. 1756)*. Doctoral dissertation, Tese de doutoramento em História, ISCTE, IUL.

Cruz, M. D. D. (2015). A nomeação de militares na América portuguesa Tendências de um império negociado. *Varia historia*, 31, 673-710. <http://dx.doi.org/10.1590/0104-87752015000300003>.

Costa, F. D. (2013). Governadores das armas, mestres de campo e capitães-mores no Alentejo durante a Guerra da Restauração: inovações na administração e centros periféricos de poder. In H. V. Vilar, M. S. da Cunha e F. Farrica (Coords.), *Centros Periféricos de Poder na Europa do Sul (Séculos XII-XVIII)* (pp. 199-228).

Costa, J. M. R. (2012). Alguns livros científicos (sécs. XVI e XVII) no “Inventário” da Livraria dos Viscondes de Balsemão. *Ágora. Estudos Clássicos em Debate*, (14.1), 131-158. ISSN: 0874-5498.

Canova, L. (2011). António Rolim de Moura e as representações da paisagem no interior da colônia portuguesa na América (1751-1764). Doctoral dissertation, Tese de doutorado em História, SCHLA, UFPR.

Cunha, M. S. D. & Monteiro, N. G. (2010). Aristocracia, poder e família em Portugal, séculos XV-XVIII. In M. S. da Cunha e J. H. Franco (Orgs.), *Sociedade, família e poder na Península Ibérica: elementos para uma história comparativa* (pp. 47-75).

Cunha, M. S. D. (2005). Governos e governantes do Império Português do Atlântico (século XVII). In M. F. Bicalho e V. Ferlini (Orgs.), *Modos de Governar. Ideias e Práticas Políticas no Império Português (séculos XVI-XIX)* (pp. 69-92).

Corrêa Filho, V. (1994). *História de Mato Grosso* (Vol. 4). Fundação Júlio Campos.

Cortesão, J. (1965). *História do Brasil nos velhos mapas* (Vol. 2). Ministério das Relações Exteriores, Instituto Rio Branco.

Furtado, J. F. & Monteiro, N. G. (2019). Raynal and the defence of the Portuguese colonization of Brazil. *Análise social*, 54, 230 (1), 4-33. <https://doi.org/10.31447/as00032573.2019230.01>.

Gouveia, J. R. (2011). Uma Casa: múltiplos espaços, múltiplos poderes. O património cultural dos Coutinhos no período moderno. *Casa Nobre, um património para o futuro*, 197-223. <http://hdl.handle.net/10316/36596>.

INSTRUÇÕES, A. (2001). CAPITÃES-GERAIS Cuiabá: Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso. *Publicações Avulsas*, (27).

Jesus, N. M. de (2012). A capitania de Mato Grosso: história, historiografia e fontes. *Revista Territórios e Fronteiras*, 5(2), 93-113. <https://doi.org/10.22228/rt-f.v5i2.168>.

Martins Castilho Pereira, I. A. (2017). Guerra nas missões de Mojos: uma análise do conflito luso-espanhol pela posse da antiga missão jesuítica de Santa Rosa de Mojos no rio Guaporé (1760-1764). *Memoria americana*, 25(2), 95-112. ISSN 1851-3751.

Marques, G. O. (2011). A fronteira oeste da Capitania de Mato Grosso e as missões religiosas de Espanha (1750-1789). Doctoral dissertation, Dissertação de mestrado em História, ICHS, UFMT.

Monteiro, N. G. (2010). Casa, casamento e nome: fragmentos sobre relações familiares e indivíduos. In N. G. Monteiro (Org.) e J. Mattoso (Dir.), *A idade Moderna (História da vida privada em Portugal, 2ª v.)* (p. 130-158).

Monteiro, N. G. (2005). Governadores e capitães-mores do Império atlântico português no século XVIII. In M. F. Bicalho e V. Ferlini (Orgs.). *Modos de Governar. Ideias e Práticas Políticas no Império Português (séculos XVI-XIX)* (pp. 93-115).

Monteiro, N. G. (1998). O “ethos” da aristocracia portuguesa sob a dinastia de Bragança: algumas notas sobre a casa e o serviço ao rei. *Revista de História das Ideias*, 19, p. 383-402. ISSN: 2183-8925.

Mendonça, M. C. D. (2005). Correspondência do Governador e Capitão-General do Estado do Grão-Pará e Maranhão Francisco Xavier de Mendonça Furtado: 1751-1759. *Brasília: Senado Federal, Secretaria Especial de Editoração e Publicação*.

Magalhães, J. R. (1998). As novas fronteiras do Brasil. *História da expansão portuguesa*, 3, 1697-1808.

Melgaço, A. L. (1949). Apontamentos cronológicos da província de Mato Grosso. *R IHGB*, 205, 263-290.

Olival, F. (2001). *As Ordens Militares e o Estado Moderno: honra, mercê e venalidade em Portugal (1641-1789)*. Estar.

Prado Jr, C. (2004). *Formação do Brasil contemporâneo*. Brasiliense.

Ribeiro, O. V. V. (2021). Guarnecer para melhor servir: a dinâmica militar na escrita epistolar dos governadores do Grão-Pará e Mato Grosso (1759-1772). In J. A. Lima e R. M. das Neves Neto (orgs.), *Colonização e ultramar: a Amazônia colonial e o mundo atlântico português, séculos XVII e XVIII* (pp. 101-115).

Ribeiro, O. V. V. (2020). Mobilidade e circulação: a escrita de governo entre o Estado do Grão-Pará e a capitania de Mato Grosso (1759-1772). In A. Slemian (Org.), *Dinâmicas imperiais, circulação e trajetórias no mundo ibero-americano* (pp. 377-390).

Rodrigues, C. (2020). Um experto em Amazônia? O visconde de Balsemão e a representação da Amazônia portuguesa no mapa “Colombia Prima or South America”. *Revista Canoas do Tempo*, 12(2), 113-148. <https://doi.org/10.38047/rct.v12.n02.2020.d6.p.113.148>.

Raminelli, R. (2021). Construir Colônias: Reformas nas Américas c. 1760-90. *Anos 90: Revista do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul*, (28), 17. <https://doi.org/10.22456/1983-201X.108912>.

Raminelli, R. (2013). Nobreza e riqueza no Antigo Regime ibérico setecentista. *Revista de História (São Paulo)*, 83-110. <https://doi.org/10.11606/issn.2316-9141.v0i169p83-110>.

Rodrigues, B. P. (2015). *“Homens de ferro, mulheres de pedra”*: resistências e reações identitárias de africanos escravizados: do hinterland de Benguela aos vales dos rios Paraguai-Guaporé e América espanhola–fugas, quilombos e conspirações urbanas (1720-1809). (Tese de doutoramento em História, ICHS, UFMT).

Reis, A. C. F. (2002). *João Pedro da Câmara, um Fronteiro Olfidado*. IHGMT.

Russel-Wood, A. J. R. (1998). Centros e periferias no mundo luso-brasileiro, 1500-1808. *Revista brasileira de história*, 18, 187-250. <https://doi.org/10.1590/S0102-01881998000200010>.

Santos, F. V. dos (2008). Do Pará ao Mato Grosso: relações comerciais e percursos na administração colonial (1748-1780). *CABANOS – Revista de História*, 1 (5), 15-38. ISSN 1809-6050.

Topa, F. (2000). *Poemas Dispersos e Inéditos de Luís Pinto de Sousa Coutinho, 1.º Visconde de Balsemão*.

**Sistema donatario e elite fidalga portuguesa: conflito
pelas capitãncias de São Vicente e Santo Amaro
(1679-1724)**

Rafael Franzese Salmim¹

Resumo

A partir do litígio entre os donatários das Capitânicas de São Vicente e Santo Amaro, analisam-se as relações entre as elites fidalgas portuguesas e o processo administrativo colonial. Para isso, define-se o período de 1679-1724, que aborda o contexto das grandes mudanças no Império, a compra feita pela Coroa em 1709 até 1724, com a supressão da figura donatária na Capitania.

Palavras-chave: Capitânicas hereditárias; Império português; São Paulo colonial; elite fidalga; elites locais.

Abstract

The project analyzes the relations of Portuguese noble elite and colonial administration from the conflict among the São Vicente and Santo Amaro *donatários*. In the period chosen, from 1679 to 1724, there was the greatest transformations of the Empire, the purchase of São Vicente captaincy by D. João V in 1709 and, furthermore, allows us to analyze the *donatários'*s supression.

Keywords: Hereditary captaincies; Portuguese Empire; Colonial São Paulo; elite fidalga; local elites.

Introdução

As capitanias hereditárias são pouco analisadas pela historiografia brasileira e portuguesa, consideradas, em geral, instituições de menor importância no quadro da colonização na América. Os seus termos de concessão e de manutenção suscitaram tensões e disputas levadas à justiça colonial, principal esfera em que os agentes disputavam espaços (Cardim, 2005).

Doadas em forma de morgadio, as capitanias hereditárias englobavam duas formas de património régio: aqueles proibidos de alienação (divididos em grandes regalias – direitos majestáticos doados ou delegados com direito de reversão, donde surgem os títulos de Senhores de Terras, Capitães e Governadores – e, pequenas regalias – o próprio património doado, a delimitação da terra sob a qual se tem posse) e aqueles da Real Fazenda, alienáveis e anexos às faculdades de justiça (como dízimas e redizimas). As cartas de doação e os forais das capitanias incluía, portanto, esses dois domínios, na medida em que se concedia o título de capitão mor e governador com a jurisdição cível e criminal de uma terra delimitada, incluindo os direitos a rendimentos específicos que ficavam para os donatários (Saldanha, 2001). Além de vantagens económicas, o título de donatário garantia prestígio social e controle político-jurídico sobre a área, aspetos centrais para os valores do Antigo Regime.

O conflito pelas capitanias de São Vicente e Santo Amaro, insere-se dentro desse quadro, tendo ocorrido entre 1607-1790, com diferentes dinâmicas. Martim Afonso de Sousa recebeu a Capitania de São Vicente em 20 de janeiro de 1535, concedida por D. João III: 55 léguas que vão de 13 léguas ao norte de Cabo Frio até o Rio Curupacé (hoje Juqueriquerê), mais 45 léguas do Rio de S. Vicente, no braço da banda do norte, até 12 léguas ao sul da Ilha de Cananéia. Pero Lopes de Sousa, por sua vez, recebeu Santana e Santo Amaro em 21 de janeiro de 1535: 40 léguas que vão de 12 léguas ao sul da Ilha de Cananéia até a terra de Santa Ana e 10 vão do Rio Curupacé até o Rio de S. Vicente da banda do norte, respetivamente. Assim, temos quatro capitanias

na região meridional da América Portuguesa, divididas de maneira intercalada, entre os dois donatários.

O principal conflito envolveu a fronteira do Rio de São Vicente. Com a morte de D. Isabel de Lima Sousa de Miranda em 1607, finda a linhagem de Pero Lopes de Sousa, e a Capitania de Santo Amaro foi herdada por seu primo, Lopo de Souza, neto de Martim Afonso e donatário da Capitania de São Vicente. D. Luiz de Castro, Conde de Monsanto e irmão de Lopo, logo iniciou um pleito para ter direito à Capitania de Santo Amaro. Sem que o processo tivesse terminado, morreu Lopo de Souza em 1610, sem herdeiros legítimos, passando as suas posses (nesse momento, as Capitanias de São Vicente e Santo Amaro) à sua irmã, D. Mariana de Sousa da Guerra, Condessa de Vimieiro. Em 1612, morreu também D. Luiz e o seu morgadio passou para o seu filho, D. Álvaro Pires de Castro e Souza.

Em 1615, os Condes de Monsanto ganharam o pleito, sendo feito então um pedido de remarcação das fronteiras. Em 1624, a divisa do “Rio de São Vicente da banda do norte” foi movida 15 léguas ao sul. Com isso, as vilas de Santos, São Vicente e São Paulo (principal eixo econômico e político da região) deixaram de ser controladas pela Condessa de Vimieiro e foram, portanto, para o morgadio dos Condes de Monsanto.

Por conta dessa mudança de fronteiras e de jurisdição, a antiga capitania de Santo Amaro passou a se chamar Capitania de São Vicente, enquanto a antiga Capitania de São Vicente se torna Capitania de Nossa Senhora de Itanhaém (já que perdeu a sua antiga vila/ capital, São Vicente, e funda uma nova, com o mesmo nome da capitania). Em 1654, a Capitania de Itanhaém é passada em dote a D. Luiz Carneiro, o Conde da Ilha do Príncipe, por seu casamento com D. Mariana de Faro e Sousa, descendente de Martim Afonso. Finalmente, os Condes de Monsanto recebem o título de Marqueses de Cascais em 1643².

O objetivo principal desta pesquisa é analisar o conflito pelas Capitanias de São Vicente e Santo Amaro no período de maior tensão (1679-1724),

² Sobre o conflito ver Leme (1914) e Deus (1920).

levando em consideração aspectos da *economia da mercê* ou *economia da graça* do Antigo Regime³ e, principalmente, como é que as transformações económicas da região meridional suscitaram metamorfoses no reinado de D. João V que interferiram, fundamentalmente, no litígio, acionando elites locais, fidalgos e a Coroa.

Acirramento do conflito: donatários, elites locais e a Coroa (1679-1724)

A partir de 1640, a economia de São Paulo e da região meridional da América portuguesa sofreu uma alteração significativa: após a destruição das aldeias do Guairá e o grande auge das bandeiras de apresamento entre 1628 e 1641, a economia da vila de São Paulo orientou-se para regiões mais afastadas como o Araguaia-Tocantins, o nordeste e o extremo-sul. As entradas não eram mais capazes de fornecer mão de obra cativa – base da economia da vila –, como outrora. Apesar disso, a sua principal atividade económica, a agricultura de abastecimento, manteve-se desde 1630 até finais do século XVII, quando os excedentes produtivos abasteciam tanto os oficiais administrativos (oficiais de justiça, tabeliães, etc), quanto outras vilas do contexto colonial (Rio de Janeiro, Bahia, Buenos Aires e Angola).

A conjugação dos dois processos – a diminuição dos “lucros” dos apresamentos e a expansão da produção agrícola –, gerou forte desigualdade na distribuição social da riqueza e a vila passou a ter uma elite comercial, proprietária de grandes sesmarias e cativos indígenas, bem como uma massa

³ O primeiro conceito é cunhado por Fernanda Olival e o segundo por Antônio Manuel Hespanha, possuindo algumas diferenças. De toda forma, é “Importante perceber que independente da visão que se adota a respeito dessas trocas o núcleo estruturante dessas relações permanece o mesmo. Sempre baseado na tríade dar, receber e retribuir. ‘El premiado se manifestaria deudor y obediente para el futuro, lo que garantizaba la tendencia a la reproducción del servicio o a la espera de una nueva recompensa. Y así sucesivamente’ e se possível cada vez mais, garantindo não só o amor e a gratidão do monarca, mas também as honras necessárias para a afirmação social, neste ambiente tão simbólico como o Antigo Regime”, (Machado, 2015, dezembro).

de homens livres pobres, com pequenas porções de terra e com reduzido número de cativos⁴.

A partir de 1680, o processo de mercantilização da vila de São Paulo, ou seja, a consolidação das redes de abastecimento de outras vilas, concretizou definitivamente uma estrutura social desigual e trouxe consigo o aumento significativo do comércio regional, levando à construção e à manutenção dos caminhos, à fundação de novas vilas, à carestia e à falta de alimentos para a população local, etc. (Blaj, 2002).

Nesse mesmo período, a Colônia do Sacramento ganhou atenção especial da Coroa portuguesa. Na medida em que alternativas económicas surgiram, como a procura por metais preciosos, além do aumento do interesse no comércio platino, D. Pedro II instruiu Jorge Soares de Macedo para ir à Paranaguá analisar as minas de prata e, logo em seguida, fundar uma fortaleza na Ilha de São Gabriel. Com o fracasso dessa expedição, D. Manuel Lobo foi escolhido pelo Príncipe Regente para construir o forte que, dessa vez, deveria ser na margem do Rio da Prata (Possamai, 2010). Fundou-se Sacramento e, assim, a Coroa ganhou um novo entreposto, expandindo suas áreas coloniais no contexto pós-Restauração.

Nesse momento, a disputa pelas capitânicas ressurgiu, já que suas fronteiras não haviam sido alteradas desde 1624. Em 28 de abril 1679, depois de obter diversas confirmações e documentos, foi dado ao Conde da Ilha do Príncipe o domínio sobre as terras de acordo com a carta de doação entregue a Martim Afonso de Sousa, ou seja, incluindo na Capitania de Itanhaém as vilas de Santos, São Vicente e São Paulo, retornando ao limite original das capitânicas, de 1534 (Deus, *op. cit.*, p. 335-343; 5/novembro/1681, AHU, ACL, CU, São Paulo - Avulsos (023), cx. 1, doc. 12). Por provisão de 22 de março de 1681, o Marquês de Cascais, porém, transferiu a cabeça da capitania de São Vicente para São Paulo, mesmo sabendo que tal ato não se sustentava juridicamente⁵, já que essa segunda vila se recusou a aceitar o Conde da Ilha

4 Monteiro, 2000, especialmente os capítulos 2 e 3.

5 Apenas o Rei poderia mudar a cabeça da capitania.

como donatário. Em 1682, a situação voltou a estar como estava em 1624: as três principais vilas voltaram para as terras do Marquês de Cascais.

Esse acontecimento evidencia, justamente, a importância adquirida pela vila de São Paulo na região, decorrente de suas alterações económicas e da consequente formação de uma elite local que, como em outras regiões coloniais, ocupava os postos na Câmara. O intuito de Marquês foi, assim, o de criar uma forma de aliança política, por meio da concessão de privilégio (já que a cabeça de capitania tinha maiores vantagens administrativas e maior prestígio simbólico) à Câmara de São Paulo, gerando embates entre as duas vilas (Torrão Filho, 2011). A escolha da vila de São Paulo como “aliada política” mostra, justamente, que essa teria poder suficiente para um confronto com a vila capital, São Vicente, pelo menos para retardar o processo de reconhecimento das fronteiras da carta do Conde da Ilha. Mesmo após o retorno ao controlo do Marquês, os paulistas relutaram em aceitar a carta patente do capitão nomeado em seu lugar, Pedro Taques de Almeida, conflito que se estendeu até 1685.

As capitânias de São Vicente e Itanhaém estavam, portanto, sob a atenção dos donatários e da Coroa. A Colónia do Sacramento, nessa época, reforçou o posicionamento estratégico das vilas vicentinas, a ocupação colonial mais próxima do Rio da Prata. Em finais da década de 1690, o ouro alterou substancialmente a região, tanto pelas possibilidades de enriquecimento, quanto pela importância da capitania para o Império.

A preocupação da Coroa portuguesa passou a ser a manutenção das posses na América meridional, levando-a a iniciar um processo de maior presença por uma conjunção de fatores, além do próprio ouro. Em primeiro lugar, cabe destacar a Guerra de Sucessão Espanhola (1701-1714) e o conflito com a Espanha, o aumento do corso na costa e a invasão francesa do Rio de Janeiro (1710). No plano dos fatores internos, destacaram-se a Guerra dos Emboabas (1707-1709), a Revolta dos Mascates em Pernambuco (1710-1711), o motim na Bahia contra o aumento dos impostos e contra a carestia (1711) e a revolta de Filipe dos Santos em Vila Rica, capital de Minas Gerais (1720).

Redesenhar o império, assim, foi uma das principais ações de D. João V, gerando inflexão em seu reinado e, diferenciando-o dos precedentes: não convocou mais as cortes, e criou uma rede informal de conselheiros para poder controlar as elites locais (atendendo aos seus interesses, na medida do possível) (Souza, *et al.*, 2000; Bicalho, 2007).

Em escala local, o ouro, além de afetar a ação da Coroa, garantiu o enriquecimento de setores da elite paulista. Após a Guerra dos Emboabas, porém, a expulsão dos paulistas de Minas Gerais consagrou o papel produtivo-comercial da vila que remontava aos fins do XVI: fornecedor de gêneros alimentícios (a partir desse momento, em especial para as minas). Apesar de aparentar ser algo deletério para a acumulação de riqueza, a posição de abastecedor das minas criou lucrativas oportunidades de negócio (BLAJ, *op. cit.*, especialmente capítulos 4 e 5).

Esse movimento pode ser acompanhado se analisarmos, por exemplo, a biografia de José de Gois de Moraes: filho do capitão-mor e governador da Capitania de São Vicente, entre 1684 e 1687, Pedro Taques de Almeida era, descendente de uma das mais nobres famílias da região (Taques). Gois de Moraes construiu a sua fortuna no movimento das Minas, chegou a morar na região por alguns anos e participou, em fins do XVII, do comércio de algodão com Paranaguá e Curitiba. Em 1705, recebeu uma sesmaria de três léguas de *comprido* nas Minas e, para realizar as suas atividades, recusou, no ano anterior, a nomeação ao mesmo cargo do pai, justamente por não estar na vila. Além do ouro, Moraes requereu muitas terras para a criação de gado em Curitiba e uma sesmaria separada pelo Caminho Novo, em 1706. Em 1702 foi capitão dos auxiliares; em 1711, tornou-se capitão-mor da vila de São Paulo; em 1715, foi eleito juiz ordinário (assim como em 1737 e 1741); em 1711, arrematador de subsídios (vinho, aguardente e azeite) e; em 1718, guarda-mor das Minas nomeado pelo Conde de Assumar (Queiroz, 1971).

Toda a dinâmica da economia paulista desde o final do XVII ao início do XVIII e a posição de José de Gois de Moraes nesse contexto fez com que ele, em 1708, almejasse tornar-se donatário da Capitania de São Vicen-

te, fazendo uma oferta ao Marquês de Cascais, D. Luís Álvares de Castro Noronha Sousa e Ataíde. A questão donatarial ressurgiu em novo contexto. O tema da compra chegou ao Conselho Ultramarino e, no parecer relativo a ele questão, de 4 de março de 1709, um trecho chama atenção:

E sendo tudo visto pareceu ao Conselho representar a V. M. que nele há notícia que a V. M. se ofereceu um papel feito pelos moradores de São Paulo, em que queriam dar ao Marquês de Cascais Donatario a mesma quantia que lhe prometeu José de Goes de Moraes, (...) insinuando que querem que a jurisdição desta mesma Capitania fique incorporada na Coroa, debaixo de algumas condições, de que V. M. os honre com algumas mercês por este serviço (...) [e] que se devem modificar nela algumas cláusulas, especialmente a que respeita a de não entrar nestas terras o Ouvidor senão como Provedor da comarca...(4/março/1709. AHU, CU, Rio de Janeiro - CA, cx. 15, doc. 3162).

A questão donatarial não era assunto de menos importância para os quadros da administração colonial em geral, já que todos os agentes procuravam fazer prevalecer os seus interesses nessa esfera. Nesse ponto, a elite fidalga portuguesa (na figura do Marquês de Cascais), as elites regionais da colônia (José de Gois de Moraes e os moradores de São Paulo) e a Coroa relacionaram-se diretamente, numa disputa que envolveu acumulação de riqueza, controlo social e prestígio.

O processo, afinal, tendeu para o lado mais forte e a Coroa incorporou a Capitania ao património régio, atenta tanto à administração das Minas quanto à manutenção das posses meridionais da América (seja a Colônia do Sacramento, seja a costa do Rio de Janeiro e São Paulo, vias mais diretas de acesso ao ouro por invasores estrangeiros) num contexto em que, como referido, fatores internos e externos *conjugaram uma metamorfose* do Império. A partir da compra pela Coroa, a Capitania de São Vicente, que esteve na

posse do Marquês de Cascais, passou a se chamar Capitania de São Paulo, e a capital passou a ser, justamente, a vila de São Paulo.

D. João V não se atentou apenas ao ultramar, mas as suas ações no reino também influenciaram os quadros do conflito, afinal, os donatários faziam parte da fidalguia portuguesa. Para conseguir manter a estabilidade política interna pós-Restauração, a dinastia de Bragança restringiu as doações régias em torno de cinquenta casas de Grandes, com apreciável renovação de 1640 até 1668. Após esse período, a concentração das mercês foi ainda mais acentuada, contando com a residência dos titulares, na cidade de Lisboa, a partir do último quartel do XVII (Monteiro, 2003, especialmente o capítulo 3). D. João V, além de dar continuidade a esse processo, inaugurou novos rituais políticos que reforçaram, política e simbolicamente, a sua figura na sociedade de Corte. Sua unção no cerimonial de coroação e a sacralização de seu poder político, a sua representação imagética durante o reinado e a elevação da capela real a sede metropolitana Patriarcal alteraram tanto o padrão de nomeação da aristocracia quanto a ritualização das relações de poder (Araújo, 2001). Essas transformações políticas aumentam as disputas entre os fidalgos, que procuram cada vez mais a manutenção de suas mercês e de seus papéis sociais, fundamentais na reprodução do *ethos* aristocrático.

No início do século XVIII, o Marquês de Cascais detinha grande prestígio nos círculos aristocráticos. Sobre António Carneiro de Sousa, Conde da Ilha do Príncipe, por sua vez, há indícios contrários. O primeiro, foi embaixador extraordinário em Paris, a partir de 1695 até 1704 (Gomes, 2016) e, no mesmo ano, foi nomeado para o Conselho de Estado, sinais esses de aumento e/ou manutenção do prestígio na Corte. O segundo, apesar de ter sido capitão de um regimento de Infantaria contra os Espanhóis, e coronel do Regimento velho da guarnição da Corte (Zuquete, 1989, p. 657), torna-se réu na Casa de Suplicação em 1724 (1724. Feitos Findos, Correição Cível da Corte, mç. 58, n.º 2, cx. 58). Essas duas diferentes trajetórias podem explicar, em parte, os acontecimentos ocorridos após 1709.

A compra da Capitania de São Vicente causou uma reação interessante das elites locais. Segundo Pedro Taques,

...enviando o donatorio conde da Ilha do Principe por seu capitão mór loco tenente Antônio Caetano Coelho Pinto (...) em 17 de Março de 1717, e passando ás villas de Taubaté, Pindamonhangaba e Guaratinguetá para cobrar os direitos e redizimas que se deviam ao conde donatário, recorreram os officiaes camaristas d'estas villas ao governador e capitão general (...) conde de Assumar, o qual deu conta a Sua Magestade sobre esta matéria de redizima. (...) Rodrigo César de Menezes, que succedeu ao conde de Assumar, mandou por ordem de 22 de Outubro de 1721 suspender o capitão mór dito Antônio Caetano Coelho Pinto pela errada intelligencia de que o senhorio das terras do conde donatário tinha já passado à coroa pela compra feita ao marquez de Cascaes (...) (Leme, *Op. Cit.*, pp. 175-6).

As três vilas citadas negaram-se sucessivamente a atender os pedidos de redizima do Conde da Ilha que, em teoria, continuava com a jurisdição legítima sobre a região. Com o intuito de se aproximar da esfera da Coroa portuguesa (o que garantia facilidades administrativas, como no envio de petições diretamente aos órgãos régios), suas ações resultaram na supressão da figura donatarial na região meridional da América portuguesa, mesmo que em 13 de janeiro de 1720 o donatário reclamasse seus direitos no Conselho Ultramarino (13/janeiro/1720. AHU_ACL_CU_017-1, Cx. 18\Doc. 3829). As autoridades régias ocuparam, por fim, a Capitania de Itanhaém e Santana, que não foram compradas pela Coroa.

A disputa ocorrida entre 1710-1720 envolveu diretamente as elites locais, o poder régio e a fidalguia em torno da posse donatarial, revelando a complexidade e a importância dessa instituição na colonização portuguesa. Os aspectos locais e reinóis afetaram, portanto, o conflito pelas capitâneas de São Vicente e Santo Amaro, devendo-se considerar a descoberta do ouro, a dinâmica econômica das vilas planaltinas, as disputas por cargos e mercês e as inflexões no reinado de D. João V nesta análise.

Considerações finais

Nesta fase da pesquisa, podemos apontar algumas considerações gerais sobre as capitânicas hereditárias. Em primeiro lugar, deve-se ter por base que a donataria é uma mercê e, assim, insere-se numa *economia do dom/economia da graça*, base do mundo da Corte. Segundo, as elites locais têm um papel importantíssimo, já que a dinâmica das donatarias era conhecida pelos agentes locais, que agiram repetidamente sobre sua administração. Terceiro, não há uma separação entre “governo” e “administração”, fazendo com que a “justiça” seja o elemento em disputa, na medida em que é o principal aspecto do poder no Antigo Regime. Por fim, os interesses e os agentes (elites locais, fidalgos e autoridades régias) formam e posicionam-se, não apenas por dinâmicas internas da lógica da *economia do dom*, mas a partir de dinâmicas materiais decorrentes do contexto social no qual se formam, devendo-se considerar os aspectos económicos específicos de cada um desses atores para se entender quais são seus poderes efetivos no processo.

Referências bibliográficas

Fontes

5/novembro/1681. Consulta do Conselho Ultramarino ao príncipe regente D. Pedro II sobre a posse de Francisco Luis Carneiro e Sousa em terras do sul do Brasil. AHU, ACL, CU, São Paulo - Avulsos (023), cx. 1, doc. 12.

13/janeiro/1720. Requerimentos do Conde da Ilha do Príncipe para que fossem respeitadas as suas jurisdições e regalias consignadas nas doações sobre a Capitania do Rio de Janeiro, que era cabeça a Vila de Nossa Senhora da Conceição de Itanhaém. AHU_ACL_CU_017-1, Cx. 18\Doc. 3829

4/março/1709. Consulta do Conselho Ultramarino, sobre a licença que pedia o Marques de Cascais para renunciar a capitania de Santos e São Vicente. AHU, CU, Rio de Janeiro - CA, cx. 15, doc. 3162.

1724. Execução de sentença cível que é autor Manuel de Moura de Azevedo e réu o Conde da Ilha do Príncipe. Feitos Findos, Correição Cível da Corte, mç. 58, n.º 2, cx. 58.

Estudos

Araújo, A. (2001). Ritualidade e poder na corte de D. João V: A gênese simbólica do regalismo político. *Revista de História das Ideias*, v. 22, 175-208.

Bicalho, M. (2007). Inflexões na política imperial no reinado de D. João V. *Anais de História de Além-Mar*, Vol. VIII, 37-56.

Blaj, I. (2002). *A trama das tensões: O processo de mercantilização de São Paulo colonial (1681-1721)*. Humanitas.

Cardim, P. (2005). “Administração” e “governo”: uma reflexão sobre o vocabulário do Antigo Regime. In Maria Fernanda Bicalho e Vera Ferlini (Eds.), *Modos de governar: Ideias e práticas políticas no Império Português (séculos XVI-XIX)* (pp. 45-68). Alameda.

Deus, F. G. M. de (1920). *Memória para a história da capitania de S. Vicente hoje chamada de São Paulo e Notícias dos anos em que se descobriu o Brasil*. Weiszflog Irmãos.

Gomes, L. de C. P. (2016, abril). José da Cunha Brochado: de secretário de embaixada a embaixador extraordinário. *Tempo*. <https://www.scielo.br/j/tem/a/R5q7gLHtPnD73Zmf7VhGcMm/?lang=pt>

Leme, P. T. de A. (1914). *História da Capitania de S. Vicente*. Melhoramentos.

Monteiro, J. M. (2000). *Negros da terra: índios e bandeirantes nas origens de São Paulo*. Companhia das Letras.

Monteiro, N. G. (2003). *Elites e poder: entre o Antigo Regime e o liberalismo*. Imprensa de Ciências Sociais.

Possamai, P. C. (2010, dezembro). De núcleo de povoamento à praça de guerra: a Colônia do Sacramento de 1735 a 1777. *Revista Topoi*, Vol. 11, n. 21, 23-36.

Queiroz, S. R. R. de (1971, junho). José de Góis de Moraes: o paulista que quase comprou São Paulo. *Revista de História*, n. 86, 373-387.

Saldanha, A. V. de (2001). *As capitanias do Brasil: Antecedentes, desenvolvimento e extinção de um fenômeno atlântico*. Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimientos Portugueses.

Souza, L. M. & Bicalho, M. F. (2000). *O império deste mundo (1680-1720)*. Companhia das Letras.

Torrão filho, A. (2011, junho). A marinha destronada: ou a famigerada São Vicente derrotada pela Rochela paulista. A afirmação de São Paulo como cabeça de capitania (1681-1766). *História*, v. 30, n. 1, 148-173.

Zuquete, A. E. M. (1989). *Nobreza de Portugal e do Brasil*. Editorial Enciclopédia.

**De posição secundária a problema historiográfico: o
diretório na capitania do Maranhão (1757-1774)¹**

Felipe William dos Santos Silva²

Resumo

Com a realização deste trabalho pretende-se descrever a fundação de vilas e lugares como uma das dimensões do Diretório dos Índios na Capitania do Maranhão. Sendo assim, propõe-se um debate a respeito de como a posição secundária administrativa, em que o Maranhão se situa neste contexto, pode ajudar a potencializar novos problemas e novas abordagens a respeito das experiências pombalinas na Capitania.

Palavras-chave: Maranhão, Diretório, Vilas, Lugares.

Abstract

The work intends to describe the foundation of villages and places as one of the dimensions of the Directorate of Indigenous in the Captaincy of Maranhão. Thus, there is a debate about how the administrative secondary position in which Maranhão is situated in this context, can help to potentialize new problems and new approaches regarding the Pombaline experiences in the Captaincy.

Keywords: Maranhão, Directorate, Villages, Places.

1 Embora comumente se aborde o Maranhão como território anexo ao do Grão-Pará, aqui há que considerá-lo, de acordo com Lima (2006) e Meireles (2001), como uma capitania dotada de uma administração própria, sem perder de vista a sua posição subalterna, em conformidade com a Carta Régia de 06 de agosto de 1753, bem como de uma fronteira geográfica que compreende, segundo Mota (2006), o rio Turiaçu, que confina com o Grão-Pará e o rio Parnaíba, que limita com os territórios do Piauí.

2 Mestrando em História Social da Amazônia (PPHIST/UFPA). Bolsista CAPES. Email: fw-silva97@gmail.com

Introdução

Mário Martins Meireles (2001, p. 152), num trabalho que dedica ao estudo da história do Maranhão, afirma que a Capitania, ao incorporar o Piauí aos seus territórios em 1772, restabeleceu a sua posição de preeminência que havia perdido em 1751, com a transferência da Capital do Estado do Grão-Pará e Maranhão para Belém. Tal sentença, neste sentido, pode-se constituir numa das explicações para as possíveis razões de a historiografia, por muito tempo, negligenciar ou não dar a devida atenção para as dinâmicas no Maranhão, no contexto de inversão administrativa (Marques, 1870, p. 371; Viveiros, 1992, pp. 68-80).

Associada a uma posição secundária, não apenas pela razão anteriormente apontada, mas também porque pela Carta Régia de 6 de agosto de 1753, o Maranhão assumia a posição de subalterno frente à cabeça da repartição administrativa do Grão-Pará e Maranhão (Meireles, 2001, p. 152), cristalizou-se a ideia errática de que, pelo fato de o Diretório pombalino ter sido dirigido a essas duas Capitanias, à parte maranhense apenas cabia mimetizar, ou seguir, os mesmos passos das reformas pombalinas verificadas no Grão-Pará, o que por sua vez lhe conferiu uma posição secundária na aplicabilidade do Diretório.

Atualmente, alguns autores esforçam-se por tentar reverter este quadro elíptico que a Capitania enfrenta quanto aos estudos sobre o período colonial, em especial no contexto de 1751 a 1772/1774. Soraia Sales Dorneles (2021), por exemplo, recupera o processo de fundação de vilas e lugares de índios no período pombalino, a fim de diagnosticar não só a presença, mas também o protagonismo indígena no gerenciamento das instâncias políticas dessas povoações, como as Câmaras, bem como o *modus operandi* de Gonçalo Pereira Lobato e Sousa. A autora apresenta o panorama geral das povoações que foram fundadas em duas partes da Capitania: as mais próximas a São Luís, sua Capital e as mais distantes, localizadas nas áreas fronteiriças com o Piauí, perspectiva da qual este trabalho é correligionário.

Sendo assim, o trabalho tem como objetivo entender a fundação de vilas e lugares no período pombalino por meio do itinerário percorrido por Gonçalo Pereira Lobato e Sousa, levantando a possibilidade de entendê-lo enquanto ação planeada do governador, que não mediu esforços em fazer cumprir a Lei de Liberdades dos Índios. Tal encaminhamento, na opinião que este trabalho defende, ajuda a desmistificar a posição secundária na qual a Capitania do Maranhão ocupa nos estudos sobre o Diretório no Norte da América portuguesa, da mesma forma como potencializa as dinâmicas do Maranhão pombalino enquanto problema historiográfico a ser enfrentado e, conseqüentemente, aprofundado. Fundamentalmente, aqui se propõe uma abordagem por meio da geografia histórica que, no âmbito deste trabalho, frutifica a análise acerca da localização dessas vilas e lugares como vetor fundamental para o avanço da colonização em direção aos sertões.

Sobre o conjunto documental, a exemplo da correspondência entre Francisco Xavier de Mendonça Furtado, capitão-general do Estado do Grão-Pará e Maranhão e Gonçalo Pereira Lobato e Sousa, governador subalterno da Capitania do Maranhão entre 1753 e 1761, do próprio Diretório, de 1757, assim como do *Livro de Registros de Fundações, Ereções e Posses de Vilas*, localizado na página eletrônica do Arquivo Público do Maranhão, “foi possível a construção de breves, mas importantes questões a respeito do possível redimensionamento que os estudos sobre a aplicabilidade do Diretório implicaram na compreensão do processo de reconfiguração espacial no contexto da segunda metade do século XVIII na América portuguesa” (Farage, 1991; Almeida, 1997; Domingues, 2000; Coelho, 2006; Souza Jr., 2009; Sampaio, 2011; Santos, 2012; Santos, 2014).

Desconstruindo a elipse: a fundação de vilas e lugares de índios na Capitania do Maranhão como possibilidade de problema historiográfico

Uma reunião de 13 de abril de 1757, na Junta das Missões, em São Luís, teve como pauta principal um conflito de jurisdição que ocorreu nas povoações do Pará entre a diocese e os religiosos mercedários. Esta reunião importa na medida em que tal evento pode ter precipitado o processo de implementação de novas povoações, estabelecidas a partir da secularização de missões jesuíticas e mercedárias, conforme indica uma missiva enviada a Gonçalo Pereira Lobato e Sousa, recomendando que o núcleo jesuítico de Maracu seja convertido o mais rápido possível em vila (Mendonça, 2005, pp. 251-254). A carta, de 13 de maio de 1757, torna-se um elemento fundamental para se compreender que a execução do Diretório na Capitania do Maranhão conferiu aspetos que lhe são preliminares, obedecendo a um planeamento feito pelo governador da Capitania.

De acordo com Dorneles (2021, p. 313), a expedição de Gonçalo Pereira Lobato e Sousa com destino aos interiores da Capitania, a fim de transformar aldeamentos religiosos em povoações civis, foi organizado em uma série de cinco itinerários, que se principiou na chamada região dos *Perizes* (Prado Jr, 2021, pp. 43-44), microrregião do noroeste maranhense, que compreende as adjacências dos rios Mearim e Pindaré, até se estender às cercanias da fronteira oriental, com a Vila de Tutoia, sendo o último núcleo do mandato de Lobato e Sousa a ser secularizado e transformado em povoação civil. No entanto, a última experiência de vilas e lugares na Capitania do Maranhão, sob a retórica da agenda antijesuítica, deu-se com o Paço do Lumiar, fundada no início de 1762, com Joaquim de Melo e Póvoas, que foi nomeado para suceder o brigadeiro na administração do Maranhão.

Em cumprimento de Ordem instituída pelo capitão-general, Lobato e Sousa, a partir de 23 de junho de 1757, considerou livres as populações indígenas que anteriormente estavam em poder dos religiosos, transferin-

do a administração dos aldeamentos para a Coroa, a fim de que estas fossem transformadas em povoações civis (Arquivo Público do Estado do Maranhão, Junta das Missões, ff. 76v-77). Expedindo uma missiva a Tomé da Costa Corte Real, secretário dos Negócios da Marinha e Ultramar, no final de junho de 1757, informou que havia mandado pintar os escudos de Armas Reais, assim como havia ordenado a fabricação de ferros para pelouros, além de dispor de quatro botes, para assim abrigar os sessenta índios do Maracu e Carará, os quais iria aguardar até 30 de junho, para que logo no início do mês de julho partisse em viagem para as povoações de índios, as quais iria elevar à condição de vilas e lugares (Biblioteca Nacional de Portugal, Coleção Pombalina – Maranhão, ff. 182-182v).

O conteúdo da missiva acima permite depreender dois aspectos interessantes a respeito do processo que sedimentou o surgimento de novos núcleos populacionais na Capitania do Maranhão: o primeiro seria a escolha de indígenas aldeados em Maracu e Carará, que já se tinha a ordem expressa de secundá-las em vila, as quais seriam as primeiras povoações a serem fundadas; a segunda, e a mais interessante, seria o cuidadoso planejamento da expedição, que teria destino às localidades dos interiores, que perfaria o percurso pelos rios Mearim, Pindaré, baías de Cumã e São José e Itapecuru.

Assim, Maracu, que passa a ser denominada de Viana e Carará, de Monção, conforme já foi dito acima, foram as primeiras a ascenderem a um outro patamar de categoria espacial, sendo transformadas em vilas em 08 de julho e 16 de julho de 1757, respetivamente (Arquivo Público do Estado do Maranhão, Registros de Fundações, Ereções e Posses de Vilas, ff. 3-4; ff. 8-9). A nomeação dessas vilas, em grande parte, evocava dois movimentos: o primeiro, reforçar a continuidade do Império português no ultramar e, segundo, exaltava o local de nascimento das autoridades, na medida em que Viana e Monção aludiam aos distritos de Portugal, terra natal de Lobato e Sousa, de acordo com as instruções de Mendonça Furtado, capitão-general do Estado do Grão-Pará e Maranhão (Biblioteca Nacional de Portugal, Coleção Pombalina – Maranhão, f. 182v; Mendonça, 2005, pp. 302-303).

Em consulta à historiografia, não apenas da Capitania do Grão-Pará e Rio Negro, como também das repartições administrativas que compunham o Estado do Brasil, é possível verificar casos de capitanias que se esforçaram em seguir os mesmos preceitos para a mudança de toponímias (Silva, 2003; Lopes, 2005; Santos, 2014; Cancela, 2012; Marcis, 2013).

Seguindo o trajeto indicado pelos registros de Lobato e Sousa na própria documentação, após transformar Maracu e Carará em vilas de índios, a próxima povoação a ser visitada seria a aldeia dos Gamelas, que foi rebatizado para Lugar de Lapela, em 23 de julho de 1757 (Arquivo Público do Estado do Maranhão, Registros, ff. 13v-14). Ao analisar a localização dessas três povoações, Dorneles (2021, p. 314) assevera que a intensa atividade pecuária nas regiões que compreendiam os rios Mearim e Pindaré, pode ter motivado o governador Gonçalo Pereira Lobato e Sousa a optar por iniciar a fundação de vilas e lugares nessa região, consideravelmente distante da Capital, do que em seus arredores.

A segunda parte deste primeiro itinerário percorrido pelo governador priorizou povoações que se situavam nas imediatas adjacências a São Luís. Em 01 de agosto de 1757, a aldeia de Doutrina passa a ser denominada de Vila de Vinhais (Arquivo Público do Estado do Maranhão, Registros, ff. 16v-17v) |, localizando-se na região insular da Capitania, diferente de Viana, Monção e Lapela, que se encontravam na parte continental do Maranhão. Na realidade, Vinhais constituiu-se na povoação mais próxima ao centro de São Luís, a uma légua de distância apenas (Marques, 1870, p. 557). Três dias mais tarde, Lobato e Sousa e sua tripulação, que transportava várias autoridades, como o Ouvidor, o Desembargador da Capitania, bem como o Diretor e o Principal, nomeados para serem gestores do lugar de São José de Ribamar (Arquivo Público do Estado do Maranhão, Registros, ff. 20-21v).

O segundo itinerário teve como destino a povoação de São João de Cortês a ser transformada em lugar, em outubro de 1757, aos arredores de Alcântara (Arquivo Público do Estado do Maranhão, Registros, ff. 23v-24v).

É muito provável que a fundação dessa povoação tenha motivado o mandatário da Capitania a erigir a Vila de Guimarães, na medida em que elas se localizavam na baía do Cumã, localidade que também ficava próxima de Alcântara. Fundada em janeiro de 1758, anteriormente fazenda Guarapiranga, pertencente a José Bruno de Bairros, por força de testamento feito pelo seu pai, João Teófilo de Barros (Arquivo Público do Estado do Maranhão, Registros, ff. 25v-26).

Após fundar novas povoações na região do Cumã, Gonçalo Pereira Lobato e Sousa dirigiu-se às povoações do Itapecuru que, segundo Raimundo Gaioso (2011, p. 81), constituía-se num dos rios que circundavam o Maranhão por terra firme. Sendo assim, o trajeto que se iniciou por volta de abril de 1758 e teve seu término em junho, instituiu os seguintes lugares: Nossa Senhora da Lapa e São Miguel, São Mamede e São Pedro e Trizidela (Arquivo Público do Estado do Maranhão, Registros, ff. 28v-29v; 30v-31; 32-33), nas Aldeias Altas, espaço até onde o rio Itapecuru era navegável (Gaioso, 2011, p. 82).

Trizidela também pode representar, na perspectiva que este trabalho defende, uma via de acesso aos sertões do Piauí, o que pode ter intentado a escolha do governador em sustar a criação de novas povoações a partir da fundação desta. Na realidade, em correspondência de outubro de 1757, Lobato e Sousa já planeava suspender o estabelecimento de povoações em Trizidela (Biblioteca Nacional de Portugal, Coleção Pombalina - Maranhão, f. 229v), o que permite entender que o surgimento de vilas e lugares no Maranhão obedece a um prévio planejamento, bem como as intencionalidades na escolha das localidades, a exemplo de Viana e Monção, conforme já se verificou acima. O governador planeava logo em seguida elevar a Aldeia de Nossa Senhora da Tutoia em vila, no entanto, um acidente de cavalo postergou a fundação para o início de agosto, sendo a última vila a ser fundada no Maranhão dentro do contexto de secularização das missões e sua consequente transformação em vilas e lugares.

Em 1761, Joaquim de Melo e Póvoas, após assumir o governo da capitania de São José do Rio Negro desde 1758, é nomeado para dirigir a capitania do Maranhão, substituindo o brigadeiro Gonçalo Pereira Lobato e Sousa que, de acordo com Fabiano Vilaça dos Santos, encontrava-se em idade bastante avançada. Durante o governo de Melo e Póvoas, novas povoações também serão instituídas, mas inseridas numa outra conjuntura, que diz respeito aos anos de 1766 e 1774, como os lugares de Amanajós e Brejo dos Anapurus, de acordo com Esdras Arraes (2017, p. 337-338).

No entanto, antes desses lugares serem instituídos, logo no início de seu mandato, Melo e Póvoas estabeleceria uma nova povoação: Paço do Lumiar, que anteriormente se constituía na Fazenda Anindiba, pertencente à ordem jesuíta. Acerca da data de fundação, a documentação não chega a um consenso, sendo mais aceitável a data da Carta Régia que legitimou sua instituição, de 11 de junho de 1761, embora tenha sido de fato erigida no início de 1762 (Marques, 1870, p. 555).

Considerações finais

Como se pode notar, a geografia histórica pode constituir uma chave interpretativa que dá conta da fundação de vilas e lugares na Capitania do Maranhão, obedecendo a duas dimensões: o trajeto percorrido por Lobato e Sousa e Mello e Póvoas nas suas expedições e o planeamento prévio das povoações que seriam renomeadas, constituindo-se num reaproveitamento dos espaços nos quais se localizavam os aldeamentos jesuíticos.

A implementação de novas povoações na Capitania do Maranhão obedeceu às seguintes prerrogativas: limar o poder jesuíta da administração das povoações indígenas, elevando-as à categoria de vilas e lugares, atribuindo topónimos lusitanos que acabam por reforçar a ideia de continuidade do Império. Ao todo, foram 12 as povoações que surgiram com a retirada da administração espiritual dos aldeamentos: Viana (1757), Monção (1757),

Lapela (1757), Vinhais (1757), São José de Ribamar (1757), São João de Côrtes (1757), Guimarães (1758), Nossa Senhora da Lapa e São Miguel (1758), São Mamede (1758), São Pedro (1758), Trizidela (1758), Tutoia (1758) e Paço do Lumiar (1762).

Esse quadro de povoações estabelecidas, por si só, potencia a problemática que se procura propor, na medida em que demonstra o quanto o estabelecimento de vilas e lugares de índios redimensionou o modelo de ocupação do território, constituindo-se em vetores da expansão colonial em direção aos sertões do Piauí. Neste sentido, pesquisas futuras nesta área, aos moldes do que este trabalho persegue, darão conta de apresentar, com mais aprofundamento, as conexões possíveis que os “nós” territoriais do Maranhão pombalino permitiam engendrar, não apenas com a Cidade de São Luís e Belém, como também com os interiores.

Apresentando um breve panorama das vilas e lugares de índios, implementadas pelos governadores da Capitania do Maranhão, é possível apresentar outros olhares acerca desses núcleos. Isso possibilita lançar à compreensão do que se entende por Maranhão pombalino em outro patamar, ou seja, de entender as povoações de índios como possíveis vetores de expansão colonial, gerando conexões, não só entre os próprios núcleos habitacionais, como também entre eles e a cidade de São Luís e, por consequência, Belém, capital da repartição administrativa do Estado do Grão-Pará e Maranhão.

Referências bibliográficas

Fontes

Arquivo Público do Estado do Maranhão

Livro da Junta das Missões (1738-1777). Maranhão.

Livro de Registros de Fundações, Ereções e Posses de Vilas (Nº 28). Maranhão.

Biblioteca Nacional de Portugal

Coletânea Pombalina – Maranhão. Cartas de Gonçalo Lobato e Sousa a Francisco Xavier de Mendonça Furtado.

Estudos

Almeida, R.H. D. (1997). *O Diretório dos Índios – Um projeto de ‘civilização’ no Brasil do século XVIII*. Editora UnB.

Arraes, D. E. A. (2017). *Ecos de um suposto silêncio: paisagem e urbanização dos “certoens” do Norte*. Tese de Doutorado em Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo.

Cancela, F. E. T. (2012). *De projeto a processo colonial: índios, colonos e autoridades régias na colonização reformista da antiga capitania de Porto Seguro (1763-1808)*. Tese de Doutorado em História, Universidade Federal da Bahia.

Coelho, M. C. (2006). *Do sertão para o mar – um estudo sobre a experiência portuguesa na América, a partir da Colônia: o caso do Diretório dos Índios (1750-1798)*. Tese de doutoramento em História, Universidade de São Paulo.

Domingues, A. (2000). *Quando os índios eram vassalos: colonização e relações de poder no Norte do Brasil na segunda metade do século XVIII*. Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses.

Dorneles, S. S. (2021). Registros de Fundações, Ereções e Posses de Vilas. *Sæculum – Revista de História*, 26(44), 308-327. <https://doi.org/10.22478/UFPB.2317-6725.2021V26N44.58882>.

Farage, N. (1991). *As muralhas dos sertões: os povos indígenas no rio Branco e a colonização*. Paz e Terra.

Gaioso, R. J. D. S. (2011). *Compêndio histórico-político dos princípios da lavoura do Maranhão*. GEIA.

Lima, C. D. (2006). *História do Maranhão – A Colônia*. GEIA.

Lopes, F. M. (2005). *Em nome da liberdade: as vilas de índios no Rio Grande do Norte sob o Diretório pombalino*. Tese de Doutorado em História, Universidade Federal de Pernambuco.

Marcis, T. (2013). *A integração dos índios como súditos do rei de Portugal: uma análise do projeto, dos autores e da implementação na capitania de Ilhéus (1758-1822)*. Tese de Doutorado em História, Universidade Federal da Bahia.

Meireles, M. M. (2001). *História do Maranhão*. Editora Siciliano.

Mendonça, M. C. D. (2005). *A Amazônia na era pombalina – Tomo III*. Senado Federal.

Mota, A. da S. (2006). *Família e Fortuna no Maranhão Colonial*. EDUFMA.

- Prado Jr., C. (2021). *Formação do Brasil contemporâneo*. Companhia das Letras.
- Sampaio, P. M. M. (2011). *Espelhos partidos: etnia, legislação e desigualdade na Colônia*. EDUA.
- Santos, F. L. (2014). *Da catequese à civilização: colonização e povos indígenas na Bahia*. Editora UFRB.
- Santos, F. V. D. (2011). *O governo das conquistas do Norte: trajetórias administrativas no Estado do Grão-Pará e Maranhão (1751-1780)*. Annablume.
- Santos, F. J. D. (2012). “Nos confins ocidentais da Amazônia portuguesa: mando metropolitano e prática do poder régio na Capitania do Rio Negro no século XVIII”. Tese de Doutorado em História, Universidade Federal do Amazonas.
- Santos, R. R. N. D. (2019). “Dis o índio...”: *Políticas indígenas no Vale Amazônico (1777-1798)*. Paco Editorial.
- Silva, I. B. P. D. (2003). *Vilas de índios no Ceará Grande: dinâmicas locais sob o Diretório Pombalino*. Tese de Doutorado em Ciências Sociais, Universidade Estadual de Campinas.
- Souza Jr., J. A. D. (2012). *Tramas do cotidiano: religião, política, guerra e negócios no Grão-Pará do Setecentos*. EDUFPA.
- Viveiros, J. D. (1992). *História do Comércio no Maranhão (1612-1895) – 1º Volume*. Associação Comercial do Estado (Edição fac-similar).

**“Entre o ‘nacer-se nobre’ e o ‘tornar-se nobre’:
diálogos sobre a nobreza no século XVIII português”**

Ana Beatriz Vargem Pinheiro¹

Resumo

Este capítulo tem por objetivo debater o conflito nobiliárquico ocorrido entre as nobrezas (hereditária e política) em Portugal no século XVIII. Nessa perspectiva, este estudo perpassa algumas discussões adjacentes, como a “economia de mercês”, o acirramento da crise do Antigo Regime português e a agricultura enquanto meio económico promissor.

Palavras-chave: Portugal; Antigo-Regime; Nobreza.

Abstract

This chapter aims to discuss the nobility conflict that occurred between the nobility (hereditary and political) in Portugal in the 18th century. In this perspective, this study permeates some adjacent discussions, such as the mercy economy, the worsening of the crisis of the Portuguese Ancien Régime and agriculture as a promising economic medium.

Keywords: Portugal; Old-Regime; Nobility.

1 Graduada em História pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ) e mestranda em História pela Universidade Federal Fluminense (UFF), sob orientação do Prof. Doutor. Guilherme P. das Neves.

Introdução

Este estudo surge após a comunicação apresentada no I encontro internacional de jovens investigadores de História e Cultura luso-brasileira, da Universidade Autónoma de Lisboa, no dia 28 de maio de 2022, mesa 12 (trajetórias sociais)². Esta apresentação, intitulada “Entre o ‘nacer-se nobre’ e o ‘tornar-se nobre’: diálogos sobre a nobreza no século XVIII português”, tem como principal proposta discutir alguns aspetos sobre o que era ser nobre no Setecentos lusitano. Então, é importante considerar duas formas de nobreza, isto é, daqueles que nasceram nobres e dos que se tornaram nobres ao longo do tempo. Nessa primeira forma, os que já nasciam pertencentes à nobreza, formavam a chamada “nobreza hereditária” ou “nobreza de sangue” e, a outra, os que se nobilitavam durante a vida, formavam a “nobreza civil ou nobreza política”, também conhecidos como “nobreza de serviços”.

Num primeiro momento, parece incomum a ideia de um indivíduo vir a tornar um nobre sem ter nascido um, contudo essa prática de nobilitação ganhou bastante recorrência em todo o Império luso-brasileiro. De maneira geral, o que ocorria era que alguns homens, ao prestarem certos serviços à Coroa, eram agraciados com algum tipo mercê régia. Essa prática ficou conhecida pelo que Fernanda Olival conceituou de “economia de mercês” (Olival, 2011, p. 353). O exercício de servir a Coroa com alguma prestação de serviço e ser retribuído com títulos, cargos e outras recompensas, gerou essa noção de uma economia.

Modos de nobilitar

As maneiras mais comuns de consegui-las e, com isso, alcançar a desejada nobilitação, foi por meio das letras ou pelo meio militar. Isso significa dizer que, letrados e intelectuais, como também homens que serviam nas guerras, eram os que mais formavam esse grupo da nobreza de serviços.

² Para além, importa ressaltar que este trabalho leva em consideração as pesquisas realizadas pela autora na graduação e no mestrado, ainda em curso.

Esse tipo de ingresso, através dos serviços militares, foi recorrente na América portuguesa. Um dado que Ronald Raminelli examinou no seu estudo *Nobrezas do novo mundo* se mostra bastante significativo para compreender o que foi essa concessão de mercês no Ultramar português:

Para o período entre 1641 e 1681, 244 beneméritos receberam título (ou foro) de fidalgo pelos serviços militares executados no Estado do Brasil e no Estado do Maranhão [...] Em relação à filiação dos novos fidalgos, os ofícios nos permitem concluir que eram raros (17%) os beneméritos filhos de fidalgos [...] Os foros da segunda ordem, particularmente os fidalgos cavaleiros, perfazem 69% de todas as mercês. Entre os 244 novos fidalgos, somente 11% já eram cavaleiros das Ordens de Cristo e Santiago. No entanto, entre os 27 cavaleiros, 18 receberam o foro mais prestigioso, o de fidalgo-cavaleiro. De todo modo, no cômputo geral, não era a filiação nobre determinante para se alcançar o título de fidalgo-cavaleiro, mas certamente era a relevância dos serviços prestados à monarquia (Raminelli, 2015, p.34-35).

Apesar desse exemplo remeter à segunda metade do século XVII, mas quase alcançando o Setecentos, é expressivo notar que o número de homens que já eram cavaleiros era baixo, somente 11% de 244 fidalgos, e que em relação à entrada de novos fidalgos nas Ordens, apenas 17% já eram filhos de fidalgos. Outra informação importante desse caso é que de 27 homens, 18 receberam o título mais prestigiado das Ordens, o de fidalgo-cavaleiro. Por tudo isso é possível antever, segundo afirmou Ronald Raminelli, que para a obtenção do título de fidalgo-cavaleiro significava mais a importância dos serviços prestados do que mesmo a ascendência nobre.

Em todo caso, o que se intenciona destacar aqui é que, apesar das sociedades de Antigo Regime serem entendidas como uma organização estamental muito rígida e com inúmeras normas e costumes, e aqui perspetivando Portugal, esses homens que adentravam de alguma forma a nobiliarquia, passando a compor a nobreza de serviços, ascendiam socialmente. Assim,

essa integração ao segmento nobiliárquico demonstrou a existência de certa mobilidade social, ainda que custosas e excepcionais, mas que não devem ser desconsideradas quando se deseja estudar o século XVIII português. Nesse sentido, o duplo movimento síncrono do qual experimentou o Antigo Regime – isto é, a contenção e controlo do núcleo daqueles ditos grandes ao mesmo tempo em que se afrouxava a divisa última do segundo estamento –, reforça a percepção dessa mobilidade social (Monteiro, 2003, p. 30).

É claro que, conforme já demonstrou Nuno Gonçalo Monteiro, se as exigências para nobilitação desses homens que constituiriam a nobreza civil eram menos rigorosas, seus benefícios e títulos também eram menores. E proporcional à importância dos privilégios que usufruíam os nobres, (Monteiro, 1987, p. 42, *Apud* Stumpf, 2014, p. 57), respaldado pela lógica do “ver e ser visto”, que auxiliava no amparo a essa organização social, (Elias, 2001, p.120-22 *Apud* Pombo, 2013, pp. 26-27), compreendeu-se que essa nobreza civil não chegou perto dos privilégios e status da nobreza hereditária (Monteiro, 1987, p. 42).

Ainda assim, houve um expressivo incómodo por parte da primeira nobreza com a nobreza civil, muito em torno de uma sensação de desprestígio desses nobres naturais com os homens ditos “sem qualidades” que se nobilitavam. Recorrendo, brevemente, a dois capítulos de um conhecido tratado sobre as nobrezas, *Privilégios da nobreza e da fidalguia de Portugal*, de Luiz da Silva Pereira Oliveira, que se dispôs a debater um pouco sobre esse conflito nobiliárquico, utiliza-se aqui o seu primeiro capítulo. Intitulado “Da origem, etimologia, definição e antiguidade da nobreza”, nele é presente uma argumentação bastante habitual da nobreza de sangue que diz:

O autor da natureza, quando criou o mesmo mundo, não o pôs todo igual. Em umas partes situou os vales, em outras colocou os montes [...] Da mesma sorte os homens juntos em sociedade estabeleceram hierarquias de grandes e de pequenos, de ricos e de pobres, de nobres e de plebeus, uns para mandarem, outros para obedecerem, uns para prestarem respeitos e

humilhações, e outros para disfrutarem em reconhecimento do seu mais relevante merecimento, cujas distinções são indispensavelmente necessárias para conservar em todos os estados bem ordenados os sentimentos de emulação e de glória que constituem a grandeza e a prosperidade pública (Oliveira, 1806, p. 4).

Era recorrente essa lógica da desigualdade natural entre os homens, já que Deus teria colocado distinções entre as coisas no mundo ao criá-lo. A desigualdade era o que causava uma ordenação, mais uma vez compreendida como natural da vida em sociedade, onde cada indivíduo ocupava um espaço, uns destinados a mandar e outros a servir. A insatisfação da nobreza hereditária, no entanto, não se dirigia apenas àqueles homens comuns, mas também à própria Coroa que concedia essas mercês.

O Sistema de Registo de Mercês foi inaugurado em 1547 com o intuito de organizar normas e regular sobre o funcionamento das recompensas (Stumpf, 2014, p. 50)³ e, posteriormente, em 1643 a Secretaria Geral das Mercês que, juntamente ao Conselho Ultramarino, recebia as solicitações das mercês (olival, 2006, pp. 59-70. *Apud* Stumpf, 2014, p. 50). Contudo, foi no século XVIII que ocorreu uma maior expansão do segundo estamento (stumpf, 2014, p. 58). Isso porque a noção ilustrada de utilidade passou a ganhar força na execução de tarefas e ofícios no reino e no ultramar. Os homens que formaram o corpo da nobreza política se sobressaíam graças a essa ideia de “ser útil” para a Coroa, ou seja, operando os serviços que tinham maior utilidade e benefício ao Estado, e prestando-os bem, se tornavam beneméritos de receber mercês.

Recorrendo uma vez mais ao tratado de Luiz da Silva Oliveira, agora a seu nono capítulo, “Da nobreza civil proveniente da agricultura e sua honrosa profissão”, o tratadista discutiu as razões pelas quais a agricultura não era capaz de nobilitar mesmo que seu exercício fosse tão importante para os

³ Tendo sido posteriormente aprimorado em 1609 e 1671, que se aproxima mais dessa pesquisa em termos de temporalidade.

planos político-econômico do século XVIII, principalmente em vista de uma conjuntura de crise. Então, o autor pontuou:

Sendo a agricultura o manancial mais perene da abundância, da população e do poder das nações, seria para desejar que o Governo, dando mão a essa útil profissão [a ideia do útil sobressalente], concedesse um grau de nobreza aos que adquirissem e praticassem os verdadeiros princípios de bem cultivar a terra e de tirar dela todo o lucro possível [...] Dirão a mim que esses prêmios prostituíram a nobreza [...] porém, se as armas e as letras dão nobreza, por que não a agricultura? Esta e aquelas são necessárias para a conservação e florescimento da monarquia, logo esta e aquelas devem ser enobrecidas e honradas. (Oliveira, 1806, pp. 82-84. Grifo da autora).

Este trecho destaca as nuances que ocorriam em torno das nobilitações, onde alguns ofícios eram capazes de nobilitar e outros, porém, não. Oliveira evidenciou a preocupação que se tinha com a possível desvalorização da nobreza, mas, ainda assim, pontou a incongruência existente, a seu ver, acerca da nobilitação das letras e armas. Do seu raciocínio, se ambas eram importantes para o desenvolvimento da monarquia, e este também era o caso da agricultura, todas deveriam ser merecedoras de prestígio.

A crise e a agricultura

À medida com que avançava o século XVIII lusitano, era possível enxergar com maior nitidez uma “progressiva fragilização do sistema luso-brasileiro” (Silva, 2006, p. 173). As contestações ao modelo absolutista, a conjuntura do impasse político entre a França e a Inglaterra, além das disputas internas no reino, tudo apontava para a necessidade de reformas nas próprias bases do sistema político português. Noutras palavras, era preciso alcançar um equilíbrio entre a proteção e defesa da monarquia e a busca por modernidade.

A terra se mostrou importante fonte de renda para a Idade Moderna portuguesa, principalmente no que concerne aos dois primeiros estamentos daquela sociedade estratificada: o clero e a nobreza. Um dos estudos clássicos sobre o Antigo Regime português e sua organização político-social, “Estrutura da antiga sociedade portuguesa”, de Vitorino Magalhães Godinho, corrobora a afirmativa anterior. Na intenção de analisar os costumes e disposições daquela esfera social em seu segundo capítulo, Godinho certificou que 95% da terra da Península Ibérica pertencia à Igreja e aos nobres (Godinho, 1971, p. 90).

Alguns anos depois, Carl Hanson, buscando detalhar as classes sociais lusitanas do século XVII, com suas práticas e costumes, enfatizando principalmente a terceira classe social, a fim de se repensar a noção de “povo”, mostrou que a terra era um dos mais efetivos meios para ascender socialmente (Hanson, 1986, p. 59). As pesquisas que vieram posteriormente, principalmente pensando os estudos do século XXI, ainda postulam essas duas noções, da importância da terra como forma de ascensão social e da detenção da mesma pelas classes dominantes.

Nesse sentido, é possível pensar a agricultura como método de fomento à economia. Ainda que Vitorino Godinho tenha asseverado que Portugal tivesse terras estagnadas e que as que produzissem não fossem autossuficientes (Godinho, 1971, p. 95), a agricultura se apresentava como o recurso mais rentável para Portugal, não somente pelo seu histórico agrícola, mas pelas novas possibilidades de produção nesse meio.

Por fim, cabe assinalar que José Vicente Serrão pontuou quatro características fundamentais da agricultura lusa. A primeira dizia respeito à sua importância dentro daquela estrutura societária, depois sobre o seu papel enquanto um dos maiores aceleradores econômicos da época, em seguida, como geradora de empregos de maneira efetiva e, também, enquanto uma das principais procedências da receita fiscal do Estado (Serrão, 2007, p. 31). Serrão também externalizou a preocupação de se compreender que, apesar de considerar positivo o panorama agrícola final em Portugal, deve-se levar

em conta que a agricultura é uma questão heterogênea. Sem aqui ficar explorando algoritmos, importa a concepção de que não se tratou de um aumento ininterrupto durante todo o Setecentos e que nem todos os tipos e regiões evidenciaram esse alargamento do setor agrícola (Serrão, 2007, pp. 39-40).

Considerações finais

Procurou-se demonstrar neste capítulo a existência de um grande debate sobre o que era ser nobre e como se poderia tornar nobre, principalmente no século XVIII, com a incidência das Luzes mitigadas em Portugal. É sempre importante atentar para os efeitos que a Ilustração causou no Reino possibilitando uma maior, ainda que comedida, mobilidade entre os homens e as organizações estamentais. Esse é um fator que modifica o olhar do historiador para as sociedades de Antigo Regime, que por muitas vezes foi considerada estática.

Ter noção dessa frágil flexibilidade social permite alcançar novas perspectivas analíticas, como a do debate aqui apresentado, o nobiliárquico, entre um novo tipo de nobreza, formada por indivíduos que, por vezes, não tinham maiores associações com a aristocracia. Esses homens, por meio das mercês, buscavam se impor com suas graças, tentando disputar espaço e privilégios em um mundo onde as distinções era quem determinava as performances sociais. Tudo isso, sem desconsiderar também para as normas, tradições e, claro, as brechas, que auxiliavam a coordenar os passos desses homens e mulheres, como apontavam as oportunidades para novos caminhos.

Referências Bibliográficas

Pombo, N. (2013). *O Palácio de Queluz e o mundo ultramarino: circuitos ilustrados* (Portugal, Brasil e Angola, 1796-1803). Dissertação de Mestrado, Universidade Federal Fluminense.

Godinho, V. M. (1971). *Estrutura da antiga sociedade portuguesa*. Editora Arcádia.

Hanson, C. A. (1986). *Economia e sociedade no Portugal barroco (1668-1703)*. Publicações Dom Quixote.

Stumpf, R. G. (2014). *Os cavaleiros do ouro e outras trajetórias nobilitantes nas Minas Setecentistas*. Editora Fino Traço.

Monteiro, N. G. (2003). *O crepúsculo dos grandes. A casa e o património da aristocracia em Portugal (1750-1832)*. Imprensa Nacional-Casa da Moeda.

Olival, F. (2011). Economía de la merced y venalidade em Portugal (siglos XVII y XVIII). In Francisco Andújar Castillo e María del Mar Felices de la Fuente, *El poder del dinero: Ventas de cargos y honores en el Antiguo Régimen*. Editorial Biblioteca Nueva.

Oliveira, L. S. P. (1806). *Privilégios da nobreza e fidalguia de Portugal*. na nova oficina de João Rodrigues Neves.

Raminelli, R. (2015). *Nobrezas do novo mundo: Brasil e ultramar hispânico, séculos XVII e XVIII*. Editora FGV.

Serrão, J. V. (2007). A agricultura portuguesa no século XVIII: progresso ou atraso? In Márcia Maria Menendes Motta, *Terras lusas: a questão agrária em Portugal*. Editora da Universidade Federal Fluminense.

Silva, A. (2006). *Inventando a nação: Intelectuais e estadistas luso-brasileiros na crise do Antigo Regime Português (1750-1822)*. Editora Hucitec.

**As “paixões da alma” e o regime de viver:
emoções e doenças em tratados médicos**

Anny Barcelos Mazioli¹

Resumo

Este capítulo apresenta como a relação entre as emoções e o corpo foi debatida por diversos discursos ao longo do século XVIII e no início do século XIX, com enfoque nos discursos médicos. Aborda dois documentos produzidos por médicos que se dedicaram a compreender as relações dos sentimentos com o adoecer, a cura e a manutenção da saúde.

Palavras-chave: História das emoções; paixões; regime de viver; saúde; doença.

Abstract

This chapter presents a relationship between emotions and the body that has been debated by several discourses throughout the 18th and early 19th centuries, with a focus on physician. To this, two documents are addressed by doctors who are dedicated to the relationship of everyday feelings with illness, healing, and health maintenance.

Keywords: History of emotions; Passions; regime of living; health; sickness.

1 Doutoranda em História em regime de co-tutela entre o Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Espírito Santo e a Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra. E-mail: anny.mazioli@gmail.com

Introdução

O campo da História das emoções tem crescido nos últimos anos. O sinal disso é o crescimento de produções acadêmicas relacionadas com essa temática entre os historiadores. Dentro das ciências humanas, os primeiros a estudarem as emoções foram os antropólogos. A partir de conceitos pensados por eles, os historiadores começaram a elaborar acerca das emoções ao longo da história.

Assim, como o estudo sobre as emoções é recente na história, a pesquisa da presente autora sobre esta temática é, também, recente. Portanto, devemos ressaltar que este é um estudo inicial, visto que ao preparar a apresentação para o evento que originou este livro a autora possuía somente 3 meses de curso de doutoramento. Sendo assim, é importante salientar que o objetivo deste trabalho é ter contato com a linguagem da documentação que aborda a relação entre as emoções, o corpo e as doenças, e perceber como esses documentos citam as mulheres e as emoções femininas.

Para a elaboração desse capítulo, foram analisados dois documentos. O primeiro deles é a *Âncora medicinal para conservar a vida com saúde*, publicado em 1721 por Francisco da Fonseca Henriquez. Este livro é uma versão portuguesa setecentista do gênero dos regimes de vida, já muito difundido em outros países europeus, sobretudo na Itália (Andrade, 2011). O segundo é *A influência das afecções da alma na produção de doenças e na sua cura*, uma dissertação escrita por André Escoubas, apresentada à escola de medicina de Estrasburgo, em 1802. Encontrar as emoções nas fontes é possível, pois as emoções são omnipresentes na história, tendo em conta que as sociedades produziram discursos sobre elas, caracterizando-as como negativas ou positivas.

O “regime de viver”

A ideia de “regime de viver” é uma prova da omnipresença que afirmamos acima, pois a relação da manutenção do bem viver com as emoções está presente nos discursos médicos desde a Antiguidade. Nela os médicos já admitiam que as enfermidades poderiam ser causadas por paixões da alma. Os mesmos manuais de saúde que abordavam a alimentação, também orientavam a conduta quanto às atividades sexuais e às paixões da alma. Compreendia-se que o corpo e as emoções estavam envolvidos. Assim, as paixões da alma eram consideradas um dos aspetos determinantes do regime de saúde e preocupavam os médicos, pois participavam da “saúde dos povos”. Dessa forma, os médicos voltaram a sua atenção para os domínios do mundo privado, já que a saúde começou a ser percebida como um estado físico relacionado ao “regime de viver” (Abreu, 2006, p. 235).

Os regimes de viver compreendem um género literário que se tornou comum na Modernidade, pois “[...] deixaram de ser um recurso restrito às cortes e à alta burguesia dos importantes centros urbanos. Eles foram vulgarizados e difundidos para um mercado muito mais amplo, inclusive, de modo massificado” (Carvalho da Silva, 2008, p. 130). As orientações dos regimes de vida eram escritas em língua vernácula, de forma acessível e didática para que servissem de guia prático, orientando os hábitos, o corpo e a alma. Os autores modernos desse género se inspiravam nos tratados de higiene de médicos antigos e medievais.

Esses tratados, bem como os regimes de viver modernos, se pautavam na apresentação de seis causas externas ao corpo que influenciam na saúde, segundo a tradição médica hipocrático-galênica: comida e bebida; ar e ambiente; esforço e repouso; sono e vigília; excreções e secreções; e, os movimentos ou paixões da alma (Carvalho da Silva, 2008, p. 122). O consumo e a vivência desses seis elementos deveriam contribuir para o equilíbrio humoral. É importante notar que a moderação estóica orientava os regimes de viver e estes se propunham parte de uma medicina da alma.

O conceito de emoções e sua relação com o corpo

Na quinta sessão do sétimo capítulo de sua obra, Henriquez (1721) escreve sobre as “paixões da alma”. Para o autor, paixões da alma são “movimentos e impulsos do ânimo”, basicamente, movimentos da alma desencadeados pela apreensão de objetos considerados bons ou maus, presentes ou futuros. Estes podem ser divididos em quatro tipos principais: gosto, ira, tristeza e medo. É interessante notar como o autor percebe o *tempo* como um fator na geração de sentimentos:

Da apreensão do bem próprio e *presente* nasce a alegria, o gosto, a deleitação. Da apreensão do bem alheio nasce a inveja, a malevolência. Da apreensão do bem *futuro*: a esperança, o amor. Da apreensão do mal *presente* a ira, a tristeza. Da apreensão do mal *futuro* o medo e a desesperação. Todas essas paixões *tem tão grande poder no corpo humano que causam gravíssimos males, mas também mortes, às vezes repentinas [...]* (Henriquez, 1721, p. 346, grifos nossos).

A última frase do excerto acima, torna claro que o autor acredita que as paixões influenciam o estado de saúde do corpo, já que estas “comovem muito os humores, alteram o sangue, e os espíritos e chegam a mudar a constituição e o temperamento do corpo quando são excessivas, e continuadas” (1721, p. 347).

Já Escoubas (1802, p. 5) introduz o conceito de “sensibilidade moral”, que segundo ele é uma propriedade inerente à espécie humana, que às vezes degrada o homem e o rebaixa abaixo do bruto; às vezes prova nele o grau de perfeição e o eleva acima de todos os seres. Para o autor, viver é sinônimo de refletir a sensibilidade, pois a faculdade de sentir acompanha os seres humanos desde o berço e os liga à vida.

Escoubas advoga pela necessidade de conhecer os temperamentos e todos os fenômenos morais que fazem parte da natureza humana, pois

apesar da primeira proveniência das afecções corporais se encontrar em uma soma de causas físicas, o médico não deve esquecer o papel exercido pelas “afecções da alma pensante”. Dessa forma, o médico deve inteirar-se sobre o caráter moral e físico do homem, pois estes são indivisíveis (Escoubas, 1802, p. 1). Muitas vezes as doenças do corpo são produto da “desordem do poder moral” (1802, p. 35). Portanto, é preciso avaliar se as afecções da alma foram a primeira causa da doença ou se elas se restringem a desordens físicas. Para evitar esse tipo de adoecimento, Henriquez aconselha:

o que podem fazer os homens, é divertir-se com vários entretenimentos, ou empregos que lhes moderem o sentimento; uns jogando, outros lendo, outros caçando, segundo as suas inclinações, e todos conversando com pessoas de seu agrado que nada diverte tanto como a conversação de que se gosta, com a qual os pesares se moderam e os trabalhos se aliviam (1721, p. 349).

Percebe-se que a medicina setecentista não desprezava os efeitos das emoções no corpo (já que estes eram abordados pelos médicos desde a Antiguidade) e condicionava a manutenção do funcionamento estável deste ao controlo e ao equilíbrio delas. Essa importância mostra como a sociedade setecentista portuguesa estava em diálogo com o movimento iluminista e tendia a ter uma visão pejorativa das paixões em desequilíbrio, remontando ao ideal grego de moderação.

Escoubas (1802, p. 3, 8), por sua vez, apresenta uma visão mais favorável às emoções e aos sentidos, pois vê-os como mensageiros da alma e advoga que é por meio deles que os homens vivem as suas relações e procuram a felicidade. O autor utiliza os sentimentos para criar uma categoria humana: o homem sentimental. Este não pertence a si mesmo, mas é uma presa das “causas morais que contestam sua frágil existência”. Para Escoubas, existem dois seres distintos que constituem o homem, alternadamente balanceado pela onda de incertezas que é a condição humana. O ser racional e o ser passional.

Essas duas formas distintas de constituição humana interferem no estado de saúde do indivíduo, sendo informações fundamentais para estabelecer um diagnóstico adequado e um correto manejo médico da condição do paciente.

A importância de avaliar as emoções no momento do diagnóstico é fundamentado por Escoubas no fato dos sentidos se estenderem por todas as relações, já que é através dos sentidos que o homem as compreende: “é através deles [dos sentidos] que o prazer e a dor lhe chegam, é através deles que ele sonha com sua felicidade; é através deles que a fonte de suas dores chega até ele” (Escoubas, 1802, p. 3). Nesse trecho fica evidente como o médico francês atribuía importância às emoções humanas.

A tipologia das emoções

A teoria humoral pautava os conhecimentos sobre a saúde no início do século XVIII. Dessa forma, Henriquez relaciona as paixões aos seus efeitos nos humores dos corpos. Por exemplo, acerca da ira, Henriquez diz que “agita veementemente o sangue e os espíritos fazendo-o ferver e inflamar”, o que “move e aguça a cólera; excita febres diárias” e muitas vezes chega a comprometer a *razão*. Segundo os conhecimentos do autor, estados de ira como esses acontecem, principalmente, nas pessoas que possuem uma natureza colérica. Esses momentos podem até levar à morte repentina.

Sobre o medo, o autor diz que ele aumenta o calor do corpo e agita o coração, tornando as partes externas pálidas e provocando tremores: “no grande medo se acaba a vida, quando o recurso do sangue e dos espíritos ao coração é [...] tão impetuoso que o sufoca e *mata de repente*, como aconteceu a algumas pessoas ouvindo o estrondo de bombardas e armas de fogo [...]” (Henriquez, 1721, p. 348, grifo nosso).

Já a tristeza faz o sangue do corpo se recolher, assim como seu calor, produzindo “febres humorais [...] e muitos danos”. E se a tristeza se demorar pode abater o calor natural, arrefecendo e dissecando o corpo, a cor do rosto

se torna pálida e “finalmente vem a gastar os espíritos, e toda a valentia do corpo te vem a render à tirania da morte” (Henriquez, 1721, p. 347).

Dessa forma, pode-se afirmar que a medicina moderna já havia sugerido a possibilidade de adoecer e, inclusive, de morrer de tristeza, bem como de todas as emoções. Se faz interessante notar como, ao abordar cada uma das emoções, o autor refere que elas podem levar à morte repentina. Atentar para a morte pode conjeturar um recurso retórico empregado para chamar a atenção para as emoções, além de mostrar um ideal estoíco de privilégio da razão que foca nas consequências malélicas das emoções. O gosto é a única paixão que não é vista somente como malélica, apesar de também poder levar à morte. Por meio dessa visão de gosto, percebemos um aspecto dualista no discurso de Henriquez (1721, p. 348, 349).

A atuação médica ao lidar com as emoções

Henriquez instrui os médicos sobre como manejar as paixões dos seus pacientes: se as paixões causam danos, para manter a saúde deve-se procurar a tranquilidade da alma, evitando excitar as paixões, dominando-as a partir do poder do entendimento (1721, p. 349). Já Escoubas (1802, p. 5) chama o profissional da saúde de “filósofo médico” e questiona a sua habilidade em determinar o que é físico e o que é moral:

Poderá ele separar o que pertence à essência física da doença do que é apenas uma desordem do poder moral? Poderá ele julgar e curar as afecções imateriais, se ignorar os graus de influência dessas últimas? Qual será a sua conduta sobretudo nas doenças mentais que só reconhecem como causa a profunda desordem de uma sensibilidade viciosa?

A preocupação de Escoubas concernia aos médicos considerarem apenas os aspetos físicos e ignorarem os fatores emocionais, o que poderia

levá-los a um diagnóstico equivocado: “Se o médico [...] estabelecer seus cálculos apenas sobre os restos materiais [...] conhecerá apenas alguns anéis isolados da grande cadeia de enfermidades humanas” (Escoubas, 1802, p. 3).

Para auxiliar os médicos no diagnóstico, Escoubas descreve as características físicas das emoções na fisionomia dos pacientes e exorta: “Fixe o olhar no rosto de seu paciente: ele refletirá para você os recessos mais ocultos de sua alma. Consulte amigos, parentes; é com eles que você aprenderá o que poderia ter escapado à sua percepção” (Escoubas, 1802, p. 9). Para o autor, o médico deve tratar os sentimentos como algo relacional: em relação à moral do homem e da utilidade no tratamento das doenças, pois a sua tese concerne à possibilidade do emprego das emoções em benefício da espécie. Esse uso benéfico depende da qualidade do manejo médico.

Assim, Escoubas (1802, p. 20) descreve como o médico deve ganhar a confiança do paciente e vencer sua timidez, para que ele revele os segredos e as dores de sua alma. O médico capaz de fazê-lo, torna-se o “Benfeitor Ministro da natureza, o consolador das dores, o médico a quem a dor e a piedade acompanham o leito do doente”. O médico deve proporcionar ao paciente uma esperança de cura, mantendo uma postura acolhedora e confiável, para que o paciente não sucumba sob a desventura emocional da doença (Escoubas, 1802, p. 21). No trecho abaixo, Escoubas (1802, p. 22) apresenta a postura médica ideal para o tratamento de afecções morais:

O tom rude e as maneiras incivis não venham para aquele de quem se espera compaixão e alívio para as enfermidades humanas. A abordagem do médico não deveria ser composta, pelo menos ao contrário, para inspirar coragem e esperança? [...] O infeliz sente suas tristezas aliviarem quando as lágrimas de uma piedade estrangeira vêm fundir-se com o seu; o homem sofredor esquece metade de suas dores quando a humanidade do médico as compartilha.

Dessa forma, é possível afirmar que, para Escoubas (1802, p. 23), é muito importante que o médico possua um conhecimento profundo do

coração humano, mostre empatia e saiba manejar as suas emoções para diagnosticar e tratar “afecções morais”.

O aspeto dualista das emoções e seus efeitos positivos no corpo

Esse aspeto manifesta-se quando Henriquez aborda o gosto como a única paixão que favorece a manutenção da saúde e o melhor funcionamento dos humores, “porque sendo moderado, faz com que o calor natural, os espíritos, e o sangue se difundam a todo o corpo de que resulta grande vigor em todas as suas partes, e boa nutrição, boa cor, e boa umectação em todo ele”. Entretanto, o autor deixa claro que o gosto não deve ser excessivo, pois pode causar a morte (1721, p. 349).

Escoubas (1802, p. 7), por sua vez, diz que os afetos da alma, que exercem poder sobre a saúde e a vida, não devem ser rejeitados como meios de cura ao alcance da medicina, pois:

Considerar as paixões apenas em seu aspecto nocivo é insultar a natureza ou conhecê-la apenas pela metade. Porque o sublime corrosivo é um veneno violento, é menos empregado na cura de doenças? Se certas afecções da alma dão origem a certas doenças; se eles complicam outros que não são de sua essência, não teríamos também a vantagem de opor-lhes afetos contrários para enfraquecê-los ou mesmo aniquilá-los inteiramente? Não poderíamos despertar essas mesmas afecções e transformá-las em proveito da espécie em doenças puramente orgânicas? (Escoubas, 1802, pp. 7 e 8).

Escoubas cita Pinel como o primeiro a ver a possibilidade de utilizar as emoções para restaurar a saúde (1802, p. 11). E salienta que procurou fatos na história que corroborassem essa visão de Pinel:

Não seria o descuido de alguns médicos sobre o produto morbígeno dos afetos da alma que teria feito fracassar tantas belas curas? Não seria também o hábito de acreditar que os afetos da alma são sempre nocivos, o que os teria feito constantemente tomá-los por venenos? Tudo é

relativo nos produtos de sua influência, tudo é relativo na aplicação que se faz; de modo que é permitido tirar esta conclusão, que se tornou uma autoridade pela inspeção reflexiva das observações diárias: não há afetos essencialmente prejudiciais à alma (Escoubas, 1802, p. 12).

Escoubas argumenta que já existiam muitos livros de medicina abordando os males emocionais (1802, p. 19). Dessa forma, o autor propõe-se a contribuir com uma visão benéfica das emoções e enumera diversos casos de cura via emoções, respaldando a ideia central do tratado. Esta equivale ao mérito de um domínio adequado do universo emocional visando empregá-lo como solução para as disfunções que Escoubas classifica como “morais” ou “passionais”. Faz parte da prática médica saber como desvendá-las e criar novas emoções dirigindo-as contra a doença emocional que se instalou no indivíduo: “Se os afetos da alma geram doenças, eles também têm a ver para curar: na maioria das vezes é apenas uma questão de conduzir a prevenir o mal e realizar o bem” (Escoubas, 1802, p. 24).

Além de se basear no trabalho de Pinel, Escoubas também cita um trabalho premiado de William Falconer, publicado em 1787. Neste texto, Falconer explicita as doenças que podem ser aliviadas ou curadas por meio dos estímulos à alma. Outra referência para o trabalho de Escoubas é o alemão “Doutor Reiher”, de 1790 que considera “as paixões sob dois pontos de vista principais: a sua influência na produção de doenças e seu agravamento e sua propriedade como alívio para auxiliar em sua cura” (Escoubas, 1802, p. 38).

Dessa forma, é perceptível que havia um debate sobre as emoções no contexto abordado. Alguns diziam que eram negativas, outros defendiam a sua capacidade de curar e beneficiar o regime de viver de quem as manejasse adequadamente. Seu aspeto dual está presente nos textos abordados e perspassa os tempos históricos.

As emoções e o discurso de gênero

Em alguns trechos dos trabalhos apresentados aqui, é possível perceber um discurso de gênero que atribui maior relação das mulheres com as emoções. Numa sociedade que se propõe racional com o discurso iluminista em voga, essa ligação com as emoções pode ser interpretada como fraqueza. No caso de Henriquez, ao falar sobre o gosto, o autor diz que este “exala e dissipa os espíritos de maneira que causa uma síncope, e muitas vezes *mata de repente*, [...]”; o que principalmente sucede nos velhos, *nas mulheres*, e em naturezas debilitadas” (1721, p. 349, grifos nossos). Ou seja, as mulheres são colocadas como possíveis naturezas debilitadas, como fracas e passionais.

Ao abordar como as pessoas podem padecer sob o peso das emoções, Escoubas (1802) exemplifica a partir de figuras femininas, como uma jovem mãe que explode de amor materno ao estremecer pela queixa de seu filho. Escoubas atribui às mulheres o que ele chama de “segredo do sentimento”: “Tu que te vanglorias da tua insensibilidade, vive com as mulheres e delas aprenderás o segredo do sentimento” (Escoubas, 1802, p. 6). Entretanto, questionamos se no caso de Escoubas o segredo do sentimento pode ser visto como algo benéfico, já que a visão do autor é que as emoções podem ajudar na cura de doenças. Essa visão possivelmente contribuiria para alterar a visão sobre as mulheres e as ver como mais capazes de lidar com o universo emocional.

Considerações finais

Existe um debate acerca da benevolência ou da malevolência das emoções. Assim, pode se afirmar que historicamente as emoções são apresentadas a partir de um aspecto dual. Os textos trabalhados aqui apresentam essa dualidade. Henriquez parece ressaltar o lado maléfico das emoções, já que apresenta apenas o gosto como possivelmente benéfico, enquanto Escoubas as defende. Irracionais e malévolas ou parte importante

da vida humana, o inegável é que as emoções fazem parte do “regime de viver”.

Os autores se preocupam com quais são os fatores que produzem o adoecimento: endógenos ou exógenos. A partir da teoria humoral, foi possível que os médicos acreditassem nos possíveis efeitos das emoções no corpo, haja vista que dentro da perspectiva humoral de Hipócrates e Galeno, as emoções influenciam os humores, alterando o sangue e até mesmo o temperamento do corpo quando excessivas.

Para evitar os males advindos das emoções, Henriquez aconselha seus leitores a buscarem situações que causem gosto e alívio, como conversar e divertir-se com outras pessoas. Isso demonstra que Henriquez entendia que para bem viver era preciso procurar estar rodeado de emoções benéficas. Afirmamos, assim, que o médico português compreendia a importância dos sentimentos na manutenção da saúde e que estes estavam ligados ao “regime de viver” difundido na Modernidade.

Acerca da atuação do profissional médico, ambos os autores alertam para a importância de um diagnóstico correto que considere os afetos e as emoções. É importante que desde o momento do diagnóstico e durante todo o processo de tratamento, o médico saiba conversar com o paciente, de maneira que mantenha a “tranquilidade do ânimo” e não piore o seu estado. Escoubas complementa essa ideia ao abordar a relevância da confiança do paciente no seu médico, pois esta constitui o pilar de sua relação e o fundamento para o restabelecimento do paciente. Se faz necessário administrar as emoções do paciente para que ele foque na cura, tenha esperança e não padeça sob o peso da tristeza.

Os escritos de Henriquez (1721) e Escoubas (1802), bem como a difusão do gênero “regime de viver”, mostram como os autores da época se engajaram em estabelecer estudos científicos sobre as emoções. No século XVIII, marcado pelo discurso da razão, é preciso dizer que os escritos pautados no “regime de viver” pretendem racionalizar as emoções e orientar a condução

dos sentimentos de seus leitores. Os autores deste gênero literário tratam as emoções como aspetos importantes da existência humana e de sua saúde. O universo das emoções, da individualidade e do sentimento estava cada vez mais em pauta entre os autores da época.

Referências bibliográficas

Fontes

Escoubas, A. (1802). *De L'influence des affections de l'ame dans la production des maladies et dans leur guérion*. In J. H. Silbermann, *A L'ecole Spéciale de Medicine de Strabourg*. Dissertation.

Henriquez, F. F. (2004). *Âncora Medicinal - Para conservar a vida com saúde*. 4 ed. Ateliê Editorial, [1ª ed. 1721].

Bibliografia

Abreu, J. L. N. (2006). *O corpo, a doença e a saúde: o saber médico luso-brasileiro no século XVIII*. Tese de doutorado, Programa de Pós-Graduação em História da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais. <https://repositorio.ufmg.br/handle/1843/VCSA-6XWMHK>

Andrade, D. P. (2011). *Paixões, sentimentos morais e emoções: uma história do poder emocional sobre o homem econômico*. Tese de Doutorado, Universidade de São Paulo. <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8132/tde-14022012-170158/pt-br.php>

Andrade, D. P. (2016). O governo dos sentimentos morais no século XVIII. *Dados - Revista de Ciências Sociais*, vol. 59, n. 01, 233-269. <https://doi.org/10.1590/00115258201676>

Andrade, T. M. R., Castro, M. G. de, Muller, M. (2006). Conceito Mente e corpo através da História. *Dossiê - Psicologia e História*. 11 (1). <https://doi.org/10.1590/S1413-73722006000100005>

Carvalho da Silva, P. J. (2008). O impossível regime das paixões da alma. *Revista Latinoamericana de Psicopatologia Fundamental*, 11(1), 119-133. ISSN: 1415-4714. <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=233016513012>

Cruz, M. Z., Júnior, A. P. (2011). Corpo, mente e emoções: Referenciais Teóricos da Psicossomática. *Rev. Simbio-Logias*, v. 4, n.6, Dez., 46-66. <https://orcid.org/0000-0002-5960-041X>

Dias, C., Cruz, J. F., Fonseca, A. M. (2008). Emoções: passado, presente e futuro. *Psicologia*, vol. 22, n. 02, 11-31. <https://doi.org/10.17575/rpsicol.v22i2.344>

Hume, D. (2001). *Tratado da natureza humana: uma tentativa de introduzir o método experimental de raciocínio nos assuntos morais*. Editora Unesp e Imprensa Oficial do Estado.

Le Breton, D. (2009). *As paixões ordinárias: antropologia das emoções*. Vozes. <https://periodicos.ufjf.br/index.php/csonline/issue/view/700>

Simmel, G. (2006). *Questões fundamentais da Sociologia: indivíduo e sociedade*. Zahar.

**Discussões sobre o tempo a partir da história regional
brasileira: o empenho por uma consciência histórica,
a disparidade entre passado e futuro, e a apropriação
da retórica da modernidade pelos intelectuais em Goiás
(séculos XIX e XX)**

Janaina Ferreira dos Santos da Silva¹

Resumo

Este trabalho objetiva analisar como a categoria “tempo” foi interpretada na história regional brasileira, especificadamente na história de Goiás e a partir de produções intelectuais locais. Para isso, temos como suporte documental *A Matutina Meiapontense* (1830 - 1834), *A Informação Goyana* (1917 - 1935) e *Oeste* (1942 - 1944), bem como o aparato teórico que se constitui das produções de Rösen (2001) e Koselleck (2006).

Palavras-chave: Tempo; Modernidade; Intelectuais; Goiás; Brasil.

Abstract

This work aims to analyze how the category time was interpreted in Brazilian regional history, specifically Goiás' history and based on local intellectual productions. For this, we have as documentary support: *A Matutina Meyapontense* (1830 - 1834), *A Informação Goyana* (1917 - 1935) and *Oeste* (1942 - 1944), and the theoretical apparatus consists of the productions of Rösen (2001) and Koselleck (2006).

Keywords: Time; Modernity; Intellectuals; Goias; Brazil.

1 Licenciada em História pela Universidade Federal de Goiás (UFG), especialista em História e Cultura e Mestra pela mesma universidade (UFG). Atualmente é doutoranda em História pela Universidade Federal Fluminense (UFF), bolsista de doutorado pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e pesquisadora do Anômalo (Pesquisas e Estudos em Gênero, Sexualidades, Classe e Etnicidades/Raça - UFCat/CNPq). E-mail para contato: janaina_silva@id.uff.br.

Introdução

O tempo recebeu diferentes representações sociais para os intelectuais goianos ao longo da história do estado de Goiás. A maneira como foram compreendidos os enredos do passado e as projeções sobre o futuro, que estiveram dispostas de diferentes maneiras pelas redes de intelectuais presentes nos três distintos recortes temporais oriundos das fontes históricas selecionadas para a execução da investigação a que nos propomos fazer.

Durante parte do século XIX, a elite intelectual reinterpretou a história local com o jornal *A Matutina Meyapontense*, ambicionando-se construir uma consciência histórica sobre a narrativa do passado e da população. O jornal teve uma atuação que, por vezes, se confrontou com as literaturas de viagem produzidas no mesmo período pelos viajantes naturalistas que se enveredaram pelo interior do Brasil. Enquanto essas produções apontavam para a decadência presente no estado pela crise econômica e falta de potencial cultural da população, *A Matutina* articulava que o problema de Goiás era a falta de investimentos nacionais.

Já no início do século XX, o tempo em Goiás foi revisitado a partir do binômio passado/futuro, em que o antagonismo entre experiências e expectativas foi substancial na revista *A Informação Goyana*. Para além disso, o intuito de apresentar as potencialidades de Goiás foi incorporado como o motivo da formação da rede de intelectuais que fundaram o periódico, construindo um veículo voltado para o enaltecimento de Goiás e de formação de uma identidade regional goiana.

Posteriormente, a produção intelectual dedicou-se a construir a imagem de um estado progressista por meio da ideologia da modernidade expressa nas páginas da magazine *Oeste*. A produção dedicou-se à inauguração de um novo tempo pautado na modernidade, em que o Estado de Goiás acompanhava o avanço econômico que as modificações político-ideológicas que o Golpe de 1930 almejava na escala nacional-regional. Especialmente

a partir da criação de Goiânia, a nova capital do estado, *Oeste* consagrou o tempo futuro.

Podemos observar como essa análise sobre as fontes documentais foi identificada por figuras importantes da história do estado, como articulou Marconi Perillo, ex-governador e ex-senador pelo Estado e um dos líderes pela disponibilização virtual da revista *Oeste* para a preservação da memória e História de Goiás.

A primeira etapa foi a produção eletrônica da *Matutina Meyapontense*, o primeiro jornal do Estado, cuja função era a de trazer o mundo para Goiás. Outra publicação significativa é a revista *A Informação Goiana*, que tinha como objetivo percorrer o caminho inverso: mostrar Goiás, sua gente, suas potencialidades e sua riqueza cultural para o mundo. E, completando o projeto, a *Revista Oeste*, fantástico instrumento multicultural de propaganda de Goiás, em pleno Estado Novo (Perillo, 2001, pp. 6 e 7).

Confluindo com essa perspectiva em relação ao modo como tais produções interpretaram a história de Goiás e atuaram num projeto político-ideológico em defesa do Estado, temos a análise do historiador Sérgio Paulo Moreyra:

Da mesma forma que a *Matutina Meyapontense* é expressão do afloramento da consciência regional nas primeiras décadas do século 19 e *A Informação Goyana* materializa todo o anseio do Brasil Central em integrar-se à nação no começo do século 20, *OESTE* é expressão e parte das transformações que Goiânia materializa, como ruptura em direção ao moderno (2001, p. 9).

Em concordância com esses diagnósticos sobre as fontes selecionadas e a forma como mobilizaram a história de Goiás no tempo histórico, esta pesquisa procura investigar como o tempo foi interpretado pelas produções intelectuais indicadas, a fim de explorar como a categoria “tempo” foi mobilizada pela escrita das narrativas sobre o estado de Goiás.

A construção de uma identidade regional e *A Matutina Meyapontense* (1830 - 1834)

A Matutina Meyapontense é uma fonte documental riquíssima para se examinar a história de Goiás no século XIX, sendo de suma importância para se estudar como a mobilização de redes intelectuais foi um fator importante para a tentativa de rompimento com o isolamento goiano em relação à agenda político-cultural nacional. Pelas páginas dessa magazine, podemos analisar como o contexto espaço-temporal abarcou questionamentos sobre a identidade coletiva regional num recorte do Brasil recém independente de Portugal e sob o regime da Monarquia.

Para adentrarmos na história da revista, perpassamos pelas inquietações do seu fundador. O comerciante goiano Joaquim Alves de Oliveira (1770-1851), depois de ter passado temporadas fora do Estado, retornou ao centro-oeste e, diante da pouca movimentação jornalística em Goiás, embarcou numa empreitada: criar um periódico que se dedicasse apenas à região central do Brasil. A partir dessa iniciativa surgiu o primeiro periódico de Goiás, *A Matutina Meyapontense*, em 5 de março de 1830, encerrando suas atividades quatro anos depois. O jornal tinha uma periodicidade semanal, chegando a ser editado 3 vezes por semana, com o foco principal em noticiar as temáticas religiosas, geográficas, sociais, econômicas e raciais na perspectiva regional da Província de Goiás. Nesse sentido, uma das funções primordiais d'*A Matutina Meyapontense* era informar sobre o que se passava na região, carregando em suas páginas um *slogan* que se concentrava no binómio “instruir e educar” (Oliveira, 2010).

Para além desse informativo sobre os acontecimentos da Província, atuou expressivamente na desconstrução das representações construídas sobre Goiás pelos viajantes que estiveram no território. Em suma, a literatura de viagem que era produzida concomitantemente ao jornal em questão, resumia a região nas seguintes análises principais: a decadência econômica

oriunda do fim da mineração, exercida nos séculos anteriores; a falta de perspectiva da população local; e o isolamento geográfico e atraso de Goiás em relação ao resto do país, impossibilitando a modernização nacional. Oriunda dessas construções sobre a Província, Goiás foi historicamente simbolizado pela alegoria do “sertão atrasado”, especialmente pela obra de maior notoriedade do período *Viagens ao Interior do Brasil*, de Augustin Saint-Hilaire (1830).

Enquanto os estrangeiros registavam essa narrativa sobre uma Província caracterizada pelo obscurantismo, *A Matutina Meyapontense* efetuava articulações que se opunham a elas. A população goiana e a localização distante da capital federal do período, a cidade do Rio de Janeiro, não eram referenciados como um problema para a região; em contrapartida, a defesa do jornal era que a falta de investimento em Goiás era o que impossibilitava o crescimento económico-cultural e não solucionava os problemas existentes na região. A argumentação do veículo procurou justificar que a falta de cuidado da nação com a Província goiana era a raiz da manutenção dos problemas locais, redirecionando quem seriam os culpados pelo atraso económico que era enfrentado. À vista disso, o jornal atuou em defesa de Goiás. Logo, é possível analisar pelas páginas d’*A Matutina Meyapontense* que tentou construir uma imagem de uma Província capaz de se desenvolver em diversos sentidos. A elite intelectual que contribuiu para o periódico desempenhou um papel na elaboração da identidade regional, o que liga a atuação d’*A Matutina Meyapontense* com a formação de uma consciência histórica goiana. Partindo da conceituação de consciência histórica elaborada por Jorn Rüsen (2001), que abarca como o tempo e a história de uma população são compreendidos por um grupo como partes integrantes de sua identidade coletiva, podemos identificar como a fonte selecionada esteve vinculada a um projeto político-ideológico de formação de uma consciência histórica local goiana. Quando analisamos essa tentativa d’*A Matutina Meyapontense* de ressignificar a história da Província a partir da formação de uma identidade regional, é possível observar

como essa base para a formação de uma consciência histórica goiana conetou os seres humanos num recorte espaço-temporal.

Investigando essa perspectiva na fonte em questão, temos que:

A Matutina Meiapontense operou na região uma revolução simbólica. Não porque A Matutina tenha sido a negação da decadência, ou o atestado inequívoco da modernidade em Goiás. O jornal representava a posse do capital material e simbólico necessário para enunciar a identidade goiana. A Matutina representou a reapropriação, pelos goianos, dos instrumentos de definição de sua própria identidade (Assis, 2007, p. 95).

Portanto, pudemos identificar como o projeto d'*A Matutina Meyapontense*, de discutir as representações construídas sobre Goiás sob a alcunha de "sertão" e formar uma identidade regional potente, esteve em conexão com a formação de uma consciência histórica goiana, de modo que a categoria tempo foi mobilizada como elemento basilar nessa agenda político-ideológica.

As potencialidades do Brazil-Central em *A Informação Goyana* (1917-1935)

A próxima fonte em questão surgiu no século seguinte e no contexto político da República, enquanto modelo político adotado no Brasil. Estas mudanças no cenário nacional foram decisivas para que as discussões dos intelectuais brasileiros estivessem voltadas para a procura de uma identidade da pátria e pela modernização do país. Em confluência com tais discussões, os intelectuais dos Estados brasileiros também retratavam estas problemáticas e as inseriam nas questões regionais.

A Informação Goyana surgiu nesse contexto de atuação dos intelectuais na procura de saídas para os problemas estaduais e nacionais. Um grupo de estudantes da Escola Militar do Colégio da Praia Vermelha, liderados por Henrique Silva e Americano do Brasil, criaram uma revista que retratasse as

potencialidades do Estado de Goiás para o Brasil. Assim, em agosto de 1917 foi criada a revista *A Informação Goyana* como um periódico ilustrado, mensal e informativo sob o *slogan* de expor as potencialidades do Brazil-Central. Até ao encerramento da sua atividade, em 1935, haviam sido publicadas 213 edições dispostas em 1912 páginas (Napomuceno, 2003; Peres, 2012).

Em suma, podemos analisar a produção em questão como uma tentativa da elite local goiana de trazer visibilidade para o Estado de Goiás e na possibilidade de crescimento económico a partir de investimentos nacionais. Nesse sentido, encontramos uma conexão entre *A informação Goyana* e *A Matutina Meyapontense*. Portanto, examinamos como, mesmo em diferentes temporalidades, ambas as produções estiveram em atividade diante de um programa político-ideológico semelhante, construído pelas duas redes de intelectuais distintas: dar uma perspectiva promissora para Goiás.

Em comunhão com esse raciocínio, é importante que examinemos o papel desempenhado em *A Informação Goyana* na tentativa de inserir a região cristalizada na historiografia oitocentista, como um sertão isolado, económica e culturalmente decadente em todo o nacional brasileiro. Mesmo localizada em um recorte temporal posterior, a literatura produzida pelos viajantes que perpassaram por Goiás, os intelectuais do folhetim retornaram a tais produções para analisá-las criticamente e se portarem em oposição às caracterizações executadas sobre o Estado. Nesse sentido, ainda havia um esforço de desconstruir as representações estabelecidas e ressignificar as narrativas sobre Goiás.

Para isso, a estratégia adotada na magazine era apresentar toda capacidade de avanço que o Estado possuía. De entre a exaltação do clima, vegetação, geografia, população, história, riquezas naturais, entre outros aspetos, o Estado foi rerepresentado para o leitor público brasileiro. Logo, os intelectuais d'*A Informação Goyana* procuraram confrontar as construções sobre o século XIX goiano, com narrativas sobre o presente que abarcavam uma região em ascensão, antagonizando o trinómio passado, presente e futuro.

Nesse sentido, confluindo com os estudos de Reinhart Kosseleck (2006), o passado, como um espaço de experiências, deu lugar a um horizonte de expectativas que tinha como foco uma questão principal: a potencialidade para a construção da modernidade.

Estruturaram-se novas elaborações sobre Goiás que o inseria na procura pela modernidade nacional, inserindo-o no Brasil como uma nação a ser modernizada. Além disso, o Estado deixou de ser compreendido como um problema para o desenvolvimento económico da máquina estatal, mas passou a ser um território capaz de proporcionar grandes avanços económicos. A ideia de “sertão” foi abandonada por nomenclaturas que não subjugavam o território do Brasil-central, mas o enaltecia como berço da raiz da unicidade da população brasileira. Os intelectuais de *A Informação Goyana* atuaram em diversas frentes com um projeto que resgatava Goiás como parte do contexto político-ideológico do Brasil, não mais um problema para tal; opondo o passado com o presente sob a alegoria do futuro promissor de Goiás. Resumindo as nossas discussões á cerca d’ *A Informação Goyana* e do seu ofício de dissociar o passado goiano compreendido como arcaico do futuro defendido como promissor, temos que:

A revista pretendia tornar-se especializada na temática do Brazil Central – “inter-land brasileiro” – com fim político, informativo de propaganda, enfim educativo. Não em relação à ignorância, ao desinteresse dos empresários da capital federal pelo estado de Goiás, o período tomou para si não só a tarefa de preencher lacunas deixadas pela imprensa carioca, como também, de refutar as informações errôneas vinculadas sobre o estado, isso na concepção dos diretores da Informação Goyana para tornar o estado conhecido, assim como suas possibilidades econômicas aos olhos de investidores particulares do próprio governo federal (Lisboa, 2010, p. 10).

Com isso, pudemos observar como *A informação Goyana* foi um marco na maneira como o Estado de Goiás foi representado em oposição às cons-

truções simbólicas produzida pela historiografia do século XIX. Nas narrativas produzidas pelos intelectuais, que contribuíram com tal produção, temos a oposição entre o passado compreendido como decadente, com o presente com grandes potencialidades económicas, capaz de produzir um futuro promissor. Inserido nos debates de modernidade da nação brasileira, Goiás não foi referenciado como um empecilho para o Brasil, mas sim um território repleto de possibilidades de investimentos e desenvolvimentos em diversas áreas.

A retórica da inauguração da modernidade em Oeste (1942-1944)

Enquanto as duas últimas produções procuraram ressignificar a narrativa histórica sobre Goiás a partir das temporalidades do passado e do presente, *Oeste* foi uma produção que procurou materializar o futuro como o tempo atual. A modernidade atribuída como um horizonte de expectativas, assumiu um caráter utópico do tempo imediato: nascia o tal aguardado “novo tempo” na história de Goiás.

O contexto nacional e regional em que *Oeste* foi concebida já apresentava esse teor de inauguração de novas perspectivas políticas para os territórios. O Golpe de 1930 e a entrada de Getúlio Vargas na Presidência da República Brasileira, gerou três principais questões que confluem com essa tese: mudanças no corpo governamental nos âmbitos nacional e regionais, gerando a retirada de oligarquias políticas que foram consideradas o problema para a estagnação, também nos dois âmbitos; medidas económicas que visavam o desenvolvimento industrial; e o fortalecimento da retórica da modernidade como um projeto político-ideológico dessa nova fase. Nesse sentido, entre 1930 até 1945, período compreendido como Governo Vargas, a atmosfera do início de uma Era de avanços foi construída em suas diferentes esferas políticas. Em Goiás, o Golpe de 1930 e as mudanças que foram consequência desse acontecimento histórico, foram momentos importantes para a história do Estado. A oligarquia política que dominava a política goiana por

décadas foi substituída por Pedro Ludovico Teixeira, um médico que havia recém-ingressado na política. Em confluência com os ideais defendidos por Vargas no âmbito nacional, Teixeira dedicou-se a defesa de uma pauta político-ideológica de modernização em Goiás. De entre as várias medidas adotadas sob esse viés da inauguração de um novo tempo no território, o mais ousado foi a transferência da capital do Estado para uma cidade construída, de modo a ser a nova representação moderna do Estado. Assim, em oposição à cidade considerada “antiga” e um retrato do “passado decadente” da história goiana, Goiânia foi inaugurada em 1933.

A nova capital foi o símbolo da utopia da inauguração da modernidade em Goiás, e *Oeste* tem tudo a ver com essa retórica ideologicamente utilizada por Teixeira. Como uma maneira de enaltecer a cidade recém-criada, a figura política reuniu um grupo de intelectuais goianos para escrever num veículo que desempenhasse um papel de ode à cidade, ao Estado, à política de Teixeira e até mesmo à de Vargas. Assim surgiu *Oeste*, em 1944, durante o que se chamou de Batismo Cultural de Goiânia: um evento repleto de expressões artísticas e culturais que enalteceram a nova capital.

Desde sua origem, *Oeste* esteve vinculada à máquina governamental de Teixeira e ao discurso político-ideológico de um “novo tempo” em Goiás. Em suas 23 publicações divididas mensalmente até 1944, o corpo de intelectuais contribuinte de *Oeste* atuou com produções que confluíram com a inauguração da modernidade no território goiano, estruturando narrativas sobre o estado que focavam no nascimento de um novo tempo histórico que se dissociava das construções estabelecidas sobre o passado goiano.

Em diálogo com as discussões estabelecidas, temos que:

A revista *Oeste* nasceu em um contexto de modernização em Goiás em que o processo de urbanização se acelerava relacionado ao crescimento do comércio e de redes bancárias a partir da década de 1930. Ano político foram acompanhadas por mudanças de toda ordem, surgindo assim a ideia de um Goiás novo. Neste quadro, do ponto de vista ideológico, Goiânia se apresentava como um símbolo de um almejado processo de modernização e desenvolvimento econômico e cultural. Neste âmbito, eclodiu um

movimento intelectual urbano em Goiás, em que os intelectuais goianos desejavam o desenvolvimento e o progresso do estado irá ocorrer uma aproximação de interesses entre estes pensadores e o governo. Paralelamente a expectativa de desenvolvimento estadual cresce um sentimento regionalista, de valorização do elemento local em busca de uma consolidação cultural própria de Goiás (Schwab, 2010, p. 47).

Logo, em *Oeste* pudemos observar como a defesa de potencialidades do Brazil-central ganhou uma retórica voltada para a concretude da inauguração de um “novo tempo” com as modificações políticas estabelecidas no Estado e com a construção de Goiânia.

Considerações finais

Ao longo dessa investigação pudemos discutir como a categoria do “tempo” foi compreendida por algumas redes de intelectuais goianos e inseridas em dinâmicas que repensaram as temporalidades históricas passado, presente e futuro na história de Goiás.

Nas primeiras décadas do século XIX, em *A Matutina Meyapontense* observamos como a construção de uma consciência histórica regional foi o motor para a tentativa de confrontar as narrativas que estavam sendo construídas sobre Goiás concomitantemente. Nesse sentido, examinamos como a estruturação de uma identidade local também foi mobilizada como saída para driblar as construções negativas sobre o território e sua população, de maneira a repensar o estado a partir da perspectiva de localização no tempo-espaco com o tempo como elemento chave para compreender a história de Goiás.

Já com *A Informação Goyana* apontamos como a narrativa de exibição das potencialidades do Brazil-central foi utilizada como tentativa de dissociação do passado de Goiás cristalizado pela historiografia brasileira com o tempo presente, rerepresentando o estado em oposição entre os tempos históricos. O espaço de experiência foi abandonado em perspectiva ao horizonte de

expetativa capaz de ser vivenciado a partir do crescimento econômico de Goiás.

Por fim, em *Oeste* observamos como houve a construção de uma agenda político-ideológica de cunho nacional-regional que possibilitou a elaboração da retórica da inauguração de um novo tempo para o Brasil e Goiás sob a alcunha da modernidade. A entrada de Pedro Ludovico Teixeira e a criação de Goiânia foram elementos fundamentais na formação da utopia da formação de um novo tempo promissor para o estado que mobilizou a categoria tempo futuro a partir da perspectiva do agora.

Referências bibliográficas

Periódicos

A Informação Goyana, (1917 - 1935)

A Matutina Meiapontense (1830-1834)

Oeste, (1942 - 1944)

Estudos

Assis, W. (2007) *Os moderados e as representações de Goiás n´A Matutina Meiapontense*. Dissertação (Mestrado). UFG.

Lisboa, A. (2009). *O "Brazil - central" e suas potencialidades na revista a Informação Goyana (1917 - 1935)*. Dissertação (mestrado em história) - Faculdade de História, Universidade Federal de Goiás (UFG).

Koselleck, R. (2006) *Futuro Passado. Contribuição à semântica dos tempos históricos*. Contraponto, Editora Puc-RJ.

Peres, S. (2012). *A "Informação Goyana" e "Oeste e as estratégias para uma nova civilidade em Goiás (1917 - 1944)*. Congresso Luso-Brasileiro de História da Educação. Lisboa.

Perillo, M. (2001). *Governo resgata documentos fundamentais*. In *Livro em CD-ROM: Oeste*, AGEPEL.

Rüsen, J. (2001). *Razão histórica. Teoria da história: os fundamentos da ciência histórica*. Editora da UnB.

Schwab, M. (2010). *Os intelectuais no Estado Novo (1937 – 1945): a trajetória de Paulo de Figueiredo e as revistas Cultura Política e Oeste*. Dissertação (mestrado em história) – Faculdade de História, Universidade Federal de Goiás (UFG).

Oliveira, M. (2013). A imprensa chega ao sertão: A Matutina Meiapontense (1830/1834). In *XXVII Simpósio Nacional de História: conhecimento histórico e diálogo social*. ANPUH.

Moreyra, S. (2001). A importância de Oeste. In *Livro em CD-ROM: Oeste, AGEPEL*.

Os orientes de Freyre: t3pica orientalista e lusotropicalismo

Arlindo Jos3 Reis de Souza¹

Resumo

Visando apresentar as contribuições que pretendemos proporcionar com a tese *Os orientes de Freyre: tópica orientalista e lusotropicalismo*, o seguinte texto discorre sobre seus aspectos centrais, a saber: de que existe, na obra freyreana uma tópica orientalista que incide sobre a tessitura mesma do conceito de lusotropicalismo, o qual foi instrumentalizado, no salazarismo, entre outras circunstâncias, na *Questão de Goa*.

Palavras-chave: Orientalismo; Luso-tropicalismo; Gilberto Freyre; Questão de Goa.

Abstract

Aiming to present as contributions that we intend to provide with a thesis *Freyre's Orients: orientalist topic and lusotropicalism*, the following text presents the central aspects of our argument that there is an orientalist topic discernible in the work of the Brazilian Gilberto Freyre, which focuses on the fabric of the concept of lusotropicalism and was instrumentalized, in Portugal, in the *Question of Goa*.

Keywords: Orientalism; Luso-tropicalism; Gilberto Freyre; Question of Goa.

Introdução

A presente comunicação constituirá numa visão panorâmica sobre a tese de doutoramento “Os orientes de Freyre: tópica orientalista e lusotropicalismo”, que está a ser desenvolvida no Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa no âmbito do PIUDHist¹.

Sob a orientação das professoras doutoras Ângela Barreto Xavier e Cláudia Castelo (co-orientação), a referida tese busca prestar uma contribuição sobre três temas relacionados ao ocaso do império ultramarino português, a saber: 1) a incidência de uma tópica orientalista² que emerge na obra de Gilberto Freyre quando este contempla as presenças “orientais”/ não-europeias na formação tanto de Portugal quanto do Brasil; 2) em que medida esta tópica orientalista incidu na tessitura do conceito freyreano de lusotropicalismo, este, largamente instrumentalizado pelo Salazarismo dos anos 1950, 1960, e mesmo 1970, para justificar a manutenção de seu império no assim chamado “colonialismo tardio”; e, 3) como este tipo de orientalismo, que denominaremos Orientalismo Lusotropicalista (OLT), apareceu em discursos veiculados sobre a “Questão de Goa” (1954-1961) em parte importante do que se publicou na imprensa metropolitana.

Desta forma, nas linhas que se seguem, iremos, mais brevemente, apresentar a estrutura capitular da tese e apresentar de modo um pouco mais detido os aspectos centrais da mesma, a saber: a questão do orientalismo na obra de Freyre; uma prévia daquilo que denominaremos Orientalismo Lusotropicalista; e como este emergiu na “Questão de Goa”.

1 Programa Interuniversitário de Doutoramento em História.

2 Orientalismo no sentido atribuído por Edward Said em *O Oriente como invenção do Ocidente*, de 1978.

A estrutura geral da tese

Em linhas gerais, no que diz respeito à estrutura, a tese será dividida em oito “seções”, contando com seis capítulos, mais introdução e conclusão. No primeiro capítulo faremos uma análise do conceito *orientalismo* como Edward Said o apresentou em seus escritos, nomeadamente em *Orientalismo* (1978)³, *Orientalism Reconsidered* (1985)⁴ e *Cultura e imperialismo* (1993)⁵, sendo também onde apresentaremos algumas das discussões que julgamos relevantes sobre o conceito⁶. Para percebermos melhor o contexto e as “tradições” intelectuais (orientalistas) mais “próximas” de Freyre – e de seu conceito de lusotropicalismo – aqui também traçaremos um histórico do orientalismo em/de Portugal, e o pouco estudado orientalismo brasileiro. Ponto em que verificamos que havia grande interlocução entre os intelectuais de Brasil e Portugal, especialmente, embora não somente, por vias institucionalizadas, entre outros, o *Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro* e a *Sociedade de Geografia de Lisboa*, o que gerou um ambiente eivado de essencializações de tipo orientalista onde Gilberto Freyre “cresceu”.

Para compreender mais à fundo a presença orientalista (ou dos diversos orientalismos) na obra de Freyre, no segundo capítulo, abordamos especialmente a sua “biblioteca”, ou seja, quais autores orientalistas Gilberto Freyre leu, citou, e teve contacto. Daremos atenção, como não poderia dei-

3 Consultamos Said, 1990.

4 Said, 1985.

5 Aqui consultamos Said, 1995.

6 Diversas são as obras que apontam as críticas e discussões suscitadas pelo conceito orientalismo, onde se seguem algumas. Os livros *Reading Orientalism: Said and the Unsaid*, (2007) de Daniel M. Varisco e *Restating Orientalism: A Critique of Modern Knowledge* (2018), de Wael B. Hallaq, são de grande relevância por trazerem um amplo panorama acerca das principais discussões e interlocuções que o conceito suscitou ao longo das quatro últimas décadas. Os artigos *Orientalism: An Overview*, de Hsu-Ming Teo e o já citado *Orientalism: A Historiographical Survey*, de Arun Kumar contribuem de maneira consistente neste sentido. Os artigos *Orientalismo e depois: ambivalência e posição metropolitana na obra de Edward Said*, de Aijaz Ahmad e *Problems in current theories of colonial discourse*, de Benita Parry também são artigos que dialogam a respeito de questões teóricas e históricas de grande relevância concernentes ao conceito de Said.

nar de ser, ao contexto histórico e ao ambiente intelectual mais próximo em que Gilberto Freyre viveu e produziu, o que nos fez concluir que seria mesmo improvável que o orientalismo não “tocasse” Freyre de alguma forma. Foram aqui utilizadas, como fontes primárias, os textos e livros de Freyre publicados desde os anos 1920 até os anos 1960.

Sobre a incidência do orientalismo de/em Freyre, capítulo 3, analisamos também, como fontes primárias, os seus livros. Verificamos, neste ponto, que os orientalismos manifestam-se em diversos âmbitos, ou “camadas”, a saber: a) um orientalismo que essencializa o oriental/africano latente no português e, por extensão, no brasileiro, resultando numa visão essencializada de todos; b) uma transferência, como em Lafcadio Hearn e nos “indianistas”⁷ brasileiros do século XIX e inícios do XX, da típica exotização orientalista das “Índias Orientais” para as “Índias Ocidentais” (América); c) uma perspectiva orientalista quando Freyre faz a defesa da tradição oriental (“Extremo Oriente”: China, Índia e Japão) na cultura brasileira e portuguesa – por ele posta como “ameaçadas”, sobretudo, a partir do século XIX; d) o orientalismo que emerge quando o autor expõe análises sobre os “orientes” e “orientais” a ele contemporâneos, estabelecendo típicas relações orientalistas como, por exemplo, aquelas que descrevem o Oriente/oriental como portador de “sabedoria”/“intuição” ao passo que o Ocidente/ocidental seria portador de “ciência”/“razão”; e) o orientalismo que reside no aspecto fêmeal que Freyre atribui ao Oriente, e à não-Europa de um modo geral; e, finalmente, f) o orientalismo inerente à *atitude* de Freyre frente ao concerto de Portugal com “Orientes” e “Áfricas” no século XX (orientalismo como um tipo determinado de “consciência geopolítica”⁸), o que recairá diretamente sobre questões concretas que envolvem a relação de Portugal com as suas colônias – e mesmo do Brasil – com o “mundo que o português criou”.

O quarto capítulo é voltado para uma contextualização histórica do momento em que Gilberto Freyre faz a sua incursão no Ultramar Português

7 Ramos, 2011.

8 Said, 1990, p. 15.

a convite do Estado salazarista, ou seja, a década de 1950. Aqui veremos as relações que Freyre estabeleceu com o regime estadonovista de Salazar. Neste ponto, os jornais tanto de Portugal (nomeadamente o *Diário de Notícias*) quanto do Brasil (*O Globo*, *Diário de Pernambuco*, *O Cruzeiro*, *Jornal do Brasil*) serão fontes históricas privilegiadas, pois vemos, aqui, a repercussão dos ideais lusotropicalistas de Freyre repercutir em ambos os países de modo a reproduzir um ideário de que havia um “complexo lusotropical” que deveria permanecer, pelo menos em essência, inalterado.

No quinto capítulo iremos propor uma interpretação que percebe que os conceitos de lusotropicalismo e orientalismo se fundem. É que entendermos que o lusotropicalismo fez as vezes de uma forma, ao menos conjuntural, de orientalismo, especialmente veiculado pelos apoiantes do regime via imprensa. E será onde propomos denominar uma abordagem “conjunta” dos conceitos de orientalismo e lusotropicalismo, resultando em um *Orientalismo Lusotropicalista*.

O sexto capítulo voltar-se-á para o estudo da *Questão de Goa* (1954-1961). Utilizando como fonte primária principal o jornal *Diário de Notícias*, aqui procederemos a uma análise dos discursos que se valiam do Orientalismo Lusotropicalista para justificar a presença portuguesa no Ultramar, mais precisamente, em Goa. Começando com a prisão do intelectual e liderança pela libertação de Goa, Pundalik Dattatreya Gaitonde, passando pelo início das hostilidades entre Portugal e a União Indiana envolvendo os enclaves de Dadrá e Nagar-Aveli até a libertação de Goa, intentamos demonstrar que importa tratarmos o lusotropicalismo, instrumentalizado por sectores apoiantes do Estado Novo e, conseqüentemente, de sua política colonial, como uma forma muito peculiar e específica de orientalismo – um Orientalismo Lusotropicalista.

O Orientalismo em Gilberto Freyre

Como apontamos acima, temos que, ao longo da obra de Gilberto Freyre, diversos são os momentos em que essencializações características de perspectivas orientalistas aparecem em seus escritos. Desse modo, desde sua dissertação de mestrado *Social life in Brazil in the middle of the 19th century*, defendida na Universidade de Baylor, no Texas, em 1922, e na sua publicação de 1925, *O Livro do Nordeste*, podemos divisar alguns exemplos de “orientalismos”. Não obstante, para efeito de elucidação na presente comunicação, será de *Casa Grande & Senzala* (1933), e *Sobrados e Mucambos* (1936), que extrairemos alguns destes momentos orientalistas⁹.

Aqui vemos, como citamos acima, essencializações orientalistas se manifestarem quando Freyre se refere aos muçulmanos, aos judeus (mas também aos africanos e aos povos originários da América). No que tange às descrições dos muçulmanos, destacamos os aspectos orientalistas que a estes atribuem características como *misticismo*, *sensualidade* e *indolência* sendo reproduzido em diversos momentos pelo autor pernambucano. Em uma passagem de *Casa Grande & Senzala*, ao falar sobre o caráter oriental herdado pelos portugueses, citando o historiador inglês Aubrey Bell, Freyre afirma que, aquele:

“É um caráter (...) de arrojados súbitos, que entre um ímpeto e outro se compraz em certa *indolência voluptuosa muito oriental*, na saudade, no fado (...). “*Místicos e poéticos*” - são ainda os portugueses segundo Bell (Freyre, 2003, p. 69; grifos meus)”¹⁰.

A questão da sexualidade “mais frouxa”, mais “flexível” também seria, segundo Freyre, algo da “não europeidade” dos portugueses, quando cita que:

9 Tivemos a oportunidade de demonstrar esta tópica orientalista em Freyre no artigo de 2020, Souza, 2020.

10 Souza, 2020, p. 159.

“Já afeiçoados à *poligamia* pelo contato com os *mouros*, os portugueses encontraram na *moral sexual dos ameríndios* o campo fácil onde expandir-se aquela sua tendência, de moçárabes (...) para viverem com muitas mulheres (Freyre, 2003, p. 168)

No trecho acima vemos, além da associação entre poligamia e muçulmanos, também uma “transferência”, algo descontextualizada, entre uma característica “oriental” (a poligamia) e outros não-Europeus, no caso os povos originários da América, os quais também são abordados de modo generalizante como sói acontecer quando o tema são os “orientais”. Ao abordar a questão da religiosidade dos membros portugueses da ordem dos jesuítas destacamos mais uma vez uma essencialização orientalista ao associar, à “herança islâmica”, religiosidade-misticismo e volúpia: Porque os próprios exercícios espirituais parecem que assimilara os Loyola de *originais africanos*; (...) produtos do mesmo *clima místico* ou religioso que as manifestações do *voluptuoso misticismo dos árabes* (Freyre, 2003, p. 156).

Ao lado dos muçulmanos, a outra “pedra angular”¹¹ do orientalismo, segundo Said, foram os judeus. Se na literatura orientalista típica de fins do dezenove e inícios do vinte, estes são retratados como “avarentos”, “gananciosos”, “ostentadores de riqueza”, “lascivos”, “voltados ao comércio”, “desarraigados”, “desonestos”, possuidores de características físicas peculiares como “o corpo curvado sobre si mesmo como o de urna hiena, [e] o pescoço jogado obliquamente para a frente” (Said, 2007, p. 298), em Freyre vemos muitas destas características também associadas aos judeus.

Em *Casa Grande & Senzala*, quando se refere à herança que os judeus legaram aos portugueses, Freyre aponta que fora o “ideal semita” (Freyre, 2003, p. 86) para o “tráfico e a mercancia” (Freyre, 2003, p. 34), que levou os portugueses a terem “tino para o comércio” e a ser possuidores de um inerente “realismo econômico” (Freyre, 2003, p. 70). Segundo o autor per-

11 Said, 2007, p. 240.

nambucano, isso fez com que os portugueses desejassem que, na América¹², houvesse não um espaço para uma “colônia de plantação, mas uma outra Índia com que *“israelitamente comerciassem especiarias e pedras preciosas”* (Freyre, 2003, p. 85). Havia, ainda, em Gilberto Freyre, uma forma de valorização do trabalho agrícola em detrimento daquele voltado para atividades comerciais. Desse modo, Freyre informa que o fato de os portugueses não terem encontrado no Brasil um comércio ativo os livrou da *“perversão do mercantilismo”*, tornando *“o povo que a Índia transformara no mais parasitário, [no] mais criador”* (Freyre, 2003, p. 66).

Apoiado em Max Weber, Freyre aponta que *“circunstâncias históricas assim conformaram os judeus”* e, em uma definição derivada desta apreciação, o autor pernambucano assim os define¹³:

Técnicos da usura, tais se tornaram os judeus em quase toda parte por um processo de *especialização quase biológica* que lhes parece ter aguçado o *perfil no de ave de rapina*, a *mímica em constantes gestos de aquisição e de posse, as mãos em garras incapazes de semear e de criar. Capazes só de amealhar* (Freyre, 2003, p. 320).

Desse modo, *“migrando”* de uma descrição que se baseava normalmente em elementos *“culturais”*, em Freyre também se refletem descrições essencializadas que se voltam para um suposto aspecto físico geral dos judeus.

Para finalizarmos este ponto, se até agora nos detivemos em *Casa Grande & Senzala*, cabe também apontarmos uma referência aos judeus que Freyre faz em seu livro *Sobrados e Mucambos* (1936). Aqui, em uma pequena passagem, se reproduzem ideias orientalistas/essencializadas sobre judeus, ciganos e *“muçulmanos”* de uma só vez. Ao escrever sobre os atravessadores que lucravam no Brasil com o comércio de alimentos no período colonial, as-

12 Souza, 2020, p. 160.

13 Souza, 2020, p. 161

sim se lê: “... e esses intermediários não eram *judeus* nem *ciganos* – *cabeças-de-turco* para todo o *negócio desonesto...*” (FREYRE, 1951, p. 216). Ou seja, mais uma vez, aparece o “judeu” associado ao comércio (ainda que se diga que os mercadores *não* fossem judeus, o que teria o efeito de, no texto, provocar certo “espanto”), que, por sua vez é relacionado pelo autor à desonestidade. Assim como à desonestidade estão relacionados os turcos (normalmente relacionados ao islão) e os ciganos...

O Orientalismo Lusotropicalista

Tendo sido feita uma breve apresentação do orientalismo que se observa nos escritos de Freyre, agora iremos expor alguns dos nossos argumentos no sentido de que o lusotropicalismo fez as vezes de um certo orientalismo no contexto do ocaso do império português. É que entendemos que as definições de orientalismo de Said abarca muito do que se pensou e se veiculou sob o nome/conceito de lusotropicalismo. Não obstante já informar, contudo, que existiam algumas peculiaridades neste orientalismo as quais se fundamentam em “dispositivos” discursivos/ argumentos, exclusivos do lusotropicalismo, daí a forma conjunta de percebermos o fenómeno em questão, ou seja, como um *Orientalismo Lusotropicalista*.

Entendemos, outrossim, que algo “novo” surgiu nesta empreitada de justificar a presença portuguesa em suas possessões ultramarinas em uma época de maior dificuldade de se firmar em argumentos mais “clássicos” do orientalismo – os tempos pós-Guerra já não acolhiam ideias como superioridade racial, por exemplo. Havia, portanto, uma forma específica de justificar e explicar a manutenção da autoridade portuguesa sobre suas colónias que passava mais, por exemplo, por dizer que havia uma superioridade cultural (ainda que fosse usual falar em superioridade civilizacional – não obstante, no caso português com “novos” dispositivos) do que uma superioridade

“racial”, embora esta esvivesse implícita (ou explícita) na noção de superioridade europeia.

Assim, se Edward Said sobre afirmava que o que o orientalismo seria “uma forma de distribuição de consciência geopolítica”, com especificidades o lusotropicalismo também o era. Se o orientalismo “seria um discurso criado por uma visão europeia generalizante sobre o “Oriente”, a qual o descrevia como “um lugar de romance, de seres exóticos, de memórias e paisagens obsessivas, de experiências notáveis”¹⁴, vemos esta noção presente também no lusotropicalismo. Se o orientalismo era um resultado de uma relação dialética entre constituição e reprodução da realidade, balizada pelo poder, domínio, hegemonia e opressão imperialista, com o propósito de atender aos “anseios coloniais [e justificar as] conquistas dos territórios e povos considerados inferiores, por isso, legitimamente subjugados”¹⁵, assim também fora (com suas especificidades) o lusotropicalismo.

Se ele era parte “integrante da tentativa europeia geral de dominar povos e terras distantes”¹⁶, possuindo relação complexa e direta com os imperialismos europeus”¹⁷, o lusotropicalismo (também com suas especificidades) serviu igualmente a este propósito. Se ele era uma “instituição organizada para negociar com o Oriente [...] fazendo declarações a seu respeito, autorizando opiniões sobre ele, descrevendo-o, colonizando-o, governando-o: em resumo, o orientalismo [seria] um estilo ocidental para dominar, reestruturar e ter autoridade sobre o Oriente”, do Ocidente sobre o Oriente (e o “Oriental”)¹⁸, o lusotropicalismo trabalhou de forma semelhante. Embora com determinadas especificidades, como calcar a autoridade portuguesa – em uma via quase oposta à do orientalismo “clássico” – na sua capacidade de se misturar com os povos não europeus; na sua empreitada civilizacional calcada antes no cristianismo e numa “doce escravidão”, pelas palavras de

14 Said, 2007, p. 13.

15 Mafra & Stallaert, 2016, pp. 149-168.

16 Said, 2009, pp. 44-46.

17 Said, 1990, p. 15.

18 Said, 1990, p. 14

Freyre, do que por vias “burguesas”, “capitalistas” (mas mesmo assim pensadas em termos do “fardo do homem branco”); na sua capacidade superior de se adaptar aos trópicos, pela sua “orientalidade” intrínseca – apresentando o português como uma espécie “evoluída”, “bicontinental”, depois lusotropical, (do “oriental”), posto que nele predominavam as características europeias de religião, cultura, “raça” e civilização etc.

Se o orientalismo também era calcado em “teses antropológicas, biológicas, lingüísticas, raciais e históricas sobre a humanidade e o universo; [de] teorias econômicas e sociológicas de desenvolvimento, revolução, personalidade cultural e caráter nacional ou religioso”¹⁹, o lusotropicalismo também tinha as suas “versões” de tais teses e teorias. Se o orientalismo era recorrentemente “autorreferente”, Freyre também se lançava de um “expediente autorreferente” (ao citar “ciclicamente” autores orientalistas), posto que não conhecia pessoalmente as “não-Europas” antes de ser convidado pelo governo português para viagem ao Ultramar onde, segundo ele mesmo afirmou ao retornar ao Brasil, teve as suas “antecipações confirmadas”.

Se o orientalismo se baseava em concepções que exprimiam “uma distinção ontológica e epistemológica”²⁰ a-histórica entre ambas as partes – Ocidente e Oriente – e hierarquizavam, de maneira explícita e intencional, as “humanidades” contidas entre os europeus e seus “antípodas”, o lusotropicalismo também o fazia ao seu modo peculiar. Se o orientalismo resultou em um conjunto de “saberes” e “conclusões”, classificações que se perpetuam e disseminam em descrições baseadas na “superioridade” do europeu e da civilização ocidental-cristã sobre as demais. Onde, “o que há de marcante [...] são as figuras retóricas que encontramos constantemente em suas descrições do ‘Oriente misterioso’, os estereótipos sobre ‘o espírito africano’ (ou indiano, irlandês, jamaicano, chinês), [e] as ideias de levar a civilização a povos bárbaros ou primitivos”²¹; de modo similar também vemos isso ocorrer no lusotropicalismo.

19 Said, 1990, p. 19.

20 Said, 1990, p. 15.

21 Said, 2009, pp. 46-51.

A Questão de Goa

Os estudos que se voltam para a questão do instrumentalização do lusotropicalismo pelo Estado Novo e apoiadores do regime já são hoje numerosos e profundos²². No entanto, se Marta Pacheco Pinto, em texto sobre o orientalismo, informa, em consonância com o que estamos a propor, que o lusotropicalismo fez às vezes de uma forma de orientalismo²³, nosso objetivo é demonstrar, analisando as *Diário de Notícias* de 1954 até 1961/inícios de 1962 (assim como outras fontes prospectadas, por exemplo, no *Real Gabinete Português de Leitura* localizado no Rio de Janeiro, a saber, o discurso de José de Azeredo Perdigão de 1959 proferido no Instituto Vasco da Gama) que de fato havia algo nos discursos veiculados por setores importantes da imprensa metropolitana (embora não somente nela), que trabalhava no sentido de veicular ideias lusotropicalistas como “uma revisitação dos discursos orientalistas, na aceção moderna que Said dá ao termo” (Pinto, 2018, p.13).

Com isso, é que já em 03 de Abril de 1954 lê-se, no *Diário de Notícias*, em um artigo que tem como título “*A Índia Portuguesa não é para nós uma fonte de receitas: mas é uma das províncias que maior contribuição tem dado à expansão do espírito português no mundo*” que a:

“A obra empreendida na defesa da saúde das populações nativas permitenos encarar, portanto, um animador aumento das populações nativas. Ao mesmo tempo, a evolução social acentua-se cada vez mais, graças à *acção civilizadora das missões religiosas e das autoridades*”.

22 Desde o pioneiro trabalho de Cláudia Castelo, *O modo português de estar no mundo: o luso-tropicalismo e a ideologia colonial portuguesa: 1933-1961* (1999), *Fado Tropical: o lusotropicalismo na cultura de massas (1960-1974)*, Lisboa, Unipop, 2015 de Marcos Cardão, até trabalhos internacionais mais recentes como *Luso-tropicalism and its discontents: The making and unmaking of racial exceptionalism* (2019) de Anderson e Santos, entre muitos outros.

23 “A teoria luso-tropicalista, de que o Estado Novo se apropriou nas décadas de 50 e 60 em reforço da sua ideologia, mais não seria do que uma revisitação dos discursos orientalistas, na aceção moderna que Said dá ao termo, tanto mais que reafirmada e sistematizada numa conferência no Instituto do Vasco da Gama em Goa, em 1951”. Pinto, 2018, p. 13.

Desse modo, temos que os principais argumentos para a manutenção das colônias ultramarinas, mais especificamente de Goa, passam por princípios fundamentalmente orientalistas: a noção de “fardo do homem branco”, que denota a superioridade da civilização europeia frente as demais e que, por isso, deveria levar a civilização e o progresso aos “povos de cor”; a ideia de que somente os europeus (pela sua capacidade superior de raciocínio, ciência e lógica) seriam capazes de compreender as realidades dos povos de Ásia e África e, mesmo saber quem “eles eram” – com a necessidade, muitas vezes, do recurso à violência (pois era a linguagem que “eles” compreendiam); a ideia de que os povos orientais, quando não primitivos per si, seriam pertencentes a civilizações decadentes, portanto, passíveis de “orientação” etc.

No entanto, o caso mais específico da argumentação portuguesa (lusotropicalista) que, por fim, passava por dispositivos que buscavam legitimidade tanto por estes dispositivos discursivos mais “clássicos” do orientalismo como propõe Said, mas também por outros, mais ajustados não apenas à sua realidade e tipo de relação histórica com o “ultramar”, mas ao contexto pós-Guerra que então se vivenciava, a saber: a noção de que a presença portuguesa no ultramar, especialmente em Goa, era pioneira e, somente por isso, deveria ser considerada como de fundamental importância para a defesa da própria cristandade (perder suas posses seria uma ameaça em potencial ao mundo ocidental); o fato de Portugal ter sido aquele que entre os europeus melhor levou os valores do cristianismo (católico) aos povos bárbaros; a noção de que a presença portuguesa era desinteressada em termos económicos e, portanto, superior em termos morais em relação não apenas às populações “nativas” mas em relação às próprias demais metrópoles europeias.

Assim, o modelo de ocidente que Portugal representaria (atenção que, por mais que e reconhecessem elementos orientais na constituição de Portugal, ele mantinha-se, segundo a perspectiva do Orientalismo Lusotropicalista, essencialmente europeu, cristão e branco) se dava em oposição

ao modelo burguês, carbonífero (palavras de Freyre), que explorava o não-europeu de modo distante, frio, não agregador e, no limite, racista.

Segundo se lê no mesmo dia 03 de abril de 1954, defendia-se a ideia de que, na verdade, o que ocorria no ultramar português não era a posse de colônias, mas sim “... uma sociedade de características acentuadamente portuguesa, perfeitamente integrada no espírito nacional” ... Sendo assim, o fardo português era ainda mais pesado (e mais nobre) do que os das demais metrópoles e ex-metrópoles europeias, por que era desinteressado e verdadeiramente comprometido apenas com a disseminação de uma civilização, e não com a pura exploração económica dos povos não europeus. Portugal levava a europa aos trópicos, construindo europas e “portugais tropicais”.

E qualquer voz que se opusesse à sua presença em seus enclaves, especialmente se fossem vozes “orientais”, seriam vozes portadoras de visões mentirosas e distorcidas, que falseavam não apenas em seus argumentos de luta contra a dominação estrangeira, mas que falseavam a própria verdade, sendo (numa perspectiva tipicamente orientalista) falsos, mentirosos, conspiradores, ingratos, traiçoeiros etc, como se vê nas próprias descrições sobre as colocações e posicionamentos de figuras como o chefe de Estado da União Indiana, Jawarhalal Nehru. Este sempre retratado como alguém portador de falsos argumentos; inimigo do Ocidente e, mesmo incapas de propor alternativas ao domínio ocidental (ou liderança do “mundo livre”), posto que estava sempre agindo a mando dos desígnios do Kremlin...

Considerações finais

Dado o exíguo espaço, característico deste tipo de intervenção, não pudemos pormenorizar de modo extenso aquilo que temos encontrado, escrito e conluído sobre o que estamos nos debruçando. No entanto, os aspectos centrais da tese que ora estamos a desenvolver, encontram-se apresentados acima. A tese intenta lançar uma perspectiva original tanto sobre uma

temática ainda somente superficialmente conhecida e da obra de Gilberto Freyre, o orientalismo, quanto sobre o próprio conceito de lusotropicalismo desenvolvido por este autor.

Percebendo como ele se configurou e foi utilizado como uma espécie de “versão” luso(brasileira) de orientalismo. Neste sentido, o estudo sobre parte dos discursos produzidos sobre a referida Questão de Goa se nos apresenta como um espaço privilegiado para a percepção do que intentamos argumentar na tese.

Referências bibliográficas

Anderson, W., Roque, R., & Santos, R. V. (2019). *Luso-tropicalism and its discontents: The making and unmaking of racial exceptionalism*. New York Berghahn. New York.

Castelo, C.(1999). *O modo português de estar no mundo: o luso-tropicalismo e a ideologia colonial portuguesa: 1933-1961*, Porto, Edições Afrontamento.

Mafra, A. & Stallaert, C. (2016). *Orientalismo Crioulo: Dom Pedro II e o Brasil Do Segundo Império / Creole Orientalism*. D. Pedro II and Brazil in the Second Empire. Iberoamericana (2001-), vol. 16, no. 63, pp. 149-168. JSTOR, www.jstor.org/stable/26314569.

Novinsky, A., Levy, D., Ribeiro, E. & Gorenstein, L. (2015). *Os judeus que construíram o Brasil - Fontes inéditas para uma nova visão da história* São Paulo, Editora Planeta do Brasil.

Pallares-Burke, M. (1997). Gilberto Freyre e a Inglaterra: uma história de amor. *Tempo Social; Rev. Sociol. USP*, S. Paulo, 9(2): 13-38, outubro de

Pinto, M. P. (2018). “Orientalismo”. In *Dicionário de Historiadores Portugueses*. http://dichp.bnportugal.gov.pt/tematicas/tematicas_orientalismo.htm.

Pinto, M. P. (2013). *Traduzir o outro oriental. A configuração da figura feminina na literatura portuguesa finissecular (Atónio Feijó e Wenceslau de Moraes)*. Tese de doutoramento. Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.

Pinto, M. P. (2017). *Mapping Portuguese Orientalism: the international congresses of orientalist (1873-1973). Introduction to a research project*. In. O Oriente em Tradução Línguas, Literaturas e Culturas Asiáticas no Espaço Luso. Orgs Catarina Nunes de Almeida Marta Pacheco Pinto. Edições Húmus, Lda.

Pinto, M. P. (Org.) (2019) *A participação portuguesa nos congressos internacionais de orientalistas (1873-1973) - Textos e contextos*. Edições Húmus & Marta Pacheco Pinto.

Souza, A. (2020). Os Orientes e Ocidentes de Freyre: tópica Orientalista em Casa-grande & Senzala e o Ocidente em Sobrados e Mucambos, *Revista de Estudios Brasileños*, Salamanca, vol. 7, n. 14. Ediciones Universidad de Salamanca, p. 153-167.

Said, E. (1990). *Orientalismo: o Oriente como invenção do Ocidente*. São Paulo. Companhia das Letras.

Said, E. (1985, October 1) *Orientalism reconsidered*. Cultural Critique. University of Minnesota Press. Volume: 27 issue: 2, page(s): 1-15. Issue published:

Said, E. (1995) *Cultura e imperialismo*. São Paulo: Companhia das Letras.

**Medievalismos na literatura de cordel brasileira:
Leandro Gomes de Barros**

Sabrinne Cordeiro Barbosa da Silva¹

Resumo

Este trabalho debruça-se sobre a temática dos medievalismos presentes no ambiente da literatura de cordel brasileira de finais do século XIX e início do século XX. Abordaremos parte da vida e obra do poeta paraibano Leandro Gomes de Barros, a fim de exemplificar o uso de tais ecos medievais em uma realidade temporalmente distinta. Para tanto, abordaremos a teoria da residualidade, em consonância com a ideia de herança colonial ou apropriação histórica.

Palavras-chave: História cultural; literatura; medievalismos; residualidade.

Abstract

This work focuses on the medievalism theme present in the environment of Brazilian cordel literature at the end of the 19th century and the beginning of the 20th century. We will approach part of the life and work of the Paraíba poet Leandro Gomes de Barros, to exemplify the use of such medieval echoes in a temporally different reality. To do so, we will address the theory of residuality in line with the idea of colonial heritage or historical appropriation.

Keywords: Cultural history; literature; medievalisms; residuality.

Introdução

A literatura de cordel pode ser compreendida como um instrumento que passa para os versos a memória que determinado meio social construiu e, por vezes, essa construção parte da sua própria realidade. O discurso do poeta por sua vez, não é institucionalizado, não se compromete com uma realidade, mas representa a sua visão de mundo, inspirações que por vezes é demandada por tendências da conjuntura na qual está inserido. O poeta de cordel pode inspirar-se no cotidiano, debater temáticas corriqueiras reafirmar arquétipos (meretrizes, bandoleiros, santos), debater relações de representação do sistema político, mas o cordelista por vezes se inspira em outras temporalidades, reconstrói memórias de uma realidade pessoalmente desconhecida, carrega seus versos de fadas, gigantes, castelos e princesas.

Medievalismos

Antes de localizarmos ecos de medievalismo na literatura de Leandro Gomes de Barros, é necessária uma breve nota no que se refere a construção do termo Idade Média. Sendo assim, é possível iniciarmos uma compreensão das formas que estes medievalismos representaram na literatura de cordel nordestina. Ao falarmos de construção da idade média, passamos para a ideia das muitas “idades médias” que o medievalista Jacques Le Goff sugere e, sendo desenvolvidas em especial a partir da historiografia romântica do efervescente século XIX que abarca o período medieval.

Le Goff aponta para o filósofo e historiador francês Jules Michelet que no século XIX ao escrever uma história sobre a Idade Média francesa, parecia muito distante da própria, com um olhar voltado para uma certa

1 Historiadora, Mestre em História Comparada pela Universidade Federal do Rio de Janeiro e Doutoranda em História pela Universidade Autónoma de Lisboa. Bolseira e investigadora associada ao DHAH-UAL (Departamento de História, Artes e Humanidades) e ao CICH-UAL (Centro de Investigação em Ciências Históricas).

dicotomia, quando refere: “idade média das permanências, século XIX das revoluções; idade média das obediências, século XX das contestações.” No decorrer de seu texto, Le Goff aponta Michelet tido como um filho do seu tempo, teria como foco expor um mundo medieval das trevas, obscurantista e estéril. Imagem esta que se propagaria ao longo de vasta historiografia do tema.

O que podemos compreender a partir das observações de Le Goff acerca da obra *Prèface à Histoire de France* (1869), foi que Michellet, intencionalmente a construção de uma história da França que repercutiria um conteúdo “mais material e espiritual”. Na obra, o autor propõe uma história da França que deveria voltar-se para os objetos, cultura material e aspetos concretos da vida humana (material), suas ideias e paixões (espiritual) (Le Goff, 1979). De entre os seus escritos sobre a história francesa, o historiador introduz o “povo” em alguns momentos como nas Cruzadas e na narrativa de Joana D’arc em que faz questão de destacar sua origem campesina e introduzir características identitárias como a virgem das batalhas e o martírio da pureza. A França de Michellet passaria por algumas transições e a pureza de Joana D’arc seria equivalente a uma fase da França imatura que atingiria a maturidade no século XIV, em que as instituições, como o parlamento, são fixadas e regularizadas.

Levando a temática para a história brasileira, o professor Hilário Franco Júnior estabelece que para entendermos as questões identitárias do Brasil devemos voltar-nos para a sua gestação e não só a partir de sua história colonial em 1500. Essa gestação que possuiria genes diretos como a idade média portuguesa e que seria quase impossível não ser levada ao novo mundo. Essa crítica identitária é feita diretamente ao trabalho de Sérgio Buarque de Holanda, que em *Raízes do Brasil* exclui o antecedente medieval da construção da história do Brasil pós o advento de 1500. Hilário aponta que o medievalismo é percorrido por Sérgio, no que diz respeito ao patriarcalismo, nos traços fundadores da organização social brasileira, denotando que

este traço já seria um medievalismo implícito, porém o tema não chega a ser desenvolvido pelo historiador.

O trabalho de Buaque, parece conduzir-nos ao que, posteriormente foi cunhado como uma perspectiva decolonial, que seria uma tentativa de libertação da obrigação de trabalhar Portugal medieval como o país de origem do Brasil e onde estariam todas as raízes brasileiras, principalmente as culturais. Uma forma de pesquisa que utiliza os conhecimentos locais, trabalhando os próprios objetos sem necessariamente fazer uma crítica aos padrões eurocêntricos. Este pensamento coloca o eurocentrismo em horizontalidade, que seria apenas uma forma de visão de mundo².

E os medievalismos? O termo foi usado pela primeira vez pelo poeta John Ruskin (1819 - 1900) em 1853, para se referir ao entusiasmo e admiração da sua geração em relação aos elementos medievais, mas foi somente nos anos 70 do século XX que ele foi estabelecido como disciplina acadêmica pela professora Leslie Workman e, de forma sistematizada, incentivou a criação de um campo tendo como objeto o uso das apropriações da Idade Média em períodos pós-medievais. Em 1979, Workman funda a revista acadêmica interdisciplinar *Studies in Medievalism*³ que se dedica a estudar as diferentes percepções da Idade Média fora da sua cronologia.

A literatura de cordel no Brasil

A forma de literatura impressa, folhetos/panfletos, vendida inicialmente pelos próprios poetas/autores é algo que pode ser localizado em vários momentos da história e em diversas partes do mundo. Parte da histo-

2 Não iremos aprofundar a temática decolonial neste artigo, mas achamos sua menção necessária, uma vez que uma das hipóteses relacionadas ao uso dos medievalismos na literatura de cordel do século XIX pelo poeta Leandro Gomes de Barros, não está apenas relacionada com a residualidade colonial, mas também com suas próprias impressões acerca da realidade nordestina que o rodeia.

3 *Studies in Medievalism* - International Society for the Study of Medievalism. <https://medievalisms.org/studies-in-medievalism/>

riografia que se dedica ao tema, refere que a literatura de cordel brasileira possui as suas matrizes na herança deixada pelo processo de colonização portuguesa. Posição defendida por nomes incontornáveis da área da literatura de cordel ou da cultura popular brasileira como Luís da Câmara Cascudo (2012) e Arievaldo Viana (2014). Cascudo, num dos seus trabalhos foca a temática do ambiente cultural de algumas localidades da região Nordeste brasileira, reforça o coro de que o relato oral precede ao texto impresso da literatura de cordel e que essa um traço residual da herança colonizadora lusitana.

Cascudo, que se tornou uma referência para os estudos da literatura popular no Brasil, no *Dicionário do Folclore Brasileiro*, dialoga diretamente com o olhar daquele que foi considerado o primeiro folclorista brasileiro, Sívio Romero que, em 1888, publicava o que seria o primeiro trabalho a articular a literatura de cordel com a história: *Estudos sobre a poesia popular no Brasil*. Nessa obra Romero analisa o que o circundava. o que era considerado por cultura popular. Vemos categorizados elementos como a poesia, o teatro tradicional, jogos infantis e contos populares e, na procura dessas origens, conclui que o “genuíno nacional é o descendente dessas origens” (Romero, 1977). Romero não parece simplificar a sua conclusão em ditar que seria a cultura popular brasileira uma herança de uma nascente ibérica, para tanto embute sobre a questão da mestiçagem étnica e alerta para a necessidade de estudos mais abrangentes que possam atingir a inserção das culturas negras e indígenas no cenário brasileiro.

A historiadora Márcia Abreu, aponta que os primeiros cordéis a atravessarem o Atlântico estavam contidos num conjunto de 250 obras que, em 1769 foram enviadas para a Real Mesa Censória (ABREU, 1999). Entre uma variedade de temas, os títulos mais reproduzidos nos folhetos narravam versões de histórias de *Carlos Magno*, *Bertoldo Bertoldinho e Cascasseno*, *Belizário*, *Magalona*, *Donzela Teodora* e *Paixão de cristo*. Este registo é de extrema importância para o nosso estudo, pois nos traz, pelo menos, duas temáticas que pouco mais de um século depois seriam reproduzidas em forma de cordel:

A história da Donzela Theodora de Leandro Gomes de Barros e *Roldão no Leão de Ouro* de João Melquíades Ferreira da Silva. A partir da obra de Abreu (1999), nota-se um desenvolvimento da estrutura do cordel que teria sido herdada do modelo português, nas cantorias da região nordeste brasileira do século XVIII: as quadras septissilábicas ou simplesmente a setilha. O poeta nordestino que reconta as histórias trazidas da Europa, realiza adaptações que julgava necessárias para a circulação dos folhetos. A autora atenta para as histórias portuguesas serem prolixas e nas versões brasileiras, elas ganham mais adjetivos e entram no formato septissilábico.

Não debateremos neste artigo se o processo de colonização trouxe a cultura da oralidade para a região nordeste, esta afirmação exige um estudo de receção muito maior do que nos cabe neste momento, mas podemos refletir que o hábito de decorar histórias, dos cantos de trabalho, as cantigas de embalar e toda a sorte de narrativas orais trazidas pelos portugueses, se sedimentaram na cultura brasileira, através do costume de cantar e contar histórias, de guardar na memória os acontecimentos da vida cotidiana. Dessa forma, desenvolveu-se pouco a pouco no Brasil, com maior expressão na região Nordeste, uma poesia oral com características peculiares e próprias, a qual Tejo definiria como os primeiros indícios de uma oralidade genuinamente sertaneja. Tal movimento se pronuncia no final do século XVIII na Serra do Teixeira na Paraíba.

A Serra do Teixeira na Paraíba possui especial importância neste trabalho por ser o local de criação do poeta Leandro Gomes de Barros, objeto deste estudo. Orlando Tejo em *Zé Limeira, poeta do absurdo* (1980), percorreu estes vestígios do que seria a origem da literatura de cordel no Brasil e, assim como Cascudo, dá notoriedade para a região da Serra do Teixeira nos finais do século XVIII, iniciando com as rodas de cantoria desenvolvendo o hábito dos “trovadores” locais ao repassar histórias e contos de forma oral. Tal movimento proporcionou notoriedade a dois nomes: Agostinho Nunes da Costa e Romano da Mãe d’água.

O primeiro sem segundo

Leandro Gomes de Barros nasceu na fazenda Melancia, localizada no município de Pombal, alto sertão da Paraíba a 19 de novembro de 1865. Mudou-se para a Serra do Teixeira ainda criança onde é criado e educado por seu tio materno, o clérigo Vicente Xavier de Farias⁴, após Leandro ter ficado órfão. Consideramos este momento da vida de Leandro foi relevante no que toca ao tipo de educação oferecida por seu tio. O poeta teve acesso à uma alfabetização privilegiada para um sertanejo, e uma vida intelectual ativa em Teixeira num local considerado o berço da cultura oral brasileira, tamanha é a quantidade de cantadores e repentistas que se originam deste local.

Tanto a qualidade, quanto a complexidade dos seus versos e, igualmente de seus contemporâneos, nos apresentam um homem cosmopolita, com vivência e erudição, uma imagem diferente do sertanejo que nos foi apresentado a partir dos clássicos da literatura do século XX como nas obras de Ariano Suassuna e Euclides da Cunha. Vemos um homem que teria ido além de uma alfabetização básica e, provavelmente teve acesso a leituras variadas, que iriam das *Escrituras Sagradas* à *História de Carlos Magno e os Doze Pares de França*.

Sua vida adulta foi passada em Pernambuco, residindo nos municípios Vitória de Santo Antão, Jaboatão e na capital Recife. Nas localidades, Leandro foi pioneiro também na distribuição dos seus folhetos. Segundo Vianna, “nada se compara ao tino comercial, ao estro prolífico e a persistência de Leandro Gomes de Barros” (Vianna, 2014), que fez com que “fossem criados pontos de venda em vários Estados brasileiros, fazendo com que sua produção se espalhasse por todo o país, sobretudo nos estados do Norte-Nordeste.”

4 O Padre Vicente Xavier de Farias também foi um líder político influente chegando a eleger-se deputado ainda no tempo da Monarquia. Teria ganhado a antipatia de alguns adversários que lhe dirigiam pesadas críticas através dos jornais da capital da Paraíba do Norte. (Vianna, 2014, p. 37).

Os primeiros registros da sua obra, datam de 1889 e desde então teria vivido e sustentado toda a sua família com o ofício de poeta e publicado um número ainda impreciso de folhetos, mas que segundo a Academia Brasileira de Literatura de Cordel tal número estaria por volta dos 600 cordéis produzidos e mais de mil reedições.

A exemplo de como a obra de Leandro Gomes de Barros foi referenciada noutras manifestações da cultura nordestina do século XX, temos a obra teatral de Ariano Suassuna, *O Auto da Compadecida* de 1955, em que o autor se apropriou livre e abertamente de dois folhetos de Leandro: *História do cavalo que defecava dinheiro* e *O Dinheiro ou o Testamento do cachorro*, ambos publicados no início do século XX.

O sertão “Medieval”

E onde estariam os medievalismos na obra de Leandro Gomes de Barros? Não é preciso muito para adentrarmos neste universo criado pelo autor, selecionamos as fontes a seguir como exemplo de como o “maravilhoso medieval” é apropriado por Leandro nos seus versos, seja reproduzindo histórias já existentes na literatura portuguesa ou criando as suas próprias, baseadas certamente da assimilação de leituras realizadas ao longo da vida:

- *A Força do Amor*
- *Batalha de Ferrabraz com Oliveiros*
- *Branca de Neve e o soldado Guerreiro*
- *História da Donzela Theodora*
- *História de João da Cruz*
- *História de Juvenal e o Dragão*
- *O Filho de Juvenal e o dragão vermelho*
- *O Reino da Pedra Fina*
- *O Soldado Francês ou o baralho sagrado*
- *Os Martírios de Genoveva*

Como já mencionado, a partir dos folhetos de Leandro, pode-se ter uma ideia de que tipo de leituras o autor já fez para depois as utilizar nas suas composições. Ao referirmos que o cordel de Leandro é uma herança do passado colonial, calcado no termo desenvolvido por Hilário Franco Júnior, estabelece-se que as questões identitárias do Brasil estão relacionadas com o que seria o processo de gestação e não somente ao seu “nascimento” no ano de 1500 (Franco Junior, 2008). Essa gestação teria genes diretos como a idade média portuguesa e seria quase impossível que ela não fosse trazida para o novo mundo.

Em consonância com os trabalhos de Franco Júnior, temos a chamada teoria da residualidade (Pontes, 2013), sistematizada pelo professor Roberto Pontes ao trabalhar elementos do passado (resíduos), representados fora da sua temporalização. O contato deste resíduo com outro contexto social e temporal, geraria uma atualização do seu sentido que seria reconhecido como uma forma de cristalização. Pontes ainda parte do pressuposto que, a residualidade está presente em quase tudo o que se concentra tanto na cultura quanto na literatura. Contudo, podemos interpretar diferentes formas de como a cultura medieval se foi cristalizando em algo novo ao longo da história. Entretanto, o que vemos na obra de Leandro pode ser compreendido como uma apropriação direta, uma vez que ele inicia reproduzindo narrativas conhecidas da literatura lusitana tal ato ainda não era algo tão usual entre os cordelistas. Como exemplo desta apropriação, vemos o folheto *A História da Donzela Teodora*:

“Fazia gosto se ouvir
Esta donzela falar
Dizia cousas tão certas
Que fazia admirar
Até os sábios da Grécia
Não lhe podiam passar”

“Mas como as cousas do mundo
São incertas e duvidosas
O mercador vem cair
Em condições horrorosas
Em um só dia perdeu
Fazendas, joias custosos”

A narrativa portuguesa da *História da Donzela Teodora*, remonta ao século XVIII e, segundo a professora Francisca Neuma Fachine Borges (2000), o folheto português consta como traduzido por Carlos Ferreira e, possivelmente, uma versão castelhana do século XIII que sobreviveu ao longo dos séculos pelo imaginário coletivo e oralidade. Na versão em cordel, Leandro faz questão de nos informar que leu a obra e a recriou em versos.

“Caro leitor, escrevi
Tudo que no livro achei
Só fiz rimar a história
Nada aqui acrescentei
Na história grande dela
Muitas coisas consultei”

Tomando como exemplo o trecho acima, vemos como Leandro ressalta que não fez qualquer alteração à narrativa original selecionada. Apenas transformou numa literatura rimada e apresentada em formato de literatura de cordel. É interessante como o autor faz questão de dizer que realizou “muitas consultas”, o que nos faz perceber um certo grau de valorização dos seus esforços intelectuais para que não haja dúvida de que o poeta teve acesso à narrativa original, demonstrando assim seu eruditismo. A prática de expor na sua própria obra o nome e a quantidade de leituras que foram feitas para a produção dela, era comum na literatura medieval, como demonstração de eruditismo da parte do autor. Vemos na obra de Leandro

mais de uma forma de apropriação de medievalismo: a primeira, na escolha da temática que, apesar de editada no século XVIII, a história possui referências de uma estética medievalista endossada pela ideia de construção da idade média que traduz o que são os medievalismos (princesas, castelos, reis..) a segunda forma de apropriação de medievalismo, seria pela prática de apresentar ao leitor seu eruditismo e refinamento intelectual ao narrar que o próprio teria estudado e feito muitas pesquisas para produzir tal obra.

Podemos pensar que na literatura de Leandro essa apropriação se dá pelo uso de elementos comumente relacionados ao período medieval. Não dispensamos aqui a ideia de cristalização da residualidade colonial, uma vez que Leandro só teve acesso à estas leituras graças à sua educação dada por seu tio (padre) que também pode ser entendida como uma residualidade colonial. Ou seja, temos uma cultura religiosa que se herda do processo colonial, se transforma a partir das condições locais, tais como relativo isolamento geográfico e problemas económicos ambientais, propiciando um campo para manutenção do catolicismo popular (Boyer, 2008), que se estabelece na cultura local, mas também enfatiza o desenvolvimento do sincretismo religioso com práticas messiânicas, ritos e crenças variadas, mas que acabam por manterem a base cristã.

Dentro deste diálogo, é importante ressaltarmos o trabalho de alguns teóricos que fazem uma crítica a este tipo de apropriação como uma forma de imperialismo ou manutenção do pensamento colonial. Caso da historiadora inglesa Nadia Altschul (2009), que na obra *Medievalisms in the Postcolonial World: The Idea of "the Middle Ages" Outside Europe (Rethinking Theory)*, explora a relação entre os medievalismos e a teoria pós-colonial, utilizando como exemplo os Estados Unidos, África, Índia e América Latina e neste caso menciona os medievalismos encontrados Brasil como exemplo da aplicação da teoria

Conclusão

Ao trabalharmos com os possíveis resíduos medievais presentes na cultura literária da região nordeste do século XIX, compreendemos que esta forma de medievalismo, nos diz mais sobre o século XIX do que propriamente sobre idade média. O poeta Leandro Gomes de Barros, apresentado neste ensaio como um exemplo desta prática, possui um historial que inclui eruditismo oriundo de uma cultura religiosa e através desta criação, mais o contato que tem com cantadores populares da Serra do Teixeira, o autor a desenvolve sua poesia que une referências aos romances de cavalaria ao meio sociocultural o qual pertence. Podemos propor que a obra de Leandro não precisa de ser entendida apenas como uma herança colonial, mas como uma apropriação direta e intencional que acaba por moldar boa parte da estética da literatura de cordel das gerações posteriores. Entendemos que tal fato foi possível, uma vez que o conteúdo de suas narrativas já fazia parte do cotidiano de seus recetores (leitores), justificando a reprodução de tais obras de alta circulação com estas temáticas. Na prática entendemos que o maravilhoso medieval encontrou no sincretismo religioso da região nordeste um solo fértil para seu desenvolvimento e propagação.

Referências bibliográficas

Abreu, M. (1999). *Histórias de cordéis e folhetos*. Campinas. Mercado de Letras. Associação de Leitura do Brasil.

Boyer, P. (1993). *A brief history of the end of time: the roots of David Koresh's millennialism are planted deep in American soil*. *New Republic*.

Borges, F. N. F. (2000). *Literatura de cordel viva en Brasil; normas para la cacalogación de textos de cordel*.

Cascudo, L. C. (2012) *Literatura Oral no Brasil*. Global Editora.

Franco Junior, H. (2008). *Raízes medievais do Brasil*. *Revista USP*. <http://www.revistas.usp.br/revusp/article/view/13680/15498>.

Holanda, S. B. (2006). *Raízes do Brasil*. Companhia das Letras, Edição comemorativa de 70 anos.

Davis, K & Altschul, N, (eds) (2009). *Medievalisms in the Postcolonial World: The Idea of "the Middle Ages" outside Europe*.

Le Goff, J. (1979). *Para um novo conceito de idade média: Tempo, trabalho e cultura do ocidente*. Editora Estampa, Coleção Nova História.

Pontes, R. (2013). *A Teoria da residualidade como abordagem literária: Uma breve análise de Marília de Dirceu*. Revista Entrelaces, Ano III, n. 1, julho, ISSN: 1980-4571. <https://www.scribd.com/document/379352809/artigo-teoria-da-residualidade-em-marilia-de-dirceu-Roberto-Pontes-pdf>

Romero, S (1977). *Estudos sobre a poesia popular do Brasil*. Coleção Dimensões do Brasil 2. ed. Petrópolis.

Vassalo, L. (1993). *O Sertão Medieval: origens europeias do teatro de Ariano Suassuna*. Francisco Alves.

Vianna, A. (2014). *Leandro Gomes de Barros: o mestre da literatura de cordel-vida e obra*. Fundação Sindicato dos Fazendários do Ceará. Ed. Queima Bucha.

Tejo, O. (1980). *Zé Limeira, poeta do Absurdo*. 5 ed, Senado Federal.

**Controlo colonial e empoderamento social no
romantismo brasileiro: a mulher escrava nos contos
de Maria Firmina dos Reis e Machado de Assis**

Jeissyane Furtado da Silva¹

Resumo

Este artigo propõe um estudo sobre a representação de personagens femininas, mecanismos de controlo escravocrata e da construção do empoderamento feminino nas narrativas *A escrava* e *Mariana*, de Maria Firmina dos Reis e Machado de Assis, a partir dos postulados teóricos dos Estudos Literários, Históricos e os de Raça e Género.

Palavras-chave: Escravidão, Mulher escrava, Romantismo brasileiro.

Abstract

This article proposes a study about the representation of female characters, mechanisms of slave control and the construction of female empowerment in the narratives *The Slave* and *Mariana*, by Maria Firmina dos Reis and Machado de Assis, from the theoretical postulates of Literary, Historical and Race and Gender Studies.

Keywords: Slavery, Slave woman, Brazilian romanticism.

Introdução

Impulsionados pela estética da Revolução Francesa e os ideais burgueses, a escrita oitocentista, tanto romântica como realista, prevê a articulação da ideia de liberdade, seja pelas temáticas, as representações sociais ou, meramente, a possibilidade de escrita como resistência e transposição aos estigmas e preconceitos sociais, marcados pelo colonialismo, patriarcalismo e escravismo. Nesta premissa, de modo a compreender os procedimentos estilísticos de escrita de Maria Firmina dos Reis e Machado de Assis, escritores negro-brasileiros, procuramos entender os processos coloniais que controlam os corpos femininos nos contos românticos dos autores.

Por meio da escrita literária, enquanto ferramenta linguística, artística e cultural, observamos como as personagens, a seu modo, vão resistindo aos processos coloniais. Joana, personagem de *A escrava*, devido à sua condição de escrava, padece à loucura, melancolia e aprisionamento que marcam a sua história, (des)configurando-a como sujeito, impedida, inclusive, de ser mãe. E, desta forma, ao marcar a sua narrativa, evidencia e define o negro como sujeito. Assim, ainda que sob motivações diferentes, Mariana, personagem do conto homônimo, também se condiciona na mesma circunstância e, não se abstendo das suas vontades e desejos, escolhe a morte a fim de ser um sujeito livre.

Tais personagens, de acordo com o processo de escrita de seus autores, forjam representações e novos olhares ao personagem negro, em suas complexas personificações, dispondo de discussões sobre o controle colonial dos corpos femininos, como propomos nesta análise. Tendo em vista este facto, procuramos refletir sobre o processo de resistência e de empoderamento social por meio da prática literária, enquanto prática linguística, social e cultural. *A escrava* e *Mariana* surgem, nesta proposta, como instrumentos de ressignificação da vivência do Brasil oitocentista e, mais do que isso, uma reconstituição das figuras históricas encenadas na Literatura Brasileira.

Escrita e resistência literária na produção artística brasileira do século XIX

Ao longo do século XIX, entre narrativas de escravos e romances de teor abolicionista, obras literárias representaram a escravidão, suas vítimas e seus algozes, concebendo estereótipos sobre o negro e as suas relações socio-culturais, que vingam em ideias contemporâneas. Diante de discursos abolicionistas e escravocratas, a literatura romântica e realista brasileira abordou os factos e as ações que atravessaram o século, desde as leis emancipatórias às mudanças decorrentes da Lei Áurea (1888).

Não obstante, esta prática é reflexo das possibilidades que a escrita setecentista e oitocentista permitiram aos sujeitos, seja por uma acessibilidade à publicação por meio dos jornais, seja pelas discussões filosóficas e sociais em torno do homem burguês ou, ainda, por conta das inspirações revolucionárias. É neste contexto, portanto, que o negro e a mulher começam a escrever, seja para expor novas tendências estilístico-artísticas, seja para denunciar as mazelas sociais aos quais determinados sujeitos estão condicionados.

Neste âmbito, a escrita literária negra dá os primeiros passos, desde narrativas de escravos, como a de Frederick Douglass e Mahommah Gardo Baquaqua, às que serão produzidas por sujeitos livres. Quando propomos um estudo comparativo entre Machado de Assis e Maria Firmina dos Reis, sujeitos livres, mas marcados por suas racialidades, devemos, primeiramente, refletir sobre o silenciamento e o apagamento racial a que estiveram condenados.

Por meio dos seus textos, foram sagazes em representar o escravizado e a escravidão, criticando, cada um à sua maneira, os comportamentos coloniais e escravizadores, bem como os argumentos que ainda legitimavam a vigência do sistema no Brasil, pautados em costumes imperialistas e, em muitos momentos, legitimados por uma “superioridade” racial com fins religiosos. Constroem, desta forma, aquilo que chamamos de **abolicionismo**

poético, quando temos uma prática literária que entoa discursos abolicionistas e anti-escravocratas, dispondo de figuras e temas específicos, como a maternidade, a morte, o amor multirracial e a liberdade.

Vale dispor que esses conceitos foram traduzidos em suas complexidades, entendendo, como defende Keila Grinberg e Sue Peabody (2013), que nem sempre se fazia antónimos, assumindo várias camadas de interpretação e adequamento social. Neste sentido, por exemplo, não podemos dizer que a abordagem sobre liberdade se deu da mesma forma nas obras de Maria Firmina dos Reis, Luiz Gama, Machado de Assis, Cruz e Sousa e Lima Barreto. Enquanto escritores negro-brasileiros marcados pela presença ou sombra da escravidão, dispuseram de diferentes olhares sobre a liberdade, seja por entenderem que estava além das marcas da algema, seja porque eram necessários suportes sociais e psicológicos aos efeitos da escravidão.

Através de diferentes olhares e concepções aos sistemas e aos sujeitos que lhe estavam condicionados, usaram a literatura como ferramenta de **reescrita** da história, tomando o poder do verbo em torno de um **empoderamento**:

É impossível falar sobre a história única sem falar sobre poder. Existe uma palavra em igbo na qual sempre penso quando considero as estruturas de poder no mundo: nkali. É um substantivo que, em tradução livre, quer dizer 'ser maior do que outro'. Assim como o mundo econômico e político, as histórias também são definidas pelo princípio de nkali: como elas são contadas, quem as conta, quando são contadas e quantas são contadas depende muito de poder (Adichie, 2009, p. 16).

Consoante à proposta barthesiana (2013) sobre a linguagem, a compreensão da possibilidade de reescrita de si e do mundo, por meio da literatura, leva ao entendimento de como dois escritores brasileiros se empoderaram e tentam reescrever os seus mundos por meio da palavra.

Atravessados pela experiência jornalística, Maria Firmina dos Reis e Machado de Assis produzem literatura e crítica nos jornais maranhenses e cariocas, veiculando e difundindo a prática da escrita no norte e no sul do país. Começando pela escritora brasileira Maria Firmina dos Reis, ainda não tão conhecida como aquele que é consagrado como o maior literato do Brasil e um dos mais importantes da literatura em língua portuguesa, nascida em São Luís, é uma romancista, poetisa, folclorista, jornalista e professora maranhense, filha de uma escrava forra e de um fidalgo, foi criada por um familiar materno com considerável acesso à educação. Desde logo, a escritora adentrou no magistério, lecionando nos anos iniciais e, desta forma, ingressando no campo das letras.

Até aos 92 anos de vida, Maria Firmina dos Reis teve uma ampla produção literária à qual temos acesso, destacando *Úrsula* (1859), considerado o primeiro romance abolicionista da língua portuguesa e o primeiro romance a ser publicado por uma mulher no Brasil (Duarte, 2017); os contos *A escrava* (1887) e *Gupeva* (1871/1872), a coletânea de poesias *Cantos à beira-mar* (1872), bem como a outros textos que foram publicados em jornais e outras, como o *Parnaso maranhense*, a título de exemplo.

Sua escrita, de caráter essencialmente romântico, se estrutura em torno de uma estilística clássica com temas modernos sobre o Brasil e a sua proposta ao brasileiro. Tece, em seus textos, uma emancipação política através de críticas ao imperialismo e as práticas colonizadoras que despersonalizam os sujeitos colonizados, principalmente na figura do indígena, do negro e da mulher. Nos seus textos, tem, talvez, uma das figuras mais humanizadoras do negro na literatura romântica brasileira, o que talvez ocorra pela perspectiva e pela experiência que a própria escritora tenha tido com escravizados e pela sua condição histórica.

Em Túlio, Antero, Suzana, Gabriel e Joana, Maria Firmina dos Reis apresenta diferentes sujeitos marcados pela racialidade, onde desconstrói discursivamente os estereótipos até então tecidos nas obras literárias.

Não obstante, se construiu a trajetória e o percurso literário de Machado de Assis, escritor mulato da segunda metade do século XIX, da cidade do Rio de Janeiro. Por vezes definido como “falso mulato” ou “escritor que não versou sobre a sua raça”, o *Bruxo do Cosme Velho* representou as relações coloniais e escravocratas de um Brasil burguês, onde os comportamentos demonstram a consolidação e os efeitos de tal pensamento.

Tal construção é visível na relação entre Brás Cubas e Prudêncio, em *Memórias Póstumas de Brás Cubas* (1881), que além de versar sobre a relação escravocrata, dispõe sobre os efeitos psicológicos e as percepções sociais de tal facto. Considerado o maior escritor que a Literatura Brasileira já teve, Machado de Assis se consagrou como romancista, tradutor, poeta, contista, cronista e crítico literário, tecendo e construindo performances de um Brasil em desenvolvimento. Entre as já mencionadas, as suas obras mais conhecidas são, dentre as já mencionadas, *Dom Casmurro* (1889), *Quincas Borba* (1891), *O alienista*, *A cartomante* (1884), *Helena* (1876) e *Pai contra mãe* (1906), sendo este último o texto mais conhecido quanto à representação do negro e da escravidão.

Com uma escrita que vai amadurecendo conforme a transição do Romantismo ao Realismo, Machado de Assis tece brilhantemente a vida social e o comportamento burguês do Rio de Janeiro, se apropriando de mecanismos de linguagens e de estratégias narrativas e discursivas para construir personagens e lugares ainda próprios e pertinentes para o Brasil. Assim, através da linguagem literária, Maria Firmina dos Reis e Machado de Assis constroem um abolicionismo poético, ao entoar discursos e criticar comportamentos sociais que denunciam a falência do sistema escravocrata.

Em *A escrava* e *Mariana*, além de versar sobre a escravidão, refletem sobre o corpo feminino submetido a esse sistema, bem como os temas que lhe são oriundos. Consoante a perspectiva de Sidney Chalhoub sobre a prática literária associada à escravidão e à proposta que apresentamos neste artigo, entendemos que:

Aqui, como alhures na escravidão atlântica, a imaginação literária parecia capturada pela questão do sofrimento da mãe escrava, da separação violenta de mães e filhos em função do tráfico negreiro, de atos de compra e venda, de partilha de bens, de hipotecas e demais transações pertinentes à instituição (Chalhoulb, 2018, p. 670).

Por ora, cientes da trajetória de seus escritores, os contos mencionados nos levam a pensar, como a resistência se fundamenta diante da crítica artístico-literária à sociedade brasileira, que se define como objeto de estudo da literatura firminiana e machadiana.

Mariana e A escrava: colonialismo e controlo dos corpos numa leitura às personagens femininas dos contos

A linguagem literária, por seu caráter mimético, nos leva a refletir sobre a sociedade em seus diferentes aspectos. Em *O direito à literatura* (1988), Antonio Candido elabora a defesa da literatura como um direito incompreensível, necessário à formação do sujeito e àquilo que o teórico vai entender por *humanização*. Diante disso, quando propomos uma investigação aos contos *Mariana e A escrava*, procuramos investigar os procedimentos coloniais, o controlo dos corpos femininos e os mecanismos de resistências, mas, além disso, pretendemos compreender como podemos ressignificar a escrita e a sociedade oitocentista brasileira.

Neste sentido, cabe dispor que os contos trabalhados foram publicados antes da Lei Áurea, quando o sentimento e as pautas abolicionistas efervesciam nas capitais brasileiras. A falácia do sistema escravocrata frente ao reconhecimento do negro como sujeito, impulsionado pela massiva participação de escravizados na Guerra do Paraguai em troca de liberdade, foram instaurando um clima abolicionista no país, culminado nas leis que vinham prevendo o fim ou, pelo menos, a desarticulação do sistema escravocrata no país, que foi o último a abolir a escravidão na América.

Ora, *Mariana* é um conto de Machado de Assis, publicado no *Jornal das Famílias*, em janeiro de 1871. Diante de uma narratividade autodiegética, são apresentadas as recordações de Macedo, de um **amor** platônico vivenciado por Mariana, a criada da casa que era apaixonada por ele. No conto, observa-se como a transição da escrita romântica machadiana foi cedendo espaço para a escrita realista, dado o modo como o narrador vai construindo, através do olhar e do caráter de Macedo, as visões sobre Mariana, enquanto sujeito complexo, humano e dotado de vontades. O enredo, portanto, acompanha as aflições da personagem feminina que adoece e padece diante de um amor impossível, dadas as circunstâncias sociais aos quais estão inscritos, preferindo a morte a não ter o seu amado.

Publicado no terceiro número da *Revista Maranhense*, em 1887, no auge da campanha abolicionista, *A escrava* dispõe, diante de uma pluralidade narrativa sobre a história de Joana, uma escrava que está em fuga, e o seu filho Gabriel. Na narrativa, de claro teor abolicionista, a voz é cedida aos afrodescendentes para denunciar os horrores da escravidão, que os desumaniza enquanto sujeitos, os impedindo, inclusive, de exercer laços familiares e de ter direitos básicos, como o direito à morte. Nos dois contos, ainda que diante de narratividades distintas, pontos cruciais vão se fundindo, como a relação servil dos escravos da casa e do campo ou da morte como **resistência** e **solução** aos horrores da escravidão.

Mariana, enquanto criada da casa, sempre perto, era considerada **quase como se fosse da família**, discurso ainda vigente nas famílias brasileiras, tendo recebido as mesmas regalias e os mesmos tratamentos dos familiares:

- Chamava-se Mariana, continuou ele alguns minutos depois, e era uma gentil mulatinha nascida e criada como filha da casa, e recebendo minha mãe os mesmos afagos que ela dispensava às outras filhas. Não se sentava à mesa, nem vinha à sala em ocasião de visitas, eis a diferença; no mais era como se fosse pessoa livre, e até minhas irmãs tinham certa afeição

fraternal. Mariana possuía a inteligência da sua situação, e não abusava dos cuidados com que era tratada. Compreendia bem que na situação em que se achava só lhe restava pagar com muito reconhecimento a bondade de sua senhora (Assis, 2015, p. 5310).

Da mesma forma como veremos em *A escrava*, as noções de servidão e liberdade vão sendo questionadas. Liberdade não é estar somente fora dos grilhões da escravidão, é ser efetivamente livre e independente do seu senhor, é não manter qualquer marca de servidão com os seus (antigos) senhores. O que difere, no entanto, Mariana de Joana são os lugares que ocupam na órbita do sistema escravocrata: ser escrava da casa interpela visões, olhares e significados distintos na relação entre senhor e escravo. Ao contrário da personagem machadiana, Joana é a negra maldita, louca, que a todo momento está fugindo do seu senhor:

- Maldita negra! Esbaforido, consumido, a meter-me por estes caminhos, pelos matos a procura da preguiçosa... Ora! Hei de encontrar-te; mas, deixa estar, eu te juro, será esta derradeira vez que me incomodas. No tronco... no tronco: e de lá foge!

Então, perguntei-lhe, aparentando o mais profundo indiferentismo, pela sorte da desgraçada, - foge sempre?

- Sempre, minha senhora. Ao menor descuido foge. Quer fazer acreditar que é doida.

- Doida! Exclamei involuntariamente, e com acento que traía os meus sentimentos.

Mas o homem do azorrague não pareceu reparar nisso, e continuou:

- Doida... doida fingida, caro te há de custar (Reis, 2018, p. 167).

Destarte, as duas mulheres são a todo momento controladas pelos discursos coloniais, sejam estes pautados pela violência, como é o caso de Joana, ou pela cordialidade, como é o caso de Mariana. Abordar essas duas narratividades dispõe uma escrita compromissada em denunciar os diver-

os âmbitos do discurso colonialista e escravocrata, pois “ser criado como se fosse da família” denuncia a perversidade da cordialidade como projeto político-ideológico dos senhores de escravos.

Submetidas a um controle de corpos, as personagens, cada uma à sua maneira, resiste ao sistema escravocrata e denuncia os seus algozes:

Ela recolheu-se por algum tempo, depois tomando-me as mãos, beijou-as com reconhecimento. – Ah! Se pudesse, nesta hora extrema ver meus pobres filhos, Carlos e Urbano!... Nunca mais os verei! Tinham oito anos. Um homem apeou-se à porta do Engenho, onde juntos trabalhavam meus pobres filhos – era um traficante de carne humana. Ente abjeto, e sem coração! Homem a quem as lágrimas de uma mãe não podem comover, nem comovem os soluços do inocente. Esse homem trocou ligeiras palavras com meu senhor, e saiu. Eu tinha o coração oprimido pressentia uma nova desgraça. A hora permitida ao descanso, concheguei a mim meus pobres filhos, extenuados de cansaço, que logo adormeceram (Reis, 2018, p. 170).

A morte que sucede a narratividade de Joana determina a importância de verbalizar, por meio da escrita ou da oralidade, as dores de um sistema escravocrata que a impediu de ser concebida como sujeito, seja por ter tido a sua liberdade violada ou por os seus filhos serem vendidos a um “traficante de carne humana”. No caso de Mariana, vendo que a liberdade da condição de escrava não é suficiente para se conceber como sujeito, a morte é uma alternativa ao amor que jamais será correspondido, independentemente do quão puro e heroico seja este sentimento:

Mariana parecia disposta a sofrer tudo dos outros, contanto que obtivesse a minha compaixão. Compaixão tinha-lhe-eu; mas não lho manifestava, e era esse todo o mal [...]

- Pouco importa, disse ela; estou disposta a tudo.

- A matar-te, talvez? perguntei eu.

- Talvez, disse ela sorrindo melancolicamente; confesso-lhe até que a minha intenção era morrer na hora do seu casamento, a fim de que fossemos ambos felizes, - nhonhô casando-se, eu morrendo (Assis, 2015, p. 5332).

Considerações Finais

A escrita abolicionista, entoada por artistas brasileiros, da literatura à pintura, personificam e expõem os controles e os mecanismos coloniais com os corpos colonizados e subalternos, dispendo de uma resistência e de um empoderamento social que parte de dois âmbitos: da própria escrita e manifestação linguística aos procedimentos adotados na discursividade dos textos.

Neste estudo comparativo entre *Mariana* e *A escrava*, dado os objetivos traçados no artigo, observamos como tais procedimentos se vão construindo, de modo a compreender como temas comuns a essas obras e personagens tecem um **abolicionismo poético**, enquanto possibilidade de resistência e de empoderamento social face aos dilemas e às consequências da colonização, do patriarcalismo e da escravidão.

Referências

- Adichie, C. N. (2019). *O perigo de uma história única*. Companhia das Letras.
- Assis, M. (2015). "Mariana". In *Machado de Assis. Obra Completa*. Nova Fronteira.
- Barthes, R. (2013) *Aula: aula inaugural da cadeira de semiologia literária do Colégio de França, pronunciada dia 7 de janeiro de 1977*. Cultrix.
- Candido, A. (2011). *Vários escritos*. 5. ed. Ouro sobre azul.
- Chalhoub, S. (2018). "Literatura e Escravidão". In L. M. Schwarcz e F. S. Gomes, F. S. (orgs). *Dicionário de escravidão e da liberdade: 50 textos críticos*. Companhia das Letras.
- Duarte, E. A. (2017). "Maria Firmina dos Reis, mulher do seu tempo e do seu país". In M. Reis, *Úrsula*. 6. ed. PUC Minas.

Grinberg, K., Peabody, S. (2013). *Escravidão e liberdade nas Américas*. Editora FGV.

Reis, M. F. (2018). *Úrsula e outras obras*. Câmara dos Deputados; Edições Câmara.

Silva, J. F. (2021). “Abolicionismo poético em narrativas afrodescendentes”. *Macabéa - Revista Eletrônica do NETLLI*, v. 10, n. 6, 115-130.

Territorialidades e linguagem em corpo de baile, de João Guimarães Rosa

Maria Schtine Viana¹

Resumo

Através deste ensaio, pretende-se abordar a territorialidade na obra de João Guimarães Rosa como um espaço empírico, construído por meio da linguagem. Nesse sentido, destacaremos espaços reais e simbólicos, onde se desenvolvem as sete narrativas de *Corpo de baile*, para estabelecer uma relação entre espaço, tempo e linguagem.

Palavras-chave: João Guimarães Rosa, espaços, tempo narrativo, linguagem.

Abstract

With this essay, we intend to approach territoriality in the work of João Guimarães Rosa as an empirical space, built through language. In this sense, I will highlight real and symbolic spaces, Where the seven stories of *Corpo de baile* are developed, to establish a relationship between space, time and language.

Keywords: João Guimarães Rosa, spaces, narrative time, language.

1 Doutoranda no Departamento de Estudos Portugueses da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade NOVA de Lisboa (FCSH-UNL). Membro colaborador do Instituto de Estudos de Literatura e Tradição, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade NOVA de Lisboa. Bolseira de doutoramento da Fundação para a Ciência e a Tecnologia (FCT).

Introdução

O método analítico proposto pelo filósofo brasileiro Benedito Nunes pressupõe uma correlação entre as partes e o todo, tendo em mente que o entendimento das partes esclarece o todo.

A interpretação é, pois, circular, implicando um movimento de vaivém das partes do todo previamente compreendido: o intérprete [...] trabalha dentro de um círculo – o círculo hermenêutico, onde já se encontra quando inicia a exegese e do qual não sai quando termina; os conceitos elaborados no curso da interpretação retificam, ampliam ou corrigem, em benefício do correto entendimento do sentido, a compreensão liminar da qual se partiu” (Nunes, 1998, p. 90).

Nesse sentido, é preciso que o intérprete se movimente dentro do círculo hermenêutico, com base numa leitura prospectiva que o faça apreender, retrospectivamente, o processo formativo do que quer analisar. Para a análise que aqui se propõe, é necessário ter sempre em mente que a concepção original de João Guimarães Rosa era construir um sistema fechado, com “nove novelas labirínticas”, da qual resultaram duas obras distintas: o conjunto de sete narrativas, que compõem *Corpo de baile* e o romance *Grande Sertão: veredas*, lançadas no ano de 1956.

Partindo dessa ideia, de que só se pode compreender o detalhe em função do todo e que a análise do particular pressupõe a apreensão do conjunto, e em concordância com Gérard Genette (1972), quando defende que a “Nossa linguagem é toda tecida de espaço” (p. 105), neste artigo abordaremos a territorialidade sertaneja rosiana como um espaço empírico, construído por meio da linguagem. Nesse sentido, destacaremos resumidamente espaços reais e simbólicos, onde se desenvolvem as sete narrativas de *Corpo de baile*, para, em seguida, analisar como se constrói a relação entre tempo, espaço e linguagem nesse conjunto.

Na primeira vereda, os verdes buritis

Conforme apontado por Rosa, em carta destinada ao seu tradutor italiano, na primeira narrativa de *Corpo de baile* já estaria configurado um plano geral da obra:

A primeira estória, tenho a impressão, contém, em germes, os motivos e temas de todas as outras, de algum modo. Por isso, é que lhe dei o título de “Campo geral” – explorando uma ambiguidade fecunda. Como lugar, ou cenário, jamais se diz um campo geral ou campo geral, este campo geral; no singular, a expressão não existe. Só no plural: “os gerais”, “os campos gerais”. Usando, então, o singular, eu desviei o sentido para o simbólico: o de plano geral (do livro) (Rosa, 2003, p. 93).

Portanto, já na primeira novela de *Corpo de baile* tem-se a delimitação do lugar, ou cenário, ou plano geral, onde serão entretecidas também as demais estórias, que podem ser lidas de maneira interdependente, mas que, como visto, de acordo com a proposta original do escritor, fazem parte de um projeto literário, no qual as sete estórias compõem um todo. É justamente a partir da apreensão desses diferentes lugares ou cenários que as estórias são narradas.

Em “Campo Geral”, grande parte do narrado ocorre no espaço da casa, onde o menino Miguilim mora na companhia da mãe, do pai, dos irmãos, Dito e Tomezinho, e das irmãs, Chica e Drelina. Além deles, outros agregados são incorporados neste núcleo, ainda que ocupem espaços anexos à casa central. Caso de mãe Tina, uma velha negra, ex-escravizada, que tem papel fundamental por conseguir, por meio de um ritual mágico, que mais lembra uma brincadeira infantil, acolher Miguilim durante o luto que vive em decorrência da morte do irmão Dito. Por ali transita também Rosa, a cozinheira, que desse lugar da casa estabelece com as crianças e os animais domésticos relações de afeto e proteção, comumente negadas pelos progenitores, como ditavam as regras da educação à época, onde imperavam os cas-

tigos físicos e morais. Trata-se, portanto, de uma estrutura familiar bastante comum no Brasil do sertão mineiro do início do século XX.

Nesta primeira narrativa já se percebe que o enfrentamento linguístico proposto por Rosa está intrinsecamente ligado ao universo do sertanejo, quer seja por retratar personagens inspiradas nos habitantes do sertão; quer seja por descrever e destacar a natureza representada por animais de estimação ou pelos que são caçados, como tatus, coelhos, capivaras e tamanduás. A flora também é descrita em várias situações, com evidência para o Buriti, palmeira emblemática, vegetação importante para a economia de subsistência, mas também símbolo de poder econômico e sexual.

“*Ja haver uma festa*” na segunda vereda

A segunda novela, “Uma estória de amor”, decorre durante os três dias de festa organizada no mês de maio, para marcar a inauguração de uma capela para Nossa Senhora do Perpétuo Socorro, erguida nas proximidades do local onde fora enterrada a mãe de Manuelzão, dona Quilina, para honrar a sua memória.

Já com sessenta anos, “espécie de começo de metade de terminar”, metera o boiadeiro Manuelzão na cabeça o desejo de “assentar casa”. “Seus homens, mais ou menos velhos conhecidos, com ele vindos do Maquiné, para apego de companhia não bastavam? Ele calculava que não” (Rosa, 1956, p. 146). Portanto, reúne em torno de si uma família tardia, composta pelo filho Adelço, a nora Leonísia, o irmão dela, Promitivo, e os sete netos. A esse núcleo familiar juntar-se-á o velho Camilo, personagem que ganha grande importância no decorrer de toda a narrativa, não só devido ao papel de contador de estórias que desempenha, mas por ser uma espécie de duplo do próprio Manuelzão.

O lugar escolhido pelo velho boiadeiro para assentar pouso no Samarra, não fora casual, pois ali havia um riachinho. Os sertanejos têm pleno

conhecimento das potencialidades produtivas de cada espaço dos sertões secos. Vinculado a uma cultura peculiar, cada grupo humano tem a sua própria especialidade no terrão que lhe cabe. Uns são vaqueiros, outros agricultores nas regiões alagadiças, os brejos. Há também os veredeiros, pessoas que trabalham nas ilhas de umidade, as veredas, que pontilham a aridez dos sertões. E, acima de tudo, cada um se esforça para conservar a água, a fim de aguentar os duros meses de estiagem. Portanto, não foi por acaso a escolha do local para construção da sede da casa por Manuelzão, nas terras adquiridas por seu patrão, Federico Freyre, de onde partirá depois da festa para tanger uma boiada.

Um recado cifrado na terceira vereda

“Sem que bem se saiba, conseguiu-se rastrear pelo avesso um caso de vida e de morte, extraordinariamente comum, que se armou com o enxadeiro Pedro Orósio (também acudindo por Pedrão Chãbergo ou Pê-Boi, de alcunha), e teve princípio e fim, num julho-agosto, nos fundos do município onde ele residia” (Rosa, 1956, p. 201).

Assim começa essa estória, com um proêmio que apresenta a personagem, o lugar, o tempo e o enredo. O protagonista conduz uma pequena comitiva pelo sertão, composta por um naturalista, um frade, o filho de um fazendeiro e o tropeiro Ivo Crônico se juntará ao grupo durante o percurso.

Contudo, se o resumo da história é dado já nas primeiras linhas, Rosa retoma as seguintes palavras que Paulo Rónai escreveu em 1956, para localizar seu tradutor italiano:

“Em *O recado do morro*, testemunha-se a gênese de uma canção que se cristaliza imperceptível e acessoriamente no decorrer de uma expedição científica. Brotada de um germe caído no perturbado espírito de um louco, alimentada e desenvolvida pela colaboração ocasional de outros lunáticos, acaba nas mãos de um brado popular que lhe dá forma e sentido” (Rosa, 1994, p. 61).

A viagem tem início na região de Cordisburgo, nas proximidades da gruta do Maquiné: “Gruta tão inesperada de grande, com seus sete salões encobertos, diversos, seus enfeites, de tantas cores e tantos formatos de sonho” (Rosa, 1956, p. 399). A pequena comitiva percorre o caminho até Goiás e depois retorna à região de onde saiu.

O objetivo central da viagem é conduzir o cientista estrangeiro, Aquiste/Olquiste, em sua pesquisa de campo, por onde vai recolhendo pedras, amostra de plantas e informações sobre a flora e a fauna local. Pedro, o condutor da excursão, teimoso, solteiro e namorado, desperta a inveja dos companheiros que planejam matá-lo numa emboscada. Entretanto, há também o caminho da palavra cifrada, que vai passando de mensageiro a mensageiro, ressaltando não apenas a importância daqueles que sabem ler/ouvir os recados emitidos pelo Morro da Garça, mas também evidenciando a potência da oralidade, usada para tecer a canção que o poeta Laudelim entoia na festa, na última fazenda visitada, canção que ao ser decifrada por Pedro, livra-o da morte.

A quarta vereda ou o centro do sistema: “Cara-de-Bronze”

A despeito de haver uma mistura de gêneros na estrutura de “Cara-de-Bronze”, teatro, roteiro de cinema, poesia, prosa e notas de rodapé, que remetem ao texto científico, imperam por certo as características do texto dramático, com determinação de personagens e rubricas, procedimentos próprios desse gênero.

Nessa estória, um velho fazendeiro à beira da morte escolhe, entre seus vaqueiros, Grivo, um dos amigos de infância do menino Miguilim de “Campo geral”, para realizar uma misteriosa viagem. Apesar desse périplo durar dois anos, toda a narrativa transcorre no decorrer de um dia: o do regresso do vaqueiro à fazenda. Portanto, é no tempo e não no espaço que a aventura se dá a conhecer, pois ela é recuperada mnemonicamente pelo via-

jante nesse dia solene do seu retorno. É na área externa da fazenda, onde se reúnem os vaqueiros, que todas as cenas ocorrem. Mesmo os factos vividos dentro do quarto, ou seja, as conversas estabelecidas entre Grivo e Cara-de-Bronze, são retomados pelos boiadeiros durante os diálogos, ou mediante a própria narração que o Grivo faz da viagem nessa área externa.

A partir da leitura da epígrafe que abre essa narrativa, “Num círculo, o centro é naturalmente imóvel; mas se a circunferência também o fosse, não seria ela senão um centro imóvel”, pode-se pensar não apenas na posição fixa de Cara-de-Bronze, que delega ao vaqueiro Grivo a missão de buscar a poesia, mas também na posição do próprio Rosa, ao colocar-se como o personagem Moimeichego² entre os vaqueiros. Posição fundamental, já que é por meio das perguntas que faz aos companheiros e das informações obtidas, que a estória se vai construindo, o passado é retomado e tudo pode ser narrado na duração de apenas um dia.

Por extensão, pode-se pensar que a narrativa “Cara-de-Bronze” é o eixo em torno do qual giram as outras seis estórias.

Na quinta vereda: “A estória de Lélío e Lina”

O tema central de “A estória de Lélío e Lina” é a relação que se estabelece entre o vaqueiro Lélío e Rosalina, uma velha senhora. A narrativa desta novela é construída numa espécie de movimento pendular entre passado e presente, a partir da chegada de Lélío no Pinhém, onde será o décimo segundo cavaleiro a serviço do fazendeiro seo Sencler. Em decorrência da chegada desse personagem ao lugar, conhecer-se-á o cotidiano dos vaqueiros, as relações amorosas de Lélío com Mariinha e Manuela, porém sempre costuradas

² Em carta destinada a Bizzarri Rosa revela a sua identidade dentro do conto: “Bem, meu caro Bizzarri, por hoje, já exagerei. Encerro. Apenas dizendo a Você que o nome MOIMEICHEGO é outra brincadeira: moi, me, ich, ego (representa “eu”, o autor...) Bobaginhas”. João Guimarães Rosa, correspondência com seu tradutor italiano Edoardo Bizzarri (Rosa, 2003 p. 93).

com as imagens recorrentes do passado, provenientes de um amor platônico que Lélío nutre por uma Moça que conhecera em Paracatu.

Tomé Cassio, Drelina e Chica, irmãos de Miguilim, apresentados na novela “Campo geral”, reaparecem nessa narrativa. Tomé é um dos vaqueiros de seo Sencler, Drelina é esposa do também vaqueiro Fradim. Chica juntar-se-á à irmã quase no final da estória e será cortejada por Canuto e Lélío.

Nessa narrativa, Rosalina não é apenas uma contadora de estórias, mas aquela que ouve as lembranças de Lélío e ajuda-o, não só a se esquecer pouco a pouco da Mocinha de Paracatu, como também fá-lo-á compreender que não pode amar Mariinha, por ser muito parecido com ela, nem se consumir pelo amor carnal que sente por Jiní.

De acordo com Nunes (2013), em Lina “o amor espiritual é o esplendor, a refulgência do amor físico, aquilo em que a sensualidade se transforma, quando se deixa conduzir pela força impessoal e universal de *eros*” (p. 43). Por isso, ela declara seu amor ao jovem vaqueiro já no primeiro encontro, sem pejo, a despeito da grande diferença de idade. Sábia, ela tem a paciência necessária para esperar que Lélío faça seu périplo amoroso, antes de se entregar totalmente a ela.

Sexta vereda: O sino e seu badaladal

Na novela “Dão-la-la-lão”, um ex-boiadeiro, Soropita, apaixona-se por uma prostituta, Doralda, com quem se casa. Corroído pelo ciúme, pois sempre imagina que sua esposa poderá ser reconhecida por algum ex-cliente, é atormentado por uma memória sombria. A estória tem início durante o regresso de Soropita do Andrequicé, onde fora ouvir o enredo da novela de rádio a ser compartilhada com os moradores do ão, vila onde mora.

No meio do caminho, Soropita reencontra um amigo, Dalberto, e se vê na obrigação de convidá-lo para jantar em sua casa, como mandava o costume local, posto que estavam nas proximidades. Em “Dão-la-la-lão” a

ação transcorre em menos de 24 horas, mas, por meio das lembranças que Soropita tem da esposa, muito se saberá, inclusive sobre como se deu o primeiro encontro amoroso do casal, num bordel na cidade de Montes Claros.

A sétima vereda: o retorno ao Buriti Bom

Prodigioso em fundir vários pontos de vista na construção de suas narrativas, no romance “Buriti”, Rosa o faz de maneira bastante complexa. A primeira parte da trama é praticamente construída por meio das recordações que Miguel tem da primeira visita que fizera ao lugar, há mais ou menos um ano.

É durante essas lembranças que saber-se-á que se trata da personagem Miguilim, protagonista de “Campo geral”, primeira narrativa do ciclo. A segunda parte da narrativa é contada sob outra perspectiva, a dada por Leandra, a nora cidadina, que Iô Liodoro mantém sob seus cuidados, desde que fora abandonada por seu filho, pouco depois de desposá-la. Dessa maneira, os conflitos vividos na fazenda, mantida pelo patriarca Liodoro, são intercalados com aspectos culturais da cidade, de forma que acontece um entrelaçamento entre o tempo acelerado da cidade e o tempo ralentado do sertão.

As reflexões de Lalinha compreendem cerca de dois anos, da sua chegada à fazenda às vésperas de sua partida, coincidindo com o retorno de Miguel, um ano depois da sua primeira visita à região. Portanto, toda a narrativa é construída a partir de uma sobreposição de camadas temporais, presentificadas pela reflexão sobre o vivido, mas também por recordações, tanto de Miguel quanto de Lalinha. Esse entrelaçamento de temporalidades dá-se de maneira bastante complexa, articulando-se ao tempo presente as memórias de infância de Miguel-Miguilim e a memórias de Lalinha, quando recebera o sogro na cidade e aceitara o convite dele para passar uma temporada na fazenda do Buriti Bom.

Um buritizal de estórias

Como visto neste vasto território que abrange os sertões, os lugares são apresentados de diferentes maneiras. Tudo começa no núcleo familiar de Miguilim, no Mutum, e a cada narrativa o espaço vai sendo ampliado. Em “A festa do Manuelzão”, não apenas a igreja é inserida no *locus*, como conheceremos mais sobre as dinâmicas sociais, justamente por tratar-se de uma festa. A narrativa transcorre durante três dias, mas nesse espaço que circunda a casa de Manuelzão e a Igreja os convidados de vários lugares e posições sociais circulam, ampliando não só a visão que o leitor poderá ter dessa paisagem, mas também dos seres humanos que por ali habitam.

Na terceira estória, “Recado do Morro”, não só o tempo da narrativa é novamente ampliado, como os espaços percorridos pela comitiva abarcam a visita a sete fazendas distintas, permitindo ao leitor conhecer não só outros lugares, mas compreender o modo de vida de diferentes habitantes dos gerais.

Na narrativa central, “Cara-de-Bronze”, o tempo volta a ser condensado em apenas um dia. Como vimos, toda a história transcorre na data de retorno do vaqueiro Grivo à fazenda do seu patrão, Cara-de-Bronze. Entretanto, apesar de pouco relatar sobre sua viagem, sabemos que, a mando do dono da fazenda, ele percorreu muitas veredas e lugares ermos do sertão na procura da palavra poética.

Em “A estória de Lélío e Lina”, o tempo é de novo ampliado, já que a ação transcorre durante um ano, e pode-se conhecer profundamente o modo de vida e a maneira como se estabelecem as relações de afecto e amizade entre os doze vaqueiros que estão a serviço de seo Sencler. Por isso, é em torno da casa onde ele mora com a esposa, que gravitam as vidas desses vaqueiros agregados. Alguns solteiros, como Lélío e Canuto, outros casados, como Tomé e Fradim. Ao permitir essa abrangência na percepção da paisagem, o narrador nos dá a conhecer o dia a dia de boiadeiros, a lida com o gado e as relações que estabelecem entre si.

Em “Dão-la-la-lão” a ação volta a ser condensada em apenas algumas horas, o percurso volta a ser curto: as poucas léguas que separam o ão, onde mora o casal protagonista, Doralda e Soropita, do Andrequicé, para onde ele se dirigia com regularidade para ouvir as novelas de rádio para recontá-las aos vizinhos. Mas o uso da memória é potencializado e pode-se conhecer o modo de vida das pessoas que habitam em centros urbanos do sertão, como a cidade de Montes Claros, onde outrora Soropita conhecera a esposa Doralda.

Na derradeira novela, novamente o foco narrativo é ampliado, não apenas porque a história abarca o período de dois anos, mas por ser contada do ponto de vista de duas personagens, Miguel e Lalinha. Além disso, é nesta narrativa que o menino-Miguilim, que saíra do ciclo no fim de “Campo geral”, retorna, modificado pelas experiências que tivera na cidade grande, onde pudera estudar e tornar-se veterinário.

No rastreio da palavra, as considerações finais

Como podemos verificar em cada história, o espaço e o tempo narrativo contribuem para que as personagens deste corpo de baile sertanejo participem de uma dança circular, onde se está sempre em busca da palavra. Em “Campo geral” isso se dá pela maneira como palavra, é reinventada nas estórias que Miguilim conta ou dos conselhos que recebe do irmãozinho Dito; em “A Festa do Manuelzão” destaca-se o papel dos contadores de estórias, seo Camilo e Joana Xaviel. Narradores que também estão mais próximos daquele estágio inicial em que as estruturas narrativas eram monológicas, com começo, meio e fim.

Em “Recado do Morro” a própria palavra é personificada na forma de uma canção. Por sua vez, em “Cara-de-Bronze” o vaqueiro Grivo é um emissário que parte em busca da palavra perdida nas vozes da natureza. Já em “Dão-la-la-lão” exulta-se a palavra amorosa, presente nos discursos de dois amantes. Uma das personagens de “A estória de Lélío e Lina”, a

velhinha Lina, que sempre acolhe Lélío com suas reflexões sábias, o ajudará a curar-se da melancolia, decorrente do amor não correspondido pela Mocinha do Paracatu, por meio da palavra balsâmica.

Entretanto, quando apeamos na última novela, os dias de infância e os sons diários de “Campo geral” são substituídos pela potência dos ruídos noturnos. Não temos mais palavras inventadas por infantes, contadores de estórias, conselheiros, discurso amoroso ou palavras cifradas na forma de canção. Escuta-se o canto do mutum, o pio das corujas e o ritmado som do monjolo. Não é por acaso que nesta última narrativa imperam as digressões, o monólogo interior, o fluxo de pensamento, sendo as estórias contadas e recontadas a partir do ponto de vista de duas personagens.

Assim, como disfarçado entre os vaqueiros de “Cara-de-Bronze”, estava oculto o próprio escritor, nas sete novelas deste *Corpo de baile* a primeira bailarina é a palavra poética, cifrada na tessitura de cada narrativa.

Referências bibliográficas

- Genette, G. (1972). *Figuras*. São Paulo: Perspectiva.
- Nunes, B. (1998). *Crivo de papel*. São Paulo: Ática.
- Nunes, B. (2013). *A Rosa o que é de Rosa: Literatura e filosofia em Guimarães Rosa*. Rio de Janeiro.
- Rosa, J. G. (2003). *João Guimarães Rosa: correspondência com seu tradutor italiano Edoardo Bizzarri*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira.
- Rosa, J. G. (1956). *Corpo de baile* (sete novelas). Vol. I e II. Rio de Janeiro: José Olympio.

**Verde-amarelismo, antropofagia e polémicas:
contradições e embates de Torquato Neto na coluna
“Música Popular Brasileira”**

Maria de Jesus Daiane Rufino Leal¹

Edwar de Alencar Castelo Branco²

Resumo

A coluna “Música Popular”, assinada pelo jornalista Torquato Neto e publicada no *Jornal dos Sports*, no ano de 1967, na cidade do Rio de Janeiro, figura como um importante registo histórico da música popular brasileira. Ao abordar a MPB, Torquato discute a identidade da cultura nacional, através das manifestações musicais: bossa nova, samba, iê-iê-iê e tropicalismo.

Palavras-chave: Música brasileira, Torquato Neto, Jornalismo cultural, nacionalismo, identidade.

Abstract

The column “Música Popular”, signed by the journalist Torquato Neto and published in *the Sports Journal* in 1967, in the city of Rio de Janeiro, figures as an important historical record of Brazilian popular music. In addressing the MPB, Torquato discusses the identity of national culture through musical manifestations: bossa nova, samba, iê-iê-iê and tropicalism.

Keywords: Brazilian music, Torquato Neto, Cultural journalism, Nationalism, Identity.

1 Doutoranda no Programa de Pós-graduação em História do Brasil da Universidade Federal do Piauí - UFPI. Professora Assistente no curso de bacharelado em Jornalismo na Universidade Estadual do Piauí - UESPI.

2 Professor no Departamento de História e no Programa de Pós-graduação em História do Brasil da UFPI, é bolsista de produtividade em pesquisa do CNPq.

Introdução

A década de 1960 no Brasil, caracterizou-se por inovações tecnológicas, pela internacionalização da economia e, especialmente, pela consolidação dos meios de comunicação como extensão do homem (McLuhan, 1969). Disto decorreria, para o caso específico do Brasil, em alterações profundas nos fluxos culturais, particularmente lastreando novos parâmetros para o consumo da arte (Castelo Branco, 2005). Nas grandes cidades brasileiras, essas novidades se fariam acompanhar por um relativo estranhamento decorrente, entre outras coisas, das influências estrangeiras na cultura nacional.

A multiplicação de empresas multinacionais no país, da qual decorreria uma crescente presença estrangeira, avivou o debate sobre a identidade cultural, tema muito discutido 40 anos antes pelos modernistas da década de 1920. Se o modernismo centrou o debate entre os intelectuais e artistas, nos anos 1960 as discussões sobre a identidade nacional se dariam principalmente entre parcelas da juventude brasileira, sob forte influência das ideias difundidas pelos Centros Populares de Cultura (CPC) da União Nacional dos Estudantes (UNE).

O CPC e a própria UNE funcionavam, à época, como significativos espaços de produção e difusão do nacional-popular, essencialmente no ambiente das universidades. Em 1962, o Manifesto do CPC defendia uma arte popular revolucionária, no interior da qual “a juventude acreditava e se empenhava, com o maior entusiasmo, numa forma peculiar de engajamento cultural diretamente relacionada com as formas de militância política” (Hollanda, 2004, p. 19). A presença de um “outro”, o qual se exemplificou antes com o caso das multinacionais, demandou um engajamento político próprio. Nesse quadro histórico,

[...] a arte engajada deveria fazer a defesa do nacional ante essa ocupação, cujo principal canal de penetração eram os meios de comunicação de massa e seus produtos – difusores de uma cultura alienígena representada pela música, pelo cinema e pela publicidade. (Garcia, 2007, p. 184).

A temática sobre a identidade cultural brasileira sempre foi um tema interessante a Torquato Neto, um jovem que nasceu no estado do Piauí, região Nordeste do Brasil, sendo amante de literatura de cordel e de literatura regionalista. Jornalista, poeta e um dos principais compositores da tropicália, Torquato Neto já teve, especialmente nas duas últimas décadas, o seu nome inscrito na história nacional. Como jornalista, assinou duas colunas em importantes jornais do Rio de Janeiro: “Música Popular” (*Jornal dos Sports*, 1967) e “Geléia Geral” (*Última Hora*, 1971-1972) e foi editor de cinema do caderno “Plug” (*Correio da Manhã*, 1971). A coluna “Música Popular”, sobre a qual se debruça a análise deste artigo, foi publicada nos meses de março a setembro de 1967, na qual Torquato Neto colocava a música popular brasileira como central para o debate sobre a cultura.

Trata-se, portanto, de um documento histórico importante para se entender as configurações da cultura brasileira naquele período, como, por exemplo, o sucesso da Jovem Guarda³, as inovações no samba e as movimentações do chamado “grupo baiano”, composto, entre outros, por Gilberto Gil, Caetano Veloso, Gal Costa e o próprio Torquato Neto, na elaboração das canções que viriam a constituir marcos iniciais do tropicalismo.

A coluna “Música Popular” foi publicada num contexto de eclosão do jornalismo cultural brasileiro, a qual se dá a partir do final da década de 1950. Tal eclosão deu-se com a circulação dos cadernos de cultura nas edições diárias dos jornais impressos e principalmente aos finais de semana. O primeiro desses cadernos culturais foi o “Caderno B”, criado pelo *Jornal do Brasil*, em 1956. O suplemento já chegou a ser apontado como o precursor do jornalismo cultural brasileiro (Piza, 2004) e foi espaço de publicação de textos de autores consagrados, como Clarice Lispector e Ferreira Gullar, entre outros. Além do *Jornal do Brasil*, outros periódicos criaram suplementos

3 “Movimento musical protagonizado por Roberto Carlos, Erasmo Carlos e Wanderléa e marcado pela influência do iê-iê-iê, foi um fenômeno musical, com ampla vendagem de discos e produtos – roupas e acessórios – direcionados para a juventude de classe média no Brasil”. (Alves, 2011, p. 156).

de Cultura, destacando-se, entre estes, “Caderno H” (*Zero Hora*), “Dia D” (*O Dia*), “Tribuna Bis” (*Tribuna da Imprensa*) e “Caderno 2” (*O Estado de São Paulo*) (Barreto, 2006).

No final de setembro de 1967 a coluna “Música Popular” passou a ser publicada no suplemento “O Sol”, descrito como “o jornal-experiência de Reynaldo Jardim que saía encartado no *Jornal dos Sports*” (Pires, 2004, p. 16). Posteriormente, passaria a circular como jornal separado, chegando às bancas de revista no período da tarde, algo inovador para a época. A expressão “O Sol nas bancas de revista”, imortalizada na canção *Alegria, alegria*, de Caetano Veloso, já foi apontada como uma remissão direta à coluna assinada por Torquato Neto (Pires, 2004).

O *Jornal dos Sports* era, portanto, um periódico com largo espaço para a publicidade e com relações comerciais com o mercado através da divulgação de muitos anunciantes. À margem desse contexto, Torquato Neto demonstrava uma postura de independência, sendo crítico, por exemplo, em relação à indústria fonográfica. Nesse aspecto ele chegou a assumir uma verdadeira militância, na medida em que suas afinidades eletivas colidiam com os interesses mercadológicos da indústria fonográfica (Pires, 2004).

Na coluna, Torquato aponta que a MPB vinha passando por renovações desde a década de 1950, com a bossa nova e o novo samba carioca. Manifestações que, para ele, representavam a música brasileira, que ele denomina, em diversas ocasiões, como “Música Moderna Brasileira” ou “Moderna Música Popular”. Na outra ponta, estavam as iniciativas que Torquato não considerava como música brasileira: o iê-iê-iê e outras composições que fundiam ritmos nacionais com o *rock* americano. Essa postura já aponta uma significativa diferença em relação àquele mesmo Torquato que assinaria a coluna “Geléia Geral”, no jornal *Última Hora*.

A postura reativa em relação ao exterior começa a esmaecer a partir da coluna publicada no dia 20 de maio, na qual Torquato passa a escrever com mais tolerância sobre o *rock* e o *jazz* inseridos nas composições de ar-

tistas brasileiros e, a partir do mês de junho, passa a discutir a necessidade de uma nova atualização na música popular. É nesse período que ocorrem reuniões com Gilberto Gil, em que discutem, segundo Torquato, a institucionalização de um novo movimento, tema que será detalhado adiante.

No entanto, o Torquato Neto que se tornaria tropicalista, ao longo de toda a coluna “Música Popular” ainda se apresenta próximo daquilo que, anos depois, viria a ser o movimento armorialista⁴, defendendo uma pureza dos ritmos brasileiros livres de influência estrangeira. Apoiava, por exemplo, com muito fervor, o movimento “Carnaval de verdade”, coordenado pelo poeta Vinícius de Moraes e pela gravadora Phillips, reivindicando o samba, as marchas e o frevo como ritmos que deveriam ser valorizados no carnaval do ano seguinte, uma tentativa de dar “autenticidade” às escolas de samba. (Torquato Neto, *Jornal dos Sports*, 20 jul. 1967, citado em Pires, 2004).

Torquato queria remar contra a maré. Ao invés do rio de acordes de *rock* que desaguava no Brasil, vindo dos Estados Unidos, ele desejava que um mar de bossa nova, samba e baião banhasse as metrópoles norte-americanas e europeias. Na coluna do dia 8 de abril, disse ter sentido um “euforismo verde-amarelo” ao ouvir Frank Sinatra cantando bossa nova no elepê com Tom Jobim, lançado naquele ano. Alegrava-se ao falar que músicos de mais de 20 países presentes no Festival Internacional da Canção, realizado no Rio de Janeiro, passavam a conhecer a música brasileira e a levar fitas de cassetes gravadas com músicas nacionais para seus países. Em outros momentos, cobrava da secretaria de Turismo do estado da Guanabara o apoio e promoção do samba como representativo da cultura carioca. “Não o samba de ritmo aguado, o samba para americano entender, o samba-concessão. Não o samba que se ‘civilizou’, procurando esconder sua origem africana” (Idem, 8 abr. 1967, citado em Pires, 2004).

4 Castelo Branco (2020) sugere que Torquato Neto, no início dos anos 1960, ao defender uma cultura brasileira pura com foco no folclore e nas tradições, se aproximaria da postura de Ariano Suassuna e de seus companheiros que fizeram eclodir o movimento armorial, este, curiosamente, adversário da Tropicália.

O conservadorismo torquateano – o qual, como dito, já foi comparado ao armorialismo –, presente na sua atividade jornalística, encontra-se com o seu viés cepecista (CPCs da UNE), através de uma visão crítica sobre o impacto das influências estrangeiras e das novas tecnologias de comunicação na música, que, segundo ele, estava sendo transformada em mercadoria. Pensamento que converge com o conceito de indústria cultural, proposto por Adorno e Horkheimer (1985). Para estes autores, a música e o cinema estariam perdendo o valor de arte para se tornarem apenas mercadorias, seguindo um padrão técnico de produção atrelado ao “mecanismo econômico de seleção” (Adorno & Horkheimer, 1985, p. 101).

Como exemplo desta postura de Torquato Neto, na coluna de 10 de junho, ele fala que as “Paradas de Sucesso” são fenômenos resultantes de um “mecanismo-motor”, “que põe sistematicamente as estações de rádio e TV, as revistinhas especializadas e outros meios de comunicação a serviço das grandes gravadoras.” (Torquato Neto, 10 jun. 1967, citado em Pires, 2004). Em seguida, argumenta:

Os meios diretos de comunicação, entre os quais a TV é sem dúvida o mais eficiente de nosso tempo, talvez sejam, aqui, a força maior, o peso mais significativo na balança que deixa subir ou descer do cartaz esta ou aquela canção, este ou aquele cantor. Me parece classicismo que as televisões, investindo alguns (relativamente poucos) milhões na contratação de artistas, na publicidade desses artistas, na montagem de uma programação feita em cima deles, me parece óbvio que suas paradas de sucesso sejam construídas apenas como um objeto de fortalecimento desse esquema. (Torquato Neto, 1967, citado em Pires, 2004, p. 129).

Embora não tenha colocado a questão em termos psicológicos, como propõem os frankfurtianos, ao avaliar a relação entre produção e consumo musical, ele distinguiu claramente o público consumidor da MPB e o público consumidor de iê-iê-iê. De acordo com sua avaliação o público consumidor de MPB era mais criterioso e exigente do que o público consumidor de iê-iê-iê.

Nos primeiros textos da coluna ele separa o estilo iê-iê-iê e música brasileira, excluindo, assim, a Jovem Guarda do cenário musical brasileiro. No dia 25 de abril, Torquato escreveu sobre dois eventos que aconteceram no mesmo dia e horário: o aniversário de Roberto Carlos, na Zona Norte do Rio de Janeiro, transmitido pela televisão e um *show* da “nova geração do samba que se apresentava para o público universitário” no Teatro República. “Quem estava lá viu bem o quanto foram aplaudidos, o quanto esse público ainda prefere ouvir, como tenho dito, o som bonito de nossa música, em lugar das guitarras barulhentas da chamada ‘música jovem’” (Torquato Neto, 25 abr. 1967, citado em Pires, 2004). Nessa mesma data, Torquato criticou os artistas que estavam tentando juntar nas composições elementos do samba e do iê-iê-iê: “refiro-me aos compositores com medo que andam por aí à procura de um troço híbrido, meio iê-iê-iê, meio samba (como se fosse possível)” (Torquato Neto, 1967, citado em Pires, 2004).

A reação dos estudantes à ditadura militar no Brasil e o alinhamento político dos ditadores com os Estados Unidos, fazia com que parte da juventude brasileira tivesse certa ojeriza às influências norte-americanas na cultura. “O contexto histórico em que vivíamos permitiu que se identificasse nas guitarras um efeito da colonização americana, um abandono do ‘genuinamente brasileiro’” (Maciel, 1996, p. 199).

Mas os tropicalistas descortinariam, com ousadia, a fumaça que encobria a identidade nacional de um véu de pureza e promoveriam, a partir da perspectiva antropofágica dos modernistas de 1922 e da exposição “Tropicália”, de Hélio Oiticica, uma renovação nas artes brasileiras, permitindo que as acordes eletrificados das guitarras conversassem com as violas e os pífanos do Nordeste brasileiro.

A partir dos tropicalistas, a identidade do Brasil se torna um problema histórico. Ao invés da visão grandiloquente que aponta o milagre econômico no centro, os tropicalistas trazem o próprio corpo para a arena política. Neste cenário, vestimentas como a minissaia e instrumentos como a guitarra mobilizariam debates acalorados, dos quais Torquato Neto participaria como um dos principais interlocutores.

“Tempo de violência e guerra, mas de viola”: a coluna “Música Popular” e a Tropicália

Na coluna “Música Popular” Torquato Neto relatou as etapas embrionárias da tropicália, embora as palavras “tropicalismo” ou “tropicalistas” não tenham sido usadas na coluna “Música Popular”⁵. No texto “Tempo de violência e guerra, mas de viola” – publicado em 1º de junho de 1967, sobre as investidas dos artistas que estavam promovendo modificações na música brasileira – o jornalista ressalta a poesia do compositor Capinam e anuncia o grupo de compositores que seria “a grande força que está modificando e atualizando nossa Música Popular ao nível deste tempo/ Tempo de violência e guerra, mas de viola”. Além de Capinam, Torquato cita como integrantes deste grupo: “Gilberto Gil, Caetano e mais uns poucos (não necessariamente baianos ou ligados ao que a imprensa convencionou chamar de “grupo baiano”)” (Torquato Neto, 1967, citado em Pires, 2004, p. 120).

As palavras “violência” e “viola” também haviam sido usadas por Gilberto Gil no mês anterior, em entrevista ao *Jornal dos Sports*, sendo inclusive o título da página: “Viola e violência”. A entrevista assinada pelos jornalistas Gilda Grillo e Sérgio Gomes, trata da intenção do compositor em institucionalizar um “novo movimento da música brasileira”.

A base desse movimento é a viola e a violência, existentes hoje como elementos fundamentais na música brasileira. Tudo se resume no inconformismo diante da estagnação a que estiveram sujeitas várias manifestações da arte brasileira. A base do movimento é a exigência de um compromisso com a cultura brasileira a qual não devemos mais nos furtar (Gilberto Gil, 1967, p. 8).

5 “Ao invés de uniforme, como seria narrado pela História, o tropicalismo se constituiu a partir de um universo multifacetado de trabalhos artísticos diversos, mas que propunham rupturas na linguagem estética brasileira em todos os campos, com destaque para a música” (Castelo Branco, 2005, pp. 101-102).

A entrevista de Gil foi estruturada em três partes: a primeira sobre o novo movimento da música brasileira; a segunda sobre Chico Buarque; e a terceira sobre a cidade de Recife. Na primeira parte, Gil cita os nomes dos compositores que formariam o “novo movimento”: “Caetano Veloso, Chico Buarque de Holanda, Paulinho da Viola, Capinan, Torquato Neto, Geraldo Vandré, Sérgio Ricardo, etc.”. E que seria realizado inicialmente um trabalho “junto às camadas universitárias que representam, sem dúvida nenhuma, a base do nosso público para atingir depois o público geral.” (Gilberto Gil, 1967, p. 8).

Tratava-se de uma nova perspectiva de fazer música, envolvendo discussões “sobre amor, sobre política, sobre poesia, sobre tudo” e cantando “com vontade”, “com violência”: “É preciso cantar com vontade, com a violência exigida pelos nossos dias, porque o homem é ainda a medida. E a medida do homem não é a morte, mas a vida. A música popular brasileira precisa ser viva” (Gilberto Gil, 1967, p. 8).

Na segunda parte da entrevista, Gilberto Gil explicou que Chico Buarque é “um cantor de protesto” e que “protesta opondo seu lirismo à dureza dos tempos”; “protesta por um passado que nos habita e nos comove e que de uma certa forma já nos foi tirado” (Gilberto Gil, 1967, p. 8).

Na terceira parte, a mais relevante para compreender a tropicália, Gil relatou sua vivência em Recife e o contato com o público distante do foco publicitário do eixo Rio-São Paulo, o que teria despertado nele a necessidade de uma “tomada de posição” diante das “graves lutas exigidas por nossos dias”:

Recife foi o elemento de reconhecimento dessa necessidade de opção. Em Recife, a retomada de contorno de um tipo de público alheio ao modismo dos grandes centros divulgadores, como Rio e São Paulo (um público necessariamente distanciado do dia a dia publicitário do artista brasileiro) me abriu os olhos para essa tomada de posição imediata do compositor brasileiro diante das graves lutas exigidas por nossos dias. Evidentemente que estas constatações e essa tomada de posição devem se tornar imedia-

tamente reais e objetivas no nosso trabalho. Para isso estamos nos preparando. Acreditamos contar ainda com o apoio irrestrito dos universitários brasileiros e de todo o público interessado em música brasileira, ansioso por uma reestruturação e reformulação do movimento de música popular. Breve teremos coisas boas para cantar (Gilberto Gil, 1967, p. 8).

As ideias de Gil ganharam espaço na coluna “Música popular” e a adesão do próprio Torquato Neto, que informa aos seus leitores estar envolvido “nesse movimento” e “mais ou menos por dentro do assunto”, anunciando que passaria a divulgar tudo o que acontecesse. Ele assim o fez, tornando a coluna um espaço importante de discussão sobre as mudanças na música popular brasileira. Na publicação, Torquato explicou que Gil, ele e todos que integravam o grupo defendiam uma “institucionalização” do movimento.

Gil fala de uma institucionalização: ou seja, a partir de uma identificação de interesse e dúvidas e certezas e problemas, os compositores chegaram ao momento grave de definição. Definidos, passam agora à chamada fase principal, de organização do trabalho em planos de verdadeira luta. E não me venham pensando que se trata de tolices do tipo luta contra o iê-iê-iê ou congêneres. É muito mais grave uma luta a favor, contra coisa nenhuma. Uma tomada de posição frente a um público que, de repente, precisa e exige definições de seus artistas; precisa e exige maior atenção (Torquato Neto, *Jornal dos Sports*, 23 maio 1967, citado em Pires, 2004, p. 111).

De acordo com Veloso (2017, p. 161), o ideário transformador dos tropicalistas baseados em “Beatles, Roberto Carlos, o programa do Chacrinha, o contato direto com as formas cruas da expressão rural do Nordeste – tudo isso Torquato já tinha digerido e metabolizado com espontaneidade”. “Não foi sem desconfiança que Torquato recebeu as primeiras notícias de que nós nos empenharíamos em subverter o ambiente da MPB”. Mas o então armorialismo de Torquato foi vencido, “Ele superara as resistências iniciais

por possuir uma inteligência desimpedida”, tornando-se um dos principais compositores do tropicalismo.

Torquato também fez a cobertura jornalística do III Festival da Música Popular da TV Record, de 1967, evento em que as canções “Domingo no Parque” e “Alegria, Alegria” – tidas como marcos inaugurais da Tropicália – foram apresentadas. Na edição de “Música Popular” do dia 27 de setembro, Torquato antecipou que Gilberto Gil e Caetano Veloso iriam utilizar instrumentos eletrônicos, como a guitarra em suas apresentações e publica falas de Gil e Caetano sobre as polêmicas que anunciavam o fim do samba, a adesão dos músicos ao iê-iê-iê e o uso de guitarras.

O suplemento “O Sol” publicou em 1º de outubro de 1967 o texto “Torquato conta o festival”, no qual o jornalista detalha as expectativas sobre o evento, lista as canções e artistas que irão se apresentar e fala sobre o uso das guitarras. “Vamos ver um bocado de coisas, inclusive como o público reagirá à canção de Caetano Veloso, que ele defenderá acompanhado por guitarras elétricas” (Torquato Neto, 1967, citado em Pires, 2004, p. 183).

Considerações finais

Cinquenta anos após a sua morte, Torquato Neto segue sendo um personagem controverso, em torno da qual pode-se, ainda, recuperar muitos aspectos da cultura brasileira. Enquanto compositor, Torquato se destinou a criar letras que cortassem a violência de seu tempo, o qual definia como “tempo de guerra, mas de viola”. Como jornalista deu vazão à produção musical que considerava inteligente, conversou com seu público através dos discos lançados, condenou o que considerava de baixo nível, ajudando na condução dos contornos da produção da música brasileira em seu tempo. Foi, como todos os humanos o são, contraditório. Em alguns momentos, aceitou como uma ideia restritiva de cultura nacional, reativa ao exterior; noutros, percebeu nos signos estrangeiros elementos de trocas culturais.

Torquato Neto fez do jornalismo um instrumento de discussão sobre a identidade cultural brasileira, contestando o que estava posto e propondo mudanças. Sua atividade jornalística revelou um momento histórico no interior do qual se pode perceber a tomada da linguagem como lugar de acontecimento da história. Este é o aspecto mais relevante de sua fragmentária e muito potente atividade jornalística.

Referências

Adorno, T. & Horkheimer, M. (1985). *Dialética do esclarecimento: fragmentos filosóficos*. Jorge Zahar.

Alves, V. A. (2011). “Desafinando o coro dos contentes”: Torquato Neto e a produção cultural brasileira nas décadas de 1960-70. [Tese de doutorado, Universidade Católica de São Paulo].

Barreto, I. (2006) “As Realidades do Jornalismo Cultural no Brasil”. *Contemporânea. Revista do Programa de Pós-graduação em Comunicação da Universidade Estadual do Rio de Janeiro*, 4(2), 65-73.

Castelo Branco, E. A. (2005). *Todos os Dias de Paupéria: Torquato Neto e a invenção da Tropicália*. Annablume.

Castelo Branco, E. A. (2020). “Quem anda, quem transa, quem lê jornal: o jornalismo de Torquato Neto”. In T. Queiroz & P. V. Castelo Branco (Org.), *Páginas impressas: história, imprensa e política no Brasil*. Mentis Abertas.

Garcia, T. C. (2007). “Tudo Bem e o nacional-popular no Brasil dos anos 70”. *História*, 26(2), pp. 182-200.

Gil, G. (1967, 21 maio). Viola e violência. *Jornal dos Sports*. Entrevista concedida a Gilda Grillo e Sérgio Gomes.

Holanda, Heloísa Buarque de. (2004). *Impressões de Viagem: CPC, vanguarda e desbunde - 1960/70*. Aeroplano.

McLuhan, Marshall (1969). *Os meios de comunicação como extensão do homem*. Cultrix.

Maciel, L. C. (1966) *Geração em Transe: memórias do tempo do tropicalismo*. Nova Fronteira.

- Pires, P. R. (Org.) (2004). *Torquatália: obra reunida de Torquato Neto*. v. II. Geléia Geral. Rocco.
- Piza, D. (2004). *Jornalismo Cultural*. Contexto.
- Veloso, C. (2017). *Verdade tropical*. 3 ed. Companhia das Letras.

**Convivência e afastamento entre as cantoras brasileiras
Dalva de Oliveira e Ângela Maria,
através da *Revista do Rádio***

Raimundo César Vaz Neto

Resumo

A *Revista do Rádio* surgiu no Rio de Janeiro em 1948, dirigida por Anselmo Domingos, para focalizar especificamente o rádio, os seus bastidores, programação com as suas matérias e reportagens apelativas. Nesse ínterim, o nosso trabalho desenvolve-se a partir de pesquisa bibliográfica, tomando o citado periódico como fonte, em consultas virtuais de domínio público ao site da Hemeroteca Digital Brasileira.

Palavras-chave: *Revista do Rádio*, Dalva de Oliveira, Ângela Maria.

Abstract

Revista do Rádio appeared in Rio de Janeiro in 1948, directed by Anselmo Domingos, to specifically focus on radio, its backstage, programming with its articles and appealing reports. In this interim, our work is developed from bibliographic research, taking the aforementioned journal as a source, in virtual public domain consultations to the Brazilian Digital Hemeroteca website.

Keywords: *Revista do Rádio*, Dalva de Oliveira, Angela Maria.

Introdução

A *Revista do Rádio* foi importante para tirar o rádio das páginas eventuais que os periódicos da época resolviam dispor para falar das emissoras e seus contratados. De linguagem fútil e conservadora, começou a circular inicialmente de forma mensal e dois anos depois passou a ser semanal, com assinaturas ou compra nas bancas. O material das suas folhas não era dos melhores. Em 2002, uma leitora da época, Marlene Gomes referiu que preferia colecionar a revista *Cinelândia*, embora a RR fosse “mais jeitosa”, menor e tanto ela como as suas colegas gostavam de a ler, pois referia mais artistas que as demais publicações da época. Da casa do artista, passando pelos seus salários, viagens, contratos, *shows* com informações às vezes relevantes e muita fofoca, o seu primeiro número em 1948, fez um balanço do Rádio em 1947, momento em que a Rádio Nacional despontava no cenário artístico, de acordo com Rodrigo Faour (2002).

Foi através da RR que o grande público conheceu os seus ídolos, que conheciam apenas por voz, através das ondas do rádio ou, muito raramente, pelas suas aparições no cinema, nas cidades ou onde era possível. Os/as admiradores/admiradoras escreviam para a coluna *Correios dos Fans* a pedir fotos autografadas, insinuando rivalidades entre os artistas, pedindo cartas dos artistas, dos seus artistas prediletos, sugerindo capas, reportagens para os mais variados nomes da época, entre as muitas emissoras existentes. Além de pequenas colunas no *Tudo é Brasil*, em que se falava das demais emissoras de rádio no Brasil, contando com inaugurações, aniversário de emissoras, programas, turnês de artistas do eixo Rio e São Paulo, ou pelos demais Estados, além de pedirem o endereço pessoal dos artistas, o que era prontamente negado, dizendo que os fãs deveriam escrever para as gravadoras ou emissoras em que os ídolos eram contratados.

A revista de consumo *O Cruzeiro* de Assis Chateaubriand, lançada em 1928, foi inspiração para outras, pela sua qualidade e para um público

leitor mais refinado dos anos 1950 no Brasil. Embora a RR não tenha a qualidade de *O Cruzeiro*, colocava os cantores e cantoras do rádio nas suas capas e, só depois, os da televisão. Esse modelo de revistas ilustradas foi reinventado pela *Life* americana, em 1936 (Corrêa, 2012). Os maiores embates entre os fãs para, por todas as notas, capas e reportagens na RR, entre as mulheres, foram entre Marlene e Emilinha Borba, justamente por razão do concurso de rainha do Rádio, de 1949, vencido pela primeira, comprando votos, com patrocínio do Guaraná Antártica de São Paulo, quando a segunda era a grande favorita ao título.

Entre Ângela e Dalva não houve golpe em concurso de Rainha do Rádio, contudo nós veremos que, embora tenha imagens de uma certa proximidade entre as duas, sem seguida muitas insinuações da rivalidade entre os fãs, da indiferença das cantoras que não pousavam em fotos ou capas juntas, tudo isso alimentado com muita atenção para vender, às vezes em edições sequenciais, para que não esqueçamos que embora fútil, os periódicos envolvem interesses, compromissos e paixões, de acordo com a historiadora Tânia Regina de Luca (2008). Dalva foi inspiração para Ângela, mas em termos de publicação da RR, até quando ela durou em 1970, poucas foram as notas amigáveis que citavam as duas. Para isso, veremos como o rádio se formou, seus impasses e dificuldades iniciais, número de emissoras, para chegarmos à imprensa com a RR, focalizando as duas cantoras citadas.

A formação do rádio, e o meio cultural que antecede a RR

Renato Murce, pioneiro do rádio, lembrou que antes o veículo era patrocinado por seus ouvintes, seja com ajuda financeira ou com discos cedidos para a programação, os quais eram anunciados pelos locutores. O jornalista era apresentado por Roquette Pinto, direto da sua casa, lendo notícias publicadas pelos matutinos. As antenas de rádio eram muitas e o amadorismo nessa época também, com poucos horários de audições, problemas

de contato das galenas, proibindo anúncios, sem qualquer radiodifusão aos domingos. Para driblar as adversidades financeiras, os dirigentes de rádio pediam a contribuição de 5 mil réis aos seus associados. O comércio também ajudava e os seus nomes, numa extensa lista, eram lidos no início e final das transmissões. Uma das primeiras emissoras do Brasil foi a Rádio Mayrink Veiga do Rio de Janeiro, inaugurada em 20 de janeiro de 1926, mas realizou sua primeira transmissão apenas dois meses depois, em março. Depois, foi a vez da Rádio Educadora, inaugurada em janeiro de 1927. Os prefixos que eram dados às emissoras pelo governo, vinham pelo grau de antiguidade de cada uma. Assim, a Rádio Sociedade do Rio de Janeiro era a *PRA 2*; a Clube do Brasil, a *PRA 3* e até 1934 surgiram outras emissoras como: Rádio Sociedade da Bahia, Clube de São Paulo, Educadora Paulista e outras tantas (Cabral, 1990).

Voltando a falar da Mayrink Veiga, Mário Lago disse que gostou de trabalhar na emissora, em 1948, pois mesmo numa fase de baixa audiência, o que se fazia, acabava na alegria de ter feito e o que era feito, irradiado, era pouco visto, diante da dianteira das audições, preferindo a Rádio Nacional. O esforço inútil tirava o fôlego dos contratados da Mayrink e Edmar Machado, diretor da estação, pensava que era a má vontade dos funcionários, muitos deles com mais de dez anos de emissora, mas não era isso, era o brigar por nada, pelo não retorno da programação e do alcance em números mais favoráveis no ibope. Nem tudo era ruim no início da emissora, pois entre 1933 e 1938 ela viveu um bom período e só voltaria a essa boa fase em 1961, não sem antes ser desdenhada pela importância que teve e como estava perdida nas décadas de 1940 e 1950. Na Mayrink de 1948 tudo era pequeno, desde as instalações que eram as mesmas de 1936 ou o salário maior de Mário Lago, que “não enchia tanto os olhos”, como ele dizia (Lago, 1977).

O Casino da Urca era um espaço importante para artistas do rádio que passaram por lá, como Linda Batista, Dalva de Oliveira, Emilinha Borba, Herivelto Martins e Grande Otelo. Em 1944, por decreto de 1º de março

de 1943, no governo do então presidente Getúlio Vargas fechou, todos os casinos foram fechados depois do carnaval, reabrindo em 14 de abril como o *show* Canção da Jangada, com as irmãs Linda e Dircinha Batista, Grande Otelo, Marlene, Nelson Gonçalves e outros artistas. Poderiam funcionar os *shows*, mas o salão de jogos estava proibido, durante dois meses, iniciando na quaresma, com proibição de demissão dos funcionários do setor de jogos. Os proprietários dos casinos protestaram através de memorial enviado ao presidente, mas o máximo que conseguiram foi fracionar o decreto em períodos programados de vinte ou quinze dias ao longo do ano (Cabral, 2007).

A liderança do ibope da Rádio Nacional na preferência do público, era algo que fazia com que muitos sonhassem em serem contratados, mesmo os inabilitados ou aqueles que acreditavam fazer um teatro escolar, seriam bons profissionais na Nacional. Esses profissionais assim, sem qualificação prévia, eram chamados de “abacaxis”, indicados por políticos ou homens de alta patente, apesar de permanecerem por muito tempo entre os contratados. Situação que deixava certa arrogância entre os funcionários por fazerem parte da emissora, mas que era perdoável, pois a relação de ser da nacional facilitava até a relação com gerente de banco. Em 08 de maio de 1945, quando acabou a II Guerra Mundial, mobilizou-se todos os contratados entre artistas, redatores, sonoplastas, cancelando a programação normal e lançando programas específicos sobre os países do bloco aliado. Programas escritos naquele momento, onde os contratados, todos eles/elas deveriam estar disponíveis, pois não se sabia em que hora seriam recrutados para os especiais. Foi neste momento que surgiu a oportunidade para Mário Lago escrever na nacional e de entre os países, lhe foi dada a incumbência de falar da União Soviética (Lago, 1977).

A Nacional foi inaugura em setembro de 1936 e federalizada pelo governo Vargas em março de 1940, o que não quer dizer que a sua dianteira e elevação da preferência popular se tenha dado apenas por proximidade com o governo, mas por sua inovação em aspetos técnicos,

na programação de humor, radiojornalismo, radionovela e revistas musicais com os melhores diretores e artistas da época (Cabral, 2007, p. 95). A organização empresarial e administrativa da Nacional, por meio de setores com departamentos bem definidos, era sustentada por verbas publicitárias que mantinham uma grande equipe, reinvestindo os lucros na própria organização. A aparelhagem eletrônica da emissora era superior à das demais e as suas ondas curtas atingiam maior alcance no país. Essa dianteira em relação às demais emissoras da época, foi alcançada na direção artística de Victor Costa, de 1951 a 1954, com sua organização e competência empresarial, em um projeto popularizador da Nacional (Goldfeder, 1980).

Os programas de auditórios da Rádio Nacional eram muito concorridos e estavam quase sempre lotados, havia discussões para saber quem entrava e quem não conseguia, protestava e reclamava. Era comum que às 4 horas da manhã houvesse gente nas filas do Edifício do jornal *A Noite*, sede da Nacional, na Praça Mauá, para comprar os ingressos dos seus programas. Essas filas não eram apenas do amanhecer até abrir a bilheteria, mas para comprar os ingressos e outra fila sem fim, dobrando o quarteirão, para entrar no auditório. O público frequente e delirante pelo seu ídolo eram chamados de *macacas-de-auditório*, em termo pejorativo criado por Nestor de Holanda. Esses frequentadores lotavam quase toda a programação dos auditórios, na ilusão de pensar que seus ídolos sabiam que eles estavam ali, pois a massificação da programação da Nacional foi um projeto bem pensado pelos seus diretores e profissionais, e mesmo quando não havia cantores consagrados como Marlene e Emilinha Borba, mesmo assim estava lotada, como nos programas *Tancredo e Trancado*, *Nada além de dois minutos* e *Papel Carbono*, humorísticos com músicas, mas sem disputas por prêmios (Lago, 1977).

Até ao fim da década de 1940 no Brasil, não havia uma revista que tratasse exclusivamente do rádio popular e dos seus artistas como tema, assim, ajudado por Borelli Filho, Anselmo Domingos criou a *RR* em 1948. Num tempo em que o veículo de comunicação era apenas som, chegando até os

ouvintes apenas a voz, era pouco provável conhecer a imagem dos seus ídolos, a não ser que o público visse algum filme ou *show* para reconhecer seus artistas. Antes da *RR* algumas revistas tentaram focalizar esse período, mas não deu certo. Mário Lago lembrou que trabalhou na revista *PR* de Zolachio Diniz, mas não correu bem financeiramente e logo nos primeiros números, tendo chegado ao fim. Por outro lado, a revista *Carioca* pouco falava do rádio, em apenas uma ou duas páginas, mesmo depois da inauguração da Rádio Nacional do Rio de Janeiro, que pertencia ao mesmo grupo. Assim, com certa dificuldade, Anselmo Domingos lançou a *RR*, ajudado por Borelli Filho e a partir dali a rádio não seria tema secundário em revista (Lago, 1977).

Ângela vs. Dalva em reportagens e notas através da *RR*

Dalva de Oliveira fazia parte do Trio de Ouro, ao lado do seu marido Herivelto Martins e Nilo Chagas. No fim dos anos 1940 o casal se separou e ela seguiu carreira solo, não sem antes se envolverem numa briga musical, em que Herivelto alfinetava Dalva com David Nasser e outros compositores que lhe davam letras, para respondê-lo. Ainda nesse clima quente entre o ex-casal, amplamente divulgado pela imprensa, Dalva foi eleita Rainha do Rádio de 1951, depois de um intervalo em 1950, em que Marlene permaneceu no posto por dois anos. Ângela Maria gravaria o seu primeiro disco em 1951, mas ela não estava entre as grandes cantoras nessa época, mesmo que a sua carreira artística acontecesse de forma rápida e, 3 anos depois, em 1953, seria eleita Rainha do Rádio, substituindo Emilinha Borba, no último grande concurso em número de votos (Lenharo, 1995).

O primeiro contrato de Angela Maria foi com a Rádio Mayrink Veiga do Rio de Janeiro, mas naquela época não havia impedimento que uma artista tivesse um segundo contrato com outra emissora, afinal quase todos os artistas queriam ser da Rádio Nacional. Ainda assim, é preciso lembrar que a televisão foi subestimada no Brasil, principalmente pelos dirigentes da

Nacional, esquecendo-se que o novo meio de comunicação estava numa fase amadora, assim como o rádio também foi, nos anos 1920 e 1930. Depois, se um artista da Nacional precisasse viajar para *shows* no Brasil, que precisasse ausentar por muitos dias da sua programação, deveria deixar um substituto ou substituta para defender as suas músicas, pagando do próprio bolso. Pois, havia a ideia de que eles eram requisitados por serem da emissora e os gastos com suas ausências deveriam ser pagos pelos artistas (Faour, 2015).

Quando Angela Maria completou 25 anos, contratada da Mayrink, a RR fez uma reportagem com ela, de entre os demais presentes que foram à emissora felicitar a artista, uma foto com Dalva de Oliveira, onde elas cantaram juntas. Nas alcunhas do rádio brasileiro, Dalva era a *Rainha da Voz* e Angela, a *Sapoti*, apelido que lhe foi dado pelo presidente Getúlio Vargas. Neste mesmo ano de 1954 em que Ângela comemorou seus 25 anos, também foi eleita Rainha do Rádio, coroada por Emilinha Borba, Rainha do ano anterior, em festa no Teatro João Caetano. Ângela foi ajudada pelo então Ministro do Trabalho de Vargas, João Goulart; por sua Rádio Mayrink, Rádio Record de São Paulo e pelo Guaraná Antártica de São Paulo, o mesmo que ajudou Marlene em 1949.



Figura 1 - Dalva de Oliveira e Angela Maria juntas na Rádio Mayrink Veiga no Rio de Janeiro, em razão da comemoração dos 25 anos de Angela, em 1954, (RR, nº 249, p. 17, 19/06/1954).

As rusgas entre as cantoras começaram quando Ângela, supostamente, acusou Dalva de ter mandado seus fãs agredi-la em determinada época (Lenharo, 1995); outro motivo foi que Ângela tomou para si o título de *Rainha da Voz*, que era de Dalva, os fãs não gostaram e Dalva foi patentear essa alcunha (Faour, 2015). Como referimos, os fãs faziam tudo pelo seu ídolo e tomavam a indiferença e raiva por qualquer luma que entrasse indiretamente no caminho dos seus ídolos. Por duas vezes, mencionou-se no *Correios dos Fans* da *RR* a questão das alcunhas: uma por Denise Rocha de Almeida, do Rio de Janeiro observou que Ângela estava usando o título de *Rainha da Voz*, que era de Dalva. Em resposta, desconversaram e falaram das considerações da fã, finalizando que iria atender aos seus pedidos, sem citar quais (Nº 306, p. 33, 23/07/1955); quatro anos depois, em 1959, sabe-se lá de onde veio o recado de uma fã, para acalorar a rivalidade entre os defensores das cantoras, Terezinha da Conceição do Rio de Janeiro, perguntava a razão por que não davam a Dalva o título de *Voz de Cristal* e deixavam o *Rainha da Voz* para Ângela (Nº 485, p. 55, 03/01/1959). Como mudar a alcunha da antiga para a mais nova sem brigas entre os fãs e mexer com o ego das artistas?



Figuras 2 e 3 - Reportagem de duas páginas em que recupera o motivo do afastamento entre as cantoras Dalva e Ângela, em 1958, (*Rainha da Voz*, Nº 483, pp. 14 e 15, 20/12/1958).

A reportagem com Dalva e Ângela, em que se falava sobre o motivo pelo qual as duas cantoras não se falavam, nesta reportagem da RR, assim como Lenharo (1995) e Faour (2015), descrevem melhor a razão da indiferença das duas, pois quando Dalva deixou a Rádio Tupi e se foi apresentar no programa Manoel Barcelos, na Rádio Nacional onde Ângela também se apresentava, uma fã de Dalva agrediu Ângela e ela disse que a mandante teria sido a veterana. Os fãs das duas, assim como os de Emilinha e Marlene, esquentavam os auditórios, dividindo os aplausos para sua artista favorita. Dalva ficou constrangida com a acusação e essa versão da agressão era conhecida nos bastidores das emissoras, segundo a reportagem. Os periódicos eram instrumentos de paixões e manipulações da vida social, de acordo com Luca (2008), e a RR não estava a-fim de ver a paz entre as artistas, pois isso alimentou muito o interesse dos fãs e a venda de revistas, tocando nessas e em outras rivalidades do rádio.

Depois de anos sem uma foto juntas, há uma imagem com Dircinha Batista no meio, entrevistava a primeira, sobre o olhar da segunda, no Carnaval de 1966. Aparentemente, olhando a imagem, vê-se a *Rainha da Voz* com a fisionomia de poucos amigos, com a presença da *Sapoti*. A reportagem fala do tom festivo do carnaval dos artistas, entre famosos e anônimos, muitas fotos, todos riam, bebiam e apareciam a dançar. A foto de Ângela e Dalva é a única em que os fotografados não esboçam nenhuma alegria e descontração, mesmo que forjada.

Dalva de Oliveira nasceu de uma família pobre, se fosse um menino, seu nome de batismo seria Vicente, que seu pai esperava nascer. Como era menina, foi-lhe dado o nome de Vicentina. Quando a menina cresceu, seu pai, que tocava clarinete, a levava como companhia para os bares em Rio Claro, estado de São Paulo, onde ela nasceu (Ribeiro & Duarte, 2009). Por outro lado, Ângela Maria também nasceu numa família muito pobre, mas cristã, aversa a carreira artística da filha. Ela cantava em coral de igreja nos cultos e, quando dava, fugia para os programas de calouros, até que um dia

o seu irmão reconheceu sua voz e contou a sua mãe. Os programas de calouros davam prêmios financeiros e o que Ângela ganhou eram valores bem maiores que o de tecelã ou na fábrica de lâmpadas (Faour, 2015).



Figura 4 - Reportagem do retorno de Dalva de Oliveira, depois de um acidente de carro em 1965, entre as amigas cantoras que lhe queriam bem, uma delas, Angela Maria, (Nº 861, p. 29, 19/03/1966).

Dalva de Oliveira tinha sofrido um acidente de carro em 1965, a cicatriz no rosto era visível nas imagens, na matéria “LUTA DE DALVA É PARA FICAR BOA”. Depois do carnaval da edição anterior, ainda falando da entrevista de Dircinha com as duas, no baile de Carnaval, Ângela foi abraçar Dalva, levada pela reportagem da RR. Em duas páginas, Dalva aparecia com outras artistas como Luciene Franco, Wanderléa e Emilinha Borba, abraçada com elas, sorrindo ou bem próxima das demais. Na segunda foto que ela apareceu com Ângela havia um sorriso “amarelado” das duas e Dalva continuava sentada, mesmo que as legendas da matéria dissessem que ela recebia o afeto e os sorrisos daquelas que lhe queriam bem.

O que não quer dizer que esse silenciamento fosse algo permanente para Ângela Maria, pois ela continuou afirmando a importância de Dalva de Oliveira em sua carreira de iniciante e como ela conseguia ganhar os programas de calouros imitando-a. Além do mais, Dalva faleceu em 1972 e Ângela foi ao seu velório. E, tempos depois, em 1997, lançou um CD *PELA SAUDADE QUE ME INVADE- UM TRIBUTA A DALVA DE OLIVEIRA* (Sony Music), em que cantou músicas dos repertórios da cantora que a inspirou, com outros artistas brasileiros como Simone, Martinho da Vila e o filho de Dalva, Pery Ribeiro.

Considerações finais

A rádio brasileira encontrou na *Revista do Rádio* de Anselmo Domingos o meio para divulgar seu conservadorismo e o dia a dia dos astros, nas suas gravações, *shows*, afetos e desafetos, sem mediações ou páginas corriqueiras e pequenas, como os demais periódicos tratavam o rádio até então. Das rivalidades criadas e alimentadas por anos, de inspiração para indiferença, vimos como a RR tratou a relação das cantoras Dalva de Oliveira e Ângela Maria, desde o momento dos 25 anos de Ângela, comemorado na Rádio Mayrink Veiga, em 1954, passando por um tempo de indiferença e afastamento entre as duas, até surgir uma foto das duas juntas, no carnaval mediado pela cantora Dircinha Batista, em 1966. Recortamos algumas reportagens sobre o episódio da indiferença entre Dalva e Ângela, mas as notas foram mais do que as que trouxemos aqui, o que nos impossibilita de mencionar mais exemplos dessa e outras diferenças entre as artistas, verdadeira como a das duas ou forjada a exemplo de outras.

Referências bibliográficas

Periódicos

Revista do Rádio, (1948-1970)

Estudos

Cabral, S. (1990). *No tempo de Almirante: uma história do rádio e da MPB*. Francisco Alves Ed.

Cabral, S. (2007). *Grande Otelo: uma biografia*. Ed. 34.

Corrêa, T. S. (2012). A Era das Revistas de Consumo. In T. R de Luca e A L. Martins, (orgs), *História da imprensa no Brasil*. 2. ed. Contexto.

Faour, R. (2002). *Revista do Rádio: cultura, fuxico e moral nos anos dourados*. Editora Relume Dumará.

Faour, R. (2015). *Ângela Maria - A eterna cantora do Brasil*. Editora Record.

Goldfeder, M. (1980). *Por trás das ondas da Rádio Nacional*. Paz e Terra.

Lenharo, A. (1995). *Cantores do Rádio - a trajetória de Nora Ney e Jorge Goulart e o meio artístico de seu tempo*. UNICAMP.

Luca, T. R. (2008). História dos, nos e por meio dos periódicos. In C. B. Pinsky (org.), *Fontes Históricas*. 2. ed. Contexto.

Maria, Â. (s.d). CD PELA SAUDADE QUE ME INVADE - UM TRIBUTO A DALVA DE OLIVEIRA. Sony Music. <https://immub.org/album/pela-saudade-que-me-invade-um-tributo-a-dalva-de-oliveira>

Ribeiro, P. & Duarte, A. (2009). *Minhas duas estrelas: uma vida com meus pais Dalva de Oliveira e Herivelto Martins*. São Paulo.

**Coleção *Taba*, história e música brasileira:
afetos, valores e memória no uso da MPB
para o público infantil na década de 1980**

Camila Lordy Costa¹

Resumo

A coleção Taba, histórias e músicas brasileiras reuniu 56 intelectuais e artistas criando adaptações dos ideários do nacional-popular, das utopias revolucionárias e contraculturais do passado. Nela encontramos um elo geracional entre pais e filhos, sustentado pelas heranças de uma instituição sociocultural, a música popular brasileira (MPB) e a expectativa por um futuro quando a cultura brasileira e os valores humanos fizessem parte da realidade.

Palavras-chave: Canções do folclore; Canções MPB; literatura infantojuvenil; memória da MPB; coleção da Editora Abril.

Abstract

The Taba collection, Brazilian stories and songs, which brought together 56 intellectuals and artists, creating adaptations of the national-popular ideas and the revolutionary and countercultural utopias of the past. We found a generational link between parents and children supported by the legacies of a socio-cultural institution, MPB, and the expectation for a future when Brazilian culture and human values were part of reality.

Keywords: Folklore songs; MPB songs; children's literature; MPB memory; collection of Editora Abril.

1 Mestranda do Departamento de História da Universidade Estadual Paulista (UNESP), Campus de Franca.

Em 1982, momento de redemocratização do Estado brasileiro, chegou às bancas de jornais das principais praças do país a coleção *Taba: histórias e músicas brasileiras*², para um mercado promissor, o público infantil, e com uma proposta editorial inédita: conteúdo exclusivamente brasileiro. A Abril Cultural, líder de mercado de coleções, lançou o produto *Taba*, constituído por livros ilustrados com histórias entrecruzadas pelas letras de canções, acompanhados pelo vinil de sete polegadas com as narrativas e trilha sonora. A trilha, além de efeitos e da sonoplastia, foi composta por canções consagradas de artistas da Música Popular Brasileira (MPB) e novas versões para a música folclórica. Ao todo, foram publicados mensalmente 40 fascículos, reunindo 56 artistas e intelectuais: 12 autoras(es)³, 16 ilustradoras(es)⁴ e 28 intérpretes da MPB⁵. No produto “um brinquedo que fala”, foram veiculados fonogramas originais das décadas de 60 a 80.

Queremos demonstrar de que forma a coleção revelou uma afiliação com a década de 1970, quando uma instituição⁶ sociocultural diretamente relacionada com a expansão da indústria fonográfica consolidou a sigla MPB. Nessa década, um sistema de composição, produção e consumo de canções, gerou um tipo de consumidor de classe média⁷ - os pais das crianças da dé-

2 Disponível em: <https://livrandante.com.br/livros/colecao-taba-completa/>

3 Sonia Robatto, Joel Rufino dos Santos, Ruth Rocha, Ana Maria Machado, Maria Clara Machado, Sylvia Orthof, Cristina Porto, Memélia de Carvalho, Magui, Luis Camargo, Mirna Pinsky e IloKrugli.

4 Michele Lacocca, Alcy Linares, Walter Ono, Adalberto Cornavaca, Avelino Guedes, Gerson Conforto, Sandra Abdalla, Maria Cecília Marra, Lucas Isawa, Sergio J. Cântara, Agostinho Gisé, Luiz Camargo, Rogério Borges, Carlos de Brito, Paulo Caruso e Eva Furnari.

5 Chico Buarque, Caetano Veloso, Gilberto Gil, Gal Costa, Nara Leão, Edu Lobo, Milton Nascimento, Elis Regina, Jorge Bem Jor, Tom Zé, João Gilberto e Ney Matogrosso, Paulo Vanzolini, Rolando Boldrin, Renato Terra, Guarabira, Ângela Herz, Célia, Carlos Negreiro, Ronaldo Mota, Tavito, Jane Duboc, Lucinha Turnbull e dos grupos Quinteto Violado, Os Gladiadores, Boca Livre, MPB 4 e a banda Secos & Molhados.

6 A definição de instituição de Pierre Bourdieu, citada por Marcos Napolitano, evidencia-se na conceção estética das capas da coleção *Taba*, onde a “acumulação nas coisas [no caso, as obras] e nos corpos [nos caso, os artistas e intelectuais] de um conjunto de conquistas históricas que trazem as marcas de suas condições de produção e tendem a gerar as condições de sua reprodução”. Napolitano, 2010: p. 7.

7 Descendentes de profissionais liberais, um amplo espectro de assalariados do setor gerencial que, ao longo dos anos 70, tomou distância da tradição liberal ligada à valores mais próximos

cada de 1980 -, para quem a música consumida no passado representava um estilo de vida. Os amantes da MPB vivenciaram a música para além da escuta e do consumo passivo, uma vez que o repertório escolhido representava um estilo de vida, um posicionamento político e estético, uma bandeira para atuar no mundo. A seleção do repertório da coleção *Taba* revelou algumas referências para identificar um Brasil marcado por experiências sonoras, por territórios musicais. A “Era dos Festivais” (1965-1972), momento de afirmação de ideologias do nacional-popular e das inovações tropicalistas na música popular brasileira, ancorou práticas e valores na vida de uma geração que aparecem recuperados e adaptados na proposta pedagógica de misturar as canções da MPB e dos seus artistas com a literatura infantojuvenil. A diversidade no repertório da coleção aponta para as heranças dos valores vigentes: a procura pela autenticidade na música brasileira contraposta a uma desmistificação da autenticidade.

Junto com a consolidação da MPB, na década de 1970, surgiu um grupo de escritoras e escritores que participaram da coleção *Taba*, nomeados pela pesquisadora Maria Lúcia Manches como “herdeiros de Lobato”⁸. Uma rede ligada à nova literatura infantojuvenil, feita da interseção de diferentes campos conetou, afetiva e ideologicamente, esse grupo pela necessidade de falar sobre a realidade opressora do regime militar. Por rede, entendemos uma organização de laços para uma linguagem comum que concentra interesses, vontades, sensibilidades e afinidades ideológicas e culturais. Conforme a escritora Ruth Rocha, na ocasião uma iniciante nos textos para crianças, a herança de Lobato foi “essa coisa de Emília, de irreverência, de ironia, de sarcasmo”. Sonia Robatto⁹, a responsável por reunir os novos autores pela primeira vez na *Revista Recreio*, explicou que “aos poucos fomos formando um grupo que seguia a mesma linha editorial”. Através dos novos textos, as crianças ampliaram os horizontes com histórias e ideias que fortaleciam a li-

das oligarquias, para aproximar-se de um “esquerdismo difuso e antigovernamental” (Napolitano, 2017: p. 62).

8 Manches, 2009.

9 Machens, 2009: pp. 129 e 134, respetivamente.

berdade de opinião. A rede “lobatiana” conetou profissionais de excelência, de diferentes áreas de atuação, com premiações nacionais e internacionais. Além do uso da ironia e da fantasia para falar sobre assuntos anteriormente considerados do mundo adulto, vários desses autores participaram e colaboraram com o fomento ao teatro na década de 1970, publicando peças ou produzindo para o setor. A rede comungava dos “microcosmos” propostos nos livros de Monteiro Lobato, além de valores ideológicos da esquerda comunista e das experiências de exílio.

As condições de produção e reprodução da instituição sociocultural da MPB estão inseridas no período em que a música foi o produto cultural mais consumido (anos 70), e transmissora do pensamento, da construção de realidade e da visão de um mundo de uma classe média. No projeto *Taba*, o vinil, um artefato tecnológico usado quando a indústria fonográfica foi “atrás de um tipo de consumidor extremamente fiel e numeroso: a criança”¹⁰, inseriu a MPB na tradição oral de “contação de histórias” e fez o elo geracional ao veicular algumas canções e artistas expoentes da música popular.

Na coleção, a música conetou afetivamente pais e filhos e foi ferramenta escolhida para sensibilizar as crianças pela experiência estética de ser “brasileiro”. Muitas são as contribuições da música na proposta pedagógica de Sônia Robatto, atriz e escritora que recebeu a encomenda da coleção *Taba* pela editora Abril Cultural, tendo sido responsável por reunir tantos profissionais reconhecidos nas suas áreas. Sonia contou com a parceria do curador musical, Tom Zé, compositor e instrumentista ligado ao tropicalismo. Vejamos algumas das contribuições.

10 Barcinky, 2014: p. 167.



Figura 1: Capas dos fascículos n.ºs 15, 17, 10, 04, 21, 39, 02 e 14

A fotografia do artista da MPB, estampada na capa de cada fascículo (Fig. 1), e certamente endereçada para os adultos, opera como um estímulo afetivo e um selo de qualidade musical experimentada no passado. A canção “de boa qualidade” pode ser oferecida para as novas gerações como uma alternativa à ascensão da música pop que, na década de 1980, coloca em xeque o valor e a circulação da MPB e da cultura nacional.

A canção trabalha o movimento do corpo de forma global, através do ritmo e da fonação, de forma setorizada, capacitando a criança para o uso da linguagem de forma criativa e expressiva, promovendo descobertas com as quais ela poderá atuar no ambiente que a rodeia. Com a música, a criança aprende “maneiras de dizer e de fazer, maneiras de estar no mundo”, desenvolvendo as três áreas de formação do ser social: a motora, a cognitiva e a afetiva.

Especificamente no produto *Taba*, as histórias narradas com a trilha despertam sensações auditivas, cromáticas e táteis, produzindo efeitos geradores de prazer através da escuta. As qualidades materiais da voz humana, como o tom, o timbre e a intensidade, informam estados emocionais, a faixa etária dos personagens e suas disposições no espaço, produzindo uma linguagem mais direta no que diz respeito às intenções corporais. Os sons da

trilha remetem a uma sociabilidade de acordo com o lugar em que acontece a história, tanto através dos ritmos como o baião, o arrasta-pé, a toada, a marchinha, a cantiga de roda, o acalanto, a bossa nova, o samba, o rock, quanto através dos diferentes sotaques regionais.

O repertório musical também contribuiu para o processo de alfabetização. As estruturas mais elaboradas da língua portuguesa, contidas nas letras das canções da MPB e do folclore, propuseram desafios aos leitores/ouvintes. Por trabalharem com um repertório léxico extenso, as canções expandiram o vocabulário com palavras fora das competências autônomas de uma criança na primeira infância e mais exigentes do ponto de vista cognitivo. Na coleção, as letras das canções disponibilizaram construções gramaticais mais complexas do que na literatura, com inversões de sujeito e predicado, bem como o uso de metáforas como, por exemplo, no verso de Milton Nascimento “caminho de ferro, mandaram arrancar”¹¹, ou no verso de Lupicínio Rodrigues “e a saudade no meu peito ainda mora”¹².

Para compreensão do papel da música na coleção *Taba*, as categorias de análise histórica de “experiência” e “expectativa”, propostas no livro *Futuro Passado*, são ferramentas para mapear a importância de experiências que se fazem mais profundas do que meras recordações na “vinculação secreta entre o antigo e o futuro”¹³. O elo entre as gerações de pais e filhos deu-se no prolongamento de valores estéticos e políticos, onde um horizonte de expectativas foi semeado, visando um futuro melhor para as novas gerações. Na coleção, podemos identificar a transmissão, de forma lúdica, de uma utopia política e cultural, diluída após o golpe, numa frente ampla pela redemocratização. Na seleção do repertório musical e das histórias, há um recorte do que deve ser lembrado, indicando o que se pretendia que fosse esquecido ou transmitido. A coleção *Taba* quer resistir às ameaças de perda de uma certa cultura brasileira, sofrida com avanços da indústria cultural, os materiais

11 Fascículo 19, p. 06.

12 Fascículo 13, p. 05.

13 Kosselleck, 2007: p. 308.

importados e os programas de TV pautados em modelos estadunidenses. Perguntamos, para qual cultura brasileira o projeto aponta?

A memória que aloca a música popular como uma tradição a ser defendida tem sua origem no pensamento dos modernistas e, principalmente, de Mário de Andrade, no *Ensaio Sobre a Música Brasileira*, publicado em 1928. Para ele e os nacionalistas, ‘folclore’ e ‘povo’ são dois conceitos permutáveis e o folclore, essência do nacional, opera como fonte autêntica de inspiração artística, sem as influências comerciais ou estrangeiras, por preservar intacta a pureza de expressão tão corrompida pelo progresso. Na coleção *Taba*, além do destaque dado ao folclore, houve um reforço de nomes importantes que contribuíram para estruturar a espinha dorsal da música popular, segundo a seleção dos críticos que debateram a questão da “autenticidade” nas décadas de 60 e 70. Separar o joio do trigo, a música “boa” e legítima daquela “ruim” e contaminada pelo mercado, tornou-se uma constante nas discussões sobre música popular, envolvendo jornalistas, músicos e intelectuais como Ary Vasconcelos, Lúcio Rangel, Almirante e seguido por José Ramos Tinhorão¹⁴. Durante as décadas de 40 a 60, a corrente nacionalista ganhou voz nas mídias, propondo a “monumentalização” de alguns compositores da “linha evolutiva da música popular”, expressão usada por Caetano Veloso, para enfatizar as qualidades de renovação e tradição inauguradas por João Gilberto e a Bossa Nova.

Em consonância com a efervescência das discussões sobre música popular, em 1970, a mesma editora que publicou a coleção *Taba*, a Abril Cultural, consagrou a memória de alguns nomes da tradicional MPB ao publicar a primeira versão da coleção *História da Música Popular Brasileira*. Nas edições seguintes, de 1977 e de 1979, a editora incluiu Rita Lee e Roberto Carlos, depois de o rock, a música romântica e gêneros antes excluídos, entraram definitivamente para a nova música popular. Na coleção *Taba*, a música do passado aparece não só como recordação, mas como representação no pre-

14 Stroud, 2008: p. 28.

sente. Ela propõe associar os ritmos brasileiros, o folclore infantil e a voz dos intérpretes de ontem com valores humanistas, democráticos e estéticos importantes para um contexto de redemocratização. No arranjo entre forma e conteúdo, surgido do casamento entre a literatura infantojuvenil e a canção popular, há uma memória reivindicada, a construção explícita de uma identidade ou a “metamemória”, assim denominado por Joel Candau¹⁵. Para esse autor, a única memória capaz de descrever hipoteticamente o compartilhamento social de lembranças é a “metamemória”, na qual os “melhores índices de evocação ou reconhecimento estão associados a acontecimentos integrados na vida do sujeito”¹⁶. As memórias episódicas, pertencentes à “metamemória”, funcionam como “momentos articuladores do ciclo individual”, tais como o nascimento, uma doença, a morte, a mudança de casa ou episódios da vida profissional e são marcas ordenadoras do passado. Podemos usar a definição de memória episódica no objeto Taba, em que a música realizou efeitos semelhantes, como marcos produzidos tanto nos indivíduos, como na geração dos pais. Para a quem vivenciou a “Era dos Festivais”, as canções operam, em alguma medida, como formas de medir o tempo na memória e na ordenação do mundo, sendo assimiladas como substâncias próprias de um Brasil historicamente fértil em experiências ligadas à música. Na década de 1980, o tempo das crianças se enriquece com um elemento, a música, do passado dos pais.

No início da década de 1980, com a entrada do rock nacional, do axé, do pagode e da música pop, o uso da sigla MPB foi definitivamente expandido e a coleção Taba deu voz a essa pluralidade. Ainda assim, a maioria

15 Joel Candau, nos conceitos preliminares do livro “Memória e Identidade” (2011, p. 92), propõe classificar as manifestações da memória da seguinte maneira: 1. Protopensamento ou memória social incorporada que nos ancora em práticas e código implícitos; 2. Alto nível ou memória de reconhecimento que evoca deliberadamente as lembranças; 3. Metamemória ou a representação que cada indivíduo faz de sua própria memória. Segundo o autor, para a manifestação social de um determinado grupo, a única memória capaz de descrever hipoteticamente o compartilhamento de lembranças é a metamemória.

16 Candau, 2011: p. 92.

dos artistas da coleção preservou as listas anteriores à incorporação do pop, como, por exemplo, alguns representantes da velha guarda, a “espinha dorsal” da MPB, de acordo com os críticos das décadas de 60 e 70. Para as crianças, foram oferecidas as composições de Villa Lobos (compositor de música de concerto, mas inspirado no folclore nacional), Pixinguinha, Lupicínio Rodrigues, Braguinha, Lamartine Babo, Grande Otelo, Dorival Caymmi e Luiz Gonzaga. Por outro lado, mesmo que bastante fiel aos nomes canônicos da MPB, o repertório da coleção abriu espaço para dois gêneros tradicionalmente excluídos: a música caipira, de Rolando Boldrin, e uma nova versão de “A Bruxa”, do compositor Demétrius, um representante da jovem guarda.

Na década de 1970, as tendências para o mercado de bens culturais e para o seu centro mais dinâmico, a canção popular, foram ditadas pela classe média e o imaginário sociopolítico de jovens universitários, estratos sociais de onde vinha boa parte dos novos compositores da MPB. A censura, acirrada em 1968 com o AI-5, recrudescera a posição de resistência que já existia em muitas vertentes da MPB, ampliando o número e amplificando a relevância das canções com conteúdos de protestos e a construção de tipos populares que ajudaram a propagar os valores de um nacionalismo de esquerda, a ponto de estabelecer o gênero das canções de protesto. A experiência musical e artística das décadas anteriores consolidou ideias-força construídas pela cultura política de esquerda e pela contracultura, em oposição ao pensamento dos militares. Foram ideias afirmativas quanto às concepções de brasilidade, ainda que ocupando lados opostos pelos defensores do nacional-popular e pelas vanguardas do tropicalismo. As ideias estéticas e políticas tiveram como ponto nodal a brasilidade representada pelo folclórico, pelo patriotismo, pelo modernismo nacionalista de Mário de Andrade, dando suporte aos interesses pelo nacional e pelo popular, conforme indicado por Arnaldo Contier no artigo “Edu Lobo e Carlos Lyra: O Nacional Popular na Canção de Protesto (os anos 60)”. Essa brasilidade apostava na integração e harmo-

nia das raças, oprimidas pelo poder dos proprietários de terra e do capital, através da revolução social protagonizada pelo povo brasileiro.

Na coleção *Taba*, os valores ligados ao nacional e ao popular aparecem na literatura infantojuvenil, através do vocabulário usado para descrever as diversas paisagens do Brasil, as festas populares, as comidas, as profissões, os abismos das classes sociais e o passado colonial, com personagens latifundiários e escravizados. Na música e na trilha, os valores do nacional-popular estão representados nos sotaques dos personagens, em alguns gêneros da MPB, nos ritmos regionais, do folclore ou nas temáticas que revelam o “espírito de um povo” como na canção “Canto do povo de um lugar”¹⁷, “Uma vez Flamengo”¹⁸ ou “Asa Branca”¹⁹. Em algumas histórias, os textos, ilustrações e música enaltecem a cultura popular e a natureza exuberante, em outras, expõem as mazelas sociais, os abusos de autoridade, as diferenças de classe e a seca do nordeste, em conformidade com as plataformas da política de esquerda nacionalista.

Outro vetor fundamental dos circuitos socioculturais atuantes na década de 70, mais ligado à afirmação individual do que aos lugares estanques e rígidos, foi a contracultura, que também está representada na coleção *Taba*, conforme indicaremos. Hipótese cultural de Raymond Williams²⁰, as ideias ligadas ao movimento contracultural estão assentadas em valores, experiências e práticas conectadas por ‘estruturas de sentimentos’. Antes de exemplificarmos os elementos contraculturais, é preciso destacar a personalidade de Tom Zé, nome emblemático da cultura marginalizada e curador musical da coleção *Taba*, contribuindo com métricas não convencionais, sonoridades ruidosas e com o rock. Além dele, nomes ligados ao movimento tropicalista

17 Fascículo 22.

18 Fascículo 16.

19 Fascículo 28.

20 “(...) pensamento tal como sentido e de sentimento tal como pensado: a consciência prática de um tipo presente, numa continuidade viva e inter-relacionada. Estamos então definindo esses elementos como uma “estrutura”: como uma série, com relações internas específicas, ao mesmo tempo engrenadas e em tensão (williams, 1979: p. 134 *Apud* Diniz, 2017: p. 54).

estão presentes: Caetano Veloso, Gilberto Gil e Gal Costa (“musa da contracultura brasileira”, assim denominada em uma matéria do Pasquim de dezembro de 1969), além de Milton Nascimento, Jorge Ben Jor e o escritor Ferreira Gullar (autor do manifesto neoconcreto de 1959). Na coleção, o rock de Tom Zé, Secos e Molhados e Lucinha Turnbull divide espaço com o samba de Grande Othelo, interpretado por Carlos Negreiro, entre outros ritmos regionais, como o carimbó, o arrasta pé e a ciranda. O elemento fundamental ligado à estrutura de sentimentos é o conceito de *liberdade*, transversal nas histórias da coleção. A liberdade pode ser interpretada como metáfora de um desejo de mudanças sociopolíticas, compartilhado tanto pela esquerda nacionalista, quanto pela contracultura. Mas a ideia de liberdade individual, tão cara aos “fora do sistema”, os que vão pela vida sem destino, em todas as direções, “pela terra, pelo mar e a voar”, está literalmente presente na história e na música do fascículo 17, assim como no fascículo de abertura da coleção, Marinho, o marinheiro. Na primeira história da coleção, Marinho desafia a autoridade do comandante do navio porque não quer usar o boné, mas uma gaivota na cabeça.

Para compreendermos os novos usos da MPB na década de 1980 é preciso dizer que as canções têm uma funcionalidade política porque trazem para superfície um compartilhamento do discurso, das palavras e conceitos que estabelecem modalidades de existência da vida em comum. Da combinação das histórias com as canções aparece a expectativa do adulto na formação de um ser social mais preparado para uma consciência cívica, popular e brasileira. Veículo para a memória musical e política das décadas anteriores, a coleção, produzida nos anos 80, foi colocada no mercado para prover o que “falta ao público infantil, normalmente orientado por materiais e informações alienígenas (...) atualmente suprido somente por materiais importados e adaptados”²¹, segundo a empresa IMK- relações-públicas S/C

21 Transcrição dos registros existentes no CONRERP 2ª região – São Paulo/ Paraná, disponível em: <https://web.archive.org/web/20101226105034/http://www.conrerp2.org.br/index.php?mac=News.cntnt01.print.0&cntnt01articleid=446&cntnt01showtemplate=false&cntnt01returnid=127>.

Ltda., a responsável pela campanha de lançamento do produto Taba. A ideia do marketing era lançar no mercado um produto “(...) utilizando para isso histórias, desenhos, músicas e criatividade nacionais”, quando a indústria de entretenimento promovia a ascensão do pop infantil com a Turma do Balão Mágico, Clube da Criança (Xuxa), O Trem da Alegria.

Foi nesse cenário, de reestruturação da indústria fonográfica que focava nas vendas do pop, do rock e do setor infantil, que a coleção *Taba, histórias e músicas brasileiras* apareceu veiculando fonogramas já produzidos por artistas de grande sucesso e apartados dos grandes lançamentos do mercado fonográfico de então. Do ponto de vista mercadológico, a coleção viabilizou uma parceria com as gravadoras por reaproveitar um patrimônio adquirido e otimizar os custos de produção dos fascículos, negociando somente direitos autorais. Do ponto de vista do consumidor, as famílias, o produto era mais do que “um brinquedo que fala”, era também uma forma dos pais compartilharem com os filhos um pouco das experiências musicais, quando ouvir a MPB era assimilar o tempo presente.

Referências bibliográficas

Barcinky, A. (2015). *Pavões Misteriosos, 1974-1983: a explosão da música pop no Brasil*. São Paulo: Três Estrelas.

Candau, J. (2011). *Memória e Identidade*. São Paulo: Editora Contexto.

Contier, A. (1998). “Edu Lobo e Carlos Lyra: O Nacional Popular na Canção de Protesto (os anos 60)”. *Revista Brasileira de História*, disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0102-01881998000100002>

Dias, M. (2008). *Os donos da voz: indústria fonográfica brasileira e mundialização da cultura*. São Paulo: Boitempo editorial.

Diniz, S. (2017). *Desbundados e marginais: MPB e contracultura nos anos de chumbo” (1969-1974)*. Tese de doutoramento apresentada na Universidade Estadual de Campinas.

GoodBrainstorms (s.d). *Coleção Taba/Histórias completa*, disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=7-QaqL9XktA&list=PL20A010A00A392A-9D&index=18>

Koselleck, H. (2006). *Futuro Passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Contraponto Editora PUC.

Manches, M. (2009). - *Ruptura e Subversão na Literatura para Crianças*. São Paulo: Editora Global.

Napolitano, M. (2010). *Seguindo a Canção, engajamento político e indústria cultural na MPB (1959-1969)*. Dissertação de Mestrado apresentada na Universidade de São Paulo.

Napolitano, M. (2017). *Coração Civil: a vida cultural brasileira sob o regime militar (1964-1985), ensaios históricos*. São Paulo: Editora Intermeios.

Sirinelli, J. (2003). « Os Intelectuais ». In *Por uma história Política*. Rio de Janeiro: Editora FGV.

Stroud, S (2008). *The Defence of Tradition in Brazilian Popular Music: Politics, Culture and the Creation of Música Popular Brasileira*. Great Britain: MPG Books. ISBN 9781138278431

Wayback Machine (2008). *Projeto Taba*. CONRERP 2ª Região – São Paulo: Paraná, disponível em: <http://www.conrerp2.org.br/index.php?mact=News,cntnt01,print,0&cntnt01articleid=446&cntnt01showtemplate=false&cntnt01returnid=127>.

**Fazer-se acreditar por constitucional:
os dramas liberais e a cena teatral transatlântica
luso-brasileira entre 1820 e 1840**

Josiane Nunes Machado Sampaio¹

Resumo

Os “Dramas Liberais” foram peças encenadas no Rio do Janeiro entre 1830 e 1840. Conhecidas da cena teatral portuguesa durante as revoltas liberais em 1820, estas peças traziam aos palcos temas como: “constituição”, “povo”, “leis”, “liberdade”, que impulsionavam paixões políticas das plateias, dos artistas e da imprensa, neste período conturbado, com o processo de Independência. Acreditamos que a circulação transatlântica deste repertório liberal, entrelaçava-se a novas demandas sociais.

Palavras chaves: Dramas liberais, Rio de Janeiro, Teatro, Revoltas liberais.

Abstract

The Liberal Dramas were plays performed in Rio de Janeiro between 1830 and 1840. Known from the Portuguese theater scene during the liberal revolts in 1820, these plays brought to the stage themes such as: constitution, people, laws, freedom, which stimulated the political passions of audiences, artists and the press, in a troubled period, with the Independence process. We believe that the transatlantic circulation of this liberal repertoire was intertwined with new social demands.

Key-words: Liberal dramas, Rio de Janeiro, Theater, Liberal revolts.

1 Doutoranda pelo programa de Pós-Graduação em História Social, FFLCH. Universidade de São Paulo/USP. Brasil. (2020-2025) e-mail: josianesampaio@usp.br; Orientador: Prof. Dr. Francisco Carlos P. Martinho.

Introdução

A revolução liberal de 1820 no Porto, deu início a um período de intensas disputas políticas no Brasil e em Portugal. No Rio de Janeiro, as décadas de 1820, 30 e 40 foram marcadas pela circulação de impressos e fervorosos debates, revoltas, tumultos e discursos inflamados. Eram muitas e diversas as expectativas, abarcando amplos setores sociais. A vida teatral nessas décadas esteve também atravessada pela política. O Teatro São Pedro de Alcântara, espaço cênico oficial da Corte, denominado no período regencial de Teatro Constitucional, figurava como local exemplar das disputas e experiências políticas do período² (Lima, 2000). Fundado em 1813, depois da chegada da família real, então Teatro São João, com o desenrolar dos anos de 1820, este teatro deixou de ser unicamente lugar de celebração e de exibição da soberania monárquica - como foi predominante no Primeiro Reinado -, para estabelecer-se como um novo espaço de sociabilidade política, atraindo diversos frequentadores. Como apontou Marco Morel, o “teatro ocupa na Corte brasileira, uma dimensão comparável à Ágora grega. Quer dizer, um lugar de expressão das vontades dos cidadãos que se consideram os donos da Cidade” (2005, p. 234). Neste sentido, os pequenos atos do cotidiano que se desenrolavam no espaço teatral estavam também vinculados aos debates de representação da cidadania que ocorriam desde 1820 e, mais intensamente, na Constituinte em 1823 (Ribeiro & Pereira, 2009).

Com o processo da Independência do Brasil, não eram ainda claras aos agentes políticos as definições sobre qual seria a forma política de organização do Império independente (Slemian, 2006, pp. 9-40). Tais tensões foram sentidas ativamente no teatro. Os militares e a polícia adentram com mais frequência a cena teatral, prática que se amplia com a Abdicação e após a Revolta no teatro em 1831. O teatro transforma-se num dos centros de preocupação dos agentes do poder. A Revolta no teatro São Pedro de Al-

² Largo do Rossio, atual Praça Tiradentes, um dos espaços públicos mais representativos do Rio de Janeiro, com edificações de diferentes tipologias e pequeno comércio.

cântara em 28 de setembro de 1831 (o teatro não esteve imune às revoltas), deu-se na apresentação da peça *O Estatutário*, em benefício do ator cômico português Manoel Baptista Lisboa da Companhia teatral portuguesa³ (Silva, 1938, pp. 29-30). Este ator gozava da “amizade e conceito dos Brasileiros livres”, pelas suas “ideias liberais”. Era um importante artista em Lisboa que fugira, emigrado, justamente no contexto das disputas em Portugal. Se Manoel Baptista Lisboa precisou de sair é porque era partidário de D. Pedro I, o que significava em Portugal, ser liberal, anti-abolucionista. Nesses anos, a partir de 1828, muitos emigrados liberais circularam pelas ruas do Rio de Janeiro e causaram apreensão. Em fins de 1831, com D. Pedro I fora do país, lutando para legitimar a filha no trono em Portugal, tudo eram nervos à flor da pele e o título da peça é revelador destas tensões. O viajante alemão Carl Seidler, relatou que a revolta no teatro teria iniciado com um grito de um espectador dizendo “Viva a República”, seguido de uma resposta de “Viva D. Pedro II”, “era o brado dos camarotes e da plateia” (Seidler, 1941, p. 47). Este “Motim do Teatro” foi compreendido como uma disputa pela ocupação dos espaços da cidade (Morel, 2005. pp. 237-238), e, também, como expressão do antilusitanismo presente na Corte (Ribeiro, 2002, pp. 290-293). Além disso, evidenciou o caráter predominantemente político do evento e do teatro, quando os exaltados antes aliados dos *moderados*, foram abortados do governo – essa seria a raiz da ação sediciosa (Basile, 2007, pp. 41-67)⁴. Em decorrência desta revolta foi publicado o decreto de 25 de outubro de 1831- um *Código de Posturas*, que postulava: “a plateia não poderá dirigir-se em voz alta palavras ou gritos a quem quer que for dentro do teatro, exceto para os atores, os gritos de bravo!”⁵. Esta revolta leva-nos a pensar nas ações políticas que se relacionaram com as manifestações teatrais e festejos cívicos, como demonstrado em pesquisa anterior (Sampaio, 2018). Outra dimensão

3 Esta companhia chegou ao Brasil em 1828, consignada por Rodrigues Sousa & Cia e pelo próprio proprietário do teatro o sr. Fernando José de Almeida.

4 Relatório do Juiz de Paz da Freguesia do Sacramento, dirigido ao Ministro de Justiça, sobre os acontecimentos da noite de 28 de setembro de 1831, no Teatro.

5 Decreto de 25 de outubro de 1831.

fundamental a ser pensada, são os usos políticos vindos da plateia, são as representações “oficiais”, as discussões sobre as comemorações cívicas que intensificaram a cena teatral e foram muito pouco discutidas pela historiografia, tendo havido disputas pelas novas datas cívicas do 7 de abril e do 7 de setembro, por exemplo.

O teatro era “também espaço para ostentar riqueza e distinção social, de ganhos financeiros, de diversão e de conflitos” (Marzano, 2008, p. 122). Igualmente, o Rio de Janeiro entrava paulatinamente no circuito internacional das práticas teatrais e era visto, sobretudo após a Independência do Brasil, como uma capital de oportunidades para diversos artistas. O teatro estava no centro da disputa, tanto pelo governo, como pelos grupos políticos, e era formado por homens e mulheres que viviam as paixões do seu tempo. Parte do repertório que a Companhia Teatral Portuguesa colocou em cena no Rio de Janeiro, a partir de 1829, anuncia-se na imprensa, como “Dramas Liberais”, (também encenado em Lisboa). Verificamos que não há bibliografia sobre esse tema. Nestas peças, são muitos os temas que remetem aos conflitos liberais, ao ideário constitucional, que também influenciou os debates políticos no Império do Brasil.

Os dramas liberais

Nos periódicos o *Diário do Rio de Janeiro* e no *Jornal do Comércio* os “Dramas Liberais” aparecem com frequência nos primeiros anos da década de 1830. Em 1831, foram marcantes as peças com temas políticos. Um mês após a abdicação, para a abertura da Assembleia Legislativa no dia 3 de maio, foi anunciada na Corte do Rio de Janeiro a peça “O Dia de Jubilo para os Amantes da Liberdade ou a Queda do Tirano”, escrita pelo cômico português Camilo José de Soares Guedes⁶ (Prado, 1972, p.12). A peça foi encenada pela Companhia Teatral Portuguesa da atriz Ludovina Soares

⁶ Este trabalhou com o ator brasileiro João Caetano dos Santos nas décadas de 1840 e 1850.

que chegou à Corte em 1829, dedicada ao 7 de abril⁷. Este repertório teatral era conhecido do público e circulava em Lisboa desde a década de 1820 – eram os chamados “Dramas Liberais” -, peças de dramaturgos portugueses escritas no contexto da Revolução de 1820 como as peças “O Dia de Jubilo”, “O Verdadeiro Heróismo” ou o “Anel de Ferro”. Esta última de autoria do português Fernando José de Queirós, tio-avô paterno do escritor Eça de Queirós (1822), fora encenada no teatro da Rua dos Condes em Portugal em 1821, e oferecida ao Soberano Congresso, para as comemorações da instalação das Cortes Gerais. Temos também: “O Triunfo Constitucional”, ou o “Castigo das Violencias”, “O Patriotismo no seu Auge”, ou a “America Triunfante”, “O Pífarlo Liberal”, ou o verdadeiro modelo dos que deviam rodear os “Imperantes”, “O Tribunal Invisível”, ou o “Filho Criminoso e Rebelde”, “A Queda do Tirano”, entre outras (Silva, 1938, pp. 29-30). Estas peças circularam pelo Atlântico, mobilizando os debates. Pretendiam a “exaltação liberal”, que para Décio de Almeida Prado preparou o terreno para o romantismo no teatro, pois “procurava adivinhar e construir o futuro, projetando a imagem de uma sociedade mais equilibrada e justa” (Prado, 2012. p. 56). Os textos eram impregnados pelas lutas políticas do tempo e remetiam ao ideário constitucional em pauta, em Portugal e no Brasil. Os títulos destas peças aludem e são comentados na imprensa como peças que se referiam aos “tempos da liberdade”, à “soberania”, ao “povo”, ao “cidadão”, à “independência”, enfim, uma gama de novos conceitos políticos inscritos nos intensos debates políticos e apresentados para divulgar nas apresentações teatrais. As “guerras das penas”⁸ circundam também o teatro (Neves, 1999, pp. 41-65).

A apresentação para o 3 de maio seguiu o seguinte protocolo: abertura com o hino *Sete de abril*, em seguida a peça “O Dia de Jubilo...”, de-

7 A peça foi impressa e vendida nas livrarias do Srs. Veigas, Borel, Baptista e Silvino no valor de 640 rs., *Correio Mercantil*, 30 de junho de 1831.

8 Termo cunhado pela historiadora Lucia Maria Bastos. A “guerra das penas” explica a grande ampliação do vocabulário político advindos da Independência que, notamos, continua acintosamente para o nosso recorte.

pois um número de dança e uma farsa animada para fechar a noite. O jornal *O Constitucional* destacava a ansiedade do público para “que chegasse o momento em que aparecesse o Jovem Soberano, ou os dignos membros da Regência na Imperial Tribuna do teatro”. Igualmente, havia expectativa pela “presença de Lima, Caravellas e Vergueiro” para o público se entusiasmar ao ouvir os gritos de “Viva a Liberdade da Pátria - Viva a Independência - Viva a Constituição”. Expressões que se repetiram ao longo do espetáculo e as pessoas na plateia estendiam os braços para o alto, portando lenços brancos, simbolizando os “sinaes da paz e harmonia que deve reinar entre todos os Entes que forem Constitucionais”, (*O Constitucional...*, 1831). A Câmara dos Deputados puxava o papel de protagonista para si. Muito aplaudida, a “Queda do Tirano”, fazia clara alusão a queda de D. Pedro I, tratado na época em muitos jornais como tirano. No pós-abdicação, também entrava em pauta a desvinculação da imagem de D. Pedro I do espaço teatral. Além de frequentador assíduo, o monarca deixara marcas com as suas ações no teatro oficial, exemplos da íntima ligação deste espaço com a teatralização da política. Foi do terraço do Teatro São Pedro, que D. Pedro I leu para os súditos, em nome de D. João VI, o decreto sancionando a Constituição que estava sendo elaborada em Portugal; e foi também neste teatro que D. Pedro I se apresentou ao povo fluminense pela primeira vez após a Independência. O lugar político do espaço teatral estava em questão e a valorização dos princípios constitucionais, da soberania e da cidadania adentravam a cena. Neste sentido, aconselhava-se ao ator que interpretaria “O Tirano” que este justificasse sua atuação perante o público (*Jornal do Comércio*, 1831). O ator português Joaquim José de Barros prontamente seguiu o conselho e informou que “para bem do Drama, he que prontificou a fazer semelhante papel, pois que os seus sentimentos são inteiramente opostos, aos que se vê obrigado a fazer sobre a Scena” (*Idem*). A necessidade do ator se justificar publicamente dá uma ideia de como havia tensão de sobra. Era comum naquele período que o público se expressasse

no teatro com lenços estendidos, assobios, gritos, vaias, pateadas, apelidos; com símbolos nas vestimentas, palavras de ordem, elogios ou críticas aos atores, além de leituras de poemas, distribuição de panfletos e músicas. As diferenças das ordens dos camarotes e plateia faziam parte do código interno ao teatro, compartilhado entre os frequentadores.

Entre os artistas da Companhia Teatral Portuguesa que colocaram este repertório português (muitas dessas, traduções francesas) em cena no Rio de Janeiro, muitos atuaram em Lisboa no Teatro da Rua dos Condes e aportaram na Corte em 25 de setembro de 1828 (Silva, 1938, pp. 29-30). Posteriormente, formaram uma Sociedade de Artistas, responsável pelo Teatro da Praia de D. Manuel em 1831⁹. Segundo Christophe Charle, essas associações artísticas ao longo do XIX, visavam reduzir a crescente precarização e divisão do trabalho interno nas companhias teatrais. A intenção era negociar melhores condições de trabalho e de salários, além de “lutar contra diretores desonestos, que abusam de sua posição para roubar os atores” (Christophe, 2012, p. 130).

Podemos citar alguns nomes dos artistas portugueses e suas funções: Para 1^a dama - a atriz Ludovina Soares da Costa; 2^{as} damas - suas irmãs Tereza Soares, Maria Soares e as atrizes Gertrudes Angélica da Cunha, Maria Amália da Silva - filha do ator Manuel Baptista; para 1^o galã - o ator João Evangelista da Costa, marido de Ludovina; para o tipo do velho sério - os atores João Clímaco da Gama; Bento José de Faria e Manuel Alves; o galã central e tirano - o ator Joaquim José de Barros, que era também o cabo da companhia; Também havia a tipologia do 1^o gracioso e petímetro - do ator Luiz Antonio de Gonzaga, o 2^o gracioso - Manuel Soares; Antonio José Pedro, Miguel João Vidal. Pequeno ator - José Jacó Quesada. E por fim, o típico cômico comandado pelo ator Vitor Porfírio de Borja (Silva, 1938, pp. 29-30).

Além das disputas de repertório e a circulação dos artistas, a compreensão quanto à materialidade das atividades teatrais no Rio de Janeiro

⁹ Sabemos pouco sobre a atuação de associações artísticas.

ro, as finanças dos teatros misturavam-se a dimensão empresarial (via-se ter um negócio teatral) e os auxílios fundamentais vindos pelo aporte financeiro do Estado. Os teatros do período na Corte, procuravam ser mantidos (mesmo que de modo desigual) pelo *sistema de loterias* - criado pelo governo como meio de apoiar financeiramente instituições, associações religiosas, teatros e outros setores. Destas loterias, uma parte dos rendimentos - uma espécie de prémio em dinheiro ia para o vencedor do sorteio, a outra parte ia para o teatro e para o artista - o *benefício*¹⁰ (Souza, 2002, p. 138). Estes benefícios representavam uma importante contribuição na renda pessoal dos artistas, Berçort (2011). A dinâmica da produção teatral estava atrelada à aprovação ou negação dos repertórios teatrais. As escolhas das peças entrelaçavam-se com as possibilidades materiais de produzir os espetáculos e esta questão estava associada às disputas políticas pelas concessões das loterias. Desde modo, é curioso como os “dramas liberais”, divulgados com este nome, angariaram público e intensos debates na imprensa, a partir das décadas de 1820 e 30. Sendo assim, desejamos entender ao longo do doutoramento, o que seriam esses dramas liberais. Como foram modificados com a circulação destas peças entre Portugal e o Brasil? Foram readaptados conforme as circunstâncias? Além disso, também nos inquieta refletir sobre o que existe de conceituação liberal nestes chamados “dramas liberais”? Acreditamos que houve um movimento de um repertório específico para o tempo, que respondia às demandas políticas do tempo, expresso nos dramas liberais. Além de mudanças no repertório, houve um alargamento do debate em torno do teatro, a atuação dos atores que era pensada de uma nova forma, questionada, como podemos perceber nos debates da crítica nos jornais. É importante destacarmos que a preocupação política

10 O espetáculo em benefício era uma prática muito comum, utilizada por artista, empresários, instituições, associações ou quaisquer. A arrecadação de dinheiro para fins diversos. No caso de atores, cabe dizer que os “benefícios faziam parte dos contratos por eles assinados com os empresários, variando o número e o dia da semana em que seriam oferecidos de acordo com a fama do ator”.

sobre o repertório teatral heterogêneo continuava na Corte nos anos de 1840, e com diversos temas que poderiam ser contrários aos interesses do governo, naquele momento de intensa agitação política e social, sobretudo na França; diante das ideias revolucionárias com as quais o repertório teatral romântico dialogava, era fundamental avaliar quais peças teatrais “oferecer às provas públicas” para exibir. Pretendia-se em torno dos homens de letras¹¹ e não somente da polícia, a prática da censura teatral, imaginava-se dirigir a formação para um “gosto teatral”, a necessidade de “interpor o seu juízo sobre as obras” e os diversos gêneros teatrais encenados (Atas do Conservatório; Arquivo Nacional, RJ,1840-1849; Fundo 46,5,7)¹².

Os homens de letras, tanto no Rio de Janeiro como em Lisboa, empenhados na criação de Conservatórios Dramáticos em Lisboa (Torre do Tombo, 2018)¹³, a instituição sob a organização de Almeida Garrett (1799-1854) (Instituto Camões-Conservatório Nacional, s.d)¹⁴ por exemplo, que era também Inspetor-geral dos teatros e dos espetáculos nacionais, tinha por objetivo geral promover uma reforma para implantar um teatro político-pedagógico com caráter nacional que serviria como “uma escola de bom gosto, que contribuiria para a civilização e aperfeiçoamento moral da nação portuguesa” (Rabello, 1991; como citado em Müller, 2015, p. 08). Embora a função moralizante do teatro seja muito presente neste período para o teatro português, Ana Isabel Vasconcelos destaca que em muitos prefácios de divulgação das peças anunciavam projetos teatrais e estéticos distintos. Homens de letras e do teatro como Garret, Mendes Leal e Carreira Lacerda, propunham visões

11 A expressão “homens de letras” era utilizada para indivíduos pertencentes a uma elite letrada.

12 *Papéis sobre a censura dos espetáculos do Conservatório.*

13 No decreto de D. Maria II em 1840 entre os membros: Alexandre Dumas, O Conde de Linhares, Ferdinand Deniz, Francisco Adolpho de Varnhagem, José da Silva Mendes Leal entre outros.

14 A instituição foi integrada via decreto para ser Escola Dramática ou de Declamação, com divisão para a tragédia e a Cômica. Declamação aplicada à lírica e Declamação oratória. Também se juntou a escola de Dança, Mímica e Ginástica Especial, bem como a escola de Música.

contrastantes de como “modernizar” o teatro português, entretanto, a designação “dramas liberais” para algumas peças perdem fôlego nos anos de 1840 e 50. Tais embates, certamente causaram impacto, fluxo e refluxo sobre quais os textos teatrais a editar, vender, traduzir, fazer circular, ler e encenar (Vasconcelos, 2015, pp. 63-73).

Portanto, os repertórios teatrais eram centro dos debates teatrais e políticos. No Rio de Janeiro, o jornalista Justiniano José da Rocha no seu compromisso com a ala conservadora, reclamava no seu jornal *O Brasil* em 1841, as manobras políticas da oposição Liberal. Argumentava que os últimos 10 anos da história do país tinham sido de “calamidade e anarquia”. Criticava as reformas liberais e queixava-se que entrando num novo reinado, diante do curto tempo para a realização da coroação de Pedro II, as mesmas “paixões do passado” da época de Pedro I se faziam presentes, como temas sobre a recolonização, - mesmo depois de 20 anos de Independência; as “intrigas” Brasileiros versus Portugueses, as revoltas e os debates “rancorosos” sobre a dissolução da Constituinte, para Justiniano dava a impressão de que se retornava, na política e no teatro, aos anos de 1823, (*O Brasil*, 1841). Justiniano na ocasião criticava o liberal mineiro Teófilo Ottoni na Câmara trazendo o tema das composições dramáticas de “espírito exagerado do liberalismo” encenadas na Corte entre os anos 1830 e 31, “os dramas liberais” para o seu argumento. No seu artigo chamado “A coroação e o Anel de Ferro”, Justiniano entendia que as peças “Totila” e o “Anel de Ferro” foram muito aplaudidas pela mocidade “esquentada” dos jornais *O Republico* de Antônio Borges da Fonseca e da *Nova Luz* de Ezequiel Correa dos Santos. Entretanto, este repertório era “contra o Monarca e tinham o intuito de fomentar no povo a irritação percussora do 7 de abril”. Assim, para ele, as peças teriam contribuído para a “revolução de 7 de abril”, ou seja, para a Abdicação de Pedro I em 1831. Tais peças, em sua opinião, não possuíam interesse dramático nem literário, somente havia “esses princípios que o Sr, Ottoni reproduz quotidianamente na tribuna” (*O Brasil*, 1841).

Para além do debate com Ottoni, Justiniano indignava-se sobre a possibilidade do drama liberal “O Anel de Ferro” ser encenado nos festejos da coroação de Pedro II em 18 de julho de 1841. Muito conhecida, a peça “O Anel de Ferro” encenada no Teatro Nacional da Rua dos Condes em 1821, para celebrar a instalação das Cortes Gerais e Extraordinárias da Nação Portuguesa e oferecida a Augusta Assembleia pelo autor e administrador do teatro, Fernando José de Queiroz, no prólogo da sua obra, destacava a honra em oferecer um drama para o “glorioso acontecimento da nossa moderna História” (Queirós, 1822). A peça foi publicada em Lisboa no ano seguinte e no Rio de Janeiro seria encenada em 1830.

A peça “O Anel de Ferro”, antes de ser encenada nos palcos do Rio de Janeiro, circulou impressa. Em 1827, fora anunciada na imprensa justamente com o repertório espanhol, do diplomata e dramaturgo Francisco Martinez de la Roza, atuante no Teatro de Cádiz, em 5 de julho de 1821, no período do triênio liberal (1820-1823), (*Diário Mercantil*, 1827). Sobre o enredo do “O Anel de Ferro”, o jornal *O Verdadeiro Patriota* em 1830, conta que a obra abordava a história de um rei que se queria “fazer-se acreditar por constitucional”. Educado pela sua irmã que exercia a regência do seu governo, o rei teria conspirado contra o General Alfredo. Ao longo da peça, descobre-se que o general era filho do rei e fora condenado injustamente, quando na realidade os planos da intriga foram arquitetados pela Princesa e pelo seu Conselheiro. A personagem do rei foi novamente interpretada pelo ator português Joaquim José de Barros no Rio de Janeiro, em novembro de 1830. Enquanto Justiniano apontava os pontos políticos da peça, o redator do *O Verdadeiro Patriota* criticava os aspectos morais da obra. Para este, a peça era carregada de palavras indecentes. Num momento da peça, uma atriz em vestes masculinas dizia em cena ao noivo prometido para este ir desposá-la, o que era indecente e indigno de ser apresentado no teatro. Concluía que a peça devia “trazer ao povo modelos de constitucionalismo e justiça sem exceder seus razoáveis limites” (*O Verdadeiro Patriota*, 1830).

Para Justiniano José da Rocha, a peça trazia cenas de injustiça sofrida pela personagem do general, “figura virtuosa e que prestava ótimos serviços ao rei”. Este fora colocado em uma intriga por inveja e amor não correspondido. O monarca, mesmo bom e justiceiro, acabou por acreditar que o general estava à frente de uma conspiração contra o seu poder. Todo este enredo, para Justiniano, estava “bordado com declamações contra os vícios e a corrupção das Cortes, contra a fraqueza e ingratidão dos reis”¹⁵, ou seja, era perigoso por fomentar debates radicais e antimonárquicos. Justiniano esperava mudanças no “prometido espetáculo e que não presenciemos mais esse escândalo” (*O Brasil*, 1841).

Considerações finais

Neste sentido, ficava claro como as apresentações teatrais não eram campos autônomos e desvinculados dos aspetos políticos, pelo contrário. Era mais um campo no qual os brasileiros e os portugueses travavam as suas lutas políticas. O teatro estava no centro do debate no qual se repensavam as funções e as suas características. A imprensa na Corte do Rio de Janeiro também já abordava estes assuntos desde o final dos anos 1820 (*Espelho Diamantino*, 1827 - 1828). Debate que será aprofundado com o movimento romântico e reforçado ao longo do Segundo Reinado.

O espaço do teatro extrapolava o espaço interno cénico e vai para a imprensa e para as ruas. O teatro é “tributário da sensibilidade coletiva de seu tempo” (Brandão, 2002). O consenso entre os homens de letras partia da ideia de que o espaço teatral e a cena cumpriam “naturalmente a jurisdição de o teatro ser um tribunal que decide sem agravo as questões de bom gosto e bom tom” (Brandão, 2002). Era um repertório contrastante com os dos anos anteriores? Este artigo, fruto da pesquisa de doutoramento tem como objetivo avaliar estas questões tendo como fio condutor os chamados “Dramas

¹⁵ *O Brasil*, 15 de junho de 1841.

Liberais”. Desejamos compreender o processo histórico sobre a profissionalização dos artistas teatrais oitocentistas no Rio de Janeiro, tendo um olhar sobre Lisboa, onde podemos ampliar o nosso conhecimento sobre como funcionava a estrutura teatral que permitia que peças chamadas “Dramas Liberais” chegassem á sua função principal: subir aos palcos dos dois lados do Atlântico.

Referências bibliográficas

Periódicos

- O Constitucional*, 1831
O Brasil, 1840-1841
Diário Mercantil, 1828
O Diário do Rio de Janeiro, 1820-1841
Espelho Diamantino, 1827-1828
O Jornal do Comércio, 1831-1855
O Verdadeiro Patriota, 1830

Legislação

Coleção das Leis do Império, Rio de Janeiro: Tipografia Nacional -1824,1829-1851.

Estudos

Abreu, M. (1999). *O império do Divino: festas religiosas e cultura popular no Rio de Janeiro: 1830-1900*. Record.

Azevedo, M. (1873). Os tiros no teatro: motim popular no Rio de Janeiro. *Revista do IHGEB t. XXXVI*, parte 2, Typ. Imperial.

Basile, M. (2007). Revolta e cidadania na Corte regencial. *Revista Tempo*, v. 22. <https://www.scielo.br/j/tem/a/3J8ggxL8xyCYQcV6DTSXv4k/?lang=pt>

Basile, M. (2009). O Laboratório da nação: a era regencial (1831 -1840). In Grimberg, Keila e Salles, Ricardo (Orgs.), *O Brasil Imperial, vol. II – 1831-1870*. Ed. Civilização Brasileira.

Brandão, T. (2002). Ora, direis ouvir estrelas: historiografia e história do teatro brasileiro (p. 67-91). *Latin American Theatre Review, v. Fall*.

Brandão, T. (2010). As Lacunas e as Séries: Padrões de Historiografia nas ‘Histórias do Teatro no Brasil. In *Para uma História Cultural do Teatro*. Design Editora.

Berçort, F. (2011). As representações em benefício dos artistas no Imperial Teatro São Pedro de Alcântara (1826-1831). *Anais do XXVI Simpósio da ANPUH, UFRJ*. http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1308101176_ARQUIVO_FernandoBercot-Asrepresentacoesembeneficio.pdf.

Christophe, C. (2012). *A gênese da sociedade do espetáculo: teatro em Paris, Berlim, Londres e Viena*. Companhia das Letras.

Lima, E. (2000). O espaço teatral do Rio de Janeiro. Configuração do ambiente urbano da Praça Tiradentes e adjacências (1813-1950). *Anais: Seminário de História da Cidade e do Urbanismo, v. 6, n. 2, Cinco Séculos de Cidade no Brasil*. <http://xvishcu.arq.ufba.br/anais-vi-shcu/>.

Lima, E. (2000). *Arquitetura do Espetáculo-teatros e cinemas na formação do espaço público da Praça Tiradentes e Cinelândia*. Editora da UFRJ.

Marzano, A. (2010). A magia dos palcos: o teatro no Rio de Janeiro do século XIX. In *Vida Divertida: histórias do lazer no Rio de Janeiro (1830-1930)*. Apicuri, Sport História.

Marzano, A. (2008). *Cidade em cena: o ator Vasques, o teatro e o Rio de Janeiro (1839-1892)*. Folha Seca.

Morel, M. (2005). *As transformações dos Espaços Públicos: Imprensa, Atores Políticos e Sociabilidades na Cidade Imperial (1820-1840)*. Hucitec.

Neves, L. (1999). A guerra das penas: os impressos políticos e a independência do Brasil (p. 41-65). *Tempo. Revista do Departamento de História da UFF, v. 4, n. 8*. https://www.historia.uff.br/tempo/artigos_dossie/artg8-3.pdf.

Neves, L. (2003). *Corcundas e constitucionais: a cultura política da Independência (1820-1822)*. 1ª. ed. Revan/Faperj.

Prado, D. (1972). *João Caetano – o Ator, o Empresário, o Repertório*. Perspectiva.

Prado, D. (2012). *A Herança teatral portuguesa*. In Faria, João (Org.), *História do teatro brasileiro: das origens ao teatro profissional da primeira metade do século XX, Vol I*, Ed. Perspectiva, Edições SESC.

Müller, C. & Neumann, M. (2015). *O Teatro em Portugal nos séculos XVIII e XIX*. Ed. Colibri/Instituto Ibero-Americano (Berlim).

Ribeiro, G. (2002). *A liberdade em construção: identidade nacional e conflitos antilusitanos no Primeiro Reinado*. Relume-Dumará/Faperj.

Ribeiro, G. & Pereira, V. (2009). *O Primeiro Reinado em revisão*, In Grinberg K. e Salles R. (Orgs.), *O Brasil Imperial, Vol I (1808-1831)*. Civilização Brasileira.

Sampaio, J. (2018). *A política invade a cena: vida teatral do Rio de Janeiro entre 1831 e 1848* Dissertação de Mestrado. UNIFESP-Guarulhos. <https://repositorio.unifesp.br/handle/11600/52155>

Seidler, C. (1941). *Dez anos no Brasil*. Martins Fontes. <http://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/1069>.

Slemian, A. (2006). *Sob o império das leis: constituição e unidade na formação do Brasil (1822-1834)*. Tese de Doutorado USP. https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8138/tde-13072007-114942/publico/TESE_ANDREA_SLEMIAN.pdf

Silva, L. (1938). *História do teatro brasileiro*. Ministério da Educação e Saúde.

Souza, S. (2002). *As noites do Ginásio: teatro e tensões culturais na Corte (1832-1868)*. Editora da UNICAMP, CECULT.

Vasconcelos, A. (2015). A produção Dramática portuguesa no Primeiro Romantismo: páginas de teorização e de crítica teatrais. In Müller, C. e Neumann, M., *O Teatro em Portugal nos séculos XVIII e XIX*. Ed. Colibri/Instituto Ibero-Americano (Berlim).

**De Reino a Império – alimentação sob a pena e os
pincéis de Debret (1816-1831)**

Fernando Santa Clara

Resumo

O escrito tem por objetivo apresentar as percepções de Debret sobre o Rio de Janeiro no período em que lá esteve (1816-1831). Para isso, analisaremos a publicação de sua obra *Viagem Pitoresca e Histórica ao Brasil*, composta por três tomos publicados entre 1834-1839. Assim, por meio da análise conteúdo, apresentaremos as observações do artista sobre o território à época.

Palavras chave: Debret; Rio de Janeiro; *Viagem Pitoresca e Histórica ao Brasil*.

Abstract

The paper aims to present Debret's perceptions of Rio de Janeiro during the period he was there (1816-1831). For this, we will analyze the publication of his work *Viagem Pitoresca e Histórica ao Brasil*, composed of three volumes published between 1834-1839. Thus, through content analysis, we will present the artist's observations about the territory at the time.

Keywords: Debret; Rio de Janeiro; *Viagem Pitoresca e Histórica ao Brasil*.

Introdução

O trabalho tem por objetivo apresentar a alimentação dentro do cotidiano no Rio de Janeiro registada pelo artista Jean-Baptist Debret no período em que permaneceu no Brasil (1816-1831). Durante este período, o autor, saído da França após o Concílio de Viena e a reestruturação europeia, veio ao Brasil com outros artistas, naquilo que fora posteriormente chamado de Missão Artística Francesa, ou somente, Missão Francesa (Schwarcz, 2002).

A Missão chegou ao Brasil com o intuito inicial de fundar, junto às visões civilizadoras do período, parte do projeto político de D. João VI, a Real Academia de Belas Artes na capital, em 1816. Tal investimento só foi possível, porque o Concílio já não reconhecia a colônia enquanto tal, evocando-a Reino de Portugal. Em paralelo, procurava-se evitar o processo de independência, a criação de repúblicas, assim como o pânico da fragmentação (Schwarcz & Starling, 2015).

Outras questões que perpassam a perspectiva da formação do Reino são calcadas em: 1) a corte não voltaria tão cedo a Portugal; 2) e o arsenal ligado à elevação da condição da então ex-colônia deveria ser produzido, de modo a criar registos e futuras memórias do momento vivenciado no Brasil. Neste aspecto, era necessário destacar não somente a singularidade territorial, como o que tornava única e especial a Corte lusitana, num cenário em que se conseguiu sobreviver às investidas de Napoleão e se reconfigurar numa colônia do outro lado do oceano. Era um momento oportuno para a produção de uma simbologia pátria local.

Esta é a conjuntura em que está colocado o Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves no período em que chegaram Debret e a Missão Francesa. Posto isto, procuraremos compreender como o Reino Unido e, futuramente, o Brasil independente, apresentou a Debret o seu contexto cortesão para que fosse registado, publicado e publicizado entre uma elite artística que tinha curiosidade sobre o que estava sendo produzido em terras d'além mar.

Como método de estudo da obra *Viagem Pitoresca e Histórica ao Brasil*, elegemos a análise de conteúdo dos escritos do autor e as correlações com sua iconografia. Dessa forma, não nos interessa a técnica utilizada nas pinturas, ou o tipo de material empregado, uma vez que o que está retratado é o que foi eleito, pelo artista, como algo importante e representativo do lugar em que estava. Daí, a importância de, nesse curto exercício de pensamento, estarmos focados no conteúdo apresentado pelo autor, eleição de totens que figuram o território, dos hábitos e das vivências (Burke, 2004).

Debret e o Brasil

O Brasil estava em vias de se tornar o Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves. Já não era chamado de colônia desde o Concílio de Viena, quando, após a captura de Napoleão, se passou a debater os destinos das regiões arrasadas pelo exército francês. Das terras brasileiras, além de já se ter conhecimento sobre o que acontecia no Concílio, refletiu-se muito sobre a importância de implementar uma *Europa* no além-mar. Um território em condições de estar uma família real e um séquito cortesão numeroso¹.

Os festejos para comemorar o ato iniciaram-se logo no dia seguinte à publicação da carta de lei que instaurava o Reino de Portugal, Brasil e Algarves, em fins de 1815, após a morte da Rainha. Ali, foram eventos que contavam “com três noites de iluminação que espontaneamente mandaram acender alguns cidadãos” (Pedreira & Costa, 2008). Depois, o senado assumiu a celebração. De novo, se na prática do exercício político o ato nada modificou estruturalmente, no sentimento das pessoas alguns alicerces foram balizados a partir de outros atravessamentos.

Sob a perspectiva da representação, o ato fora alegorizado à figura de um índio, em que a elevação da colônia à condição de Reino Unido lhe:

¹ Cabe ressaltar que as mudanças estavam ocorrendo desde a chegada da Corte ao Rio de Janeiro, em 1808. Entretanto, alguns aspectos se tornam mais incisivos a partir de 1815, com a elevação da colônia a Reino e com a efetiva coroação de d. João VI (Schwarcz & Starling, 2015).

Tira 'o cocar, e as plumas, com que se adornara até o dia 16 de Dezembro de 1815', para receber a monarquia. A 'antiga nudez' foi finalmente coberta pela 'Coroa brilhante' e pelo 'real manto de púrpura' oferecidos pelo príncipe regente. A América, em outras palavras, foi mais uma vez redimida da selvageria e do paganismo pela benéfica tutela da Europa (Schultz, 2008, pp. 279-280).

A construção do corpo simbólico era fundamental para mudar as estruturas que estavam por se reconfigurar no período. Colocar a capital da colónia como Reino era mais um produto civilizatório que se desejava implementar por aqui. Se a civilização era europeia, a colónia também o deveria ser.

Muitas foram, então, as ações voltadas à construção alegórica do Reino: produção de teatro e bocas de cena que colocassem o Rio de Janeiro enquanto espaço europeu, mudanças nas dinâmicas do comércio e da circulação e, claro, um ajuste nas questões ligadas à alimentação.

As mudanças simbólicas precisavam transpassar profundos aspectos dos cotidianos, transversalisá-los. Um ano após tornar-se reino, o território ganhou um escudo de armas, formado pela

antiga heráldica da monarquia portuguesa, as quinas – cinco pequenos brasões formando um grande escudo de armas inaugurado no reino de Afonso III (1245-1279) –, preencheu seu centro com uma esfera azul e dourada, "as Armas do Senado desta Cidade", o Rio de Janeiro. Acima da heráldica e da esfera, situava-se a Coroa. Essa fusão iconográfica seria o reflexo do que a carta [de Lei, de 13 de maio de 1816] descrevia como "huma perfeita união e identidade" dos residentes de Portugal, Algarve e Brasil (Schultz, 2008, p. 277).

Além da construção de um apanágio posto para que as pessoas observassem, vissem as modificações, estavam aí também inseridas as práticas

alimentares. Já desde 1808, com a chegada de um grupo de viajantes tão grande, produtos diferentes dos comercializados até então passaram a ganhar espaço. A vinda de estrangeiros para estarem na colônia e no Reino também refletiam sobre o cotidiano das pessoas.

Debret era um desses viajantes que, ao chegar, alteravam o cotidiano das pessoas na Corte. Em seu período de estadia no Brasil, registou muito do dia-a-dia em que esteve inserido e, para além disso, estudou a história do território e construiu uma ideia de formação coletiva do espaço a partir das contribuições de cada povo.

Ao publicar sua obra, *Viagem pitoresca e histórica ao Rio de Janeiro*, inicialmente em 1834, com o primeiro tomo, seguindo até 1839, com o último, dividiu sua análise em três momentos: o primeiro, intitulado “Casta selvagem”, aborda os hábitos de indígenas, apresentando ali, inclusive, hábitos alimentares e questões botânicas relacionadas à alimentação; o segundo, *Atividade do colono brasileiro*, aborda os hábitos do cotidiano que tinham o ofício principalmente dos escravizados como foco de análise; o terceiro, *História política e religiosa, estado das belas artes*, diz das festas religiosas e da organização do Brasil, principalmente a partir de 1808, data da chegada da Corte lusa à capital da colônia (Debret, 2015).

Debret, autointitulado pintor histórico, no período em que esteve no Brasil, trabalhou para a Corte joanina e de D. Pedro I. Uma versão da história conta que, com o foco inicial de desenvolver localmente a Academia de Belas Artes, D. João VI pediu ao marquês de Marialva que, representando-o no Congresso de Viena, desse conta de recrutar artistas que pudessem contribuir na elaboração de tal projeto. O marquês, atendendo a pedido do príncipe-regente, se organizou com a finalidade de desenvolver um grupo que fosse capaz de realizar o projeto, seguindo a lógica já citada de civilizar o Reino (Lima, 2004).

Outra versão, entretanto, dá conta de abordar uma busca ativa por parte dos artistas que, sem ter a Corte napoleônica para atender, ofereciam

seus préstimos ao marquês de Marialva que, vendo nisso uma possibilidade de atender ao dito processo civilizador a ser instaurado na América Lusa, refletiu junto ao príncipe-regente sobre a possibilidade (Lima, 2004; Prado, 1973; Schwarcz, 2002). Independente da versão sobre a qual a narrativa de veracidade possa encontrar respaldo, o facto é que a Missão Francesa partiu em direção ao Reino Unido com um objetivo claro.

Membro da Academia de Belas Artes francesa, retratista de cenas históricas, notado representante do neoclássico francês, de inclinação jacobina, grande produtor nas campanhas napoleônicas, Debret foi um aliado da Corte de Napoleão, apregoando seu discurso nacionalista e expansionista por meio da confecção de quadros a serem expostos sob demanda (Prado, 1973). O pintor francês e vários outros artistas, que serviam seus préstimos a Napoleão, se viram sem espaço de atuação quando da deposição do imperador e, partir para outros territórios acabou por se tornar uma opção viável.

Em março de 1816 desembarcavam no Brasil uma comitiva que contava com 50 pessoas, dentre elas os artistas: pintores, arquitetos, escultores etc. Todos eles deveriam atender às demandas do que se tornou a Escola Real de Ciências, Artes e Ofícios (1816-1822), e que foi rebatizada de Academia Imperial das Belas Artes (1822-1889). A Escola Real de Ciências, Artes e Ofícios foi fundada no dia 12 de agosto pelo decreto que "*Concede pensões a diversos artistas que vieram estabelecer-se no paiz*" (Coleção das Leis do Brasil de 1816, 1890, pp. 77-78).

Apesar do decreto assinado pelo regente, a escola, enquanto espaço formal de ensino, não funcionou. Havia artistas locais – brasileiros e portugueses – interessados em aprender com os sujeitos da comitiva. Entretanto, o ensino proporcionado não era sistematizado e não compunha o que se projetava enquanto escola. A relação voltou-se à de mestre e aprendiz.

Nesse período inicial, Debret atuou como decorador real. Cuidou das decorações que tinham como objetivo as opulências e celebrações. Fez tam-

bém os panos-de-boca para o teatro. As comemorações na Corte, inclusive, eram deveras intensas.

Além disso, em decorrência da não abertura da Academia, Debret passou a dar aulas de pintura numa casa alugada no centro da cidade. Ali, não teve nenhum apoio financeiro do Estado, a não ser pela posterior concessão de uma sala no que seria a Academia (Lima, 2004). De entre as técnicas de ensino e de produção autônoma – que formaram a obra do pintor, anos mais tarde – o neoclassicismo fazia coro. Segundo a pesquisadora Lilia Schwarcz, “o neoclássico não se pretendia apenas um movimento artístico e arquitetural, mas antes um fenômeno que dava conta de tudo: da política à família e ao cotidiano. A arte deveria ser lógica, emocionalmente pura e moralmente elevada [...]” (2002, p. 57). Logo, apresentar-se como pintor histórico era uma forma de legitimar o seu trabalho dentro de uma perspectiva de isenção e descrição sumária da sociedade, sem mais profundos envolvimento.

De fato, somente com a Academia Imperial, em 1822, houve um espaço físico para que artistas trabalhassem. Muitos de seus aprendizes de 1816 se tornaram professores já na Academia Imperial, tendo suas telas sido bancadas pelo próprio Debret.

Em 1831 o artista retornou à França, período em que começou a sua obra. Segundo o autor, a publicação é “uma descrição fiel do caráter e dos hábitos dos brasileiros em geral”, e que, para tanto, precisava seguir uma ordem lógica de formação local. E, para compreender o que eram os indígenas, o leitor deve olhar para o “centro das imensas florestas virgens do Brasil”, pois é lá que estavam “mil espécies de frutas saborosas e, amiúde, plantas vigorosas cujas raízes substanciais bastam à alimentação de seus filhos, embora os homens, cheios de engenho e agilidade, se entreguem à caça para obter um alimento suplementar” (Debret, 2015, p. 45).

O primeiro tomo, “Casta Selvagem”, então, é o que Debret deu conta de expor os povos originários do território. O volume é essencialmente para o campo da alimentação, uma vez que se trata de um registo aos moldes

de Lineu, com abordagens que apontam os alimentos sob seus aspectos botânicos e seus usos pelos diversos povos locais. Lemos e vemos registros iconográficos que abordam peixes e frutos do mar, café, bananeira, jenipapo, urucum, inhame (Debret, 2015).

A polissemia utilitária dos insumos, apesar de não ser trabalhada pelo autor, nos permite compreender os usos do jenipapo e do urucum, por exemplo, em preparos de pinturas corporais, como disse o autor, mas também em aplicações de usos culinários (como licores e cozidos, respectivamente), estes não abordados na obra. Entretanto, inhame, o cará e o aipim foram abordados pelo autor dentro da limitação de seu conhecimento e reprodução, mesclando as nomenclaturas, sem um critério específico para definir o que é cada uma das raízes.

As cabaças para a produção de cuias, essenciais à alimentação, das bananas como base da alimentação de vários grupos indígenas, também aparecem ao longo do tomo. Apesar disso, ao longo das 48 pranchas do primeiro volume, o foco fica mais em descrever os grupos indígenas e suas relações com os colonizados ao longo dos 300 anos que, à época, se viviam a partir da chegada dos portugueses, em 1500 (Debret, 2015).

Passamos ao segundo tomo, *Atividade do colono brasileiro*, onde o foco está sobre a chegada dos povos africanos escravizados para trabalhar no cotidiano citadino. Apesar de grande parte destes estarem nas lavouras, principalmente nas de cana de açúcar, Debret disse muito mais sobre o cotidiano da Corte, da cidade, do que o dia-a-dia no campo, especificamente (Debret, 2015).

Ao longo do tomo, observamos os registros dos mercados e do comércio na capital. A chegada e víveres frescos, pescados para serem comercializados no entorno do porto, também passa sob sua pena. Para darmos conta dos apontamentos de Debret, registamos aqui três grandes nichos de trabalho do autor, na narrativa do cotidiano: carnes e derivados, farinhas e vegetais culinários, e espaços de comércio, circulação e consumo. Antes de

seguimos, cabe uma consideração importante: diferente do que o autor fez no volume anterior, em que utilizou documentos e relatos para falar de povos e momentos em que não viveu (Debret, 2015), o segundo tomo era um retrato do que via e vivia no seu cotidiano, ao longo das 51 pranchas por ele pintadas e descritas.

Inicialmente, abordando as carnes, a de origem suína é a grande estrela de seus escritos, uma vez que é o animal de relativo fácil acesso aos vários grupos sociais. Salsicha, linguiça, chouriço, salames, presuntos também apareciam nesse recorte de análise. A galinha, por sua vez, fosse o animal de mais fácil acesso, mas era datada de consumos específicos: consumida, essencialmente, por pessoas convalescidas. De seu produto, os ovos eram os mais consumidos. O leite, também, tinha grande importância no consumo cotidiano, a carne bovina, entretanto, era cara e rara, voltada ao consumo das elites, maioritariamente. O cordeiro era bem recebido pelos portugueses, mas pouco consumo em território brasileiro da capital. Debret dedicou, ao todo, sete pranchas que abordam a temática - “Vendedores de leite e capim” (Debret, 2015, p. 69), “Jantar no Brasil” (p. 196), “Negros vendedores de aves” (p. 218), “Negros caçadores retornam à cidade, regresso dos negros de um naturalista” (p. 228), “Transporte de carne de corte | Canga giratória para domar bois” (p. 252), “Armazém de carne seca” (p. 289), “Açougue de carne de porco” (p. 311) -, e que dão conta de apresentar um jantar, o comércio de uma variedade de carnes e de outros insumos de origem animal, até mesmo apresentando um mercado de carne seca e um açougue.

Quanto às farinhas e vegetais, sete pranchas dão conta de registrar o seu consumo, de modo geral - “Uma senhora brasileira em seu lar” (Debret, 2015, p. 189), “Regresso de um proprietário de chácara” (p. 220), “Vendedores de samburá e de palmito” (p. 224), “Vendedores de carvão | vendedoras de milho” (p. 232), “Pequena moenda portátil” (p. 251), “Casa para alugar, cavalo e cabra à venda | Vendedores de alho e cebola” (p. 258), “Padaria” (p. 303). Destaque aí ao consumo do feijão e do arroz, da farinha de mandioca

ca e dos vegetais de temperos, como alho e cebola. Além disso, a farinha de trigo estava a circular, ainda que em pouquíssima quantidade, permitindo a criação das padarias, por exemplo.

A farinha de trigo, cabe registrar, era item de luxo e distinção até o século XIX. Assim, as padarias eram relativamente poucas, dividiam seus espaços com as confeitarias, que produziam itens de pastelaria à base de farinha de trigo e tinham na mão de obra de escravizados a base de seu funcionamento (Braga, 2010).

Por fim, nos espaços de consumo, vemos padarias, confeitarias, casas de pasto e, principalmente, uma alimentação de rua, espaço onde as quitandas e as merendas circulam com frequência e em volume. São oito pranchas que dão conta de registrar esses espaços – “Gamelas de madeira e potes de barro para água” (Debret, 2015, p. 193), “Passatempo depois do jantar” (p. 201), “Os refrescos após o jantar no Largo do Palácio” (p. 202), “Negras livres vivendo de seus trabalhos | vendedoras de sonhos, manuê, aluá” (p. 265), “Cena de carnaval” (p. 269), “Família pobre em sua casa” (p. 272), “Negras vendedoras de angu”, (p. 276), “Vendedora de pães de ló” (p. 295).

Aqui, observamos como o cotidiano se faz entre os sujeitos. Debret buscou abordar a circulação de sujeitos e de alimentos pelo espaço público, registrando, sempre que julgou necessário, quais são os itens comercializados. Assim, pessoas que vendiam seus angus, pães de ló, sonhos manuês e aluás estavam presentes nos registros – a partir do item de comércio e se seus nomes com herança em dialetos africanos. Já estavam com estes nomes, batizados com os dialetos que chegaram ao Brasil com os sujeitos escravizados.

Por fim, o terceiro tomo *História política e religiosa – estado das belas artes*, com 54 pranchas, aborda questões ligadas aos eventos religiosos lusos, sem abordar a alimentação, especificamente. Apesar disso, o registro de eventos é o seu mote: o natal, as festas santas, todas têm uma ementa alimentar específica. A carestia de carne vermelha em dias santos, por exemplo, esteve sempre nas escolhas alimentares.

São registradas aí três pranchas que fazem menção à alimentação de alguma forma – “Mulata a caminho do sítio para as festas de natal” (Debret, 2015, p. 452), “Frutas do Brasil” (p. 503), “Presentes de natal” (p. 506).

Aqui, observamos como os eventos religiosos católicos, implementados pelo colonizador e sincretizados com elementos locais – ingredientes e modos de consumo – construíram o cenário alimentar que fez parte do processo festivo implicado por detrás das comemorações. Além do sincretismo no campo alimentar, há a evidente cooptação dos sujeitos que habitavam a terra, como vemos na representação da prancha “Presentes de natal”.

Após escrever sobre o Brasil em que esteve inserido, Debret publicou suas obras e, como forma de retribuir à nação que se recém-construía autonomamente em meio à insurgência de tantas Repúblicas ao seu redor, enviou exemplares dos tomos como forma de agradecimento. Dentre as múltiplas formas de recepção da obra, caiu em esquecimento, tendo reaparecido somente no decurso do século XX, quando acabou por se tornar uma referência fora do Brasil no período de sua insurgência como nação e, em seguida, figurar pelos livros didáticos como totem de registro de um passado local (Lima, 2004).

Considerações finais

O Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves, em busca de criar memórias, símbolos e registros sobre o que estava se tornando, conseguiu, junto à Missão Artística Francesa, elaborar um importante arsenal para a construção de uma nova narrativa.

Debret, parte da Missão que aportou no Brasil, se valeu dos pincéis para retratar o que observou, e do lápis para descrever, não só as litografias produzidas, mas quais hábitos (inclusive os alimentares) se relacionavam ao que pôs nos papéis, ao que deu à luz. A alimentação é uma constante ao longo de toda a sua obra, com notado destaque ao segundo tomo.

Assim, analisando o conteúdo de sua obra, pudemos apresentar o que havia em sua reflexão acerca dos hábitos de consumo alimentar no Rio de Janeiro. A alimentação, portanto, parte muitas vezes desvalida no campo de análise da História tradicional, acaba por ocupar um relevante espaço de observação para o passado, apresentando chaves de compreensão que não servem apenas para ilustrar um período, mas para nos fornecer subsídios para análises cada vez mais profundas, quando falamos sobre questões ligadas às políticas de abastecimento e consumo de itens, por exemplo. É certo que há um debate muito mais amplo para ser feito sobre a obra, o que não cabe nessas rápidas páginas. Mas, convidamos os leitores a conhecer um pouco mais sobre a temática, aqui provocada por Debret, para que a História possa ser pautada a partir de outros lugares e de múltiplas artes.

Referências bibliográficas

- Braga, I. M. R. (2010). *Sabores do Brasil em Portugal: descobrir e transformar novos alimentos (séculos XVI-XXI)*. Senac.
- Burke, P. (2004). *Testemunha ocular: história e imagem*. EDUSC.
- Coleção das Leis do Brasil de 1816*. (1890). Rio de Janeiro: Imprensa Nacional.
- Debret, J. B. (2015). *Viagem Pitoresca e Histórica ao Brasil (obra completa)*. Imprensa Nacional.
- Lima, V. (2004). *Uma viagem com Debret*. Zahar.
- Pedreira, J. & COSTA, F. D. (2008). *D. João VI: um príncipe entre dois continentes*. São Paulo: Companhia das Letras.
- Prado, J. F. A. (1973). *Jean-Baptiste Debret. Brasileira, vol. 352*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, EDUSP.
- Schultz, K. (2008). *Versalhes Tropical: Império, monarquia e a Corte real portuguesa no Rio de Janeiro, 1808-1821*. Civilização Brasileira.
- Schwarcz, L. (2002). *A longa viagem da biblioteca dos reis: do terremoto de Lisboa à independência do Brasil*. Companhia das Letras.

Schwarcz, L. & Starling, H. (2015). *Brasil: uma biografia*. Companhia das Letras.

**Uma singularidade plural:
Margarida Lopes de Almeida (1896-1983)¹**

Nicoli Braga Macêdo²

Resumo

A investigação versa sobre a biografia de uma artista plural brasileira, Margarida Lopes de Almeida (1896-1983). Declamadora, cantora e escultora, desenvolveu inúmeras ações na esfera cultural, com grande mérito. Possuía estreita ligação junto a comunidade portuguesa através dos seus pais: Júlia Lopes de Almeida (1862-1934) e Filinto de Almeida (1857-1945). Personagem singular na História da Arte e das Mulheres, uma verdadeira imagem de emancipação do feminino.

Palavras-chave: História da Arte, História das Mulheres, Mulheres Artistas, Escultura.

Abstract

The investigation deals with the biography of a plural Brazilian artist, Margarida Lopes de Almeida (1896-1983). Declaimer, singer and sculptor, developed numerous actions in the cultural sphere with great merit. Had a close connection with the Portuguese community through parents: the declaimer and writer Júlia Lopes de Almeida (1862-1934) and the writer Filinto de Almeida (1857-1945). A unique character in the History of Art and Women and a true image of the emancipation of the feminine.

Keywords: History of Art, History of Women, Women Artists, Sculpture.

1 Artigo desenvolvido com base na comunicação realizada no I Encontro de Jovens Investigadores de História e Cultura Luso-Brasileira, na Universidade Autónoma de Lisboa, nos dias 27 e 28 de Maio de 2022.

2 Historiadora, Mestre em História da Arte pela Universidade de Lisboa e Doutoranda em História pela Universidade Autónoma de Lisboa. Bolseira e investigadora associada ao DHAH-UAL (Departamento de História, Artes e Humanidades) e ao CICH-UAL (Centro de Investigação em Ciências Históricas). Co-docente das disciplinas de História Geral da Arte I e II na Licenciatura em História da Universidade Autónoma de Lisboa. Investigadora do LAPETHI - Laboratório de Pesquisas em Teoria da História e Interdisciplinaridades da UFRRJ - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro.

Considerações Iniciais

Este artigo surge através de comunicação homónima, apresentada no âmbito do I Encontro de Jovens Investigadores de História e Cultura Luso-Brasileira, organizado pela Universidade Autónoma de Lisboa, no ano de 2022. Conjuntamente estimulado pela nossa trajetória investigativa dos últimos anos, que examina e articula os eixos da História da Arte e da História das Mulheres. O nosso trabalho recai em uma atenção historiográfica para resgatar a produção e a representação de mulheres nas artes plásticas, em um sentido lato, nos moldes cultural, geográfico e temporal. De modo mais específico, esta pesquisa foi paralelamente estruturada com o nosso trabalho mais atual, a tese de doutoramento, ainda em desenvolvimento. Investigação que envolve a prática e a representação escultórica feminina em Portugal. A problemática aqui alicerçada adveio de todas essas referências e percorreu especificamente a trajetória da artista denominada Margarida Lopes de Almeida (07/04/1896 - 20/06/1983), brasileira, nascida no estado do Rio de Janeiro, bairro de Santa Teresa. Filha da escritora e declamadora Júlia Lopes de Almeida (1862-1934) e do escritor Filinto de Almeida (1857-1945); irmã do poeta Afonso Lopes de Almeida (1888-1953); do pintor Albano Lopes de Almeida (1894); da musicista Lúcia Lopes de Almeida (1899). Teve mais dois irmãos, falecidos na primeira infância, sobre os quais não foram localizadas mais referências³.

A abordagem deste artigo tem por prioridade destacar a cultura plural das ações de Margarida Lopes de Almeida e enaltecer o seu entorno familiar, no qual estava sempre presente um marcante caminho artístico. Todos os familiares mais próximos acabaram por desenvolver uma carreira voltada às artes, tendo como expoente máximo sua mãe, escritora notável da literatura brasileira, e o seu pai, um dos fundadores da Academia Brasileira de

³ Cf. Manica, 2018. Segundo entrevista com o sobrinho de Margarida, senhor Cláudio Lopes de Almeida, em julho de 2022, ambos morreram com cerca de um ano de idade, em 1890 e 1892.

Letras, em 1897⁴. Tal especificidade, seguramente, tenha sido decisiva para que seus filhos tivessem sido estimulados sempre à uma formação cultural plural. É necessário pontuarmos a importância do avô materno de Margarida, senhor Valentim José da Silveira Lopes (1830 - 1915), conhecido pelo título de Visconde de São Valentim, educador, escritor e médico de renome, que incentivou sua filha Júlia a seguir o caminho das letras. Em suma, nosso objetivo central foi recriar a trajetória de vida de Margarida Lopes de Almeida em suas ações artísticas, destacando sua faceta enquanto escultora e a sua formação na Escola de Belas Artes do Rio de Janeiro, nas primeiras décadas do século XX.

O caso de estudo inicial

Sobre a prática e a representação escultórica feminina em Portugal, foi durante uma das investigações de casos de estudo para a realização da tese de doutoramento, que nos cruzamos com o caminho de Margarida Lopes de Almeida. Reconstruir a sua formação enquanto artista, tornou-se um tema relevante e capaz de suscitar muitas nuances, especialmente em um período em que as mulheres começavam a conquistar, embora paulatinamente, cada vez mais espaço na cena cultural, social e política de muitos países do ocidente. Começamos então a investigação, especificamente, através do único dado que possuíamos: uma escultura de sua autoria. A obra em questão está situada na cidade de Lisboa, um busto feminino, que representa e homenageia sua mãe, Júlia Lopes de Almeida, tendo surgido assim o desejo de pesquisar os desdobramentos de sua história pessoal e profissional. No decorrer da pesquisa descobrimos que, para além da escultora e a homenageada serem mãe e filha e mulheres brasileiras, existiam dois bustos idênticos em continentes distintos. O primeiro e o mais antigo, situado no Rio de Janeiro, inaugurado em 29 de Junho 1939, no Jardim do Passeio Público - o

4 Fundação da Academia Brasileira de Letras, disponível em: <https://www.academia.org.br/academia/fundacao>.

primeiro Jardim Público do Brasil, construído ainda no século XVIII (1779-1783), uma iniciativa de aproximação com os jardins europeus públicos também do dado período⁵; o segundo, busto “irmão”, inaugurado em Lisboa, em 28 de Março de 1953, no Jardim Gomes de Amorim, “que às mulheres portuguesas foi ofertado”⁶, como consta gravado em sua base. Não temos relatos do hiato cronológico que separa as duas inaugurações, podemos apenas conjecturar que tenha sido uma ação político-familiar, uma vez que o presidente da Câmara de Lisboa, no dado momento, Dr. António Caldeira Coelho, era um amigo íntimo da família, tendo inclusive vivido no Brasil⁷. O busto lisboeta configura-se ainda hoje como uma das poucas obras escultóricas que homenageiam uma personagem feminina na cidade. Continua no mesmo local de sua inauguração, mas infelizmente sem qualquer destaque para a sua presença. Centenas de pessoas passam pelo local todos os dias, mas não imaginam a relevância do trabalho e da figura ali expostos para a cultura luso-brasileira.

No que diz respeito ao primogênito do Rio de Janeiro, existem informações conflitantes que ainda precisam de novos confrontos documentais, como exige a pesquisa histórica, sempre em desenvolvimento. Há relatos de que a escultura estivesse pensada para ser colocada originalmente no Jardim Getúlio Vargas, pese embora, tenha sido inaugurada, no já referido Passeio Público. Outra especificidade liga ambos os trabalhos, o busto de Júlia Lopes de Almeida também é um dos escassos trabalhos escultóricos em homenagem a uma mulher na cidade do Rio de Janeiro, possuindo algumas informações, não oficiais, que possa ter sido o primeiro deste gênero. Infelizmente

5 [post em blogue] *Passeio Público*, disponível em: <http://passeiopublico.com/construcao.html#notas>.

6 *Revista Municipal, Publicação Cultural da Câmara Municipal de Lisboa*, Ano XIV, nº56, 1º Trimestre de 1953, p.1, disponível em: <https://informacoeseeservicos.lisboa.pt/contactos/diretorio-da-cidade/julia-lobes-de-almeida/eRevistaMunicipal>.

7 Informações constantes no discurso de inauguração do busto de Júlia Lopes de Almeida (*Idem*).

o busto brasileiro foi furtado em 2004⁸, e ainda hoje continua desaparecido, restando somente registros fotográficos (Fig. 1).



Figura 1 - Fotografia da inauguração do busto de Júlia Lopes de Almeida, no Passeio Público, Rio de Janeiro. Imagem gentilmente concedida pelo sobrinho de Margarida Lopes de Almeida, Cláudio Lopes de Almeida, em julho de 2022

8 Cf. "Tragédia Anunciada..." [post em blogue] *Passeio Público*, disponível em: <http://passeiopublico.com/htm/sec21-07.asp>.

Outras obras conhecidas da autoria de Margarida Lopes de Almeida são:

No Brasil:

- 1920 (Busto do escultor Samuel Martins Ribeiro)
- 1924 (Busto de velho / Local desconhecido);
- 1940 (Creoula / Local Museu D. João VI);
- Data (?) Títulos (?) / Possivelmente no Palácio Capanema (?)⁹.

No exterior:

- 1928 (Joueur de biniou, statue bronze, Portrait de Mlle. M.F.);
- 1929 (Allégresse, low relief bronze, Saint Sebastian, platre sculpture);
- 1930 (Anima Mea, lost wax, bronze statue, Saint Sebastian, stone statue) Salon des Artistes Français¹⁰.

Ao tentarmos fazer o levantamento de suas obras é que sentimos a dualidade latente da pesquisa quando falamos do confronto entre protagonistas homens e protagonistas mulheres na História. Uma artista da magnitude de Margarida Lopes de Almeida, formada pela Escola de Belas Artes do Rio de Janeiro, agraciada com uma bolsa de estudos na Europa, ter somente cinco trabalhos conhecidos, tendo apenas um em uma instituição museológica atualmente, nos faz questionar a sua expressividade na comunicação social e no próprio mercado da arte, pudesse ser distinta, se tratássemos de uma figura masculina, por exemplo. Pensarmos em tal possibilidade resulta indispensável ao tratarmos da problemática das mulheres na arte. Impossível neste ponto não lembrarmos o ensaio da historiadora Linda Nochlin (n.1931) que recai justamente na temática aqui exposta: “Porque não houve grandes mulheres artistas?”. Nochlin abriu vários caminhos para a discussão do gênio artístico e aproveitamos aqui seus pressupostos para observarmos

9 Informações concedidas pela investigadora e arquiteta Vera Dias, via redes sociais, autora da página *Inventário dos monumentos RJ* e do livro *Os monumentos do Rio de Janeiro: inventário*, de 2005.

10 Informações concedidas pela Professora Doutora Michele Greet. Cf. Cogniat, 1928, pp. 553-55.

a figura de Margarida Lopes de Almeida. Compreendê-la como precursora de uma postura independente e feminista na arte, entendendo por feminista qualquer ação ou produção realizada, no universo cultural, que sirva para o questionamento das bases do feminino e ao mesmo tempo estimula uma visão crítica, em diálogo com a própria sociedade. Pese embora, tenhamos pouco material de análise iconográfica dos trabalhos de Margarida Lopes de Almeida, é inegável que sua posição social artística resultou, em um primeiro momento do estímulo familiar, mas também de uma efervescência da emancipação feminina em diversas áreas no início do século XX.

Singularidade Plural

Cabe agora explicarmos o título escolhido de “singularidade plural”¹¹, conceito que aqui relacionamos com o extenso panorama de atuação de Margarida Lopes de Almeida. Declamadora, cantora e escultora, participou de eventos sociais e políticos, que visavam a articulação e a emancipação das mulheres, como a “Liga pelo Progresso Feminino” e a “Legião da Mulher Brasileira”. Realizou inúmeros recitais, em várias capitais do Brasil e da Europa, atuando até mesmo em peças de teatro, ainda na década de 1920. “Poucas vezes estamos em presença de tão alta personalidade artística (...) Declamadora e poetisa, cantora exímia e escultora de altos méritos. (...) Podemos bem afirmar que Margarida Lopes de Almeida é caso único na História feminina da arte. Todas as modalidades artísticas lhe são familiares” (Leite, 1946, p.13). Acreditamos que esse fragmento destaca e resume a sua trajetória artística e importância para o universo cultural feminino. Em uma sociedade que destaca majoritariamente a figura masculina, Margarida Lopes de Almeida emerge, com destaque, não apenas em uma área, mas em várias ao mesmo tempo (Fig. 2).

11 Leite, 1946. Agradecimento especial ao blog Mulheres Ilustres por indicar a fonte primária e pelo excelente trabalho de resgate de personagens femininas marcantes para a nossa historiografia. Disponível em: <http://mulheresilustres.blogspot.com/>.



Figura 2 - Margarida Lopes de Almeida em seu ateliê em Paris, data de 1927.

Fonte: Levy Leiloeiro, leilão de 12/07/2017, Rio de Janeiro.

Das vertentes artísticas que compõem Margarida Lopes de Almeida, é a escultora que se pretende aqui destacar. Iniciou a sua formação em escultura na Escola Nacional de Belas Artes, em 1912. Se faz necessário relembrarmos que no dado período, viragem do século XIX ao século XX a participação e emancipação feminina ganhavam corpo na sociedade europeia e, obviamente com reflexos também no continente americano. Um verdadeiro fomento para o que hoje se denomina de movimento feminista, mas que ain-

da dava os seus primeiros passos de conscientização. Reforçamos então que Margarida Lopes de Almeida se coloca como um exemplo claro do início dessa emancipação, pois pode ser aluna da Escola de Belas Artes, duas décadas depois do Decreto nº1159 de 3 de Dezembro de 1892¹², que passou a permitir a matrícula de mulheres.

A respeito da sua carreira escultórica, uma pequena cronologia foi estabelecida. Primeiramente, através da documentação fornecida tanto pelo Arquivo Histórico da Escola de Belas Artes, quanto pelo Museu D. João VI, ambos localizados na cidade do Rio de Janeiro, e aos quais deixamos aqui o nosso agradecimento pelo empenho e colaboração. E também por meio de periódicos da época, como por exemplo os jornais brasileiros *O Paiz*, *O Jornal*, *A Noite*, *Correio da Manhã*, *Gazeta de Notícias* e o português a *Gazeta de Coimbra*, que auxiliaram na reconstrução, quase anual, das ações de Margarida Lopes de Almeida. Em 1920 temos o primeiro documento de apresentação de um trabalho, na 27ª Exposição de Belas Artes. Ainda em 1920 conquista o 2º lugar no concurso de Modelo Vivo e em 1921 vence a Grande Medalha de Ouro, ambos eventos no âmbito da Escola de Belas Artes do Rio de Janeiro, da qual foi aluna. Após ganhar a Grande Medalha de Ouro, veio o ápice de sua carreira artística, o prêmio de continuação de seus estudos em Paris, no ano de 1924, tendo viajado no ano seguinte, em 1925. Importante ressaltarmos mais este feito pois: “Entre 1892 e 1930, de um total de 25 Prêmio de Viagem (...) apenas 3 (12%) foram concedidos a mulheres artistas: a escultora Julieta de França, em 1900; a gravadora de medalhas Dinorah Carolina de Azevedo, em 1913; e a escultora Margarida Lopes de Almeida, em 1924”¹³. Sendo então a segunda mulher escultora a alcançar tal mérito “tendo estagiado nos principais ateliês de escultura de Paris e recebido altas recompensas nas exposições oficiais”.

12 Informação disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-1159-3-dezembro-1892-520752-publicacaooriginal-1-pe.html#:~:text=Approva%20o%20codigo%20das%20disposi%C3%A7%C3%B5es,3%C2%BA%20n.>

13 Anais eletrônicos do IX seminário do museu D. João VI. Pesquisas sobre os acervos do Museu D. João VI e do Museu Nacional de Belas Artes. Rio de Janeiro, 2019, p.48

“Em 1930, no seu último estágio no ateliê do famoso escultor Landowski que sabendo-a brasileira foi convidada a participar da confecção das Mãos do Cristo Redentor do Corcovado do Rio de Janeiro, cuja encomenda ele acabara de receber. Na sua volta foi, por pouco tempo, livre docente da cadeira de escultura nessa Escola”¹⁴. O retorno definitivo ocorreu em 1932¹⁵, noticiado por vários jornais, com a chegada do navio Kerguelen, após sete anos de residência no estrangeiro. Na fala da própria Margarida Lopes de Almeida podemos ter a clara noção e definição de tudo o que viveu e, sobretudo, da experiência enquanto escultora:

É profundamente sensibilizada que revejo a minha terra e falo aos meus patrícos. Durante a minha estada no velho mundo fixei-me, a maior parte do tempo, em Paris, tendo ali apurado a minha arte no estudo dos grandes mestres da estatuária. Como declamadora fiz muitas excursões através de vários países e dessas ‘tornées’ trago as melhores recordações. Fui bem recebida em toda a parte. (...) Quanto aos meus trabalhos de escultura tive o prazer de vê-los premiados no salão dos artistas franceses no Grand Palais há dois anos passados, ‘São Sebastião’ e ‘Alegria!’, escultura que mereceram os maiores louvores da crítica parisiense. Trago - prosseguiu - alguns trabalhos em mármore, pedra e bronze, os quais pretendo reunir na exposição, aqui no Rio (...) Essas obras de arte deverão chegar ao Rio dentro de poucos dias a bordo de um navio de Lloyd brasileiro (Almeida, 1932, p.5)¹⁶.

A exposição foi prometida e “organizada pela própria escultora no Salão da Associação dos Artistas Brasileiros, no Palace Hotel”. Inaugurada em 7 de Dezembro de 1932 marcou o regresso da aclamada artista e serviu para dar a conhecer toda a aprendizagem consolidada em seu percurso de aperfeiçoamento “nos ateliês dos escultores de maior renome”¹⁷.

14 “Biografia Oficial do Acervo”, texto composto por excertos compilados por Cláudio Lopes de Almeida e gentilmente fornecidos pelo mesmo, em entrevista concedida online, em julho de 2022.

15 *Jornal Diário de Notícias*, 10 de julho de 1932, p.5.

16 *Idem*, p.5.

17 *Jornal A Noite*, 2ª Edição, Ano XXII, 7 de Dezembro de 1932, Rio de Janeiro.

Considerações Finais

A proposição central desta investigação é a articulação estruturada em duas frentes, tanto no eixo da História das Mulheres, quanto da própria História da Arte. Procurar dar voz às personagens femininas na historiografia para tentar colmatar os silêncios históricos que envolvem, muitas vezes, os trabalhos das mulheres. Resgatar a figura ímpar de Margarida Lopes de Almeida, de uma forma inédita, enriquece e muito a pesquisa histórica de escultoras, não só na cultura luso-brasileira, mas a nível mundial também. Desta forma, trazemos a fala, com o intuito de enaltecer a importância desse estudo, do discurso do presidente da Câmara de Lisboa à época da artista e da inauguração do busto de sua mãe, Dr. António Caldeira Coelho, em Lisboa, que reforça, além da magnitude de mãe e filha, a aproximação cultural luso-brasileira que coloca-se, embora de modo coadjuvante, mas também importante para a reflexão do nosso estudo:

Esta homenagem tem ainda um significado que me cumpre anotar. Nas últimas décadas vem-se fazendo uma maior aproximação entre Portugal e o Brasil - que é indispensável aos dois países. (...) Creio que no futuro estes laços serão mais fortes (...) há mais de quatro séculos não parou ainda o vai e vem de navegantes (...) D. Margarida Lopes de Almeida de lá veio até nós, trazendo aceso o facho da sua arte com que nos maravilhou mais uma vez, e aproveitando o ensejo, conduziu este busto da sua mãe, Júlia Lopes de Almeida em cumprimento daquele voto das mulheres brasileiras. (...)” que às mulheres portuguesas foi ofertado (Coelho, 1953, pp. 78-79).

Fazemos das palavras dele as nossas e acrescentamos que a especificidade que circunda o vai e vem de navegantes da cultura luso-brasileira, ainda não terminou e é exatamente esta característica que possibilita a existência e o fomento de novas investigações. Como é o resultado traduzido no nosso artigo, que procurou trazer à tona o conhecimento de uma artista

única do seu tempo e que seguramente ajudou a semear os caminhos para outras gerações de grandes artistas mulheres.

Referências

Almeida, M. L. de. (1932). *Jornal Diário de Notícias*.

Cavalcanti Simioni, A. P. (2016) *Diásporas do moderno : Artistas brasileiros em Paris, década de 1920. Arte e vida social: Pesquisas recentes no Brasil e na França*. OpenEdition Press, disponível em: <https://doi.org/10.4000/books.oep.565>.

Coelho, A. C. (1953). *Revista Municipal. Publicação Cultural da Câmara Municipal de Lisboa*, Ano XIV, nº56, 1º Trimestre.

Dias, V. (2015) *Os monumentos do Rio de Janeiro: inventário*. Organizado por Victor Burton, fotografias de Jaime Acioli. Nau das Letras Editora.

Gazeta de Coimbra, nº 2240, ano 18, 6 de Setembro de 1928.

Leite, B. (1946). “Mocidade Portuguesa Feminina”, nº86, *Letras e Artes*.

Manica, T. (2018). *O Desejo e suas Representações nas Personagens femininas de Júlia Lopes de Almeida*. Tese de Doutorado em Ciências da Linguagem. Universidade do Sul de Santa Catarina.

**Apontamentos luso-brasileiros, a partir de Mário
Navarro da Costa e Rodolfo Pinto do Couto: produção
artística e articulações entre Portugal e Brasil**

Natália Cristina de Aquino Gomes¹

Resumo

Este texto tem como objetivo trabalhar com alguns apontamentos acerca da pesquisa de doutoramento intitulada *Mário Navarro da Costa e Rodolfo Pinto do Couto: produção artística e protagonismo nas relações entre Portugal e Brasil (1911-1945)*. Abordaremos assim, considerações a respeito destes dois personagens que evidenciam a importância do estudo das suas trajetórias e articulações entre os dois lados do Atlântico.

Palavras-chave: Arte brasileira; arte portuguesa; articulações; Mário Navarro da Costa; Rodolfo Pinto do Couto.

Abstract

This text aims to work with some notes about the doctoral research entitled *Mário Navarro da Costa and Rodolfo Pinto do Couto: artistic production and protagonism in the relations between Portugal and Brazil (1911-1945)*. We will thus approach considerations about these two characters that highlight the importance of studying their trajectories and articulations between the two sides of the Atlantic.

Keywords: Brazilian art; Portuguese art; Joints; Mario Navarro da Costa; Rodolfo Pinto do Couto.

1 Doutoranda em História da Arte pelo Programa de Pós-Graduação em História da Arte da Universidade Federal de São Paulo (PPGHA-UNIFESP), sob orientação da Profa. Dra. Elaine Dias e apoio da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP), processo nº 2021/05450-0. Mestre em História da Arte pelo PPGHA-UNIFESP (2019) e bacharela em História da Arte pela UNIFESP (2016). Lattes: <http://lattes.cnpq.br/1594049463362035>. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-5598-2027>. E-mail: natalia.gomes@unifesp.br

Introdução

No doutoramento em desenvolvimento, investigamos as atividades e iniciativas promovidas pelo pintor e diplomata brasileiro Mário Navarro da Costa (1883-1931) em Portugal, no período da sua atuação no Consulado de Lisboa (1916-1918) e, posteriormente, no retorno ao Brasil, assim como a sua segunda passagem pelo Consulado de Lisboa, entre os anos de 1927 e 1928. Por outro lado, pesquisamos a longa permanência do escultor português Rodolfo Pinto do Couto (1888-1945) no Brasil, desde a sua chegada em 1911 até 1936, época que data o seu retorno para Portugal, quando continua a atuar no fortalecimento do contato entre os dois países. A análise da sua atuação é levada até 1945, ano de seu falecimento na cidade do Porto. Temos como hipótese que estes dois personagens atuaram significativamente, em termos diplomáticos e produtivos, na consolidação de uma relação advinda da presença de artistas portugueses no Brasil e das relações entre brasileiros e portugueses em formação na Europa. Assim, neste texto traçamos algumas considerações a partir dos avanços iniciais da pesquisa em desenvolvimento.

Mário Navarro da Costa: um pintor brasileiro no Consulado de Lisboa

No *Dicionário de pintores e escultores portugueses ou que trabalharam em Portugal*², de Fernando de Pamplona, temos a seguinte menção relacionada a Mário Navarro da Costa:

NAVARRO DA COSTA (MÁRIO) – PINTOR BRASILEIRO DO SÉCULO XX (1883-1931), que trabalhou em Portugal, onde foi cônsul do seu país. Natural do Rio de Janeiro, foi discípulo de J. Medeiros e Rodolfo Amoedo no Brasil e de Ulrico Pistilli e Attilio Pratella em Itália. De notáveis recursos e originali-

² Pamplona, 2000.

dade de visão, distinguiu-se sobretudo como marinheiro. Obteve a medalha de ouro no Rio de Janeiro e I.^a medalha em pintura na Sociedade Nacional de Belas-Artes, de Lisboa (PAMPLONA, 2000, p.137).

A partir deste breve comentário biográfico, abordaremos algumas questões relativas às passagens de Mário Navarro Costa por Portugal. A entrada de Navarro da Costa nas atividades diplomáticas é datada ao ano de 1914 no Consulado brasileiro em Nápoles e, acreditamos que a eclosão da 1.^a Guerra Mundial e seus desdobramentos na região, tenham acarretado a sua remoção para Lisboa no ano de 1916. Conforme consulta aos Almanques do pessoal do Ministério das Relações Exteriores³, Navarro da Costa foi removido para o Consulado Geral de Lisboa, através da Portaria de 23-2-1916 e esteve no posto até 14-11-1918. Nos anos seguintes, passou por outros consulados: Montevideú, Paris, Munich, Livorno e voltou para Lisboa, provisoriamente como Consul Adjunto de 30-9-1927 a 18-5-1928 e adido ao Consulado Geral em Lisboa, entre 18-5-1928 e 10-11-1928.

No meio das atividades consulares, manteve-se ativo na produção artística e, pouco tempo após a sua chegada a Lisboa, está presente na 13.^a Exposição da Sociedade Nacional de Belas Artes, no ano de 1916, sendo o primeiro pintor brasileiro a participar da referida exposição onde expôs três obras⁴ e obteve a Medalha de 1.^a classe por uma de suas marinhas. Tal feito foi noticiado na imprensa lisboeta e carioca, assim como foi assunto repercutido nos Ofícios recebidos pelo Ministro de Estado das Relações Exteriores do Brasil, o Senhor General Lauro Severiano Muller. No Arquivo Histórico do Itamaraty, na cidade do Rio de Janeiro, consultamos um Ofício denomi-

3 Anuário de Funcionários do Ministério das Relações Exteriores. Referimo-nos ao Anuário de 1930 "Contendo a relação de todos os funcionários com suas folhas de serviço até 30 de junho de 1930". Ministério das Relações Exteriores (1930). *Almanaque do Pessoal*, 30 de junho, Rio de Janeiro, pp. 207-208. https://www.funag.gov.br/chdd/images/Anuario_Funcionarios_MRE/Anuario1930.pdf

4 "59 - Manhã de Junho: Barcos (Rio de Janeiro), 60 - Porto de Pozzuoli, à tarde (Italia) e 61 - Porto de Napoles", (Catálogo da Sociedade Nacional de Belas-Artes (1916). *13.^a Exposição, 1916*. Composto e impresso na Typ. do Annuário Commercial, Lisboa, p. 23. https://issuu.com/63619/docs/0013_13_exposicao_1916).

nado como “Medalha de ouro conferida ao Sr. Navarro da Costa” encaminhado por Annibal Velloso Rebello, Primeiro Secretário do Consulado de Lisboa, em 17 de maio de 1916:

Jury Exposição Bellas-Artes concedeo ao pintor Navarro da Costa medalha primeira classe ouro mais alta distincção.

A recompensa conferida ao nosso compatriota torna-se ainda mais honrosa por se ter o Jury declarado unanime em conferir-lhe o primeiro premio e por ser elle único artista estrangeiro que concorre á Exposição⁵.

A importância do feito foi tamanha que a informação deste Ofício também foi vinculada no periódico carioca *Gazeta de Noticias*, de 19 de maio de 1916:

O Sr. Dr. Lauro Muller, ministro das Relações Exteriores, recebeu hontem comunicação do Dr. Velloso Rebello, nosso encarregado de negocios em Lisboa, de que o jury da exposição das Bellas Artes, recentemente inaugurada, conferiu ao pintor brasileiro Navarro da Costa, auxiliar do consulado geral Brasileiro naquella cidade, a medalha de ouro de primeira classe, a mais alta distincção artistica existente em Portugal⁶.

No ano seguinte, Navarro da Costa participa novamente da exposição da SNBA onde exhibe oito obras⁷ e, no catálogo podemos ver a ilustração da obra *Os barcos ao sol*⁸. Nesta exposição o pintor português Arthur Al-

5 Secção dos Negócios Políticos e Diplomáticos. Lisboa, 17 de maio de 1916. Arquivo Histórico do Itamaraty. 214.4.11 - Lisboa Ofícios Recebidos - 1916.

6 *Gazeta de Noticias*, 19 de maio de 1916, Rio de Janeiro, (00139), p. 1, col. 4.

7 “211 - Os barcos ao sol, 212 - Maré baixa (Cruz Quebrada), 213 - Manhã brumosa, 214 - Ponte do Arsenal, 215 - Contra sol, 216 - Um grupo de corgueiros, 217 - Barcos (Cascaes) e 218 - Praia da Draga”, (Catálogo da Sociedade Nacional de Belas-Artes (1917). *14.ª Exposição, 1917*. Composto e impresso na Typ. do Annuário Commercial, Lisboa, p. 35. https://issuu.com/63619/docs/0015_14_exposicao_1917).

8 Devido à autorização para liberação do uso de imagens, optamos por fornecer ao longo deste texto o link de acesso para a consulta das imagens quando elas são mencionadas. Ver imagem em: Catálogo da Sociedade Nacional de Belas-Artes (1917). *14.ª Exposição, 1917*. Composto e impresso na Typ. do Annuário Commercial, Lisboa, 1917. <https://issuu.com/63619/>

ves Cardoso (1882-1930) apresenta a tela *Retrato do pintor brasileiro Navarro da Costa*⁹, também reproduzida na *Ilustração Portuguesa*¹⁰, de 28 de maio de 1917, sendo esta uma clara evidência da boa relação mantida entre o pintor brasileiro com artistas portugueses, tais como José Malhoa (1855-1933), Carlos Reis (1863-1940) e Martinho da Fonseca (1890-1972), que também o registaram em retratos.

Para além da participação nas exposições coletivas da Sociedade Nacional de Belas-Artes, Navarro da Costa também realizou uma exposição individual na cidade do Porto, em 1917¹¹ e atuou como colaborador da revista luso-brasileira *Atlantida*¹² e na revista lisboeta *Alma Nova*¹³. Cabe ainda desta-

[docs/0015_14_exposicao_1917.](#)

9 Arthur Alves Cardoso, *Retrato do pintor brasileiro Navarro da Costa*. Ver imagem em: Catálogo da Sociedade Nacional de Belas-Artes (1917). *14.a Exposição, 1917*. Composto e impresso na Typ. do Anuário Commercial, Lisboa, p. 59. https://issuu.com/63619/docs/0015_14_exposicao_1917.

10 Ver imagem em: Belas Artes (1917, 28 de maio). Navarro da Costa no meu atelier. *Ilustração Portuguesa*. Edição Semanal do *Jornal O Século*. Lisboa, p. 428. <http://docplayer.com.br/79614035-Ilustracao-portuguesa-e4icao-se-hal-o-jornal-o-seculo.html>.

11 “LISBOA, 10. (Havas). - O pintor brasileiro Sr. Navarro da Costa inaugurou hoje, na cidade do Porto, a sua exposição de estudos das praias do norte de Portugal.”. *Gazeta de Notícias*, 11 de novembro de 1917, Rio de Janeiro, (00314), p. 5, col. 4.

12 “NAVARRO DA COSTA. Dêste número em diante, fica dirigindo a parte artística da *Atlantida*, pelo que diz respeito ao Brasil, o ilustre pintor Navarro da Costa, que há pouco ainda foi alvo da maior distinção concedida pelo Júri da Exposição de Belas-Artes. Navarro da Costa, que é um pintor admirável, conhece todos os grandes artistas brasileiros, mantendo com eles as mais íntimas relações. Ficam, pois, os assinantes e leitores da *Atlantida*, certos de que o nosso novo colaborador só prestará grandes serviços à nobre causa que é a de nós todos: - a perfeita e completa aproximação luso-brasileira. A Navarro da Costa agradecemos de novo aqui a sua gentil e pronta aquiescência ao nosso convite”, (*Atlantida Mensario Artístico, Literario e Social para Portugal e Brazil* (1916, 15 de julho). Lisboa, Volume III, (nº 9), p. 893. http://hemerotecadigital.cm-lisboa.pt/OBRAS/Atlantida/N9/N9_master/N09.PDF).

13 “Navarro da Costa. E’ com a maior alegria que anunciamos a próxima entrada para a *Alma Nova*, deste grande artista brasileiro. Mario Navarro da Costa, o subtilíssimo psicólogo das marinhas, numa gloriosa peregrinação de Arte pelo Brazil, pela Italia pela França veiu para Portugal estudas a nossa paisagem, mas estuda-la com toda a sua alma de poeta, com toda a sua atenção de observador emotivo. Navarro da Costa, entrando para a *Alma Nova*, a representar o Brasil na sua arte quase desconhecida entre nós - prestará um serviço relevante para um maior estreitamento dos laços das suas Patrias irmãs - Brazil e Portugal. JOSÉ Rebelo, J. (1916, novembro). Navarro da Costa. *Alma Nova: revista ilustrada*, Lisboa, Ano II, (nº 19), p. 19. http://hemerotecadigital.cm-lisboa.pt/Periodicos/AlmaNova/IISerie/N19/N19_master/AlmaNovaIISerieN19.pdf.

car que, após o seu retorno ao Brasil, em agosto de 1918, continuaria empenhado a essa pauta, pois apresenta uma longa conferência no salão nobre do *Jornal do Commercio* intitulada “Impressões de arte portugueza - Necessidade de uma aproximação artística entre Portugal e o Brasil”¹⁴, a qual obteve boa repercussão nos periódicos cariocas e lisboetas. No Ofício remetido pelo Consulado Geral do Brasil em Lisboa, em 15 de agosto de 1918, foi mencionada a licença concedida ao auxiliar Navarro da Costa para sua ida ao Brasil, na qual é destacado:

[...] que este Auxiliar e illustre pintor, durante o tempo em que serviu como addido a este Consulado, trabalhou operoso e diligente, no sentido de uma mais forte e pratica aproximação artística entre Portugal e Brasil, conseguindo por seus patrióticos esforços que a Sociedade Nacional de Bellas Artes concedesse aos artistas brasileiros os mesmos direitos e regalias de que gosam os artistas portuguezes.

O Auxiliar Navarro da Costa obteve, pelo seu trabalho exposto, a medalha de 1.a classe – ouro, na exposição regulamentar, realizada na sede da referida Sociedade em 1916.

O Museu de Arte Contemporanea de Lisboa e Museu Nacional do Porto adquiriram trabalhos do Snr. Navarro da Costa, que figuram hoje nas suas respectivas pinacotecas¹⁵.

Destacamos assim, o desempenho do pintor Navarro da Costa em Portugal que, em meio à sua atuação consular, dedica-se à produção artística ao participar de exposições e em promover mostras individuais, atuando ainda como colaborador de revistas locais e estabelecendo contato com artistas e críticos do meio artístico português.

14 A Conferência realizada no Salão nobre do *Jornal do Commercio* pelo pintor brasileiro Navarro da Costa será analisada no trabalho de doutoramento em desenvolvimento, na sua totalidade.

15 Directoria Geral da Contabilidade e da Administração, 1ª Secção, nº 78, Lisboa, 15 de agosto de 1918. Arquivo Histórico do Itamaraty, 252-2-2 Lisboa Ofícios - Julho-Dezembro 1918.

Rodolfo Pinto do Couto: o escultor português que viveu um quarto de século no Brasil

Do outro lado do Atlântico, o escultor português Rodolfo Pinto do Couto se radicou no Brasil em 1911, após se casar com a escultora brasileira Nicolina Vaz de Assis (1874-1941). Sabe-se que o casal se conheceu quando ambos estudavam em Paris. Ao longo da nossa pesquisa, questionamo-nos sobre quais foram as razões que levaram o casal a eleger o Brasil/Rio de Janeiro para morar ao invés de terem partido para Portugal/Porto. Nesta linha de raciocínio, surgem algumas hipóteses: 1) uma delas é a possibilidade de Nicolina ter influenciado essa eleição; 2) a outra hipótese é o fato de que a relação já desenvolvida entre artistas brasileiros e portugueses possa ter influenciado na escolha, visto a proximidade de seu mestre António Teixeira Lopes (1866-1942) com alguns artistas no Brasil e, talvez por uma orientação deste, Pinto do Couto tenha enxergado no Brasil um mercado em ascensão para se estabelecer e cercar-se da rede de portugueses e descendentes que por aqui viviam. O retorno a Portugal no ano de 1936 também teve participação de Teixeira Lopes e as correspondências entre ambos mencionam essa questão, um tanto conturbada, tendo em vista que as promessas feitas para o seu retorno não foram efetivadas, mas esse assunto ficará para outras oportunidades.

No *“Curriculum Vitae” do Artista* (COUTO, 1940), publicado no Porto em março de 1940, são listados os feitos de Pinto do Couto ao longo de toda a sua carreira e sobre sua permanência no Brasil, destacamos o seguinte trecho:

[...] No Brasil, durante quase 27 anos, trabalhou intensamente, tendo tido por vezes oportunidade de obter situações oficiais de destaque, mas para as quais deveria naturalizar-se brasileiro. Isso não se ajustava ao seu sentimento patriótico, e preferiu continuar português, tanto mais que nunca se

sentiu estrangeiro no magnífico país que sempre o respeitou e acarinhou fraternalmente (Couto, 1940, p. 16).

Interessa-nos compreender a produção artística e a repercussão obtida por Pinto do Couto no Brasil e em Portugal, isto é, em qual medida Pinto do Couto contribuiu para uma aproximação artística entre Portugal e Brasil, levando em consideração o contínuo contato com a sua terra natal e a sua atuação junto ao ambiente artístico brasileiro. Ressaltamos que o escultor participou numa série de iniciativas, instituições e projetos no Rio de Janeiro e em São Paulo, das quais também beneficiariam os compatriotas portugueses no Brasil. Entre estas mencionamos o escultor Pinto do Couto, que foi Sócio fundador da Sociedade Brasileira de Belas Artes, do Rio de Janeiro; Sócio Honorário da Real e Benemérita Sociedade Portuguesa de Beneficência do Rio de Janeiro; Sócio da Sociedade de Cultura Artística de São Paulo; Sócio Honorário do Clube Republicano Português de São Paulo, entre outros.

Cabe destacarmos ainda a atividade intelectual desempenhada por Pinto do Couto no Brasil e em Portugal, com ensaios literários e crítica artística publicados em revistas e jornais, como é o caso dos breves artigos publicados no *Boletim do Salão Silva Porto*, em que num deles, datado de janeiro de 1939 (Couto, 1939), o escultor trabalha com considerações sobre as “Edificações Religiosas Portuguesas no Brasil”, em especial da Igreja da Ordem 3ª de São Francisco em Salvador, na Bahia. Na edição especial do *Boletim do Salão Silva Porto*, de fevereiro de 1939, se dedica á temática dos “Artistas Brasileiros” e tece alguns apontamentos mencionando vários nomes de artistas brasileiros, a fim de chegar a Rodolfo Amoedo (1857-1941), que segundo as suas palavras:

[...] sobresaindo de entre todos, pelo talento, pela cultura, pela erudição, o Mestre dos mestres: - Rodolpho Amoedo, de quem hoje nos vamos ocupar, muito embora ligeiramente como exige o espaço exíguo do pequeno «BOLETIM DO SALAO SILVA PORTO», magnífico empreendimento cultural, que

dignifica a cidade pelo relevante serviço de divulgação das nossas coisas de Arte, portuguesas e brasileiras (Couto, 1939, p. 9).

O texto em questão traz muita semelhança com o artigo “As artes plásticas no Brasil. Um grande mestre da pintura contemporânea – Rodolfo Amoêdo (1857-1941)”, de 1943 (Couto, 1943), sendo este uma das produções que demonstram a proximidade mantida entre Pinto do Couto com o Amoedo. Nesta mesma linha de homenagens, podemos destacar o *Retrato do escultor Rodolfo Pinto do Couto*, realizado por Amoedo em 1936, parte do acervo do Museu Nacional Soares dos Reis em Porto e o *Busto de Rodolfo Amoedo*, por Pinto do Couto, produzido na mesma época e parte do acervo do Museu Nacional de Belas Artes do Rio de Janeiro.

Ainda no que diz respeito á produção intelectual de Pinto do Couto, foi noticiada na imprensa carioca¹⁶ a publicação em Portugal de um livro de memórias do escultor sobre a sua atividade artística no Brasil. No entanto, até ao momento não localizamos essa obra e, talvez, ela tenha ficado somente no prelo não tendo sido publicada.

Como procuramos evidenciar nestas considerações, Pinto do Couto, após retornar a Portugal continuou a atuar nas questões luso-brasileiras e também como colaborador de um programa radiofónico¹⁷, voltado para as relações culturais e económicas entre Portugal e Brasil, foi secretário-geral do Grupo de Estudos Brasileiros no Porto (G.E.B.P.)¹⁸ e representante da su

16 “Um livro de memorias do escultor Pinto Couto. LISBOA, 4 (U. P.) - O escultor Rodolpho Pinto do Couto resolveu publicar brevemente um livro de memorias ilustrado sobre as suas atividades artisticas no Brasil durante 25 anos. O trabalho do escultor é prefaciado pelo critico de arte brasileira Nogueira Silva.”. O Jornal. (1937, 5 de agosto). Rio de Janeiro, (05565), p. 2.

17 Ver: Correio da Manhã. (1938, 15 de janeiro). Rio de Janeiro, (13246), p. 2, 9º col.

18 “[...] o escultor e professor Rodolfo Pinto do Couto, que a restaurou, após um período de colapso, e, durante anos, foi seu exemplar secretário geral, legando incutir no espirito dos seus continuadores o fervoroso e abnegado interesse pelo G.E.B.P., que nele foi apanágio.”. O Grupo de Estudos Brasileiros no Porto. (1952, 23 de março). *Estrela do Minho*, Porto, (02935), p.1 e p. 4.

cursal dos *Diários Associados* em Lisboa, colaborando com matérias publicadas no periódico carioca *O Jornal* em 1939¹⁹.

Desta forma, nesta investigação temos o interesse de compreender as atividades empreendidas por Rodolfo Pinto do Couto na procura de uma aproximação entre Portugal e Brasil, pois, para além da sua obra escultórica, ele também se dedicou a escrever e a publicar as suas impressões e memórias artísticas do Brasil.

Considerações finais

À luz de considerações parciais sobre a pesquisa, acreditamos que Mário Navarro da Costa e Rodolfo Pinto do Couto atuaram como importantes articuladores das relações entre Portugal e Brasil, e, a partir dessa hipótese, investigamos as iniciativas promovidas por cada um dos artistas, o seu desenrolar, assim como as suas obras, os seus escritos e os artistas com os quais travaram contato e estabeleceram relações. Estas relações, por vezes, afloravam no período de juventude dos artistas, sobretudo na época de estudo no exterior, por isso, destacamos a aproximação dos artistas brasileiros e portugueses ligados a Navarro da Costa e a Pinto do Couto. Acreditamos que, além do desenvolvimento de uma amizade - que se estenderia para as suas localidades de origem -, esse contato também contribuiu para a circulação e transferência de ideias e modelos entre os artistas, bem como para a troca de experiências modernas, especialmente na pintura e na escultura brasileira e portuguesa.

Diante disto, esperamos em novas oportunidades discutir aspectos acerca de aproximações entre a produção artística de Navarro da Costa com artistas portugueses e brasileiros atuantes do mesmo período, assim como abordar considerações sobre as obras de Pinto do Couto que apontam o diálogo com escultores contemporâneos no Brasil e em Portugal. Os avanços

¹⁹ Ver as seguintes edições: *O Jornal*. (1939, 2 de fevereiro). *Rio de Janeiro* (06026,) p. 3 e *O Jornal*. (1939, 12 de fevereiro). *Rio de Janeiro*, (06035), p. 7.

iniciais demonstram que ambos exerceram atividades de relevância para uma aproximação artística e cultural luso-brasileira, por isso, consideramos que as suas articulações e produções necessitam de análise para um amplo conhecimento entre os dois lados do Atlântico.

Referências bibliográficas

Periódicos

Atlantida Mensario Artistico, Literario e Social para Portugal e Brazil

Correio da Manhã

Gazeta de Notícias

Ilustração Portuguesa

O Jornal

Estudos

Catálogo da Sociedade Nacional de Belas-Artes (1916). *13.^a Exposição, 1916*. Composto e impresso na Typ. do Anuário Commercial, p. 23. https://issuu.com/63619/docs/0013_13_exposicao_1916.

Catálogo da Sociedade Nacional de Belas-Artes. (1917). *14.^a Exposição, 1917*. Composto e impresso na Typ. do Anuário Commercial, 1917, p. 35. https://issuu.com/63619/docs/0015_14_exposicao_1917.

Couto, R. P. (1939, janeiro). Edificações Religiosas Portuguesas no Brasil. *Boletim do Salão Silva Porto*, ano I (n. 1), pp. 8-9.

Couto, R. P. (1939, fevereiro). Artistas Brasileiros. *Boletim do Salão Silva Porto*, ano I (n. 2), p. 9.

Couto, R. P. (1940). “*Curriculum vitae*” do artista Pinto do Couto (Rodolpho): (escultor-estatuário) – “*curriculum vitae*” do artista. Ed. il. Tipografia e Encadernação “A Portuense”.

Couto, R. P. (1943). *As artes plásticas no Brasil: Um grande mestre da pintura contemporânea – Rodolfo Amoêdo (1857-1941)*. Coimbra Editora, Limitada.

Ministério das Relações Exteriores (1930, 30 de junho). *Almanaque do Pessoal*, pp. 207-208. https://www.funag.gov.br/chdd/images/Anuario_Funcionarios_MRE/Anuario1930.pdf

O Grupo de Estudos Brasileiros no Porto (1952, 23 de março). *Estrela do Minho*, (02935), p.1 e p. 4.

Pamplona, F. (2000). *Dicionário de pintores e escultores portugueses ou que trabalharam em Portugal*. Livraria Civilização Editora. 4.ª Edição (edição atualizada), vol. III.

Rebelo, J. (1916, novembro). Navarro da Costa. *Alma Nova: revista ilustrada*, Ano II, (Nº 19), p. 19. http://hemerotecadigital.cm-lisboa.pt/Periodicos/AlmaNova/IISerie/N19/N19_master/AlmaNovallSerieN19.pdf

**Imaginando a nação luso-brasileira na
Exposição Internacional do Centenário de 1922
no Rio de Janeiro**

Thaís R. S. de Sant'Ana¹

Resumo

Esta comunicação tem como tema central a Exposição Internacional do Centenário da Independência do Brasil – realizada entre 1922 e 1923 no Rio de Janeiro – para uma reflexão sobre memória e identidade nacional, ressaltando a contribuição do evento para a promoção de uma nova mitologia da história de Portugal como pilar do imaginário do Estado-nação no Brasil moderno.

Palavras-chave: Exposição Internacional do Centenário da Independência do Brasil; primeira república; luso-brasileiro; história e memória.

Abstract

In this communication, I position the International Centennial Exhibition held in Rio de Janeiro between 1922 and 1923, as the central theme for a reflection on memory and national identity. I argue that the Centennial Exhibition played an important role in the promotion of a new mythology of traditional Portuguese culture as a pillar of nation-state imaginary in modern Brazil.

Keywords: International Exhibition of the Centenary of the Independence of Brazil; first republic; Portuguese-Brazilian; history and memory.

Introdução

Crises e incertezas no âmbito político, económico e social marcaram a história tanto do Brasil quanto de Portugal no início do século XX. No Brasil, o fortalecimento do apoio político às reformas urbanas e ao crescimento industrial veio acompanhado da necessidade de um maior número de trabalhadores especializados nas cidades em rápida expansão, tais como Rio de Janeiro e São Paulo. A então capital federal, Rio de Janeiro, concentrava o maior número de trabalhadores portugueses, os quais – em parte devido à longa história de amor e ódio pela imigração portuguesa no Brasil –, não foram acolhidos de forma unânime pela população local². Ao mesmo tempo, o movimento modernista tomou corpo no país nas primeiras décadas do século XX, debatendo o papel do elemento português na concepção identitária brasileira (Motta, 2011).

Em Portugal, a frustração popular com a monarquia constitucionalista influenciou a proclamação da Primeira República em 1910. Neste período, a possibilidade de desenvolver acordos económicos com o Brasil trouxe esperança para os membros das elites políticas portuguesas. Além de ter uma das rendas *per capita* mais baixas da Europa, o país enfrentava a crescente inflação e diversas greves de trabalhadores. No contexto da Primeira Guerra Mundial, novas abordagens às relações luso-brasileiras reorientaram as lideranças portuguesas num papel internacional em que, Portugal e Brasil trabalhando em conjunto pudessem representar um forte *global player* (Oliveira, 2017).

O uso retórico da relação Brasil-Portugal ganhou contornos importantes durante a viagem de dez dias do presidente António José de Almeida ao Rio de Janeiro, no início dos anos 1920. Especificamente, a sua participação

² Mendes destaca que, entre 1822 e 1920, o Estado brasileiro passou por um processo de desvinculação de laços institucionais com Portugal. No entanto, em cidades com grande quantidade de imigrantes portugueses, como o Rio de Janeiro, as sociedades permaneceram divididas entre grupos pró-portugueses e grupos anti-portugueses/nativistas (Mendes, 2011, p. 208).

na Exposição Internacional do Centenário em setembro de 1922 promoveu tal colaboração bilateral. Eleito em 1919, Almeida foi o primeiro presidente de Portugal a concordar em visitar a ex-colônia e desta forma, consolidar o chamado “momento luso-brasileiro” em que se privilegiou o fortalecimento das redes de apoio entre as duas nações (*Diário de Notícias*, 21/08/1922)³.

Imagens luso-brasileiras no “Brasil Moderno”

A necessidade de exibir “progresso” caracterizou a expressão republicana de nacionalismo no Brasil do início do século XX. Neste período, o ideal de “modernização” marcado pela valorização da transformação do comportamento da população urbana influenciou os planos do Estado, particularmente na então capital federal. Iniciativas financiadas pelo governo e implementadas no Rio de Janeiro nas primeiras décadas da República brasileira, geralmente contavam com a captação de mão-de-obra imigrante europeia (Azevedo, 2003). A população brasileira da classe trabalhadora – frequentemente pobre, negra, miscigenada –, era alvo de políticas destinadas a promover “moralização” e “regeneração social” e de mecanismos criados para formar trabalhadores disciplinados, aptos a tecer novas relações sociais na cidade.

No contexto de planejamento das celebrações do Centenário da Independência do Brasil, a preocupação das elites republicanas com a manifestação da nação “moderna” andava de mãos dadas com o discurso de renovação urbana no Rio de Janeiro (Ribeiro *et al.*, 1984-5, p.105). Intervenções no espaço físico da cidade, como o derrubar do Morro do Castelo, revelaram

³ Discuto com maior profundidade vários aspetos das dinâmicas supracitadas num *paper*, atualmente em revisão, inspirado na pesquisa de mestrado intitulada *A Exposição Internacional do Centenário da Independência: modernidade e política no Rio de Janeiro do início dos anos 1920* que desenvolvi e defendi no Departamento de História da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), Brasil. Nesta breve comunicação, porém, eu me restrinjo a oferecer um panorama de como uma abordagem crítica da Exposição Internacional do Centenário da Independência do Brasil pode abrir caminhos para uma compreensão e análise mais abrangente da construção do imaginário luso-brasileiro no Brasil do século XX.

o interesse de representantes em esconder as contradições socioculturais existentes naquele local e ao mesmo tempo, estimular o valor económico de áreas estratégicas nos bairros centrais e sul da cidade (Sant´Ana, 2008, p.134). As mencionadas intervenções não levaram em consideração, por exemplo, o destino das quase 5.000 pessoas distribuídas em mais de 400 casas, além de edifícios públicos, religiosos e de caridade existentes no morro (Leme, 1996, p.358, *Apud* Ribeiro *et al.*, 1996).

Tal qual a renovação urbana do Rio de Janeiro, a Exposição Internacional do Centenário da Independência do Brasil foi pensada como parte de um projeto de modernidade excludente. Projeto este institucionalizado como discurso governamental e usado principalmente para beneficiar as elites.

A organização da exposição se deu concomitantemente com a implementação de uma forte campanha de propaganda para ajudar a construir a imagem internacional do Brasil como “terra do futuro”. Um fator externo que favoreceu a mencionada campanha foi a devastação causada pela Primeira Guerra Mundial no continente europeu, trazendo ainda mais ênfase ao potencial eminente das Américas (Tenorio Trillo, 1998, p. 270).

Longe da zona de conflito, a economia brasileira passava pela segunda fase de valorização do café com exportações atingindo o auge. Arte e a cultura floresciam em São Paulo, a capital brasileira da maior economia cafeeira do mundo na época (Pinheiro, 2005, p.7). O clima das comemorações do centenário alimentava a disputa entre São Paulo e Rio de Janeiro pelo projeto de nação mais promissor, capaz de exibir o Brasil moderno e genuíno em suas tradições culturais, costumes, etc. (Kessel, 2002, p. 96).

Na Semana de Arte Moderna de São Paulo de 1922, realizada em fevereiro, um grupo de artistas e intelectuais participantes do movimento modernista destacou a miscigenação como elemento essencial à identidade brasileira a ser asseverada. Mas neste projeto modernista de nação, os elementos indígena e afrodescendente permaneceram atrelados a um certo exotismo e selvageria. Ao mesmo tempo, no Rio de Janeiro, políticos, en-

genheiros, artistas e intelectuais identificaram elementos-chave das raízes culturais brasileiras na relação Brasil-Portugal (Sant’Ana, p. 62). O convite oficial do governo brasileiro para a visita do Presidente Almeida ao Rio de Janeiro em 1922, por exemplo, foi imbuído do entendimento de que a cultura e história de Portugal haviam sido cruciais tanto na formação do nacionalismo brasileiro, quanto no desenvolvimento de uma “civilização brasileira”.

É válido mencionar aqui que no início do século XX, diversos arquitetos radicados na capital federal aderiram ao movimento de valorização das raízes brasileiras na arquitetura. Classificado como neocolonial, este movimento acenou a possibilidade de atualização estética através de projetos arquitetônicos com inspiração no passado colonial – com o foco na influência lusitana na arte tradicional brasileira (Silva, 2005, p. 30). Carlos Sampaio, então prefeito do Rio de Janeiro (1920-1922), incentivou a ampla participação dos profissionais arquitetos na elaboração de planos urbanísticos e projetos para edifícios e portões da Exposição Internacional do Centenário. E a realização do certame carioca consagrou o neocolonial como estilo nacional. A apropriação de elementos culturais ditos “populares” (ex. batuques e sambas) para o evento se deu por meio de um discurso de unidade projetando uma “raça brasileira” comum e ocultando as desigualdades estruturais expostas naquela sociedade (Sant’Ana, 2008, p. 113).

A visita do Presidente António José de Almeida à Exposição Internacional do Centenário da Independência do Brasil em 1922

A delegação portuguesa chegou ao Rio de Janeiro dez dias após a celebração oficial da independência do Brasil devido ao atraso na remodelação do navio utilizado na viagem. Epiácio Pessoa, presidente do Brasil entre 1919 e 1922, recebeu o Presidente Almeida no próprio convés do “Porto”, enquanto o hino nacional Brasileiro tocava e milhares de espectadores vibravam em êxtase (*Diário de Lisboa*, 23/09/1922).

Tanto a imprensa brasileira quanto a portuguesa fizeram a cobertura diária da visita presidencial. Esta cobertura, porém, revela a ausência de temas relativos ao Brasil contemporâneo nas comunicações públicas do chefe do Estado de Portugal. Ao invés de endereçar os desafios do tempo presente, Presidente Almeida promoveu a narrativa da independência do Brasil como um momento crucial para o nascimento da nação luso-brasileira.

O trecho abaixo, extraído de um artigo publicado na revista da Exposição de 1922, se refere ao discurso proferido pelo presidente de Portugal em 20 de setembro de 1922, para uma plateia composta por líderes republicanos – como o próprio Presidente Epitácio Pessoa –, e membros do Senado e da Câmara dos Deputados do Brasil:

No Discurso Magistral com que saudou o Congresso...o presidente Antônio José de Almeida definiu, com seu verbo de ouro e de fogo, as necessidades, e, sobretudo, a oportunidade daquela separação. Portugal era, então, o atleta fatigado, que não podia ter mais nos braços o filho que a idade robustecera. Para que lho não roubassem, deixou então, que este fosse por si mesmo, antes que os inimigos lho arrebatassem, escravizando-o. E foi com olhos de pai que o viu crescer, desenvolver-se, robustecendo-se dia a dia, até que o tornou seu companheiro, seu amigo, seu irmão.

(...) Percorrendo, no pavilhão português, as coleções soberbas, em todos os ramos em que se desdobraram florindo e frutificando, a sua cultura e seu gênio, todos nós sentimos o orgulho de ser, na terra, um rebento daquela árvore maravilhosa. É seu o nosso porvir. O seu passado é nosso (*A Exposição de 1922*, nº18, 1922).

As ideias expressas no trecho supracitado refletem o cerne do discurso proferido pelo presidente português no contexto das celebrações do Centenário da Independência do Brasil. Almeida não reconheceu o Brasil como entidade essencialmente separada de Portugal, nem realçou a presença de elementos não-lusitanos na concepção identitária brasileira. Ao contrário,

apresentou o Brasil como nação luso-brasileira, protegida e construída pela glória de Portugal. Especificamente, o relato mitológico envolvendo a figura do pai que salva o filho através de uma necessária separação, estabelece um vínculo incontestável entre Brasil e Portugal e ajuda, portanto, a justificar a manutenção de uma relação afetiva entre os dois países. De acordo com Almeida, o processo de independência do Brasil ocorreu em sintonia com os planos de Portugal e com o cumprimento da predestinação da ex-colônia.

No dia 24 de setembro de 1922, duzentas mil pessoas se reuniram na Exposição Internacional do Centenário para ouvir o discurso do Presidente Almeida (*Correio da Manhã*, 24/09/1922). A área onde o chefe do Estado português se apresentou ficou completamente ocupada por milhares de indivíduos ansiosos para testemunhar o evento solene (*Idem*). A mensagem do Presidente de Portugal na Exposição Internacional do Centenário se distinguiu pelo tom emocional, vide o trecho a seguir:

Povo do Brasil! Povo meu amigo, povo meu irmão!
Abro os braços para te acolher! Beijo-te nas faces!
Abro-te, de par em par, as portas do meu coração, para que possas trazer o calor da tua mocidade eterna a uma velhice já avançada!
Tu és tudo na história do Brasil! Tu és tudo na história de Portugal!
Tu és a alma...que tudo envolve e encanta! (Discurso do Presidente Almeida na Exposição Internacional do Centenário de 1922 no Rio de Janeiro, 25 de setembro de 1922).

Tanto a imprensa brasileira quanto a portuguesa reportaram a, também emocional, resposta da multidão ao discurso proferido por Almeida na Exposição Internacional do Centenário. Com gritos e saltos, a multidão reagiu em aprovação ao que foi dito. Esta reação popular à visita presidencial favoreceu a repercussão de ideias acerca da nação luso-brasileira dentre a população do Rio de Janeiro, tendo sido, inclusive, interpretada como prova de que o Brasil “estava longe de menosprezar sua gloriosa e nobre herança

histórica portuguesa” (*Discurso do Presidente Almeida na Exposição Internacional do Centenário de 1922 no Rio de Janeiro, 25 de setembro de 1922*).

Considerações finais

Esta breve comunicação mostra que artistas, intelectuais, arquitetos e políticos portugueses e brasileiros se viram obrigados a reimaginar a relação histórica entre Brasil e Portugal para afirmar as suas identidades nacionais contemporâneas no início do século XX. Tal processo exigiu intensa negociação e (re)criação de práticas e tradições nos dois países. Representantes das oligarquias brasileiras almejavam progresso industrial e econômico e, portanto, forjaram suas principais relações econômicas e financeiras com países como os Estados Unidos. Porém, a busca por renovação cultural com ênfase na formação de uma consciência nacional comum também caracterizou o período em questão. Para vários agentes de influência nos cenários culturais da então capital federal, a representação da identidade brasileira se calcava em imagens de seu passado colonial, legitimadas por elementos portugueses. Em Portugal, as dificuldades políticas e econômicas que caracterizaram o regime republicano geraram uma série de discussões sobre o significado de ser “português”. Para os milhares de emigrantes que deixavam o país todos os anos, o Brasil ainda representava uma terra de grandes oportunidades. Lideranças políticas portuguesas também acreditavam que o estabelecimento de fortes laços com a ex-colônia viabilizaria o progresso da ex-metrópole. E no meio de todas essas dinâmicas, o governo brasileiro convidou o presidente Antônio José de Almeida para participar da Exposição Internacional do Centenário em setembro de 1922, no Rio de Janeiro.

O panorama que apresentei não tem o objetivo de posicionar a Exposição Internacional do Centenário da Independência do Brasil como berço de um suposto nacionalismo luso-brasileiro. É sabido que correntes culturais luso-brasileiras, caracterizadas por repensar as semelhanças e particularida-

des das identidades portuguesa e brasileira, se fortaleceram muitas décadas antes do evento de 1922 acontecer. Ofereci aqui, contudo, uma perspectiva de como a Exposição Internacional do Centenário da Independência do Brasil também fez parte do processo de configuração de uma nova mitologia da história de Portugal como pilar do imaginário do Estado-nação no início do século XX. Naquele momento, os esforços portugueses para firmar acordos econômicos com o Brasil se mostraram infrutíferos. Entretanto, a visita do chefe do Estado português ao evento permitiu que ambos os governos atentassem à necessidade estratégica de reaproximação em meio a uma conjuntura marcada por crises — globais e locais —, que poderiam ter potencialmente inibido futuras colaborações bilaterais.

Referências bibliográficas

Periódicos

Correio da Manhã;

Diário de Lisboa (1922)

Diário de Notícias (1922)

Jornal do Brasil (1922)

Fontes

A Exposição de 1922 (1922). Órgão da Comissão Organizadora nº18.

Discurso do Presidente Almeida na Exposição Internacional do Centenário de 1922 no Rio de Janeiro (1922, 25 de setembro).

Diário da Câmara dos Deputados (1922, 23 de setembro). *Debates Parlamentares da República Portuguesa*.

Lisboa de Lima, A. A. (1924). *A verdade sobre o Comissariado Geral na Exposição do Rio de Janeiro: prologo a historia da representação de Portugal na exposição do Rio de Janeiro de 1922-23*. Tip. Adolpho de Mendonça.

Poinsard, L. (1912). *Portugal ignorado, estudo social, economico e politico, seguido de um appendice relativo aos ultimos acontecimentos*. Magalhães & Moniz.

Estudos

Arenas, F. (2003). *Utopias of Otherness Nationhood and Subjectivity in Portugal and Brazil*, University of Minnesota Press.

Azevedo, A. N. (2003, Maio-Ago). A reforma Pereira Passos: uma tentativa de integração urbana. *Revista Rio de Janeiro*, 10, 39-79.

Barbosa, L. (2003). *O ideário republicano nas relações Brasil/Portugal, 1880-1891*. Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.

Batalha Reis, J. & Miné, E. (1988). *O descobrimento do Brasil intelectual pelos portugueses do século XX*. Publicações Dom Quixote.

Cervo, A., Magalhães, J. & Alves, D. (2000). *Depois das caravelas: as relações entre Portugal e Brasil, 1808-2000*. IBRI.

Dávila, J. (2010). *Hotel Trópico: Brazil and the Challenge of African Decolonization, 1950-1980*. Duke University Press.

Gonçalves, W. (2003). *O realismo da fraternidade Brasil-Portugal: do Tratado de Amizade ao caso Delgado*. Impr. de Ciências Sociais.

Guinote, P., Mesquita, P., Dias, J. & Marques, A. O. (2000). *Parlamentares e Ministros da 1ª República Portuguesa 1910-1926*. Assembleia da República.

Kessel, C. (2002). *Entre o pastiche e o moderno: arquitetura neocolonial no Brasil*. UFRJ.

Lopes, S. (2012). Revista 'Atlantida': a educação elementar em Portugal e no Brasil nas primeiras décadas do século XX. *Rev. Lusófona de Educação*, 20, 141-153.

Mendes, J. (2011). *Laços de sangue: privilégios e intolerância à imigração portuguesa no Brasil (1822-1945)*. Edusp.

Motta, M. (2011). 1922, o Brasil faz cem anos: a herança portuguesa em questão. In A. Mourão e A. de C. Gomes, *A experiência da Primeira República no Brasil e em Portugal* (pp. 233-50). Editora FGV.

Oliveira, L. L. (2017, June). World War One and Brazilian Cultural Life. *E-Journal of Portuguese History*, 15, 1, 71-81.

Olson, G. A. & Worsham, L. (1999). *Race, Rhetoric, and the Postcolonial*. State University of New York Press.

Pereira, M. H. (2002). *A Política Portuguesa de Emigração*. EDUSC e Instituto Camões.

Pinheiro, M. (2005). *Neocolonial, Modernismo e Preservação do Patrimônio no Debate Cultural dos anos 1920 no Brasil*. FAU/USP.

Ribeiro, G. S. et al. (1984-5). Trabalho escravo e trabalho livre na cidade do Rio: vivências de libertos, 'galegos' e 'mulheres pobres.' *Cultura e cidades. Revista Brasileira de História*, 8-9, Marco Zero/ANPUH.

Ribeiro, L. C. de Q. et al. (1996). *Cidade, povo e nação: gênese do urbanismo moderno*. Civilização Brasileira.

Reis, J. & Miné, E. (1988). *O descobrimento do Brasil intelectual pelos portugueses do século XX*. Publicações Dom Quixote.

Rosas, F. & Rollo, M. (2009). *História da primeira República Portuguesa*. Edições Tinta da China.

Sá, L. (2011). *Jornais republicanos: 1848-1926*. Biblioteca Nacional de Portugal.

Santos, B. S. (2006). *A gramática do tempo: para uma nova cultura política*. Cortez.

Sant'Ana, T. R. S. de (2008). *A Exposição Internacional do Centenario da Independência: modernidade e política no Rio de Janeiro do início dos anos 1920*. Dissertação de mestrado, IFCH/UNICAMP.

Skidmore, T. (1974). *Black into White; Race and Nationality in Brazilian Thought*. Oxford University Press.

Silva, I. C. da (2013). *O Espelho Fraternal: o Brasil e o republicanismo português na transição do século XX*. Divina Comédia.

Silva, J. (2005). *Nacionalismo e arquitetura em Ricardo Severo, Porto 1869 – São Paulo 1940*. Dissertação de mestrado, EESC/USP.

Sousa, F., Santos, P. & Amorim, P. (2010). *As relações Portugal-Brasil no século XX*. Fronteira do Caos Editores.

Szesz, C. & Homem, A. (2003). *Portugal-Brasil no século XX: sociedade, cultura e ideologia*. UFPR.

Tenorio Trillo, M. (1996). *Mexico at the World's Fairs, Crafting a Modern Nation*. University of California Press.

Vieira, N. (1991). *Brasil e Portugal, a imagem recíproca: o mito e a realidade na expressão literária*. Instituto de Cultura e Língua Portuguesa.

Wheeler, D. (1978). A Primeira República Portuguesa e a história. *Análise Social*, 14, 56, 865-872.

Wheeler, D. (1998). *The Empire Time Forgot: Writing a History of the Portuguese Overseas Empire, 1808-1975*. Universidade Fernando Pessoa.

Young, R. (2003). *Postcolonialism*. Oxford University Press.

**Representação de Portugal na exposição
“Sala Mostra Portuguesa” do Museu Dom José,
Sobral, Ceará, Brasil (2000)**

António Luciano Morais Melo Filho

Resumo

Inaugurada em 2000, durante as comemorações dos “500 anos” dos descobrimentos portugueses no Brasil, a “Sala Mostra Portuguesa” apresentava peças oriundas daquele país e evidenciava a propagação do seu modelo museográfico institucional, refletido não apenas pelo que escolhia apresentar, mas, pela quantidade e tipologia dos objetos, atribuía ao cenário a atmosfera de excessiva abundância de que se revestia o museu.

Palavras-chave: Exposição, Sala Mostra Portuguesa, Museu Dom José, Sobral, Ceará, Brasil

Abstract

Inaugurated in 2000, during the “500 years” of Portuguese discoveries in Brazil celebrations, the “Sala Mostra Portuguesa” presented pieces from that country and evidenced the propagation of its institutional museographic model, reflected not only by what it chose to present, but by the quantity and typology of objects, attributed to the setting the atmosphere of excessive abundance in which the museum was covered.

Keywords: Exhibition, Portuguese Exhibition Room, Dom José Museum, Sobral, Ceará, Brazil.

Introdução

O Museu Dom José (MDJ) foi criado enquanto instituição cultural diocesana por obra do primeiro bispo de Sobral, Ceará, Brasil, D. José Tupinambá da Frota (1882-1959). Oficialmente aberto em 1951, o registo fundacional dos seus estatutos apontava que o espaço se dedicava às elites, excluindo a maior parcela da população local, visto que estava “destinado a preservar nosso patrimônio histórico, o Museu é uma instituição cívico-cultural que acolherá o que diga respeito à nossa história, costumes e tradições. Os objetos de interesse do Museu e adquiridos por compra ou doação poderão figurar como memória de família ou pessoas gradas, devendo por isso acompanhar-se da conveniente etiqueta. O Museu acolherá não só objetos relativos à história regional, mas também o que quer que seja de interesse geral”¹.

O cerne da exibição

A Sala Mostra Portuguesa (SMP) foi inaugurada durante as comemorações do quingentésimo aniversário dos descobrimentos portugueses no Brasil², para o “Seminário 500 anos: Encontros e desencontros de Culturas”³, organizado pela Universidade Estadual Vale do Acaraú (UVA), de 21 a 26 de maio de 2000. A SMP exibia, segundo informações da então diretoria, cerca de trezentas peças do acervo do MDJ na sua organização inicial⁴, contando com itens das coleções de imaginária, porcelana, numismática e mobiliário,

1 CARTÓRIO DO PRIMEIRO OFÍCIO DE NOTAS DE SOBRAL (1951). Registro Resumido dos Estatutos do Museu Diocesano de Sobral. *Registro de Pessoas Jurídica - Livro A*, n.º 1, Registro n.º 32, de 29/03/1951, pp. 15-16.

2 Sabe-se que entre o final da década de 1990 e o início dos anos 2000, havia uma discordância no sentido da comemoração dos “500 anos do descobrimento do Brasil”. De acordo com Iara Schiavinatto, “a coletividade se via convocada, a princípio, a se pronunciar acerca de mitos nacionais, que evocavam a natureza paradisíaca do Brasil e o ideário da sua democracia racial” (Schiavinatto, 2019, p. 53).

3 Informação disponível em Araújo, 2000, s/p.

4 Cf. *Diário do Nordeste*, 9 de setembro de 2000, p. 4 (Recorte); Girão, 2006.

sendo estes últimos utilizados como suporte expositivo para a mostra. A seleção optou evidenciar, em si mesma, a propagação do modelo museográfico característico da instituição e perpetuado pelo então consulado de Giovanna Saboia (1996-2015), professora dos quadros da UVA que, ao privilegiar uma exposição pontuada na variedade e no grande número de peças, visava atribuir sobre este cenário a atmosfera da exuberância de que se revestia o espaço museológico.

Para se compreender as opções expositivas utilizadas na Sala Mostra Portuguesa fizemos uso de fotografias tiradas em diferentes períodos, entre 2000 e 2019, interrelacionadas com o desdobrável impresso em comemoração ao cinquentenário do museu em 2001⁵, com o “Inventário e Catalogação do Acervo” (2002)⁶ e com o pequeno catálogo lançado em 2007⁷. A inauguração da SMP não serviria apenas como um complemento cultural ao evento universitário, mas o seu estabelecimento evidenciou o desejo de destacar as origens lusitanas dos colonizadores que ocuparam a região do Vale do Acaraú, reforçando a narrativa da cidade de Sobral “não se ter originado de aldeia indígena ou bárbara e nem de missão jesuítica, [sendo] colonizada totalmente por brancos portugueses ou seus descendentes com ares de nobreza”⁸, palavras da então diretora expressas em livro publicado três anos antes, tornando a sala um núcleo de propaganda da origem lusitana do povo sobralense.

A recepção do MDJ estava localizada no primeiro cômodo ao entrar no edifício, através da porta situada à rua Maestro José Pedro, e era onde o público obtinha o acesso ao espaço, pagando o valor de R\$1,00 (um real). É importante salientar que, desde a última inauguração, em 1997, até o ano 2000, registou-se um público de 21 658 pessoas, proporcionando uma média superior a 500 visitas por mês, em que 75% eram estudantes⁹, reflexo das

5 Cf. Museu Dom José, 2001.

6 Cf. Museu Dom José, 2002.

7 Cf. Girão, 2007.

8 Cf. Soares, & Girão, 1997, p. 23.

9 Diálogo com a comunidade (2000, 9 de setembro). *Op. Cit.*, p. 4 (Recorte).

políticas de incentivo à visitação do espaço, originadas em atividades pedagógicas, direcionadas a atender a rede de escolas públicas e privadas do município e arredores¹⁰. Ao percorrer o edifício, o público cumpria um esquema de visitação (Fig. 1), passando por 5 outras salas antes de chegar á SMP.

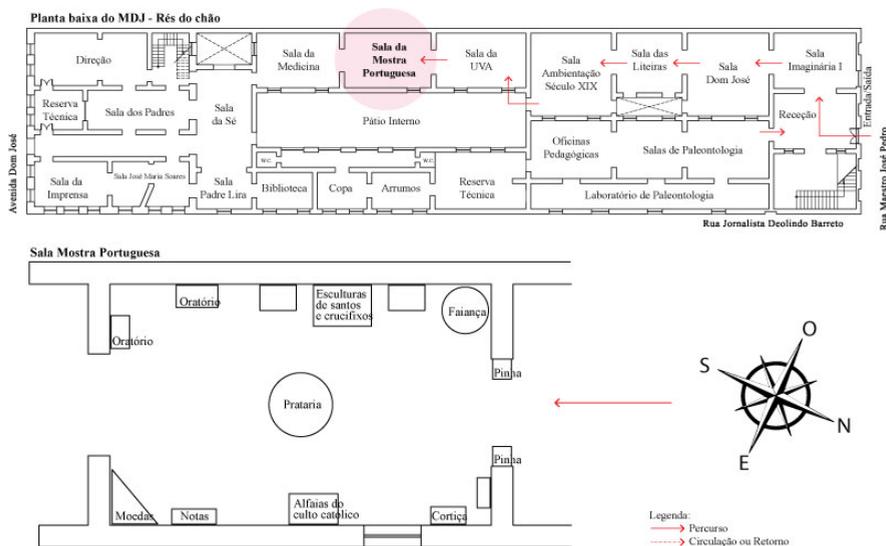


Figura 1 - Esquema de circulaçao até a Sala Mostra Portuguesa e diagrama de disposiçao do mobiliário da referida sala (2000). Fonte: Desenho a partir de fotos do autor.

¹⁰ Sobre a implementaçao das “políticas públicas de urbanizaçao e educaçao” na cidade de Sobral, durante a gestao de Cid Gomes e seus sucessores políticos, veja-se Freitas, 2021, p. 120.

Percorrendo o interior da mostra

A “Sala Mostra Portuguesa” recebia luz solar através de uma janela aberta para o pátio interno do MDJ e quatro lâmpadas fluorescentes completavam a iluminação do espaço. Notava-se, fixado por um gancho no teto, um lustre em cristal com capacidade para três lâmpadas, mas que exercia uma função expositiva e estética. Na entrada do compartimento encontravam-se dois elementos decorativos em forma de pinha, produzidos em faiança, uma um pouco menor que a outra, com os seus detalhes ornamentados nas cores amarelo, vermelho e azul, apoiadas em uma coluna de base que continham as marcas inscritas em azul-cobalto, onde se lia “António Porto”¹¹.

Nos quadrantes norte e noroeste da sala, aplicaram-se nas paredes diversas peças de faianças das Caldas da Rainha¹²: cinco partos circulares, com obverso ornamentado com textura aos moldes de algas, em distintos tons de verde, com justaposições de elementos marinhos, como lagostas, siris, ostras, camarões, nos tons amarelo acastanhado, verde, vermelho e róseo¹³. O reverso das referidas peças, coloridos em cor castanho, possuem as marcações: “JOSÉ DA CUNHA PORTUGAL”¹⁴, “CALDAS DA RAINHA”, “MAFRA CALDAS PORTUGAL”¹⁵, “D” “Portugal Caldas”. Havia outros artefactos em faiança: três peanhas ou mísulas coloridas, adornadas com motivos fitomórficos esverdeados em fundo amarelo-claro e um pássaro acastanhado, serviam estas peanhas de base para candeeiros de louça e vidro; uma peça no formato de um rosto humano, com a boca aberta e portando óculos e ainda duas pequenas peças quadradas (tipo azulejo) ornamentadas com

11 Adquiridas por D. José em 1953 do colecionador maranhense Osvaldo Soares, (Museu Dom José, s/d, s/p).

12 Apesar das fichas catalográficas apontarem como objetos procedentes da Fábrica de Faianças das Caldas da Rainha, há outras marcas que indiciam diferentes oficinas de olaria, (Museu Dom José, 2002, s/p).

13 Informações disponíveis em Museu Dom José, 2002, “Ficha n.º: III 0785”..

14 Ao que se pode atribuir a “Oficina de José Alves da Cunha (1862-1901)” (Vigário, 2017, p. 36).

15 Cf. “Oficina de Manuel Cipriano Gomes ‘Mafra’ (1853-1905)” (*Idem*, p. 35).

mariscos. Estes objetos apresentavam outros padrões, aqui transcritos como se observaram nos entes histórico-artísticos: “José Francisco Sousa & Flo”¹⁶, “Antônio Alves Cunha”¹⁷, “BEIRA”, “GILMAN & Cia”¹⁸, “SACAVÉM” e uma âncora¹⁹.

Faziam conjunção superior com os referidos objetos fixados na parede, quatro exemplares de telhas de beiral em faiança, ornamentadas com motivos de folhas de acanto, pintadas em esmalte na tonalidade azul. Estes objetos foram procedentes da aquisição feita pelo idealizador do museu, no ano de 1953, das mãos do colecionador maranhense Osvaldo Soares²⁰, entretanto, pela ausência de mais evidências, o seu lugar de fabrico permanece desconhecido.

Ainda no quadrante noroeste da SMP, estavam expostas sobre uma mesa de tampo circular, duas travessas em tons de verde, no formato de grandes folhas, medindo 40,8 por 29,6 cm, de comprimento por largura, respectivamente. Nesta mesma mesa, expunha-se, conjuntamente, dois jarros, ambos em cores verdosas, um contendo figuras de lagartos e insetos, outro no formato de uma couve-coração, tendo uma cobra a envolver a peça, cuja forma servia de alça e bico, medindo 29,5 cm de altura por 25,5 cm de largura, seguindo as características da faiança artística produzida pela família Bordallo Pinheiro, nas Caldas da Rainha²¹. Sobre os produtos oriundos desse fabrico, trazemos uma frase de Manoel Gustavo, filho de Rafael Bordallo Pinheiro, que se reconheceu como herdeiro do dever “de não deixar desaparecer essa indústria tão pitoresca, tão portuguesa” e a que seu pai “associou o seu nome e a sua glória”²².

16 Cf. “Oficina de José Francisco de Sousa (1860-1907)” (Vigário, 2017, p. 35).

17 Cf. “Oficina de António Alves da Cunha (1890-1925)” (Vigário, 2017, p. 36).

18 Cf. “Real Fábrica de Louça de Sacavém (1850-1983)” (Vigário, 2017, p. 25).

19 *Idem*.

20 Museu Dom José, s/d, s/p.

21 Atende-se às comparações com os objetos de faiança disponíveis nos estudos de (Vigário, 2018; 2017).

22 Pinheiro, 1911, p. 4.

Em uma cristaleira retangular, disposta no setor norte, expunha-se um conjunto de café e chá que, pela marcação visível nas peças, pode-se aferir que foram produzidos entre as décadas de 1870 e 80 pela fábrica de porcelanas Vista Alegre²³. O aparelho, composto de 27 peças de louça branca, contendo bojo com decoração dourada em ornatos de ramos e folhas pequenas, compondo com a inscrição centralizada: “Lembrança D’Amizade”, foi dividido nas 3 prateleiras do móvel. Segundo as informações disponível na ficha catalográfica, aquele serviço de mesa possuía uma etiqueta de identificação que dizia: “Conjunto de louça para café pertencente a D. Lydia Ferreira Pimentel, esposa de Domingos Ferreira de Albuquerque”²⁴, apontamento reproduzido ao lado dos objetos, em etiqueta de papel branco, coberta por plástico adesivo transparente.

A limitada informação disponível nas poucas etiquetas que serviam de legenda para alguns dos objetos, geralmente indicavam que os artefactos eram “peças de porcelana portuguesa do séc. XIX”. Tal ausência de registos – tanto nas etiquetas, quanto nas fichas catalográficas do MDJ –, sugerem um campo fértil para a investigação e a comunicação, temas bastante relevantes para uma instituição museológica. Os pontos de pesquisa e interpretação são numerosos, requerendo a colaboração de pesquisadores brasileiros e portugueses, oriundos de diferentes campos do saber, podendo revelar traços da influência, ou da sugestão da manifestação cultural portuguesa sobre a paisagem cultural brasileira, desde o final do século XIX até o início do século XX. Assim, este tipo de investigação poderia apontar como se deram as trocas em diferentes aspetos da vida da elite local – económicos, sociais ou culturais –, através dos objetos de arte decorativa disponíveis no acervo institucional. Ou facilitaria ao investigador interrogar se houve qualquer influência nos motivos, nas técnicas, nos materiais e nas práticas, enquanto centro consumidor daquele tipo de produto.

23 Vista Alegre (s/d.). *Evolução da Marca*. [Catálogo]. <https://vistaalegre.com/catalog/evolucaomarca.pdf>.

24 Museu Dom José, 2002, “Ficha n.º: III 0799”.

Um grande móvel em madeira, com portas de vidro emolduradas no formato ogival, internamente revestido de papel camurça vermelho, guardava em suas 5 prateleiras, 6 crucifixos e 8 imagens de santos, ambos de diferentes tamanhos e formatos. Ladeavam esse móvel duas sapateiras em madeira com ambas as portas cobertas por um espelho, mobiliário que não pareciam conjuntar com o anterior. A imagética religiosa era complementada por uma réplica, medindo cerca de 120 por 80 cm, da pintura “Primeira Missa no Brasil” (1861)²⁵, cuja autoria é do Victor Meireles (1832-1903). Esta obra assumiu uma aura de registo simbólico do “batismo” do Brasil e explora múltiplos significados do projeto de construção de um passado para o país, durante o século XIX²⁶.

Dois oratórios em madeira trabalhada compunham o quadrante sul da sala. Num deles estava pintada a imagem de Santo António nas suas portas e dentro ocupava a escultura do referido santo, que media 45 cm de altura e 22 cm de largura. Sobre o aludido armário para imagem devota, fixada à parede, dispunha-se uma pequena imagem impressa do santo. O seguinte não possuía portas, continha a escultura de São João Batista no seu interior e as etiquetas informativas de que ambas as esculturas foram produzidas no século XIX.

A coleção de numismática do MDJ estava representada na Sala Mostra Portuguesa em duas vitrinas localizadas no quadrante sudeste no compartimento. Expuseram em uma vitrina em formato triangular, que estava disposta nesta esquina da sala, 26 moedas do período colonial (1549-1815), 15 exemplares dos tempos de Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves (1815-1822), 20 da época imperial (1822-1889) e 18 moedas do período republicano brasileiro (1889 até a atualidade), totalizando 79 unidades²⁷. Na seguinte vitrina estavam dispostas em três colunas o total de 39 cédulas de

25 A obra original se encontra no Museu Nacional de Belas Artes, na cidade do Rio de Janeiro.

26 Coli, 2005, p. 29.

27 Trata-se de uma ínfima parte do acervo da coleção de Numismática do MDJ que, em 2002, perfazia o total de 20 394 unidades, (Museu Dom José, 2002, s/p).

dinheiro que circularam no Brasil, desde exemplares do Real Império (1833-1888) chegando ao Real (1994 até a atualidade).

No lado leste ficava uma vitrine de madeira com todas as suas laterais envidraçadas, contendo quatro prateleiras, e nela estavam expostos 9 objetos em prata, sendo 6 alfaias litúrgicas do culto católico – âmbula, nave-ta, turíbulo (dispostos na primeira prateleira, ou superior); caldeirinha (terceira prateleira); cálice e patena (quarta prateleira) –, além de um tinteiro em liga metálica prateada com elementos em cristal, um prato e uma concha em prata lavrada. De prata também havia uma bandeja contendo dois bules e um açucareiro, que estavam dispostos sobre uma mesa de tampo redondo, produzida em madeira, disposta no centro da sala.

E chega-se ao derradeiro nicho expositivo da SMP, quase escondido pela janela no flanco nordeste do compartimento, composto por uma dúzia de objetos fabricados em cortiça, sendo: um mapa do território português, três tigelas, duas bolsas, uma pasta, uma carteira, um vaso de barro e cortiça, um abrigo para pássaro, um porta-garrafa e uma colmeia de casca de sobreiro. Os referidos objetos estavam ali expostos para representar o montado de sobros, ou sobreiral, nome dado à plantação de sobreiros, plantio grandemente proveitoso à economia portuguesa. A curadoria estava alinhada com as referências disponibilizadas pelo padre Sadoc de Araújo. Este sacerdote apontou que a origem do nome da cidade cearense está relacionada com a naturalidade dos herdeiros das terras da Caiçara, núcleo populacional que originou a atual urbe²⁸. Esta explicação estava disponível ao visitante em um pequeno quadro de feltro verde com alguns textos e fotos afixados.

Ao analisarmos a exibição inaugural da SMP através das fontes, percebe-se que o arranjo expositivo definido por Giovana Saboia e que este reverberou para além do espaço físico do museu. Aquando da sua inauguração, alcançou o público acadêmico do “Seminário 500 anos: Encontros e desencontros de Culturas” e, ao longo dos anos, atingiu vasto número de

28 Araújo, 2012, pp. 25-26.

visitantes, oriundos das políticas públicas municipais relacionadas com a educação patrimonial, implementadas na cidade entre os anos de 1997 e 2004, durante o primeiro e segundo mandato de Cid Ferreira Gomes²⁹. Não se pode esquecer ainda que os lançamentos dos livros *Sobral: História e Vida* (1997) e o *Descobrimo e Construindo Sobral: Conhecimentos de Geografia e História* (2002), este último adotado naquele ano pelas escolas mantidas pelo município, obras em que a professora Giovana figurava como autora e que apresentavam o MDJ como símbolo do “pioneirismo e distinção da cidade comparada às demais no âmbito cearense”³⁰. Assim como o museu, as referidas publicações reforçavam a ideia da distinção da cidade por ter se originado quase que exclusivamente da colonização portuguesa³¹, ao afirmarem a exceção de Sobral em possuir essa característica³².

Na sala configurou-se um *mise en exposition*³³ de acordo com o mobiliário disponível, seguindo a “lógica de ‘museu-depósito’, onde tudo se expunha e pouco ou nada se apreciava”³⁴. Na organização buscou-se alcançar alguma harmonia estética com a disposição dos entes histórico-artísticos, formando, a partir da criação de conjuntos que concordassem entre si, a segmentação dos nichos expositivos concordantes com a tipologia dos artefactos. E ainda que tais artefactos estivessem temporalmente descolados do momento embrionário do surgimento de Sobral, sua exibição, em tal contexto, procurava evidenciar os reflexos da presença lusitana na cidade desde as origens da cidade.

29 Sobre as políticas públicas municipais de urbanização e educação para o patrimônio, veja-se Freitas, 2021, pp. 120-136.

30 *Idem*, p. 128.

31 Soares & Girão, 1997, p. 23.

32 Caracristi & Mont’alverne, 2002, p. 95.

33 O sentido de *mise en exposition* está de acordo com o utilizado em Freitas (2021).

34 *Idem*, p. 181.

Considerações finais

Nesse sentido, o contexto expositivo definido pela diretoria do MDJ, pode ser interpretado como uma preferência modernizada pelos aspectos da colonização branca, portuguesa, alheia aos elementos indicativos das matrizes indígenas e afro-brasileiras. E, ao nos apoiarmos em exemplos comparativos de outras experiências museográficas e expositivas projetadas para os “500 anos”³⁵, compreendeu-se que o pensamento curatorial utilizado na referida instituição museológica parecia não ter conhecido as teorizações de *museu integral* apresentado no evento promovido pelo International Council of Museums (ICOM), durante a realização da Mesa de Santiago do Chile, em 1972, em que recomendava a construção de uma museologia aberta às múltiplas realidades, preconizando que as instituições não deveriam ser “apanágio de um grupo social, mas exigem ampla e consciente participação e pleno engajamento de todos os sectores da sociedade”³⁶. Nem tampouco revelou ter noção de outros documentos que apontaram o direcionamento da museologia moderna, ocorridos a partir de 1958, no Seminário Regional UNESCO sobre a Função Educativa dos Museus, realizado no Rio de Janeiro, no Atelier Internacional da Nova Museologia, realizado em Quebec, no Canadá, no ano de 1984 e na Reunião de Caracas, na Venezuela em 1992³⁷, documentos que propunham significativos avanços conceituais aos modelos expositivos e às atividades que promoviam.

A despeito dos avançados debates, a marcante museografia do MDJ, durante os anos de consulado de Giovana Saboia, manteve-se fundamen-

35 Como por exemplo a exposição Brasil +500 Mostra do Redescobrimento, realizada entre 23 de abril e 10 de setembro de 2000, no Parque Ibirapuera, em São Paulo, dividida em 13 módulos, a saber: A primeira Descoberta da América, Artes Indígenas, Carta de Pero Vaz de Caminha, Arte Barroca, Arte Afro-Brasileira, Negro de Corpo e Alma, Arte Popular, Arte do Século XIX, Arte Moderna, Imagens do Inconsciente, Arte Contemporânea, O Olhar Distante e Cine Caverna. Cf. Barros, 2012, p. 2.

36 ICOM, 1999, p. 112.

37 Mais informações sobre estas reuniões e como influenciaram o pensamento museológico brasileiro, Cf. Cândido, 2003, pp 17-32.

tada no pensamento museal e preceitos difundidos por Gustavo Barroso (1888-1959) que, apesar de ter exercido uma enorme influência nos museus nacionais das décadas de 1920 a 1940, acabou perdendo força no pós-guerra, a partir da criação do ICOM e dos museus de Arte Moderna no Brasil³⁸. Pode-se identificar, de maneira geral, não apenas na Sala Mostra Portuguesa, mas em todo o arranjo do referido espaço museológico – através da leitura prescrita na *mise en scene* de que se se pode dispor –, o vigor propagandístico de uma narrativa mais preocupada na perpetuação de mitos de origem e grandes vultos da história de Sobral, elegendo uma museologia assente nos períodos de enriquecimento dos grupos hegemônicos e em certas *personas* locais.

Em contraponto, é válido reconhecer que a organização do *stage* e *backstage* do MDJ, no início do século XXI, contemplou espaços particularmente dedicados à reserva técnica, às oficinas pedagógicas e às exposições temporárias, fatores que revelam alguma preocupação com uma eficiente gestão do espaço e com o serviço educativo, imprimindo uma tentativa de acompanhar a vanguarda museológica.

Levando-se em conta o que foi ponderado, os objetos escolhidos para a exibição na SMP foram facilmente associados a Portugal, dialogando com o que se referiam a memória criada e contada pelo MDJ, para ilustrar a origem lusitana da Sobral cearense. Tal conexão de interdependência, entre uma memória inventada e interesses socioculturais elitistas para a sua manutenção, provocaram-nos para a escrita desta comunicação. Pode-se então entender a necessidade de sempre ampliarmos o debate, para que a ação museológica desenvolva e leve reflexão à comunidade em seu entorno, de modo a perceber o museu como espaço de comunicação e troca dialógica de saberes, valo-

38 Segundo Mário Chagas, “o enfrentamento entre gerações e o embate entre o pensamento museal hegemônico de origem europeia e outras tendências que buscavam se afirmar, levando em conta as experiências nacionais, também estiveram presentes [no Seminário Regional UNESCO sobre a Função Educativa dos Museus]. No caso brasileiro, a disputa entre o pensamento museológico barroseano e as novas formas de pensar e praticar a museologia que vinham se afirmando, especialmente a partir das novas gerações, também era presente e sensível” (Chagas & Rodrigues, p. 20).

rizando este equipamento cultural, “lugar de memória”, não apenas pelo seu acervo colecionado ou sua estrutura de “pedra e cal”, mas, sobretudo, pelo que representa diante da comunidade em que está inserido.

Refrências bibliográficas

Araújo, F. S. de (2000). *Raízes Portuguesas do Vale do Acaraú*. Edições UVA.

Barros, G. (2012). *O novo Brasil da mostra do redescobrimento*. Centro Universitário Belas Artes.

Cândido, M. M. D. (2003, janeiro). Ondas do Pensamento Museológico Brasileiro. *Cadernos de Sociomuseologia*, 20(20), 17-32.

Caracristi, I., & Mont’alverne, G. G. S. (2002). *Descobrimdo e construindo Sobral: conhecimentos de Geografia e História*. Edições Demócrito Rocha.

CARTÓRIO DO PRIMEIRO OFÍCIO DE NOTAS DE SOBRAL (1951). Registro Resumido dos Estatutos do Museu Diocesano de Sobral. *Registro de Pessoas Jurídica - Livro A*, n.º 1, Registro n.º 32, de 29/03/1951, 15-16.

Chagas, M. (2019). O Seminário Regional da Unesco Sobre a Função Educativa dos Museus (1958): sessenta anos depois. In Chagas, M. e Rodrigues, M. V. M. (Eds.), *A função educacional dos museus: 60 anos do Seminário Regional da Unesco* (pp. 10-33), Museu da República.

Coli, J. (2005). *Como estudar a arte brasileira do século XIX?*. Editora Senac São Paulo.

Diálogo com a comunidade (2000, 9 de setembro). *Diário do Nordeste*, Caderno Regional, p. 4 (Recorte).

Freitas, D. M. (2021). O ‘efeito confuso da pitoresca aglomeração de cousas diversas’: particularidades do discurso expositivo nos primórdios do Museu Machado de Castro, 1913-1931. In Vaquinhas I., Amaro, A. R., et al. (Eds.), *História, Empresas, Arqueologia Industrial e Museologia* (pp.161-186), Imprensa da Universidade.

Freitas, N. A. de (2021, março). Centro-monumento e a patrimonialização de Sobral, Ceará, Brasil. *PatryTer*, 4(7), 120-136.

Ginzburg, C. (1999). *Mitos, emblemas e sinais: morfologia e história*. Companhia das Letras.

Girão, G. G. S. M. (2006, 22 de maio). O papel da UVA na revitalização do Museu Dom José. *Jornal O Povo, Cotidiano* (Recorte).

Girão, G. G. S. M. (2007). *Museu Dom José Sobral*, Edições Sobral Gráfica Ltda.

ICOM (1999). Mesa-Redonda de Santiago do Chile - ICOM, 1972. *Cadernos de Sociomuseologia*, 15(15), 111-121.

Melo, F. D. (2013). *Os intelectuais da academia sobralense de estudos e letras – ASEL – e a invenção da cidade letrada (1943-1973)*. [Tese de Doutorado em História, Universidade Federal de Pernambuco].

Museu Dom José (2001). *Museu Dom José – Jubileu de Ouro, 29 de março de 2001*.

Museu Dom José (2002). *Coleção Numismática - moedas conferidas*.

Museu Dom José (2002). *Inventário e Catalogação do Acervo*, CD-ROM.

Museu Dom José (s/d). *Relação de peças compradas do Museu Osvaldo Soares, São Luís - Maranhão 1953*. [Transcrição do documento digitado e manuscrito].

Pinheiro, M. G. B. (1911). *Faiança Artística das Caldas da Rainha*, Fábrica Bordallo Pinheiro San Rafael.

Schiavinatto, I. L. (2019). Entre celebrações e exposições: algumas visibilidades em jogo nos Descobrimentos (1990-2000), *Práticas da História. Journal on Theory, Historiography and Uses of the Past*, 8, 49-83.

Soares, M. N. M. & Girão, G. G. S. M. (1997). *Sobral: História e Vida*. Edições UVA.

Vigário, E. (2017). *Dois séculos da Faiança Portuguesa*.

Vigário, E. (2018). *Cem peças de faiança portuguesa do século XVIII até aos princípios do XX*.

Vista Alegre (s/d.). *Evolução da Marca*. [Catálogo]. <https://vistaalegre.com/catalog/evolucaomarca.pdf>.

**A cultura açórico-catarinense e seus reflexos na
arquitetura: uma análise histórico-cultural
da Ilha de Santa Catarina**

Leandro da Silva¹
Clotildes Avellar Teixeira²

Resumo

Este artigo apresenta uma breve análise do percurso sócio-cultural de matriz açoriana na Ilha de Santa Catarina, desde o período colonial até ao início do século XXI, a partir da observação das adaptações dos núcleos populacionais formados pelos primeiros imigrantes açorianos ao novo ambiente, à consequente criação de novas redes sócio-culturais e o reflexo destes processos na arquitetura colonial.

Palavras Chave: Colonização, Açores, Ilha de Santa Catarina, Cultura, Arquitetura.

Abstract

The current project represents a concise descriptive analysis of the Azorean milieu in the Santa Catarina's socio-cultural development, between the colonial times to the beginning of the 21st century. Following observational studies, focused on specific nuclear populations formed by the first Azorean settlers in this new environment to the development of a singular culture, with Azorean influence marked reflected in the colonial architecture.

Keywords: Colonization, Azores, Santa Catarina Island, Culture, Architecture.

1 Mestre em História e Património na Faculdade de Letras da Universidade do Porto - FLUP, licenciado em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade Regional de Blumenau - FURB.

2 PhD em Informação, Cultura e Sociedade e licenciada em História pela Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG, Especialista em Gestão do Património Cultural (IEC/PUCMINAS).

Introdução

Este estudo consiste na transposição e análise de duas partes componente da dissertação de mestrado intitulada *Do basalto da alvenaria ao barro do “pau-a-pique”*: a adaptação da arquitetura “popular” açoriana na colonização da Ilha de Santa Catarina, apresentada na íntegra, como pré-requisito para a conclusão do Mestrado em História e Património na Faculdade de Letras da Universidade do Porto – FLUP, em 2021, e que nesta fase conta com a orientação do grupo de pesquisa do Projeto Lusobrasilidades: Intercâmbios Culturais e Herança Portuguesa no Brasil Independente³.

Desde a chegada de europeus à América do Sul, espanhóis e portugueses demonstraram interesse pela região sul do continente, essencialmente, após a descoberta de minérios na Bacia do Prata, embora este território fosse de domínio espanhol, conforme o Tratado de Tordesilhas. Entretanto, mais ao norte do Rio da Prata, já em soberania portuguesa, a Ilha de Santa Catarina apresenta um posicionamento estratégico em relação à fronteira dos territórios dominados pelas coroas ibéricas, além de condições geográficas propícias para instalação de portos e fortificações militares (Souza, 1981, p. 3). Fatores que fizeram com que, até meados do século XVII, vários exploradores, tanto portugueses como espanhóis, tivessem requerido aos seus respectivos soberanos a permissão para a colonização da ínsula e da sua costa. Conforme afirmam vários autores, havia uma intenção portuguesa de povoar a ilha catarinense com o intuito de consolidar a sua posse e defendê-la de estrangeiros, mas, acima disso, por ser uma rota segura para o transporte de minérios provenientes do Rio da Prata. Assim, em 1663, a publicação de uma resolução régia atribuiu a Agostinho Barbalho Bezerra a posse da Ilha

³ Projeto de cooperação académica internacional entre a Universidade do Porto, Universidade Federal de Goiás e Universidade Federal de Ouro Preto, tem como objetivo principal produzir e difundir conhecimento sobre a herança cultural portuguesa presente no património cultural do Brasil e a sua transformação durante o processo de construção da identidade cultural dos brasileiros (www.projetolusobrasilidades.com).

de Santa Catarina (Souza, 1981, p. 3), (Piazza, 1997, p. 120), (Rodrigues, 2010, p. 19) e (Meneses, 2014, p. 124).

No entanto, é Francisco Dias Velho, um vicentista a quem foram concedidas algumas sesmarias, que se fixa na ilha juntamente com sua família e alguns trabalhadores. No local, Dias Velho manda erigir uma ermida de onde parte a construção da Póvoa que se viria a tornar a Vila de Nossa Senhora do Desterro. Entretanto, em 1689, Francisco Dias Velho é assassinado por piratas e a sua família deixa a Póvoa, que permaneceu em abandono administrativo por quase 5 décadas. É neste período, durante a primeira metade do século XVIII, que a desavença entre as administrações coloniais, portuguesa e espanhola, chega ao seu auge (Souza, 1981, p. 6). O que culminou na decisão do governo português de fortificar a Ilha de Santa Catarina e para isso encarrega José da Silva Paes, brigadeiro e engenheiro militar, para a administração da capitania, vindo a tomar posse do cargo em 1739. O plano de defesa da região, executado durante o governo de Silva Paes, ficou marcado por dois feitos estratégicos de grande importância: a fortificação da região, por meio da construção de quatro fortalezas, guarnecendo o canal de acesso às povoações na ínsula e sua costa; e o início da colonização da região sul da então colônia, com imigrantes ilhéus portugueses, essencialmente açorianos. Esse segundo feito estratégico, o transporte dos povoadores ilhéus, tem início em 1748, com a chegada da primeira leva de casais açorianos à Vila de Nossa Senhora do Desterro e estende-se até 1756, com sucessivas entradas de açorianos e madeirenses. O processo de consolidação dessas novas comunidades na Ilha de Santa Catarina e demais espaços para onde foram enviados esses colonizadores, teria sido longo e relativamente lento (Sousa, 2014, p. 89). Tendo início com a demarcação de lotes e a preparação de terrenos para cultivos agrícolas, estendendo-se até à adaptação da cultura e desenvolvimento das redes sociais, económicas e políticas.

Os casais açorianos e sua bagagem

O deslocamento destes grandes contingentes de ilhéus para Santa Catarina, não se tratou apenas de transportar os, cerca de, 6000 corpos naquelas embarcações, esses casais partiram levando consigo uma série de valores: culturais, sociais e religiosos (Piazza, 1997, p. 126). Valores esses, que foram base para o desenvolvimento de novas sociedades e suas próprias manifestações culturais. Em Santa Catarina, esse processo teria construído uma identidade cultural única, baseada em valores transportados das sociedades açorianas e fundidos aos diversos padrões locais, naturais, econômicos, tecnológicos, e, ainda que de uma minoria, dos costumes da sociedade local (Farias, 2000, p. 98). Dando origem ao que Farias chama de “cultura catarinense de matriz açoriana”.

Em comum acordo, Souza traz um relato do ano de 1837, oito décadas após a chegada dos últimos colonizadores ilhéus à Santa Catarina, onde Ferdinand Denis em passagem pela ilha catarinense, diz que os açorianos ali instalados, têm “confundido” seus costumes com os dos brasileiros (Sousa, 2014, p. 89). Além disso, Farias afirma que, assim como os imigrantes açorianos tiveram que se adaptar a Santa Catarina, adquirindo novos modos de vida, os poucos habitantes da pequena Póvoa também foram influenciados pelos novos moradores da região (Farias, 2000, p. 98). Este relato de Denis reforça a hipótese de transporte cultural defendida por Piazza (1999) e os processos de intercâmbios de cultura estudados por Farias (2000). Além de que, vem de encontro ao conceito de “cultura híbrida” do antropólogo Nestor García Canclini (1997), que o define como um processo de aproximação e afastamento de culturas e, conforme o autor, acaba por promover uma miscigenação entre elas. E dessa forma, surge a cultura açórico-catarinense, como resultado do longo processo de transporte e adaptações culturais durante a colonização da Ilha de Santa Catarina. Essa cultura pode ser identificada até hoje em diversas localidades da costa catarinense e região sul do Brasil, em

manifestações populares, festivas e religiosas, na língua falada, literatura, gastronomia, mitos e lendas. Além de protagonizar investigações de autores como Vilson Francisco de Farias (2000), Nereu do Vale Pereira (2003), João Leal (2007), Joi Cletison Alves e Eugênio P. Lacerda (2012), IPHAN – SC (2015), Carolina Pinto (2015) e diversas outras produções acadêmicas ao longo das últimas décadas.

Para além do conhecimento desses processos de transporte e miscigenação cultural dos colonizadores açorianos em novas terras, uma atribuição popular, contemporânea, das edificações antigas da cidade de Florianópolis à autoria açoriana, leva-nos ao questionamento: teria sido a arquitetura, a tipologia das residências em que habitavam no arquipélago açoriano, uma das referências culturais levadas e reproduzidas por esses casais em terras catarinenses? A investigação realizada por Silva (2021), procura responder a esta questão, partindo da identificação de como teriam sido as habitações construídas durante o processo de colonização da Ilha de Santa Catarina, como seriam as suas plantas, volumetria, os materiais e técnicas utilizados. Para isso, inicialmente, o autor analisa as primeiras fontes de informação que se tem conhecimento: os relatos de viajantes e de administradores da capitania; as investigações de historiadores e demais profissionais que se dedicaram a estudar as construções residenciais do período colonial do lado brasileiro (Cabral, 1954; Broos, 2002; Souza, 1981); e a arquitetura popular no meio do Atlântico, como a equipa de arquitetos que têm o trabalho editado por João Caldas e publicado pela Ordem dos Arquitetos em 1999.

Por fim, de modo a confirmar as tipologias arquitetônicas descritas nos estudos brasileiros, o autor Silva utiliza uma fonte arqueológica (Silva, 2021, pp. 58-65). Coordenada por Fabiana Comerlato (1999), refere-se a prospecção de uma pequena casa colonial, uma “moradinho de casa” ou “casa de porta e janela”, como é conhecida a tipologia. A antiga habitação é encontrada abaixo de um sobrado e trata-se da antiga casa número 5 da Rua dos Ilhéus, nas redondezas da Igreja Matriz da cidade, área onde ocorreram

os primeiros assentamentos da Vila de Nossa Senhora do Desterro e marco inicial da urbanização da ilha. A partir dessa investigação, Silva realiza um trabalho comparativo da tipologia de residências coloniais catarinenses às habitações populares do arquipélago açoriano, na tentativa de encontrar similaridades, características que as conectem (Silva, 2021, pp. 74-105). No final deste processo, o autor identifica uma tipologia açoriana muito semelhante à habitação urbana da ilha catarinense, essencialmente pelas características identificadas na prospecção arqueológica utilizada. O autor indica que essa tipologia açoriana é encontrada essencialmente nas ilhas do grupo central do arquipélago e em contextos urbanos muito semelhantes, como nas periferias das principais cidades da região (Silva, 2021, pp. 96-105). Além disso, a localização dessas habitações também é condizente com o levantamento de proveniências dos colonizadores (Meneses, 2014, pp. 128-133).

No contra-senso de alguns autores, que investigaram apenas a arquitetura colonial catarinense e de outras regiões do Brasil, Silva (2021) acredita, fundamentado nas suas investigações, que a arquitetura colonial das residências na Ilha de Santa Catarina apresenta um referencial açoriano. Porém ressalva, que esse referencial arquitetônico pode, e deve, ter sofrido adaptações, devido a uma série de questões inerentes ao processo de colonização, como por aspectos naturais, sociais, económicos e tecnológicos, além, é claro, das possíveis influências de uma cultura local.

Em contrapartida, sabe-se que, conforme afirmam Cabral (1954), Souza (1981) e Broos (2002), a cidade de Florianópolis, desde o século XX, já não conta com nenhum representante da arquitetura residencial deste período, apenas se pode conhecer essa tipologia a partir de fontes de informação, das quais utilizou Silva (2021). Em consonância com os autores, um inventário do património edificado de Florianópolis, publicado em 2015 pelo órgão municipal de gestão patrimonial, permite verificar que as únicas edificações remanescentes do período colonial são construções militares e religiosas. Entretanto, se ainda existe algum remanescente residencial, já passou por tais

alterações que não se consegue reconhecer quaisquer características da primitiva tipologia colonial.

O desenvolvimento da Vila e o “esquecimento” do ascendente açoriano

Inicialmente, os assentamentos e vilas portuguesas no continente americano deveriam ser constituídos em conformidade com as ordenações régias, conforme Souza, concebidas para o desenvolvimento e exploração da colônia (1981, p. 158). Posteriormente, os administradores das vilas atribuíram às ordenações filipinas a “regulação urbana” dos centros, que como indica Macedo, dispunha de uma matéria de diretrizes urbanísticas e arquitetônicas, atuando como um código de obras (2014, p. 18).

Entretanto, na colonização da Ilha de Santa Catarina, mais especificamente na fundação da Vila de Nossa Senhora do Desterro e no centro das demais freguesias da ilha, as ordenações estariam fundamentadas também em cartas régias, específicas para estas povoações açorianas no sul da colônia. Além disso, com o assentamento dos colonos a administração da província passou a instaurar um conjunto próprio de regras que visavam ordenar os assentamentos e novas construções na ilha, Souza afirma que essa seria uma forma da administração garantir uma “aparência lusa” a esses assentamentos urbanos na então colônia (1981, p. 159).

Posteriormente, essas regras viriam a tornar-se posturas municipais, agora obrigatórias por lei, teriam o objetivo de estabelecer instruções básicas para a regularização de edificações existentes e para a construção de novos edifícios, definindo diretrizes como, dimensões, altura dos pavimentos, número de aberturas e alinhamento dos edifícios. Porém, as habitações dos primeiros colonizadores da ilha, assim como da maioria de seus herdeiros, continuavam sendo as pequenas e precárias “moradinhas de casa”.

Nas duas primeiras décadas do século XIX, com a transferência da coroa real portuguesa para o Brasil e subsequente abertura internacional dos portos na antiga colônia, a Vila de Nossa Senhora do Desterro apresenta um progresso notável. Conforme afirmam vários autores, com a elevação da categoria de vila para cidade, um ano após a independência do Brasil, Desterro inicia um crescente desenvolvimento das atividades comerciais e marítimas (Cabral, 1954, p. 233; Souza, 1981, p. 162). E o marco deste período de prosperidade comercial, na paisagem da cidade do Desterro, é o evidente aumento no número de sobrados no centro urbano.

Estes sobrados são descritos por Cabral (1954) e Souza (1981), como edificações de dois pavimentos, comumente construídos para desenvolvimento de um comércio no térreo e habitação no andar superior. Porém, conforme os autores, essa tipologia assobradada não é uma especificidade da região, pode ser encontrada em todo território colonial brasileiro e é entendida como uma arquitetura de influência europeia, essencialmente portuguesa, transportada para o sul do Brasil mediante o seu desenvolvimento, seja pela melhoria econômica dos integrantes da sua sociedade ou pela chegada de novos moradores e investidores. Sendo assim, percebe-se que a tipologia arquitetônica edificada até então pelos colonizadores e seus descendentes, fica quase que restrita às antigas edificações residenciais, enquanto as novas construções já recebem outras influências. Assim, considera-se este período como a transição entre a arquitetura colonial de influência açoriana e a arquitetura oitocentista da ilha, que conta hoje com uma série de exemplares protegidos por lei municipal.

Juntamente com o progresso econômico e comercial do Desterro, pode-se notar uma conseqüente evolução das edificações durante o decorrer do século XIX. Nas primeiras décadas surgiram as vidraças, juntamente com as janelas de guilhotina e bandeiras acima das aberturas. Já em meados do século, também incentivado pela entrada de novos colonizadores europeus

em Santa Catarina, foram realizadas alterações nas posturas municipais com intuito de acabar com os beirais e instalar platibandas acima das fachadas. Ainda nesse momento, a expansão das exportações e comércio de produtos internacionais incentiva o comércio de ferragens, quando começam a surgir os gradis de ferro, adornados com temas de pinha, juntamente com os grandes lampiões que iluminavam as sacadas.

Conforme indicam Cabral (1954) e Broos (2002) nas suas descrições, esses elementos vindos com o progresso também chegam às pequenas habitações coloniais, como o uso de ferragens nas aberturas, as janelas em guilhotina com vidraças e apesar de não referir à platibandas, os telhados nitidamente deixariam de ter seus grandes beirais estendidos sobre a fachada. No final do século XIX, as posturas municipais passam a ser também mais restritivas e tendenciosas para a execução de fachadas, com uma estética mais neoclássica. Com definições acerca do aspecto externo das edificações, como altura da fachada, das paredes e platibanda e revestimentos externos. Além disso, passa-se a legislar sobre o uso das pequenas habitações coloniais da ilha, o então presidente da câmara, Dr. Gama Rosa, proíbe que mais de quatro pessoas vivam em cada uma dessas casas, as quais ele chama de “cortiços”. Conforme Souza, Gama afirma ainda que seriam essas edificações a causa da insalubridade na cidade e proíbe sua construção dentro do perímetro urbano (1981, p. 164).

Esse tipo de medidas faz parte do que Moser, chama de processo de “higienização”, um método baseado, essencialmente, na abertura de *boulevards* nos centros urbanos, no caso das costas, a construção de aterros sobre áreas alagadas, além de medidas como a desapropriação e derrubada dos, então chamados, “cortiços” de regiões centrais das cidades (2015, s.p.). Esse processo “higienizador” fez-se presente em diversos centros urbanos do Brasil desde o final do século XIX, mas, essencialmente, durante o decorrer do século XX. Na ilha catarinense foram realizadas quatro grandes obras de aterro sobre a linha do mar, voltados para o canal entre a ilha e a costa

continental, o primeiro aterro no ano de 1884, o segundo em 1940, e os dois últimos no início das décadas de 60 e 70.

A região onde se constrói o aterro no ano de 1940, fica nas imediações do Largo 13 de Maio, região onde, segundo Cabral (1954) e Broos (2002), estavam construídas as últimas edificações residências da segunda metade do século XVIII, essas que foram desapropriadas e demolidas para execução da obra. Procedendo assim, a eliminação das últimas residências remanescentes do período colonial da Ilha de Santa Catarina.

Durante as décadas de 50 e 70, a administração pública passa a investir consideravelmente no setor turístico, que logo viria a consolidar-se como importante agente económico da cidade, mas, juntamente com incentivos financeiros, principalmente no âmbito imobiliário, expande o setor da construção civil e intensifica a especulação imobiliária, essencialmente nas áreas balneares, que em conjunto com as obras de aterro, dão início a um drástico processo de alteração da paisagem em diversas regiões da ilha. Durante todo esse processo de mudanças e evolução na ilha catarinense, até meados do século XX, a colonização da ilha por emigrantes açorianos foi um facto que, a nível popular, não recebia qualquer importância, quando muito, alguns moradores da cidade recordavam uma colonização portuguesa, mas muito distante, conforme indica o antropólogo João Leal (2007, pp. 141-142). Numa entrevista concedida por Walter Piazza para Leal, o historiador indica que esta “amnésia histórica” está intimamente ligada a uma memória negativa acerca desses colonizadores açorianos.

Piazza narra que com o fracasso na produção agrícola, os pioneiros açorianos passaram a dedicar-se às atividades piscatórias, mas com tal produção que serviria apenas como fonte de subsistência. Em contrapartida, os colonizadores alemães e italianos que chegaram a Santa Catarina entre os séculos XIX e XX, obtiveram êxito na agricultura e desenvolveram por meio dela as suas colónias e, assim, responsabilizaram os antecessores açorianos pelo subdesenvolvimento do estado e taxaram-os como “estruturalmente

preguiçosos” (Leal, 2007. pp. 141 - 142). Essa “amnésia histórica” trazida por Piazza justifica-se no conceito de Michael Pollak (1992, pp. 4-5), quando afirma que a memória é um fenómeno construído, que pode sofrer flutuações, sendo gravada, recalçada, excluída ou relembrada, em função da forma como é articulada e conforme o momento em que é e expressa. Além disso, a memória é um elemento que constitui o sentimento de identidade, sendo extremamente importante para a sensação de continuidade e coerência na identidade de uma pessoa ou grupo social (Pollak, 1992, p. 5). Assim, pode-se compreender como, por meio de uma memória negativa gerada acerca da sociedade açorico-catarinense da Ilha de Santa Catarina, a sua identidade e história, a nível popular, permaneceram “esquecidas” por décadas e como é inerente, também à sua cultura.

Uma nova cultura antiga: a construção de uma identidade

Nos primeiros anos da década de 1970 é sancionada, em Florianópolis, a lei municipal que dispõe sobre a proteção do patrimônio histórico, artístico e natural do município, assim como a criação do órgão competente para sua gestão. Segundo Souza, apesar da pouca eficácia desta medida na altura em que foi criada a legislação, na década seguinte teve início uma série de demarcações, com subsequentes tombamentos de conjuntos de interesse histórico na ilha (1981, p. 184). Neste período, conforme indica o autor, já seria comum o uso da “herança açoriana” para justificar qualquer influência lusitana em Santa Catarina, sobretudo na arquitetura, pois segundo a autora, toda edificação que teria sido construída até o século XIX, era considerada de origem açoriana, segundo a população local (Souza, 1981, p. 185).

Sabendo que, o sentimento de identidade provém do grau de identificação entre um indivíduo e a comunidade a qual pertence, como defendem Peralta e Anico (2006, p. 2) e tendo em vista que por muito tempo a herança açoriana ficou esquecida, de propósito ou não, pela população da ilha catari-

nense, pode-se afirmar que a presença cultural açoriana em Santa Catarina, hoje, é fruto de uma construção identitária.

Como visto anteriormente, não é desde sempre que os florianopolitanos entendem-se como herdeiros dessa cultura de matriz açoriana. Conforme indica Leal, essa construção identitária provém de um longo processo, que teria seu início no ano de 1948, em um congresso comemorativo aos 200 anos da colonização açoriana em Santa Catarina (2007, p. 140). Neste evento Silva Fontes e Oswaldo Cabral apresentaram uma nova reinterpretação acerca da colonização açoriana, afirmando que, se por um lado aqueles imigrantes açorianos fracassaram na atividade agrícola, obtiveram grande êxito na ocupação e demarcação territorial do Brasil. Apesar disso, é apenas entre as décadas de 1970 e 80, que o tema volta a ganhar destaque e de forma mais incisiva dentro da universidade. Como primeiro evento dessa fase, destaca-se o lançamento do projeto de um Centro Interpretativo de Vocação Açorianista, no Distrito de Ribeirão da Ilha, por autoria do sociólogo e professor Nereu do Vale Pereira. Em seguida, no ano de 1984, a I Semana de Estudos Açorianos, realizada pela UFSC, foi marcada pela presença do então reitor na Universidade dos Açores e pela fundação do Núcleo de Estudos Açorianos da universidade catarinense. Leal afirma ainda que estaria em desenvolvimento uma nova geração de ativistas acerca do tema açoriano no cenário catarinense e que essa nova geração seria a responsável pela segunda e decisiva retomada do movimento açorianista, não apenas em Florianópolis, mas dispersa por todo o litoral catarinense (2007, p. 155). É na década de 1990 que começam a surgir festividades trazendo a figura do açoriano como uma âncora cultural, utilizando-se de uma série de símbolos que, supostamente, teriam origem na cultura desses imigrantes. Além disso, a universidade continua sendo uma importante frente ao movimento, com o retorno das atividades do NEA, agora reestruturado, composto por uma nova geração e filosofia. O Núcleo de Estudos Açorianos enfatiza o objetivo, não apenas de produção científica, mas de resgate efetivo da cultura açoria-

na, colocando-a em prática de forma ativa nas comunidades, divulgando e praticando a defesa do património catarinense de matriz açoriana e procurando resgatar o orgulho popular às suas raízes.

Outras organizações culturais de cunho público também apresentam grande importância para o ativismo açorianista de Santa Catarina, conforme Leal, a Fundação Catarinense de Cultura, ligada ao governo estadual, e a Fundação Franklin Cascaes, instituição municipal pela cultura, mantêm importante apoio e financiamento a iniciativas externas, assim como a atividades próprias (2007, p. 172 - 173). O autor afirma ainda que a instituição municipal ganha força em atividades relacionadas ao tema, com a posse de um novo governo em 1996, que com uma campanha baseada no tema “cultura da gente”, adota uma agenda cultural de nítido incentivo açorianista, com notórios estímulos à cultura popular, em manifestações tradicionais de comunidades locais (*Idem*, p. 173).

Para Leal, a veiculação das informações acerca da cultura açórico-catarinense é também um dos aspectos fundamentais na construção dessa identidade (*Ibidem*, pp. 175-176). Para além das produções científicas e eventos culturais, o antropólogo indica a ampla cobertura midiática como essencial nesse processo, pois por meio de telejornais e programas especializados, leva-se de forma detalhada a temática dessa cultura de matriz açoriana até as massas populares. Por fim, outro aspeto que está ligado às massas é a apropriação do “açorianismo” como uma marca, principalmente pelo setor turístico, e a consequente popularização do tema por esta via. O que para Farias (2000) acaba por transformar o litoral de Santa Catarina numa “grande vitrine” de uma cultura açoriana, com apresentação de grupos de danças folclóricas, confecção e exposição de artesanatos, desfiles característicos de festas de temática açoriana, como as folias do Divino e outras festas que constituem grandes encenações da açorianidade.

Considerações finais

Tendo em vista este cenário evolutivo apresentado acerca da cultura e identidade açórico-catarinense na Ilha de Santa Catarina, é possível compreender porque, no imaginário popular, se acredita que a arquitetura antiga de Florianópolis provenha de influências açorianas. De acordo com Torrico, falar de identidade é também falar de patrimônio e para Peralta e Anico, esses dois conceitos que, muitas vezes, são interpretados como uma extensão direta um do outro, têm significados muito diferentes: enquanto a identidade é a essência de uma comunidade, o patrimônio é sua manifestação natural (Torrico, 2006, p. 21; Peralta e Anico, 2006, p.1). Sendo assim, se os membros das comunidades herdeiras dessa cultura de matriz açoriana em Florianópolis, têm o sentimento de pertença desta herança cultural, é comum e natural que procurem pelas suas manifestações e pelo seu patrimônio. E, apesar dos importantes estudos apresentados sobre essas diversas manifestações culturais de matriz açoriana, historicamente fundamentadas, por vezes a espetacularização criada pelo setor turístico, em nome do lucro econômico, incute falsas interpretações acerca dessa herança cultural e, conseqüentemente, acerca da história catarinense.

Referências bibliográficas

Alves, J. C. & Lacerda, E. P. (2012). *Mapeamento do Patrimônio Cultural das Comunidades Açorianas de Santa Catarina*. NEA/UFSC. <https://nea.ufsc.br/artigos/artigo-joi-cletison-e-eugenio-placerda/>

Broos, H. (2002). *Construções antigas em Santa Catarina*. Cultura em Movimento Editora.

Cabral, O. R. (1954). Nossa Senhora do Desterro: casas - sobrados - chácaras. In *Douro - Litoral: Boletim Da Comissão Provincial De Etnografia e História, volumes III - IV*, Edição da Junta da Província, pp. 117 - 153.

Caldas, J. (1999). *Arquitectura popular dos Açores*. Ordem dos Arquitectos.

Canclini, N. (1997). *Culturas híbridas: estratégias para entrar e sair da modernidade. Culturas híbridas, poderes oblíquos*. Edusp, pp. 283-350.

Comerlato, F. (1999). *Relatório final de prospecção arqueológica em residência oitocentista do conjunto histórico da Praça XV*. Instituto De Planejamento Urbano De Florianópolis.

Farias, V. (2000). *Dos Açores ao Brasil Meridional: uma viagem no tempo 500 anos litoral catarinense* (2ª ed.). Ed. do Autor.

IPHAN - SC, OCCA Arquitetas Associadas. (2015). *As Freguesias Luso-Brasileiras na Região da Grande Florianópolis: Dossiê de Tombamento*. IPHAN.

Leal, J. (2007). *Açores, EUA, Brasil: Imigração e Etnicidade*. Direção Regional das Comunidades.

Macedo, D. (2014). Urbanização em territórios luso-brasileiros: A urbanização das “Ordenações do Reino”. In *Tempos e Escalas da Cidade e do Urbanismo. XIII Seminário de História da Cidade e do Urbanismo*. FAU – UnB, pp. 17 – 26.

Meneses, A. F. (2014). Os açorianos na estruturação do Brasil do Sul: as levas de meados do século XVIII. In Scott, A., Berute, G. e Matos, P., *Gentes das Ilhas: Trajetórias transatlânticas dos Açores ao Rio Grande de São Pedro entre as décadas de 1740 a 1790*. Oikos/ Unisinos, pp. 60 – 81.

Moser, G. (2015). *Patrimonialização do meio ambiente e turismo: novos usos do mar em Florianópolis / SC*. In XXVIII Simpósio Nacional de História - Lugares dos historiadores: velhos e novos desafios. Associação Nacional de História, Universidade Federal de Santa Catarina, Universidade Estadual de Santa Catarina.

Peralta, E. & Anico, M. (2006). *Patrimónios e identidades*. Celta Editora.

Pereira, N. V. (2003). *Contributo açoriano para a construção do mosaico cultural catarinense*. Papa-Livro Editora.

Pereira, N. V. (2013). *Santa Catarina, a ilha, 500 anos* (2ª ed.). Papa-Livro Editora.

Piazza, W. F. (1999). *A epopeia açórico - madeirense: (1746-1756)* (2ª ed.). Centro de estudos de história do Atlântico.

Piazza, W. (1997). Açorianos e madeirenses no sul do Brasil. *Acervo – Revista do Arquivo Nacional*, volume 10, nº 2, pp. 119 - 128.

Pollak, M. (1992). *Memória e Identidade Social. Estudos Históricos, volume 5*, Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil, Fundação Getulio Vargas, pp. 200 - 212.

Souza, S. R. S. (1981). *A presença portuguesa na arquitetura da Ilha de Santa Catarina*. Fundação Catarinense de Cultura.

Torrico, J. (2006). Patrimónios e discursos identitários. In E. Peralta e M. Anico, *Patrimónios e identidades*. Celta Editora, pp. 21 – 34.

**“Contra aqueles que tudo nos querem arrancar”:
a construção de um projeto de cidade na imprensa**

Vitória Ribeiro¹

Resumo

Este artigo tem como objectivo apresentar a abordagem da imprensa na luta pelo direito à cidade de São Paulo na Primeira República,- analisando a Liga Popular Contra a Carestia da Vida (1912-1913) e a Liga dos Inquilinos (1920). *A Lanterna* e *O Combate* têm espaço central nas discussões, ressaltando o papel da imprensa no debate sobre direito à cidade.

Palavras-chave: : Primeira República; Direito à Cidade; Carestia da vida.

Abstract

This article seeks to present the approach of the press in the struggle for the right to the city of São Paulo in the First Republic, analyzing the Liga Popular Contra a Carestia de Vida (1912-1913) and the Liga dos Inquilinos (1920). *A Lanterna* and *O Combate* have a central space in the discussions, highlighting the role of the press in the debate on the right to the city.

Keywords: First Republic; Right to the City; Scarcity of life.

Introdução

Quando pensamos no processo de urbanização da cidade de São Paulo no início do século XX, questionar quem foram os atores responsáveis pela sua criação torna-se necessário. Muitas das mudanças percebidas nesse constante canteiro de obras, são direta e indiretamente permeadas pelas ações da classe trabalhadora. A movimentação nas ruas, a construção dos prédios, a manutenção das vias e postes de luz, dentre tantas outras tarefas, são realizadas por aqueles que muitas das vezes não desfrutam de tais “embelezamentos”.

Se por um lado pode ser constatado que não houve projetos únicos de cidade implementados pelas classes dominantes, mesmo que parcialmente (Oliveira, 2005); também se reconhece que a ideia de “cidade cindida” vem sendo questionada e complexificada nos últimos anos, tendo em vista o real uso da mesma pela população, muito mais marcada pela heterogeneidade do que pela homogeneidade de agentes em espaços determinados (Borin, 2014; Reis, 2017).

Acreditamos que esta pesquisa pode contribuir para o entendimento dos diferentes usos e discussões que permearam o espaço, direcionando a sua análise para a criação de ligas, formas específicas de associação da classe trabalhadora, que trouxeram suas considerações sobre o desenvolvimento da cidade. São elas a Liga Popular Contra a Carestia de Vida (1912-1913) e a Liga dos Inquilinos (1913). Às mesmas, soma-se um olhar mais atento à atuação dos impressos na criação desses espaços. Destaca-se então o jornal anticlerical *A Lanterna* e o jornal republicano radical *O Combate* que, respectivamente, tomaram frente de ação, seja nas reflexões propostas, nas reuniões marcadas ou nas manifestações.

A intenção desse escrito é de apontar para algumas das discussões que podem ser desenvolvidas através do estudo das ligas. Procuramos apresentá-las reconhecendo que as particularidades da imprensa independente

- operária ou não -, são importantes para pensar o desenrolar dos debates e mobilizações. Isso implica reconhecer o papel da imprensa dentro do contexto urbano e como o mesmo possibilitou a disseminação de novos espaços políticos, mesmo fora da esfera institucional.

Onde se discute a cidade: as ligas e a imprensa

A imprensa é uma das principais fontes para este trabalho, devido ao reconhecimento da mesma, não enquanto propagadora de uma verdade imutável, mas sim como agente ativo no processo histórico (Capelato, 2015), marcada por seus próprios interesses. Os jornais são também centrais ao se atentar para seu desenvolvimento no contexto urbano.

Se a publicação de periódicos faz parte da história brasileira, pelo menos desde o início do século XIX, é nos seus últimos anos que se torna possível perceber uma difusão da prática do impresso (Martins & Luca, 2006). De entre os motivos está o aperfeiçoamento tecnológico que possibilitou, por um lado, a importação de maquinaria de outros países para o Brasil, viabilizando a profissionalização da prática entre as classes dominantes (Sodré, 1990); bem como, o reduzido valor de materiais que antes eram restritos a esta mesma classe, facilitou aos grupos subalternizados a disseminação das suas práticas políticas e a implementação de novas sociabilidades (Cruz, 2013). Isso implica reconhecer que o periodismo possibilita a discussão *sobre e no* espaço urbano (Maciel, 2021).

O destaque da construção das ligas nos jornais aos quais estavam vinculadas revela que a imprensa não era apenas um veículo de informação da repercussão de suas atividades - reuniões, comícios e etc. -, mas também permitia que os artigos de opiniões presentes nessas páginas se interligassem com as reflexões propostas pelas mobilizações. Desta forma, nas linhas que se seguem intenta-se apresentar ambas as ligas, destacando o contexto nas quais foram criadas e, de maneira preliminar, apontar alguns dos seus desdobramentos.

A Lanterna e a Liga Popular Contra a Carestia de Vida

A *Lanterna* foi um periódico anticlerical que primeiro circulou por São Paulo em 1901, sob direção de Benjamin Mota, advogado maçom que integrava a esfera militante à época. Após um hiato, volta a ser impresso em 1909, agora também com as contribuições de Edgard Leuenroth enquanto editor. É neste segundo período de publicação, até 1916, que é de interesse para a presente pesquisa. Existiu ainda um terceiro período, no qual o periódico reaparece, entre 1933-1935, ainda sob direção de Leuenroth, sendo marcado ali o fim da folha.

Não visava o lucro, mas sim a divulgação do pensamento anticlerical e a elaboração de uma rede de formação política que se utilizava da imprensa, um dos principais veículos de comunicação do período, como ferramenta pedagógica essencial (Rago, 2014). A atuação de Leuenroth, enquanto editor-chefe do jornal, foi importante para a incorporação, cada vez maior, de debates sobre a realidade da classe operária nas páginas do jornal (Santos, 2013).

Nascido no ano de 1881 em Mogi-Mirim, interior de São Paulo, mudou-se para o Brás ainda criança, um bairro historicamente conhecido como espaço de produção dinâmica da imprensa local, e aos 14 anos já trabalhava numa tipografia (Dulles, 1977). Aos 16 anos Leuenroth, junto de Armando Cruz, foi responsável pela criação de um periódico intitulado *O Boi* (1897) que, a partir de 1898, passou a se chamar *A Folha do Braz*, uma publicação quinzenal que existiu até 1901 (Cruz, 2013).

Leuenroth trazia nas páginas de seu jornal informações sobre as precárias condições do bairro, seja pela falta de água, esgoto a céu aberto ou ausência de arruamento e transporte. É possível reconhecer que já despontava, no olhar crítico do futuro militante anarquista, algumas considerações sobre a segregação urbana e a falta de investimento na melhoria dos bairros proletários.

Em 1904, com a fundação da União dos Trabalhadores Gráficos, Leuenroth obteve contato com o pensamento libertário, passando então a percorrer os seus estudos e militância enquanto anarquista. Nesse espaço iniciou as suas atividades junto ao movimento dos trabalhadores, servindo de bibliotecário dessa nova entidade, auxiliando a publicação da União intitulada *O Trabalhador* (Dulles, 1977). Daquele momento em diante, a sua atuação junto aos principais periódicos operários cresceu, acabando por se tornar um dos principais agentes nas atividades desenvolvidas nos jornais (Lopreato, 1917).

A imprensa foi uma ferramenta de expressão do seu descontentamento com as injustiças sociais desde muito novo, iniciando a sua militância em esfera local voltada às questões de melhoramento urbano. Com o passar dos anos, a radicalização do seu pensamento veio atrelada à profissionalização do seu ofício, sendo o trabalho de comunicação política central na constituição de suas lutas.

Desta maneira, não por menos, pode-se reconhecer que quando se deu a criação da Liga Popular Contra a Carestia de Vida, *A Lanterna* expôs informações que visavam instruir o público leitor sobre a crise habitacional paulistana, bem como instigar o mesmo a assumir papel ativo para enfrentar o problema. Abaixo podem ser vistos alguns exemplos:

Cidadão!

Um grupo de exploradores, parasitas e sanguessugas do povo, sob o pretexto de embellezar a cidade de S. Paulo, demolindo uma imensidade de casas velhas, deu um valor artificial aos terrenos e ás casas, para melhor explorar o povo trabalhador – aquelle que trabalha e deve pagar os alugueis, pois que não tem casas proprias! (*A Lanterna*, 20 de abril de 2012, p. 3).

O trecho acima retoma a primeira notícia sobre a criação da Liga Popular Contra a Carestia de Vida publicada no jornal *A Lanterna*, chamando os leitores para a sua composição. Três dias após a publicação, contando com

um elevado número de participantes, além do que o jornal esperava foram apresentadas as primeiras considerações sobre como se dariam os debates e articulações da liga, no Salão Celso Garcia, n. 39 da rua do Carmo, centro da cidade. A 23 de abril de 1912 foi então formada uma comissão permanente.

Desde o primeiro momento que é possível perceber um direcionamento do debate para as questões urbanas, denunciando o “embelezamento” da cidade que ocorria em detrimento da classe trabalhadora. Apartada desse projeto, essa classe só fazia parte enquanto explorados, sem acesso a casas próprias e com dificuldades para pagar os aluguéis que aumentavam exponencialmente.

O cenário apresentado encontra-se em diálogo com o projeto implementado pelo então prefeito de São Paulo, Antonio Prado. Sob sua gestão (1899-1911) concretizou a “modernização” da cidade de São Paulo com a abertura de ruas, construção de avenidas, vigília sanitária, polícia em bairros operários e ajardinamento de diversos lugares (Santos, 2003). O resultado das suas ações implicou num total descaso para com a população pobre, expulsa de suas casas, seja pelo já referido aumento dos aluguéis, seja pela demolição das mesmas, levando à aguda escassez de moradias.

A Lanterna acaba por suscitar reflexões sobre a conjuntura de crise habitacional e as possibilidades de superação da mesma, indagando seus leitores sobre as problemáticas ali presentes e encarando na liga uma possibilidade de ação. Um exemplo pode ser visto no trecho: “Póde êle viver em casas confortaveis, em bairros fornacidos de todos os elementos necessários para a prática da higiene e do asseio que tanto é preconizada?”².

A Liga Popular foi criada em consonância com lideranças anarquistas e socialistas que participavam do Centro Libertário e da Aliança Anarquista em São Paulo (Campos, 1983). Edgard Leuenroth, que além de editor-chefe de *A Lanterna* foi militante anarquista de grande expressão à época, participou como um dos signatários do Comitê³.

² “Capital e trabalho”, *A Lanterna*, 27.07.12, p. 3.

³ “Contra a carestia de vida”, *A Lanterna*, 11 de maio de 1912, p. 2.

Após alguns meses sem atividade, a liga retoma a sua atuação⁴. Nesse segundo momento as informações sobre o desenvolvimento da liga se fizeram mais presentes, com destaque para a criação da coluna “O povo contra o regime da fome”⁵, que noticiava não só as informações sobre os comícios realizados e planejados, mas também apontava considerações sobre a carestia e os aluguéis, além de denunciar ações policiais.

É possível perceber que a questão da moradia e a realidade dos trabalhadores frente ao aumento dos aluguéis continua permanente. Pode-se destacar o direcionamento do debate para a agitação dos inquilinos, procurando conseguir a diminuição dos valores de aluguer de casa. No comício chamado pela Confederação Operária Brasileira (COB) em 20 de abril de 1913, o jornal relata as suas tentativas de ampliação do debate da liga a nível nacional⁶. A liga continuou atuante até meados de 1916-1917 (Campos, 1983).

O Combate e A Liga dos Inquilinos

O Combate foi um periódico de circulação menor em comparação à grande imprensa e uma possível classificação para o mesmo seria de *imprensa independente* (Maciel, 2021), porém dispunha dos meios económicos e das relações sociais para circular de forma abrangente.

Deve ser considerado que os irmãos Nereu e Acilino Rangel Pestana, parte da direção do periódico, eram filhos de Francisco Rangel Pestana, um dos fundadores do jornal *A Província de S. Paulo*, posteriormente conhecido como *O Estado de S. Paulo* (Balsalobre, 2010). Ou seja, apesar de ser um periódico crítico e que sofreu com a censura, as relações familiares das quais dispunham tiveram peso na manutenção do impresso, que não contou com a instabilidade e imprevisibilidade da circulação de suas folhas, algo que

4 *A carestia da vida*, 08 de março de 1913, p. 1.

5 *A Lanterna*, 15 de março de 1913, p. 2.

6 “O povo contra o regime da fome”, *A Lanterna*, 26 de abril de 1913, p. 2.

comumente ocorria com demais jornais independentes e, principalmente, operários.

O *Combate* foi um jornal incisivo nas suas críticas e posicionamentos frente aos descasos e desigualdades que atingiam a população paulistana, e os artigos sobre a questão de carestia de vida foram censurados de suas páginas mais de uma vez⁷. Também eram críticos da própria imprensa (Balsalobre, 2010). Seus redatores referiam no seu discurso a ideia da imprensa enquanto elemento modernizador, que tinha a responsabilidade de levar à tona a verdade e a justiça.

Textos voltados não somente à classe operária, mas também à mídia é outro indicativo da sua possibilidade de maior circulação. O jornal acabava por apresentar uma postura firme sobre as reivindicações proletárias, porém, sem adquirir um tom revolucionário que viesse a “assustar” a outra parcela de seu público. Abaixo é possível reconhecer exemplos.

O sr. Prefeito municipal declarou que nada podia fazer, não há dinheiro:- o que havia foi despendido em jardins, asphaltamento da Avenida Paulista, calçamento de ruas dos bairros chics, abertura de estrada para automóveis e outras demonstrações da ideia que o sr. Dr. Washington Luís faz do que seja administrar uma cidade (*O Combate*, 17.07.17, p. 1).

No contexto da criação da Liga dos Inquilinos, pelo menos três anos antes, o jornal *O Combate* já se tinha mostrado ativo nas reivindicações da classe trabalhadora. O trecho acima foi retirado de uma matéria do periódico criticando a atuação do então prefeito Washington Luís diante da realidade da classe trabalhadora no contexto grevista de 1917. Entre os reclames é possível destacar a redução dos aluguéis em 30% (Biondi & Toledo, 2018). A mesma acabou por não compor as reivindicações finais acordadas entre o

⁷ Alguns exemplos de censura do jornal podem ser vistos nas edições de primeiro de abril e 4 de dezembro de 1918. O período subsequente às manifestações de 1917 contou com sucessivas ações do Estado contra os periódicos, principalmente em matérias que procuravam discutir a carestia de vida.

Comité de Defesa Proletária e a Comissão de Imprensa, da qual tanto Leuenroth quanto Nereu Rangel Pestana, editor de *O Combate*, faziam parte respectivamente.

Em 1920 o periódico também se empenhou na campanha a favor da Lei do Inquilinato que passa a vigorar no ano seguinte⁸. Não cabe neste trabalho questionar sobre a eficácia ou não da mesma, ponto este debatido na historiografia sobre a questão urbana (Bonduki, 1994), mas sim reconhecer o empenho do jornal pela sua criação, postura que se encontra em diálogo com um contexto de atuação político sobre a questão da moradia e urbanização que o antecede.

No dia 9 de julho de 1920 foi publicado na primeira página do jornal *O Combate*, sob o título “Abaixo aos abutres!”, um manifesto que elencou os motivos da criação da Liga. O periódico era dirigido por um dos articuladores da iniciativa, juntamente com Nereu Rangel Pestana.

O surgimento da Liga dos Inquilinos de São Paulo foi, entre outros, desencadeado pelo aumento do aluguel do prédio sede da administração de *O Combate*, localizado na Rua 15 de Novembro, nº. 59. Como fundadores da Liga, além de Pestana, constam demais locatários do edifício como Felipe de Lima (de *A Propaganda*) e Amadeu Piacitelli (desenhista)⁹.

Apesar de, provisoriamente sob direção dos nomes acima citados, *O Combate* publicou em sua edição do dia 26 de julho de 1920 que, após a reunião de constituição da Liga no dia anterior, a mesma ficaria sob encargo da classe dos alfaiates e demais operários. O periódico passa a apresentar-se como porta-voz oficial do movimento, publicando notícias sobre a realização de reuniões e comícios da liga¹⁰.

A sua postura condiz com a construção da Liga dos Inquilinos em 1920, tendo em vista que desde as primeiras publicações sobre a mesma era

8 “Abaixo os abutres”, *O Combate*, 14.06.20, p. 1.

9 “A revoltante ganancia dos proprietários de casas”, *O Combate*, 09 de julho de 1920, p. 1.

10 “Foram lançadas hontem as bases da Liga dos Inquilinos”, *O Combate*, 26 de julho de 1920, p. 1.

destacado o papel agregador desta luta, não se limitando a um estrato específico da população¹¹.

A escassez de habitações determinou o “cáos” em que se encontram os pobres, vendo-se na necessidade de morarem muitas famílias no mesmo casebre onde faltam todas as condições higienicas, resultando desta aglomeração epidemias, que flagellam e matam as pobres victimas da incuria e desprezo dos pobres competentes.

O pobre sofre vexames, sofre torturas, sendo constantemente esbulhado do antro que habita, a pretexto de aumento de renda que não pode pagar (*O Combate*, 6.08.20, p. 1).

O trecho acima destaca como a crise da moradia se mostrava algo importante para a liga dos inquilinos, o que, no desenvolver da mesma, também se apresenta na criação de um auxílio de aluguer para 26 famílias de trabalhadores que estavam sob mandado de despejo¹².

Considerações finais

É possível reconhecer na construção de ambas as ligas que as questões de moradia e melhoramento urbano estão direta e indiretamente presentes naqueles jornais que se empenharam em construí-las. As discussões apontam não só para críticas dos seus responsáveis no contexto de constituição da cidade apartado dos interesses dos trabalhadores, como também remonta às estratégias empenhadas pelas ligas no desenvolvimento de alternativas, seja mais próxima de posturas libertárias, como é o caso de *A Lanterna*, seja por considerações que se valem do aparato institucional como local de troca, no caso de *O Combate*.

11 “A pirataria predial está agitando o operariado”, *O Combate*, 23 de julho de 1920, p. 1.

12 “A crise das casas”, *O Combate*, 29 de setembro de 1920, p. 1.

Este artigo tem como objetivo mostrar que as reivindicações e dinâmicas específicas das ligas estudadas não podem ser vistas como um fim, mas sim como espaço de disputa e acúmulo de lutas que não se limitam, até mesmo às balizas temporais deste trabalho (1912-1920). A isso, soma-se o próprio lugar da imprensa nesse processo.

Destacou-se como a mesma fez parte da construção direta das ligas, sendo os seus artigos de opinião sobre a realidade da classe trabalhadora frente à questão urbana, parte importante das reflexões que vêm sendo desenvolvidas sobre as motivações das ligas e seus desdobramentos. Pensar o impresso também significa localizá-lo, não de maneira isolada, mas sim em relação.

Apesar de terem projetos diferentes entre si, podem ser vistas as interrelações que vão sendo constituídas a partir da realidade material à qual os jornais se envolvem. Desta maneira, pensar como o problema de “melhoramento” da cidade de São Paulo, a precariedade e escassez de moradia, bem como o elevado valor dos alugueres foram discutidos pela Liga Popular Contra a Carestia de Vida e a Liga dos Inquilinos, devendo considerar a imprensa, pois pela mesma é possível olhar para o debate sobre moradia e cidade, não de forma separada, mas como parte de uma rede de trocas e disputas historicamente constituídas que marcaram às mobilizações das ligas.

Referências bibliográficas

Periódicos

A Lanterna (1912; 1913)

O Combate (1917; 1920)

Estudos

Balsalobre, S. (2010). “Língua e sociedade nas páginas da imprensa negra paulista”. In *Panorama sócio-histórico da imprensa paulista*. Editora UNESP; Cultura Acadêmica.

Biondi, L. & Toledo, E. (2018). *Uma revolta urbana: a greve geral de 1917 em São Paulo*. Fundação Perseu Abramo.

Bonduki, N. G. (1994). “Origens da habitação social no Brasil”. *Análise Social*, v. XXIX (127), pp. 711-732.

Borin, M. F. (2014). *A Barra Funda e o fazer da cidade: Experiências da urbanização em São Paulo (1890-1920)*. Dissertação de Mestrado em História, Universidade de São Paulo.

Campos, C. H. (1983). *O sonhar libertário: movimento operário nos anos de 1917 a 1920*. Dissertação de Mestrado em História, Universidade Estadual de Campinas.

Capelato, M. H. (2015). “A imprensa como fonte e objeto de estudo para o historiador”. In Mariana Villaça e Maria Ligia Coelho Prado (orgs.), *História das Américas: fontes e abordagens historiográficas*. Humanitas: CAPES.

Cruz, H. de F. (2013). *São Paulo em papel e tinta: periodismo e vida urbana 1890-1915*. Arquivo Público do Estado de São Paulo.

Dulles, J. W. F. (1977). *Anarquistas e Comunistas no Brasil*. Nova Fronteira.

Lopreato, C. da S. R. (1996). *O espírito da revolta: a greve geral anarquista de 1917*. Doutorado em História – Universidade Estadual de Campinas.

Maciel, L. A. (2021). “Os limites da liberdade: lei de imprensa e embates políticos no Rio de Janeiro da Primeira República”. *ACHSC*, v. 48, pp. 383-413. <https://doi.org/10.15446/achsc.v48n1.91555>

Martins, A. L. & Luca, T. R. de. (2006). *Imprensa e cidade*. Editora Unesp, 2006.

Oliveira, M. L. F. de. (2005). *Entre a Casa e o Armazém*. Alameda, 2005.

Rago, M. (2014). *Do cabaré ao lar: a utopia da cidade disciplinar: Brasil 1890-1930*. 4. ed. Paz e Terra.

Reis, P. A. dos. (2017). *Construir, morar e viver para além do centro de São Paulo: os setores médios entre a urbanização e as relações sociais do Brás (1870-1915)*. Dissertação de Mestrado em Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo.

Santos, C. J. F. dos. (2003). *Nem tudo era italiano: São Paulo e pobreza, 1890-1915*. 2. ed. Annablume/Fapesp.

Santos, K. W. dos. (2013). "Anticlericalismo e Militância sindical: o periódico anarquista A Lanterna e sua ação entre os trabalhadores em São Paulo (1901-1914)". *Revista Eletrônica Discente História.com*, v. 2, pp. 116-130.

Sodré, N. W. (1990). *Formação histórica do Brasil*. 13a. edição. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.

**Revisitando a categoria colonial para o Atlântico
português dos séculos XVI, XVII e XVIII¹**

Alec Ichiro Ito

Resumo

Diante da globalização avançada que presenciamos no século XXI, a noção de “colonial” é problematizada em diversos campos do conhecimento. Se no século XX temas como o colonialismo e o imperialismo rondavam os grandes debates, a partir do novo milênio assuntos como as diásporas, a globalização e os pós-decolonialismos estão em voga. Partindo de temáticas contemporâneas para, então, reacender antigos problemas, neste ensaio propomos três indagações. *Em que situação o governo monárquico imperou sobre o ultramar? Como governar as colônias? Para quem colonizar?* Destarte, introduziremos que palcos políticos, arenas jurídicas e mobilizações militares conjugaram ambientes conflituosos nas colônias atlânticas, influenciando a lógica de transmissão e arquivamento de informações. Assim, interpretaremos o Atlântico português como uma coívenção e, nesse sentido, aventamos a hipótese de se imaginar o Velho Mundo a partir do Novo.

Palavras-chave: História do Brasil; História de Angola; Expansão ultramarina portuguesa; Império português; História atlântica.

1 Esta pesquisa é financiada pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP), número de processo 2020/06789-9.

Abstract

Considering the globalization during the modern era, the “colonial” notion is cast out in several Fields. In the 20th century, the colonialism and imperialism conceptions led the major debates but, nowadays, topics such as the diasporas, globalization, and post-colonialism are in vogue. Reassessing old problems from contemporary themes, in this essay we propose three questions. *In what* situation did the monarchical government rule overseas? *How* was the overseas colonization? *For whom* was the colonization process established? Henceforth we shall address how political stages, juridical arenas, and military mobilizations rendered conflicting environments in colonies, influencing the informational conveyance and archiving. Finally, we shall interpret the Portuguese Atlantic as a co-invention and, in this sense, imagine the Old World from the New.

Keywords: History of Brazil; History of Angola; Portuguese expansion; Portuguese Empire; Atlantic History.

Introdução

Diante da globalização avançada que presenciamos no século XXI, a noção de “colonial” tem sido problematizada em diversos campos do conhecimento, interdisciplinar ou transversalmente. Palavras como “presença”, “plural”, “polivalente” e suas variantes passam a substituir vocábulos como “colônia”, “metrópole” e “dominação”, demarcando nítidos campos lexicais de pertencimento e filiação. Se no século XX temas como o colonialismo e o imperialismo rondavam os grandes debates, a partir do novo milênio assuntos como as diásporas e a globalização estão em voga. Partindo dessa temática contemporânea, doravante reacenderemos antigos problemas para, assim, nos situarmos no atual debate. Recentemente, Jean-Frédéric Schaub problematizou os chamados “inconvenientes” dos denominados “estudos coloniais” (Schaub, 2008, pp. 637-638).

De modo geral, o emérito intelectual propôs que é necessário distanciarmos-nos de recortes nacionais e, por conseguinte, metropolitanos, pois tais escolhas privilegiam campos investigativos demasiadamente fechados e especializados, distante das diversas escalas que demarcam “os processos mundiais de politização e de mobilização de recursos” (Schaub, 2008, pp. 645-646). Seria o caso de rejeitarmos a categoria “colonial”, assacando-a ao vocabulário nacionalista e retrógrado, ou de a atualizarmos? Um contraponto a Schaub pode ser percebido na interpretação de Pedro Puntoni, a partir do conjunto de ensaios contidos em *Blood and Boundaries*, assinado por Stuart Schwartz em 2020. Puntoni sublinha que a “América Latina colonial” é uma chave de regência capaz de alocar a historiografia tradicional no interesse contemporâneo em comparar e conectar histórias emanadas de diferentes espaços de pertinência – quer dizer, histórias locais, regionais e transcontinentais (Puntoni, 2022, p. 725) –, dessa forma acomodando “parte de uma densa literatura interessada na dimensão global do processo de colonização;

processo que, ao mesmo tempo que inventa uma América, inventa e transforma uma Europa conflagrada” (Puntoni, 2022, p. 730).

Diante da necessidade do diálogo crítico e da verbalização periférica, revisitaremos a categoria colonial. De maneira bastante sucinta, entendemos que é necessário evitar antagonismos, procurando saídas consensuais para problemáticas internacionais. A nosso ver, a categoria colonial é uma aventura necessária para desvendarmos e compreendermos o sul global, devendo ser revitalizada a partir de perguntas simples, contanto complexas ao mesmo tempo. Para tal, o nosso fio condutor está alinhavado em torno de três indagações tradicionais, ainda necessárias para entendermos as desigualdades globais, por exemplo, existentes entre os denominados “países desenvolvidos” e os “subdesenvolvidos”. *Em que situação o governo monárquico imperou sobre o ultramar? Como governar as colônias? Para quem colonizar?* Diante do conjunto de problemas selecionado, introduziremos que palcos políticos, arenas jurídicas e mobilizações militares conjugaram ambientes conflituosos nas colônias atlânticas. Diante da vastidão ultramarina, o governo metropolitano imperou através de saberes e conhecimentos obtidos à distância, provenientes de um circuito de informação que pressupunha uma lógica de transmissão e arquivamento. A partir de um documento do Arquivo Histórico Nacional de Angola (AHNA), digitalizado em parceria com o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), através do Projeto Acervo Digital Angola Brasil (PADAB), pontuaremos que a comunicação ultramarina, o reconhecimento metropolitano e a organização de arquivos foram necessários para tecer e reinventar o governo colonial. Mesmo que as elites coloniais tenham *participado incomodamente* desse circuito de informação – partimos da hipótese de que essa participação foi alocada, ou acomodada, na composição imperial a contragosto, ou à revelia, dos órgãos centrais –, interpretaremos que o *Império português imperou* como uma coíncidência do Atlântico português, onde as tessituras sociopolíticas e a memória comum do Império português tramaram *a*, ao mesmo tempo que foram

tramados *pele*, circuito de informação que viabilizou o governo do Império luso-colonial.

Durante a primeira modernidade, a uniformização de tessituras sociopolíticas distintas – os diferentes ambientes conflituosos que vigoravam nas metrópoles e colônias – operou conjuntamente com a preservação de uma memória comum do Império, inaugurando um novo horizonte de possibilidades materiais e imateriais para a Europa. Assim, insinuamos que a experiência colonial nutriu inovações mentais e linguísticas na metrópole, retroalimentando os processos de diferenciação social engendrados nas colônias. A documentação coeva guarda, nesse sentido, as reminiscências do alavancamento do Velho Mundo pelo Novo. Ainda que de maneira hipotética, aventamos que, de todos os desassossegos capturados pelas óticas e narrativas inscritas na documentação de época, os mais radicais provavelmente foram encapsulados nas regiões mais distantes e estranhas à Europa, contribuindo de maneira significativa para a globalização mental e linguística daquilo que atualmente denominamos “Ocidente”. Assim, ideal e material se retroalimentam, de sorte que o centro e as partes coadunaram e se inverteram, dialeticamente renovando o todo pelas periferias.²

Poder circular, dever arquivar

De entre tantos fatores, os Impérios ibéricos foram coloniais porque navegaram os oceanos, venceram guerras e povoaram territórios. Diogo Cão desbravou a costa atlântica da África Centro-Occidental, Vasco da Gama realizou o périplo africano para as Índias (1497-1499) e Pedro Álvares Cabral chegou à América do Sul, continente já reconhecido pela série de viagens atribuída a Américo Vespúcio³. Assim, como nas conquistas es-

² Somos influenciados por L. Souza (2006, p. 69), Puntoni (2010, pp. 65 e 163-164), M. Souza (2008, pp. 1 e 104-106) e Elliott (2000, pp. 7-8).

³ Sobre as viagens de Vasco da Gama, além de outros navegadores, ver Yun Casalilla (2021, pp. 56, 75). Sobre Pedro Álvares Cabral, além de outros navegadores, ver Gruzinski (2014, p. 158).

panholas de Hernán Cortés no México (1519-1521) e de Francisco Pizarro no Peru, também o Império português foi tingido pelo derramamento de sangue⁴. Duarte Coelho, em Pernambuco, e Paulo Dias de Novais, em Angola (1575-1590), guerrearam contra alguns dos povos originários da América do Sul e da África Centro-Occidental, consolidando as conquistas ultramarinas por meio de alianças com os nativos e da escravização dos derrotados⁵.

A colonização implicou o povoamento e a construção de vilas e cidades ultramarinas, como Olinda e Luanda, dentre outras espalhadas pelos dois lados do Atlântico. À medida que a experiência colonial prosperou na América e em África, o reino de Portugal institucionalizou os territórios ultramarinos. Na América ocorreu a fundação do governo-geral do Estado do Brasil (1548), instaurado por Tomé de Sousa; na África foi consolidado o governo-geral de Angola, durante a época de Fernão de Sousa (1624-1630). Em 1588 foi determinada a institucionalização do Tribunal da Relação da Bahia e, em 1609, aportou o primeiro corpo integral de desembargadores na América portuguesa, durante o governo de Diogo de Meneses⁶. Se em um primeiro momento os navegadores resplandeceram pelas descobertas marítimas e os conquistadores pelas guerras coloniais, em um segundo momento a aventura e o heroísmo cederam lugar para a burocratização e a jurisdicionalização do Império luso-colonial. O efeito colateral dessa institucionalização do Império lusitano foi perceptível no aumento dos casos de ilícitudes e fraudes constatados durante os séculos XVI e XVII. Por todo Império cresceu a antipatia contra os chicaneiros e os excessos cometidos pelos magistrados, que “sangravam rios de dinheiro” em prejuízo dos pobres (Schwartz, 2011, pp. 184-186).

O governo do Atlântico português lidou com esses e outros desentendimentos. Palcos políticos, arenas jurídicas e mobilizações militares

4 Sobre a expedição de Hernán Cortés, ver Yun Casalilla (2021, p. 56).

5 Sobre as experiências de Duarte Coelho e Ilídio do Amaral, ver, respectivamente, Abreu (1998, pp. 53-54) e Amaral (2000).

6 O Tribunal da Relação da Bahia foi dissolvido em 1626 e restaurado em 1652, verificar Schwartz (2011, pp. 183-184) e Cosentino (2009, pp. 281-282).

conjugaram ambientes conflituosos em meio à vida colonial. Dito de outra forma, a intenção metropolitana estruturou a reprodução da vida nas colônias que, por sua vez, projetou os ambientes conflituosos nas colônias. Nesse sentido, a transplantação de pessoas e modos de vida para os territórios colonizados não foi estanque. Diferentemente de Portugal, a economia colonial distendeu uma sociedade peculiar, onde múltiplos interesses e camadas identitárias colidiram entre si, de um modo distinto daquele ocorrido na Europa. Perante o desenvolvimento das sociedades coloniais, o governo do Império luso-colonial desenvolveu novas formas de imperar, ora organizando o bem comum e a coisa pública da monarquia – a proclamação de leis foi um exemplo disso –, ora tributando com o fito de recrudescer a fazenda régia – a Coroa taxava a circulação de bens atlânticos e o butim de guerra, por exemplo – ora negociando com os desafetos locais –, o papel das câmaras municipais na emissão de petições foi um exemplo disso –, ora promovendo as guerras coloniais. A monarquia participava do esforço colonial, tentando arbitrar e ajuizar as contendas locais, de um lado, mas também despertando as animosidades dos colonos, do outro lado. Não é por menos que no *Livro que dá razão do Estado do Brasil*, de 1612, o sargento-mor Diogo de Campos Moreno denunciou as “calúnias”, “mentiras” e “trapaças” que percorriam os litígios e desafetos da América portuguesa, expondo a antipatia de oficiais militares – cargos corriqueiramente ocupados pela “nobreza da terra” – e soldados pelos letrados, clérigos e os denominados “homens do rei” (Schwartz, 2011, p. 186)⁷.

Foi necessário governar os empecilhos sociopolíticos do ultramar, mas como imperar sobre esses rincões a partir de um reino modesto, como Portugal? Para governar à distância, a metrópole necessitava de saberes e conhecimentos que espelhassem a realidade colonial, oriundos da coleta e transmissão constantes de informações entre metrópole e colônias, acumu-

⁷ Os “homens do rei” eram magistrados, funcionários régios e burocratas em geral (Fragoso, 1998, pp. 158-160; 2000; Bicalho, 2003, pp. 324, 330-331, 370; 2005). Na Bahia, a formação dessa elite colonial também se desenvolvia a passos largos, pelo menos entre 1625 e 1653 (Krause, 2015, p. 220).

lados e reinterpretados pelos conselhos, pelas juntas administrativas e universidades situados no reino de Portugal. Todas essas informações foram transmitidas por meio de documentos – cartas, petições, relatórios, mapas e outras fontes escritas e pictográficas – que transitaram pelo Atlântico e, com o passar do tempo, essa papelada acabou acondicionada nos arquivos modernos. O funcionamento desse circuito de informação pressupunha uma lógica de transmissão e arquivamento, em que as reminiscências dos arquivos atestam *para quem* efetivamente se governava e *quais* foram os interesses governamentais da monarquia lusitana. Nem que fosse por necessidade, as elites coloniais *participaram incomodamente* – caso contrário não haveria ambientes conflituosos nas colônias e sequer as elites locais emitiriam reclamações e queixas para a metrópole – do circuito de transmissão entre o centro e as partes, tão necessário para o governo co-construído do Atlântico Sul. Um dos sentidos de transmissão dessa correia ocorria através da comunicação oficial entre as instituições formais da monarquia, fluindo das periferias para Lisboa, ou no sentido contrário, de Lisboa para as periferias. Assim, as câmaras municipais e os órgãos régios despachavam petições, cartas, ofícios e outros documentos, sendo receptores de ordens e solicitações régias. Participavam desse circuito de transmissão a nobreza da terra e os “homens do rei”, quer dizer, magistrados, funcionários régios e burocratas em geral. Depois de trafegar pelo Atlântico, as informações transmitidas oficialmente eram recebidas pelas instituições monárquicas, embora pudessem reverberar por outros espaços ultramarinos. O circuito transatlântico de informação foi aperfeiçoado com o tempo. Em 1736, foram criadas a Secretaria de Estado da Marinha e Domínios Ultramarinos, a Secretaria de Estado dos Negócios do Reino e a Secretaria de Estado dos Estrangeiros e Guerras. Por essas instituições e pelas juntas chegavam as cartas, os relatórios, as memórias e os outros documentos relevantes para o governo ultramarino. Após a deliberação dos conselheiros se chegava a um consenso e, por conseguinte, à decisão monárquica. Na segunda metade do século XVIII, os principais assuntos que transitavam nas secretarias foram os de comércio, governo, fiscalização,

questões militares, justiça e polícia; no Conselho Ultramarino circularam assuntos ligados aos privilégios, às mercês e aos provimentos de ofícios⁸.

Uma pequena amostra dessa dinâmica de circulação e arquivamento pode ser observada na documentação do Arquivo Histórico Nacional de Angola (AHA), digitalizada em parceria com o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) através do Projeto Acervo Digital Angola Brasil (PADAB)⁹. Por exemplo, o códice 2567, intitulado *Coleção das leis e ordens que proíbem os navios estrangeiros, assim os de guerra como os mercantes, nos portos do Brasil*, foi assinado por Francisco Xavier de Mendonça Furtado, então governador e capitão-general do Estado do Grão-Pará e Maranhão e secretário de Estado dos Negócios da Marinha e Domínios Ultramarinos. Furtado era o irmão mais novo de Sebastião José de Carvalho e Melo – mais conhecido como o marquês de Pombal, um dos principais idealizadores das reformas do Império português durante o reinado de Dom José (1750-1777) (Cruz, 2020, p. 72) –, atuou na América portuguesa e assinou pelo menos um documento que está sob a guarda do AHA. Francisco Xavier de Mendonça Furtado foi figura central na implantação das políticas pombalinas para o Maranhão e Angola (Alfagali *et al.*, 2020, pp. 883, 885), assim como também foi Francisco Inocêncio de Sousa Coutinho no comando da Angola portuguesa (1764-1772) (Alfagali, 2017, p. 30). À guisa do marquês de Pombal, também Coutinho foi um personagem atrelado à memória oficial do Estado Novo (Santos, 2005, p. 7; Alfagali, 2017; Cruz, 2020). Curiosamente, Coutinho era trineto de Fernão de Sousa que, como já mencionamos, foi um dos principais governadores de Angola, nas décadas iniciais do século XVII (Heintze, 1985, pp. 11 e 45; Ito, 2016, pp. 38-40). Como se nota, a inspeção atenta dos arquivos coloniais expõe uma tessitura sociopolítica que foi transcontinental e que entrecruzou temporalidades distintas – o nosso *para quem* sobreposto a um *quando* múltiplo –, sugerindo que as pistas e os fragmentos do passado são

8 Os assuntos relacionados com a escravidão trafegavam pouco para as instituições metropolitanas, por serem consideradas de instância privada (Cruz, 2020, pp. 71-72).

9 Para mais detalhes sobre a documentação e pesquisas desenvolvidas a partir das cópias do PADAB, verificar Alfagali *et al.* (2020, p. 882, nota 1) e Cruz (2020, p. 18).

o resultado de atos sociopolíticos de rememoração e do acondicionamento de informações, alocados na oficialização da memória imperial. Comunicar, reconhecer e arquivar foram as práticas relevantes para tecer e reinventar o governo imperial, em vista um futuro promissor, nesse sentido respondendo aos interesses – mais particularmente aos *quais* interesses da transmissão de informações, necessariamente embutindo os *o que* propulsores da comunicação institucional – que estavam em jogo na circulação e no arquivamento das informações.

O governo colonial não foi um mero “simulacro ou imagem viva” de um Império negociado por atos comunicativos e instruções, como quer Arthur Almeida Santos de Carvalho Curvelo (2019, pp. 75-76, 233); tampouco foi apenas um “Império de papel” (Curvelo, 2019, p. 100), baseado na troca de missivas e no diálogo franco entre as câmaras municipais e os órgãos concelhios, como dá a entender Thiago Nascimento Krause (2015, ver considerações nas pp. 302-304). O *Império português imperou* de maneira concreta, embora não hegemônica ou totalitariamente, senão como uma coinvenção do Atlântico português, em que ambientes conflituosos, tessituras sociopolíticas e a memória comum do Império português teceram *a*, ao mesmo tempo que foram tecidas *pelelo*, circuito de informação – nosso *em que* – unificante das elites periféricas com os interesses de oficiais e funcionários régios – nosso *para quem*. Na ótica de um governo do Império luso-colonial, era necessário captar, acondicionar e processar as informações – conhecimentos, dados, relatos, documentos escritos e pictográficos, entre outros –, sobre o além-mar, para a criação de saberes e conhecimentos funcionais, ou úteis, para o governo ultramarino.

Considerações finais

A “atlantização” do Império português foi garantida através do apoio colonial, naquilo que anteriormente definimos como sendo uma participação incômoda. Assim, a uniformização de tessituras sociopolíticas distintas, con-

juntamente com a preservação consentida de uma memória comum do Império, tramou aquilo que chamamos de coinvenção do Atlântico português. Nossa principal sugestão é a de que o governo do Império luso-colonial foi uma novidade relevante para a primeira modernidade, pelo menos a nível global. O esforço colonial não se limitou à reconstituição do Novo Mundo a partir do Velho, univocamente como distensão da intenção monárquica, mas proporcionou um novo horizonte mental e de linguagens capaz de ativar os processos renovados de diferenciação social logrados pela experiência colonial. De todos os desassossegos capturados pelas óticas e narrativas europeias, os mais radicais provavelmente foram encapsulados nas regiões mais distantes e estranhas à Europa, contribuindo de maneira decisiva para globalização mental e linguística do Velho Mundo a partir do Novo.

Referências bibliográficas

Abreu, J. C. de. (1998). *Capítulos de história colonial: 1500-1800*. Conselho Editorial do Senado Federal. <https://www2.senado.gov.br/bdsf/handle/id/1022>

Alfagali, C. G. M. (2017). *Ferreiros e fundidores da Ilamba: Uma história social da fabricação do ferro e da Real Fábrica de Nova Oeiras (Angola, segunda metade do século XVIII)*. Doutorado em História, Universidade Estadual de Campinas. <https://doi.org/10.47749/T/UNICAMP.2017.985666>

Alfagali, C. G. M., Tavares, J. D., Reis, L. O., Santos, M. M. R. dos, Araujo, T. I. de & Araujo, G. O. S. (2020). Angola e Brasil nas tramas do comércio das almas. *Temporalidades*, 12(1), 882–894.

Amaral, I. do. (2000). *O Consulado de Paulo Dias de Novais: Angola no último quartel do século XVI e primeiro do século XVII*. Ministério da Ciência e da Tecnologia, Instituto de Investigação Científica Tropical.

Bicalho, M. F. B. (2003). *A cidade e o império: O Rio de Janeiro no século XVIII*. Civilização Brasileira.

Bicalho, M. F. B. (2005). Conquista, mercês e poder local: A nobreza da terra na América portuguesa e a cultura política do Antigo Regime. *Almanack Braziliense*, 2, 21. <https://doi.org/10.11606/issn.1808-8139.v0i2p21-34>

Cosentino, F. C. (2009). *Governadores gerais do estado do Brasil (séculos XVI-XVII): Ofício, regimentos, governação e trajetórias* (1ª ed.). Annablume.

Cruz, A. C. da. (2020). *Guerras nos sertões de Angola: Sobas, guerra preta e escravização (1749-1797)*. Doutoramento em História, Universidade Federal do Rio de Janeiro.

Curvelo, A. (2019). *Governar Pernambuco e as “capitanias anexas”: O perfil de recrutamento, a comunicação política e as jurisdições dos governadores da capitania de Pernambuco (c.1654-c.1756)*. Doutoramento em História, Universidade de Lisboa. <https://repositorio.ul.pt/handle/10451/42262>

Elliott, J. H. (2000). *The Old World and the New 1492-1650* (Reprint). Cambridge University Press.

Fragoso, J. (1998). *Homens de grossa aventura: Acumulação e hierarquia na praça mercantil do Rio de Janeiro, 1790-1830* (2nd ed.). Arquivo Nacional.

Fragoso, J. (2000). A nobreza da República: Notas sobre a formação da primeira elite senhorial do Rio de Janeiro (séculos XVI e XVII). *Topoi (Rio de Janeiro)*, 1(1), 45–122. <https://doi.org/10.1590/2237-101X001001002>

Gruzinski, S. (2014). *As quatro partes do mundo: História de uma mundialização*. Editora UFMG.

Heintze, B. (1985). Sobre a biografia de Fernão de Sousa. In *Fontes para a história de Angola do século XVII: I. Cartas e documentos oficiais da coletânea de Fernão de Sousa (1622-1635)* (1st ed., Vol. 1). Frans Steiner Verlag Wiesbaden GMBH.

Ito, A. I. (2016). *Uma “tão pesada cruz”: O governo da Angola portuguesa nos séculos XVI e XVII na perspectiva de Fernão de Sousa (1624-1630)*. Mestrado em História, Universidade de São Paulo. <https://doi.org/10.11606/D.8.2016.tde-03112016-152529>

Krause, T. N. (2015). *A Formação de uma Nobreza Ultramarina: Coroa e elites locais na Bahia seiscentista*. Doutoramento em História, Universidade Federal do Rio de Janeiro.

Puntoni, P. (2010). *O Estado do Brasil: poder e política na Bahia colonial*. Livre-Docência em História, Universidade de São Paulo.

Puntoni, P. (2022). Os limites da exclusão religiosa e racial na América Latina colonial. *Afro-Ásia*, 65, 724–730.

- Santos, C. M. (2005). *Um governo “polido” para Angola: Reconfigurar dispositivos de domínio. (1750-c.1800)*. Doutoramento em História, Universidade Nova de Lisboa.
- Schaub, J.-F. (2008). La catégorie « études coloniales » est-elle indispensable ? *Annales. Histoire, Sciences Sociales*, 63(3), 625–646.
- Schwartz, S. B. (2011). *Burocracia e sociedade no Brasil colonial: O Tribunal Superior da Bahia e seus desembargadores, 1609-1751*. Companhia das Letras.
- Souza, L. de M. e. (2006). *O sol e a sombra: política e administração na América portuguesa do século XVIII*. Companhia das Letras.
- Souza, M. de M. e. (2008). *África e Brasil africano* (2nd ed.). Editora Ática.
- Yun Casalilla, B. (2021). *Os Impérios Ibéricos e a Globalização da Europa (séculos XV a XVII)*. Temas e debates.

Este volume reúne estudos, enviados e selecionados, de autoria de Jovens Investigadores que participaram no I Encontro Internacional promovido em maio de 2022 pela Cátedra de História e Cultura Luso-brasileira do Departamento de História, Artes e Humanidades da Universidade Autónoma de Lisboa. Trata-se de investigações em curso de mestrandos e doutorandos de diferentes instituições europeias e brasileiras que divulgamos neste volume com o objetivo de promover um contínuo diálogo entre os investigadores que estão trabalhando nestas áreas.

